

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE**  
**MESTRADO INTERDISCIPLINAR**

**MARIA APARECIDA CONCEIÇÃO MENDONÇA SANTOS**

**A DOMESTICAÇÃO DO CORPO E A SUBVERSÃO DA SEXUALIDADE**  
**FEMININA NA LITERATURA: Do Iluminismo ao Naturalismo**

**SÃO LUÍS**

**2015**

**MARIA APARECIDA CONCEIÇÃO MENDONÇA SANTOS**

**A DOMESTICAÇÃO DO CORPO E A SUBVERSÃO DA SEXUALIDADE  
FEMININA NA LITERATURA: Do Iluminismo ao Naturalismo**

Material apresentado ao Programa de Pós-Graduação Cultura e Sociedade, como requisito para obtenção do título de Mestre em Cultura e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Expressões e Processos Socioculturais.

Orientadora: Vera Lúcia Rolim Salles.

SÃO LUÍS

2015

Santos, Maria Aparecida Conceição Mendonça

A domesticação do corpo e a subversão da sexualidade feminina na literatura: do Iluminismo ao Naturalismo/ Maria Aparecida Conceição Mendonça Santos. – São Luís, 2015.

180 f.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Vera Lúcia Rolim Salles

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação Cultura e Sociedade, 2015.

1. Sexualidade. 2. Sexualidade Feminina. 3. Literatura - Discursos. I. Título.

CDU 392.6: 82

**MARIA APARECIDA CONCEIÇÃO MENDONÇA SANTOS**

**A DOMESTICAÇÃO DO CORPO E A SUBVERSÃO DA SEXUALIDADE  
FEMININA NA LITERATURA: Do Iluminismo ao Naturalismo**

Material apresentado ao Programa de Pós-Graduação Cultura e Sociedade, como requisito para obtenção do título de Mestre em Cultura e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Expressões e Processos Socioculturais.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Vera Lúcia Rolim Salles  
Universidade Federal do Maranhão  
(Orientadora)

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Sandra Maria Nascimento Sousa  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Régia Agostinho da Silva  
Universidade Federal do Maranhão

*Aos meus pais, símbolo da dedicação de um amor inefável.*

*Ao Horácio de Figueiredo Lima Neto, com todo o meu carinho e  
minha gratidão pelos incentivos, ensinamentos e pela eterna troca  
de experiências.*

## AGRADECIMENTOS

Exercer a nossa influência sobre uma pessoa é darmos a ela a nossa própria alma (WILDE, 2010, p. 33).

Há tempos a arte do influenciar-se tem se configurado para mim de forma mais real, palpável e imensurável. De modo bastante peculiar e contagiante, o influenciar-se se tornou algo que oscila entre o casual e contínuo, o proposital e o despretenso, o que quer respostas e que quer apenas absorção. Apresenta, indica, ouve, vê e lê músicas, filmes, leituras.... muitas leituras.... que me levaram a crer que “o autor que mais prefiro é aquele que reflete de modo mais exato o meu mundo, e em cujas obras sucedem as mesmas coisas que vejo ao redor, aquele cujas histórias interessam e tocam o meu coração como minha própria vida caseira, que, se não é um paraíso, é, em todo caso, uma fonte indivisível de felicidade” (GOETHE, 2008, p. 38). Transposto e composto por nome e sobrenome, disposto por leituras, releituras, interpretações e reinterpretações, o influenciar-se tem se materializado, se personificado e se apresentado como aquele que transfere e contagia discernimento, sapiência, dedicação e afeto sem pretensões, porém em incansáveis e em diversificadas doses diárias de si, da sua própria alma, transmutada por meio das setes artes, sem, contudo, deixar-se de se revelar e se chamar Horário de Figueiredo Lima Neto.

Além deste, há exatos dois anos outro influenciar-se específico se apresentou e se transbordou ora em aulas ora em intervalos contidos e desinibidos, porém sempre espontâneos e com incontáveis parcelas de sinceridade, confissões, angústias, dúvidas, medos, receios, alegrias, risos, sonos, cafés, alívios, tédios, sotaques, poemas, lições, responsabilidades, encontros e desencontros. Quer seja retratando as nuances que envolvem a velhice, o amor, a literatura, a educação ou o cinema, o influenciar-se também se resumiu nesses dois últimos anos em conquistas, aqui, ali e sempre. Foi na vida, no PGCULT e, claro, na LP1, aos existentes e presentes desde a aprovação à conclusão, são eles Thayza, César, Katiana e Rarielle.

A todos vocês, obrigada por influenciar-me!

Por último e não menos importante, agradeço aos meus colegas de turma, pela amizade e valorosas discussões (acadêmicas ou não).

A todo corpo docente do PGCULT pela dedicação, pelo desempenho e profissionalismo desenvolvido em sala de aula. Em especial, a minha orientadora, Vera Salles, pela atenção, tranquilidade, gentileza e conhecimento dispensados ao longo deste trabalho, e a professora Sandra Nascimento por ter me influenciado, ainda que indiretamente, nos caminhos a serem trilhados para a realização deste trabalho.

A professora Régia Agostinho da Silva pelas ricas contribuições e por gentilmente ter aceito o convite para compor a banca examinadora de defesa desta dissertação.

Ao amigo Wesley Costa por ter se prontificado a revisar o Abstract.

A todos aqueles que, de alguma forma, puderam colaborar para a elaboração desta pesquisa.

A CAPES pelo amparo financeiro à minha pesquisa e ao meu desenvolvimento científico.

A todos vocês, obrigada pelas contribuições neste trabalho!

*[...] A literatura é, sempre foi e sempre será a suprema arte representativa (WILDE, 2006, p. 70).*

*Os mistérios das almas são os corpos (MACEDO, 2002, p. 59).*

*Resista, e a alma adoecerá na saudade das coisas que proibiu a si mesmo, no desejo por aquilo que suas leis monstruosas tornaram monstruoso e ilegal (WILDE, 2010, p. 34).*

## RESUMO

O presente trabalho consiste em apresentar uma reflexão sobre a sexualidade feminina a partir de um rico diálogo entre a História e a Literatura, com a finalidade de evidenciar a assimilação e propagação de um imaginário sobre o sexo feminino por meio de obras e estéticas literárias. Para tanto, destacou-se, primeiramente, algumas construções simbólicas que promoveram a concepção de uma pretensa existência ontológica de uma *natureza feminina*, ressignificada nesta pesquisa pela ideia de um *eterno feminino*, que seria apropriada e disseminada por meio de vários discursos legitimadores, dentre os quais, o próprio discurso literário. Ademais, buscou-se enfatizar não apenas as influências externas exercidas sobre o discurso literário na representação de determinada concepção de realidade pautada na diferença hierarquizante entre os sexos, mas, também, evidenciar o caráter ativo da Literatura na construção e propagação deste mesmo ideário. Concomitantemente a isto, enfatizou-se no decorrer da pesquisa os mecanismos de controle e repressão que atuavam sobre o corpo e a sexualidade feminina, que seriam, gradualmente, produzidos, operacionalizados e aperfeiçoados de acordo com as necessidades e interesses de cada sociedade. Nesta perspectiva, com a finalidade de analisar as visões de feminilidade propagadas pela Literatura do século XIX, evidenciou-se as rupturas e permanências em relação tanto ao imaginário social quanto aos comportamentos e significados que foram direcionados e imputados às mulheres, tendo por referência outras épocas, observando, assim, suas transformações ao longo do tempo, que seriam pautadas não apenas pela substituição de um discurso por outro, mas, principalmente, pela sobreposição contínua de um discurso sobre outro, vindo a formar, assim, uma estrutura de longa duração. Para tanto, buscou-se demonstrar a percepção de alguns autores do Iluminismo sobre tal questão, assim como a forma como tal tema foi trabalhado pelos literatos da estética Romântica e Realista. Por fim, priorizou-se a análise da Escola Naturalista, relacionando-a ao tema trabalhado a partir da produção de autores como Émile Zola, Aluísio Azevedo e Júlio Ribeiro, destacando de que forma as nuances acerca da sexualidade feminina foram apropriadas em suas produções e a maneira a partir da qual os mais variados discursos e saberes institucionalizados do século XIX buscaram negá-la, idealizá-la e, por fim, objetificá-la.

Palavras-chaves: Eterno Feminino; Sexualidade Feminina; Discursos.

## ABSTRACT

This work consists in showing a reflection about the female sexuality through a rich dialogue between History and Literature in order to highlight the assimilation and spread of the imaginary about the female body through literary works and movements. For this purpose, it was highlighted, first, some symbolic constructions that promoted the conception of an alleged ontological existence of a *feminine nature*, resignified in this research by the idea of an *eternal feminine*, that it would be appropriate and disseminated through various legitimating discourses, among them, the very literary discourse. In addition, it aims to emphasize not only the external influences exerted on literary discourse in the representation of a particular conception of reality guided by the hierarchical difference between sexes, but it also highlighted the active character of the literature in the construction and propagation of those values. Concomitantly with this, it was emphasized during the research, the mechanisms of control and repression that acted upon the female body and sexuality, which would be gradually produced, operated and improved according to the needs and interests of each society. In this perspective, in order to analyze the views on femininity propagated by the literature of the Nineteenth Century, it was evidenced the ruptures and continuities in relation to both social imaginary as the behaviors and meanings that were directed and imputed to women, taking another times as reference, observing, as well, its transformations along time, which would be ruled not only by the substitution of a discourse by another, but, mainly, by the continuous overlapping of a discourse by another, forming, in this way, a long-term structure. For this purpose, it demonstrate the perception of some authors of the Enlightenment regarding this issue, as well, as how the writers of the Romantic and Realistic movements worked this theme. Finally, it aimed to prioritize the analysis of the Naturalist School, relating it to the theme worked through the production of authors such as Émile Zola, Aluísio Azevedo and Júlio Ribeiro, highlighting how the nuances about female sexuality were manifested in their productions and the way which the various institutionalized knowledge of the Nineteenth Century sought to deny it, idealize it, and, finally, objectify it.

Keywords: Eternal Feminine; Female Sexuality; Discourses.

## LISTA DE FIGURAS

Nesta sessão, estão elencadas as **figuras** utilizadas no decorrer dos capítulos, que correspondem a recortes de jornais e/ou revistas do século XIX, extraídos de acervos públicos, que fazem referência a temática abordada no presente trabalho, tais como o Naturalismo (europeu e brasileiro), a histeria e as formas de tratamento relacionados à saúde e à sexualidade feminina.

### Capítulo III

|                                                                |     |
|----------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 - Zola, o rei dos porcos.....                         | 101 |
| Figura 2 - Caricatura de Zola e sua “matéria-prima” (s/d)..... | 103 |
| Figura 3 – Naturalismo.....                                    | 103 |

### Capítulo IV

|                                                                               |     |
|-------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 4 – Recorte de jornal, Movimento Bibliográfico. ....                   | 129 |
| Figura 5 – Recorte de jornal, denúncia.....                                   | 133 |
| Figura 6 – Recorte de Jornal, O Homem. ....                                   | 133 |
| Figura 7 – Mne. Steinheil Julgada por Lombroso. ....                          | 139 |
| Figura 8 – Extirpação dos anexos do útero.....                                | 146 |
| Figura 9 – Xarope anti-nervoso. ....                                          | 147 |
| Figura 10 – Cura do útero doente. ....                                        | 147 |
| Figura 11 – Instituto de Madame Selda Potocka – Banhos Hydro-Electricos. .... | 148 |
| Figura 12 – Hereditariedade; Higienistas. ....                                | 149 |

## SUMÁRIO

|                                                                                       |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b>                                                                   | 14  |
| <b>2 O ETERNO FEMININO</b>                                                            | 27  |
| <b>3 A CONSTRUÇÃO DE UM IDEAL FEMININO: antecedentes do Naturalismo</b>               | 46  |
| 3.1 A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NO PENSAMENTO ILUMINISTA                                | 51  |
| 3.2 O ROMANTISMO: A MANIFESTAÇÃO MÁXIMA DO ETERNO FEMININO                            | 64  |
| <b>4 O DESENCANTAMENTO DO BELO SEXO: o Realismo e o Naturalismo europeu</b>           | 75  |
| 4.1 A LITERATURA E A CONCEPÇÃO EVOLUCIONISTA DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX          | 88  |
| 4.2 O ROMANCE EXPERIMENTAL                                                            | 91  |
| 4.3 REPRESENTAÇÕES DA HISTERIA E DA CIENTIFICIDADE NA LITERATURA NATURALISTA          | 93  |
| <b>5 REPRESENTAÇÕES DA SEXUALIDADE FEMININA NO CONTEXTO DO NATURALISMO BRASILEIRO</b> | 109 |
| 5.1 CIÊNCIA <i>VERSUS</i> (I)MORALIDADE                                               | 123 |
| 5.2 EXPOENTES DO NATURALISMO BRASILEIRO: Aluísio Azevedo e Júlio Ribeiro              | 125 |
| 5.2.1 O Homem: um caso de histeria                                                    | 129 |
| 5.2.2 A Carne: um romance de fama e infâmia                                           | 141 |
| <b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                                                         | 156 |
| <b>REFERÊNCIAS</b>                                                                    | 163 |
| <b>ANEXOS</b>                                                                         | 172 |

## 1 INTRODUÇÃO

O eterno devir da história pode vir a representar um desafio ao pesquisador em sua tentativa de registrar determinado fenômeno ou acontecimento. Neste sentido, o fluxo contínuo do tempo nos leva inexoravelmente a estabelecer parâmetros, medidas e critérios que nos permitam vislumbrar, em certa medida, algum aspecto da realidade.

As tentativas de se registrar o fluxo contínuo da história foram inúmeras, passando pela perspectiva estritamente factual, que, por muito tempo, deu validade e legitimidade à disciplina História, até o malgrado desejo de se compor uma História Total que abrangesse as mais variadas manifestações humanas desde os seus primórdios. Mas, exauridos a factualidade histórica e o compromisso das Ciências Humanas e Sociais em se moldarem segundo padrões positivistas em busca de uma pretensa cientificidade, o historiador se debruçou sobre um novo e mais complexo desafio: compreender a historicidade dos fatos e dos fenômenos sociais.

A partir de tal perspectiva houve um alargamento do próprio objeto da História e, também, do seu sujeito. Os acontecimentos não mais falavam por si só, assim como não bastavam documentos oficiais que lhes dessem credibilidade, atestando a sua veracidade. O Ser Humano, então, em sua acepção mais ampla, passou a ser priorizado. Deste modo, se por um longo período, os grandes acontecimentos representaram o objeto da História, e os grandes nomes por trás de tais acontecimentos representaram o seu sujeito, a Nova História<sup>1</sup> viria a modificar drasticamente tal concepção.

O Ser Humano passaria a ser ao mesmo tempo sujeito e objeto da história, desta maneira, todos os indivíduos e grupos humanos teriam um papel fundamental e ativo nas transformações e permanências de seu tempo. Por sua vez, a análise de tais processos seria o produto da ciência histórica. Nesse sentido, é importante ressaltar que a imanência entre sujeito e objeto não está adstrita a uma temporalidade pretérita. O pesquisador ao produzir um discurso historiográfico participa deste “jogo de espelhos”, passando a ser, ele próprio, autor, espectador e personagem das representações que elabora.

Desta maneira, o tempo presente se agrega a dimensão temporal geralmente atribuída à História e não apenas o passado se apresenta como cenário de elaboração discursiva realizada pelo historiador, mas também o tempo e o local em que ele está inserido passam a

---

<sup>1</sup> Se entre os anos 1950 e 1970 a História Econômica foi a modalidade historiográfica a ocupar um lugar de destaque na historiografia, hoje a Nova História tem se destacado em quase todos os estudos historiográficos, sobretudo, pelo alcance das principais mudanças epistemológicas propostos por tal paradigma a partir dos conceitos de representação, imaginário, narrativa, ficção, sensibilidade, dentre outros.

ser evidenciados, pois de maneira incidental ou de forma estratégica o historiador deixa em seus escritos marcas de seu próprio tempo e também de suas próprias vivências individuais, pois, assim como não existe pensamento histórico sem a promessa de futuro, quem pensa historicamente e se debruça sobre o tempo passado deve igualmente manifestar ou, pelo menos, mostrar secretamente a si mesmo alguma expectativa em relação ao presente e ao porvir.

Sob esta perspectiva, o nosso trabalho representa uma variante desta nova forma de se fazer História, enquadrando-se na chamada História Cultural não apenas pela tipologia das fontes utilizadas, mas, principalmente, pela proposta da abordagem a que se propõe, qual seja: **analisar as transformações dos discursos relacionados ao comportamento e à sexualidade feminina na Literatura do século XIX através das principais escolas literárias do período.**

Desse modo, buscar-se-á evidenciar como o discurso literário pôde vir a representar, ao mesmo tempo, um reflexo de determinadas concepções relacionadas à sexualidade feminina, assim como um meio de propagação para estes mesmos ideários. Para tanto, será realizada, primeiramente, uma breve digressão temporal, de modo a analisar a maneira como a matéria foi abordada pelos pensadores iluministas do final do século XVIII, para, em seguida, observar o posicionamento de autores de alguns dos mais importantes movimentos literários do século XIX, como o Romantismo, o Realismo e, principalmente, o Naturalismo, de modo a evidenciar a gradual mudança de perspectiva que se operou sobre a imagem, o corpo e a sexualidade feminina, destacando como tais atributos foram negados, idealizados e, por fim, objetificados por meio dos mais variados discursos e saberes institucionalizados do período.

Em relação específica à Estética Naturalista, será abordada a visão de autores como **Émile Zola, Aluísio Azevedo e Júlio Ribeiro**, destacando de que forma a sexualidade feminina foi ressignificada em suas produções, vindo a representar um eixo constitutivo não apenas da vida, mas também da saúde física e mental das mulheres.

A partir de tal análise, será destacado um duplo aspecto da escola Naturalista em relação à temática trabalhada: por um lado, será observado como as produções naturalistas representaram uma ruptura em relação ao silêncio que recaía sobre o corpo e a sexualidade feminina, dando uma maior visibilidade e dizibilidade à questão; e, por outro lado, será evidenciado como os autores desta estética literária assimilaram e refletiram vários dos discursos científicos em voga na época, que buscaram não apenas explicar a sexualidade feminina, mas, também, controlá-la a partir de formas mais elaboradas de coerção.

Nesse ínterim, buscar-se-á salientar, sob a ótica de determinados saberes e poderes institucionalizados, como a Igreja, o Estado e a própria Ciência, a assimilação, reprodução e propagação de um imaginário<sup>2</sup> relacionado à imanência de uma natureza comum ao sujeito feminino, ordinariamente, associado ao papel de inferioridade e subordinação da mulher em relação ao homem, sublimado pela suposta existência de um Eterno Feminino.

Nesse contexto, a noção do Eterno Feminino, compreendido enquanto fenômeno e conceito será analisada a partir de uma perspectiva crítica, como um conjunto de discursos e representações que, ao longo do tempo, foram construídos, correlacionados e sobrepostos em contextos diversos e por relações específicas de poder, que, não raramente, produziram efeitos de verdade, que, por sua vez, incidiriam sobre a vida das mulheres com força normativa, reguladora e disciplinar, determinando o seu lugar e papel na sociedade.

Nesse sentido, é necessário destacar que muito embora as distinções entre os sexos tenham se apresentado de maneira distinta em cada sociedade e em diferentes épocas, não se pode olvidar que em cada contexto social e histórico houve a construção e difusão de uma determinada idealização sobre a imagem feminina.

Sem dúvida, tal padrão não se constituiu de forma imutável nas esferas sociais, nem tão pouco representou um pensamento universal que se manifestou de maneira homogênea no decorrer do tempo, mas, ao contrário, representou um conjunto de normas e valores construídos social e historicamente, que objetivou regular e/ou redirecionar as condutas femininas, podendo, ainda, ser assimilado, negado, reconstruído ou adaptado, de acordo com as especificidades e exigências de cada sociedade.

Convém ressaltar que, no decorrer deste trabalho, não será nossa intenção dar respostas definitivas às questões relacionadas à existência ou não de um Eterno Feminino (compreendido, neste contexto, como um fator psicológico e transcendental, comum à todas mulheres) ou buscar a origem de tais especulações, mas, sobretudo, nos propomos a refletir sobre as circunstâncias presentes na consolidação de determinadas discursividades oriundas de tal concepção, que puderam ser incorporadas, reapropriadas, transmutadas e disseminadas durante todo o século XIX, inclusive por meio da literatura.

Assim, utilizando-nos da literatura como meio de identificar e contextualizar determinadas rupturas e continuidades discursivas relacionadas à suposta existência de uma natureza imanente às mulheres, será observado, em um primeiro momento, como os autores iluministas e românticos viam e retratavam o comportamento e a sexualidade feminina, para,

---

<sup>2</sup> Segundo Sandra Pesavento, o imaginário faz parte de um campo de representação e, como expressão do pensamento, se manifesta por imagens e discursos que pretendem dar uma definição da realidade (1995, p. 15).

a partir de então, evidenciar de que modo as construções discursivas dos realistas e dos naturalistas se desvencilharam de tais concepções, ou ainda, como lhes atribuíram uma nova significação, não apenas racional ou idealista, mas passando a buscar um meio de legitimação cada vez mais pautado na cientificidade.

Concomitantemente a isto, buscar-se-á em obras do Naturalismo e em jornais da época, indícios de práticas discursivas que se destinavam a regular a sexualidade feminina, tomando como fundamento basilar a concepção de Foucault sobre como os discursos determinam e conduzem a realidade. Nesse sentido, segundo o autor:

são os discursos, eles mesmos, que exercem seu próprio controle; procedimentos que funcionam, sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição [...] não há sociedade onde não existam narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazem variar; fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que se narram conforme circunstâncias bem determinadas; coisas ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza. Em suma, pode-se supor que há, muito regularmente nas sociedades, uma espécie de desnivelamento entre os discursos: os discursos que “se dizem” no decorrer dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, *são ditos*, permanecem ditos e estão ainda por dizer [...] (2011, p. 21-22, grifos do autor).

Apropriando-nos de tal concepção, durante o recorte temporal correlacionado ao Naturalismo, observar-se-á como os discursos acerca da sexualidade feminina foram transmutados e sobrepostos sob a égide de uma nova roupagem, caracterizada, sobretudo, pela utilização da ciência, que, no século XIX, firmou-se como um novo e poderoso instrumento de justificação de antigas práticas que visavam subjugar a mulher através do controle do seu corpo e de sua sexualidade.

Com base nisto e seguindo a perspectiva foucaultiana acerca das questões que envolvem a construção, apropriação, manifestação e operacionalização de práticas discursivas, relacionaremos as prosas naturalistas com a construção de demais saberes que buscaram o controle sobre o corpo feminino, de modo a perceber como, em todos os âmbitos da sociedade, a produção do discurso é, ao mesmo tempo, condicionada à vigilância, à seleção, à organização e redistribuída por procedimentos que têm como função conjugar poderes, perigos, delimitações, controles e verdades (FOUCAULT, 2011), de modo a evidenciar como tais articulações se traduziram em uma tentativa de controle disciplinar sobre a sexualidade feminina.

No que se refere à abordagem específica sobre a sexualidade, as obras naturalistas nos oferecem subsídios para a pesquisa na medida em que, ao mesmo tempo em que representaram a manifestação do pensamento positivista e cientificista da segunda metade do século XIX, também foram consideradas chocantes pelos segmentos sociais e grupos literários mais conservadores do período, representando uma transgressão à imagem da mulher, por apresentarem uma representação viva e extraordinariamente enfática sobre a sexualidade feminina. Para o crítico francês Ferdinand Brunetière, por exemplo, as obras de Zola “feriram as tradições religiosas e sociais”, pois, segundo Brunetière, a literatura deveria exercer “o culto da virtude” (*apud*, SODRÉ, 1992, p. 66). Para outros, como J. Barbey D’aurevilly, Zola havia se tornado um carniceiro, por trazer à literatura uma espécie de “imoralidade ‘científica’, que ostenta[va] a animalidade do homem [...]. [Era] a apoteose do cio universal (*apud*, SODRÉ, 1992, p. 61).

Influenciados pelas teorias científicas da época, os autores naturalistas exploraram temas que retratavam o desequilíbrio sexual, emotivo e psicológico, que poderiam levar, inclusive, à loucura, criando personagens submetidos aos seus instintos e desejos mais primitivos, que, por sua vez, seriam regidos por heranças atávicas e determinismos biológicos que estariam fora do controle dos indivíduos.

Nessa esteira, buscar-se-á enfatizar a apropriação dos discursos sexistas<sup>3</sup> por parte dos literatos, e a maneira a partir da qual se reproduziu e propagou tais pensamentos no contexto em que tais indivíduos estavam inseridos, destacando, assim, as relações de poder em que se encontravam imersos.

Como fundamentação teórica e método de pesquisa, a consolidação da História Cultural representa uma contribuição riquíssima à produção historiográfica que pretendemos elaborar ao nos permitir a ampliação das fontes e objetos históricos de uma maneira muitas vezes ignorada pelos historiadores.

Nesse Sentido, há de se ressaltar que muito embora os discursos literários tenham sido utilizados como fonte de pesquisa, o presente trabalho não será pautado apenas na crítica literária, não sendo, do mesmo modo, caracterizado apenas como mais um discurso literário, haja vista que a argumentação crítica e a fundamentação teórico-metodológico não foram negligenciados no que se refere ao saber historiográfico que nos propomos a realizar.

---

<sup>3</sup> O termo sexismo refere-se ao conjunto de ações e ideias que privilegiam determinado gênero ou orientação sexual em detrimento de outro gênero (ou orientação sexual). Deste modo, sua prática pode ser observada em estereótipos e preconceitos em torno do sexo e dos papéis sociais atribuídos às mulheres e aos homens. No entanto, na maioria das vezes, a sua utilização incide na exclusão ou rebaixamento do gênero feminino, gerando a discriminação contra as mulheres, produzida e reproduzida pelas normas culturais e pelas estruturas sociais de determinado contexto histórico.

Por outro lado, não nos propomos a realizar uma análise fria ou rigorosamente impessoal das fontes literárias. É indubitável, que quanto maior o gosto do pesquisador pela Literatura, maior será a propriedade com o qual o ele irá trabalhar sobre esse tipo de recurso. Em um ensaio sobre as teorias e os métodos possíveis no uso das fontes literárias, o historiador Antônio Celso Ferreira faz a seguinte observação:

A formulação do problema não nasce no vazio, ao contrário, emerge no horizonte cultural e intelectual em que vive o próprio pesquisador [...]. Além disso, o projeto de pesquisa deve ser definido a partir do conhecimento daquilo que já foi dito ou escrito sobre o assunto, nas diversas áreas do saber, e principalmente na historiografia. **Seja qual for o assunto escolhido pelo historiador, a interpretação dos textos literários exige algo além do método: um modo especial de sensibilidade, que só é possível alcançar quem gosta de ler esse tipo de escritos** (FERREIRA, 2012, p. 81-83, grifos nossos).

Em nosso trabalho, tomaremos os devidos cuidados teóricos metodológicos de maneira que a utilização das fontes literárias não comprometa a análise historiográfica por nós almejada. Nesse sentido, para a interpretação dos discursos elaborados pelos literatos, por exemplo, será levado em consideração o conceito de **representação** trabalhado pelos historiadores Roger Chartier e Sandra Pesavento, a fim de compreendermos de que maneira o texto literário tem a potencialidade de se transfigurar em um documento histórico.

Deste modo, buscar-se-á evidenciar como tanto a História como a Literatura possuem metodologias e teorias próprias que correspondem a maneiras distintas de expressar o que representou determinado momento. No entanto, essas duas áreas do conhecimento se assemelham ao tecerem discursos que fazem alusão ao real, sendo ambas, narrativas que dão acesso à verossimilhança e ao imaginário de uma dada temporalidade.

Nesse aspecto, convém ressaltar que “as imagens e discursos não são exatamente o real ou, em outras palavras, não são expressões literais da realidade, como um fiel espelho” (PESAVENTO, 1995, p. 15). Muitas vezes, as discursividades se manifestam a partir de representações objetivas, expressas em coisas ou atos, entretanto, mesmo tais manifestações devem ser compreendidas como produto de um determinado imaginário social que, por sua vez, constitui-se a partir de representações mentais que “envolvem atos de apreciação, conhecimento e reconhecimento e constituem um campo onde os agentes sociais investem seus interesses e sua bagagem cultural” (PESAVENTO, 1995, p. 15).

Assim, no domínio das nuances em que envolvem a representação, “as coisas ditas, pensadas e expressas têm outro sentido além daquele manifesto. Enquanto representação do

real, o imaginário é sempre referência a um outro ausente” (PESAVENTO, 1995, p. 15). Nesse aspecto, Pesavento explica que:

este processo, portanto, envolve a relação que se estabelece entre significantes (imagens, palavras) com os seus significados (representações, significações), processo este envolve que uma dimensão simbólica. Nesta articulação feita, a sociedade constrói a sua ordem simbólica, que, se por um lado não é o que se convencionou chamar de real (mas sim uma sua representação), por outro lado é também uma outra forma de existência da realidade histórica; embora seja de natureza distinta daquilo que por hábito chamamos de real; é por seu turno um sistema de imagens que dá significado à realidade, participando, assim, da sua existência. Logo, o real é, ao mesmo tempo, concretude e representação. Nesta medida, a sociedade é instituída imaginariamente, uma vez que ela se expressa simbolicamente por um sistema de ideias-imagens que constituem a representação do real (1995, p. 16).

Para Sandra Pesavento, a representação se dá por meio de operações mentais e históricas, capazes de trazer à realidade a presentificação de dada ausência. Consiste em tornar um ausente presente através de significações construídas a partir do real, sendo, portanto, a impressão de uma verdade, não tida como absoluta, mas como condizente a um espaço e tempo, como explica a própria autora:

[...] a ideia central é, pois, a da substituição que recolocar uma ausência e torna sensível uma presença. A representação é um conceito ambíguo, pois na relação que se estabelece entre ausência e presença, a correspondência não é da ordem do mimético ou da transparência. A representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele. Há uma exposição, uma representação de algo ou alguém que se coloca no lugar de um outro, distante no tempo e/ou no espaço. Aquilo/aquele que se expõe - o representante - guarda relações de semelhança, significado e atributos que remetem ao oculto - o representado. A representação envolve processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão (PESAVENTO, 2004, p. 40).

Influenciada por Roger Chartier, o entendimento de Sandra Pesavento reflete os estudos do historiador francês que postula a concepção de que a representação se funda na ideia de substituição. Em outras palavras, a representação, para Chartier, se apresenta como “instrumento de um conhecimento mediador que faz ver um objeto ausente através da substituição por uma imagem capaz de o reconstituir em memória e de o figurar como ele é” (1990, p. 20). Tem-se, assim, que a noção de representação esboçada por ambos os historiadores é pautada na dualidade: ausência e presença, que se configura a partir de determinada realidade, ou seja, uma presença que se manifesta a partir de uma representação daquilo que já se encontra ausente.

O conceito de representação entendido desta maneira evidencia a prática de construções discursivas que traduzem a verossimilhança de certo espaço e temporalidade. No caso da História, tais discursos são operacionalizados por meio de fatos e/ou fontes históricas, que possibilitam o historiador à produção do conhecimento histórico. No entanto, na Literatura os discursos elaborados pelos literatos em suas obras se apresentam, por vezes, de forma desprendida, descomprometida com evidências históricas. Contudo, ainda nesses casos, a Literatura nos remete, mesmo que de forma incidental, à verossimilhança de determinada espacialidade e temporalidade, apresentando-se, portanto, como um instrumento capaz de registrar certo aspecto da realidade.

Em contrapartida, é necessário ressaltar que as discussões que permeiam o diálogo entre a História e a Literatura não se firmaram somente a partir de tais reflexões. Para o historiador Hayden White, por exemplo, as narrativas históricas manifestam-se como “ficções verbais, cujos conteúdos são tão inventados como descobertos, e cujas formas têm mais em comum com suas contrapartidas na literatura que na ciência” (2001, p. 97).

Defensor do caráter ficcional da narrativa histórica, Hayden White, em seu ensaio *O fardo da história*, sugeriu que os historiadores experimentassem, de maneira destemida, a visão artística na elaboração de seus textos. Segundo o autor, esta seria uma das formas que os historiadores teriam para “libertar o homem ocidental da tirania da consciência histórica” (WHITE, 2001, p. 52), ainda que isto pudesse resultar em um mergulho em questões imprevisíveis:

[...] somente libertando a inteligência humana do senso histórico é que os homens estarão aptos a enfrentar os problemas do presente. As implicações de tudo isso para qualquer historiador que valoriza a visão artística como algo mais que mero divertimento são óbvias: ele tem de perguntar a si próprio de que modo pode participar dessa atividade libertadora, e se a sua participação acarreta forçosamente a destruição da própria história (WHITE, 2001, p. 52).

Contudo, as concepções de White acerca da indistinção entre História e Literatura ensejaram algumas críticas, dentre as quais destaca-se aquelas promovidas por Roger Chartier, com base nos seguintes termos:

se a história produz um conhecimento que é idêntico àquele gerado pela ficção, nem mais nem menos, como considerar (e por que perpetuar) essas operações tão pesadas e exigentes que são a constituição de um *corpus* documental, o controle dos dados e das hipóteses, a construção de uma interpretação? [...] se a realidade dos fatos tramados não importa à natureza do saber produzido, a ‘operação historiográfica’ não seria tempo e pena perdidos? (2012, p. 112).

Ainda nesse aspecto, é preciso salientar que Hayden White, ao aproximar o texto historiográfico ao ficcional, não deixou de reconhecer que na composição de ambas as formas narrativas existissem diferenças convencionadas desde tempos remotos, como bem ilustra os excertos a seguir:

[...] quero admitir desde já que os *eventos históricos* diferem dos *eventos ficcionais* nos modos pelos quais se convencionou caracterizar as suas diferenças desde Aristóteles. Os historiadores ocupam-se de eventos que podem ser atribuídos a situações específicas de tempo e espaço, eventos que são (ou foram) em princípios observáveis ou perceptíveis, ao passo que os escritores imaginativos [...] se ocupam tanto desses tipos de eventos quanto dos imaginados, hipotéticos ou inventados (WHITE, 2001, p. 137).

Nada disso implica que não devemos distinguir a atividade da pesquisa histórica (o estudo pelo historiador de um arquivo contendo informações sobre o passado) da atividade da escrita histórica (a composição pelo historiador de um discurso e sua tradução numa forma escrita). Na fase de pesquisa do seu trabalho, os historiadores estão empenhados em descobrir a verdade sobre o passado e em recuperar informações esquecidas, ou suprimidas, ou obscurecidas, e, é claro, extrair delas todo o sentido que puderem. Mas entre essa fase de pesquisa, que na verdade não se pode distinguir da atividade de um jornalista ou um detetive, e a conclusão de uma história escrita, é preciso realizar várias operações transformadoras importantes, nas quais o aspecto figurativo do pensamento do historiador é mais intensificado do que diminuído (WHITE, 1991, p. 7).

Nos fragmentos acima expostos percebe-se algumas diferenças evidenciadas por White no que se refere aos aspectos próprios da ficção e da historiografia. Não obstante, o propósito do autor em suas produções foi, sobretudo, destacar as *semelhanças* entre ambas, no sentido de que os historiadores pudessem apropriar-se de maneira impávida dos discursos literários para a análise e elaboração historiográfica. Em sentido análogo, Roland Barthes, destacar as potencialidades do saber literário para a compreensão do real:

O saber que a literatura mobiliza nunca é inteiro nem derradeiro; a literatura não diz que sabe alguma coisa, mas que sabe de alguma coisa; ou melhor: que ela sabe algo das coisas – que sabe muito sobre os homens. [...] Porque ela encena a linguagem, em vez de, simplesmente, utilizá-la, a literatura engrena o saber no rolamento da reflexividade infinita: através da escritura, o saber reflete incessantemente sobre o saber, segundo um discurso que não é mais epistemológico, mas dramático. [...] A Literatura tem a força da representação e ela é categoricamente realista, na medida em que ela sempre tem o real como objeto de desejo (2004, p. 19, 23).

Nesse aspecto, há de se ressaltar que determinadas escolas literárias tiveram uma maior pretensão ou comprometimento em evidenciar o *real* quando em comparação com outras. Tome-se, por exemplo, a noção de representação apregoada pelo Realismo. Tal estética tinha como eixo constitutivo representações objetivas do “real”. Geralmente,

intelectuais que eram considerados realistas<sup>4</sup> (e nessa categoria se enquadravam literatos, pintores, artistas plásticos, dentre outros), retratavam em suas obras cenas do cotidiano, a partir de uma observação direta da realidade. O Realismo tinha, assim, como primeira ferramenta teórica a concepção de mímese, formulada por Aristóteles. Segundo, Afrânio Coutinho:

a precisão e a fidelidade na observação e na pintura são essenciais características realistas. [...] **O Realismo é a tendência literária que procura representar, acima de tudo a verdade, isto é, a vida tal como é**, utilizando-se para isso da técnica da documentação e da observação, contrariamente à invenção romântica. Interessado na análise de caracteres encara **o homem e o mundo objetivamente para interpretar a vida** (1969, p. 08-09, grifos nossos).

Contudo, é preciso considerar que mesmo no Realismo, a tentativa de se recriar a realidade não se dá de maneira tão objetiva quanto supõe os seus prosélitos, uma vez que a ideia de representação nunca alcançará a pretensão de ser uma cópia “verdadeira” e “fiel” da realidade, haja vista que esta realidade tida como “verdadeira” deixa de existir continuamente no tempo e no espaço, restando ao historiador que se debruça sobre tais fontes, somente vestígios dessa realidade ausente para que, assim, ele possa torná-la presente em seus discursos historiográficos.

Dito isto, pode-se entender que:

a problemática do mundo como representação, moldado através das series de discursos que o apreendem e o estruturam, conduz obrigatoriamente a uma reflexão sobre o modo como uma figuração desse tipo pode ser apropriada pelos leitores dos textos (ou das imagens) que dão a ver e a pensar o real (CHARTIER, 1990, p. 23-24).

Nesta perspectiva, tanto a História quanto a Literatura, “são formas de explicar o presente, inventar o passado, imaginar o futuro [...] ambas são formas de representar inquietudes e questões que mobilizam os homens em cada época de sua história”. (PESAVENTO, 2004, p. 80-81). Tal compreensão reflete, de maneira expressiva, as ideias de Roger Chartier quando este defende que as representações são construídas a partir da visão e interpretação de grupos ou classes sociais que as organizam.

Segundo o historiador francês, há diante dessas construções coletivas, estratégias de interesse: “as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à

---

<sup>4</sup> Segundo Afrânio Coutinho (1969, p. 06), a palavra *realista* deriva de *real*, oriunda do adjetivo do baixo latim *realis*, *reale*, por sua vez derivado de *res*, coisa ou fato, Real+ismo é a palavra que indica preferência pelos fatos e a tendência a encarar as coisas tais como na realidade são. Em literatura, Realismo opõe-se habitualmente a idealismo (e a Romantismo), em virtude da sua opção pela realidade tal como é e não como deve ser.

universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinados pelos interesses de grupos que as forjam” (1990, p. 17). Na Literatura, por exemplo, isto se dá a partir da forma como o intelectual se posiciona diante da sociedade e da maneira como ele faz uso da linguagem para retratar os preceitos de dada época ou temporalidade.

Deste modo, podemos considerar que a função social do intelectual e do literato é a construção de discursos, que de forma proposital ou incidente, são capazes de apresentarem marcas que possam servir de fundamento para a compreensão do modo como as pessoas viviam e de acontecimentos que estavam em voga em um determinado período. Sobre esta vertente, Foucault, no trabalho intitulado *O que é um autor?*<sup>5</sup>, explica que a função do autor caracteriza o modo de ser - circulação e funcionamento - dos discursos nas diferentes sociedades em que se manifestam (2009, p. 264).

Assim, através de um método hermenêutico, dialógico e intertextual, a utilização do discurso literário como fonte se torna coerente para a análise que pretendemos elaborar. Além da utilização direta de fontes literárias, utilizamo-nos de um vasto material bibliográfico de autores que trabalham sobre a mesma perspectiva temática, a partir do qual faremos de forma mais contundente a análise do objeto de estudo proposto na pesquisa. Ademais, serão feitas análises diretas de fontes primárias extraídas de acervos públicos, tais como jornais e revistas datadas do final do século XIX e início do século XX.

A escolha pela temática da sexualidade feminina, assim como a prioridade dada à estética naturalista, se deu em razão de que ambas apresentam pontos de convergências, na medida em que a escola naturalista (re)tratou e deflagrou de forma singular questões que suscitaram o desnudamento do corpo, sobretudo, o feminino, por meio da composição de personagens históricas, da representação de situações eróticas, da ocorrência de *perversões sexuais* e da utilização de teorias médicas e científicas na tentativa de explicação e controle dos corpos.

Com efeito, a pesquisa demonstra sua atualidade e relevância na medida em que aborda questões que, ainda hoje, são alvo de intensas discussões tanto em âmbito acadêmico quanto científico. Nesse aspecto, convém ressaltar que a análise sobre a sexualidade feminina tem, atualmente, ocupado inúmeros historiadores(as), principalmente, a partir dos novos paradigmas propostos pela Nova História Cultural, que apresentou novas problemáticas, abordagens e diversidade de fontes. No Brasil, o volume de publicações cujos temas são voltados para questões que tratam sobre “mulher”, “mulheres”, “sexualidade, e “gênero” vem

---

<sup>5</sup> O texto *O que é um autor?* Trata-se do registro de uma conferência apresentada por Foucault à *Société Française de Philosophie* em 1969.

aumentando de maneira significativa e se diversificando nas últimas décadas, o que demonstra uma trajetória de ampliação e consolidação do campo historiográfico intitulado História das Mulheres.

Mediante isto, ressalta-se que também foi de fundamental importância para a escolha do tema proposto, o desenvolvimento pessoal de pesquisas anteriores na área. Nesse sentido, ressalto o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Letras, da Universidade Estadual do Maranhão, no qual busquei realizar uma análise crítica sobre a maneira como a figura feminina foi retratada através do Simbolismo Brasileiro. Do mesmo modo, busco na presente dissertação, promover um rico diálogo entre a História e a Literatura, na qual se sobressaia o papel da literatura não apenas como uma forma de manifestação artística da sociedade, mas também enfatizando a historicidade e a verossimilhança presente em tais produções. Assim, almejo destacar a possibilidade de associação entre estas duas áreas do conhecimento, a partir da potencialidade de ambas em retratarem determinados aspectos da realidade. Nesse sentido:

Interpenetrar processos sociais e processos simbólicos implica um entrecruzamento de olhares que, por sua vez, parte de alguns pressupostos que norteiam uma questão aberta já há algum tempo, desde Michel de Certeau e Paul Ricoeur a Hayden White. Entretanto, o trabalho acadêmico contemporâneo tem implicações teóricas bem precisas, abertas pela incerteza geral que preside o campo das ciências humanas em face da derrocada dos modelos explicativos da realidade. Desta incerteza, reabre-se o debate em torno da verdade, do simbólico, da finalidade das narrativas histórica e literária, da gerência do tempo e da recepção do texto, questões estas que colocam a história e a literatura como leituras possíveis de uma recriação imaginada do real (LEENHARDT; PESAVENTO 1998, p. 9-10).

Em face disto, destaco que o interesse pela relação entre a História e a Literatura se apresenta, ainda, como uma forma de colaborar com as reflexões acerca dos estudos entre ambas as áreas do conhecimento, haja vista que os trabalhos realizados com este viés vêm contribuindo de maneira significativa para a construção do saber, tanto literário quanto historiográfico, através de publicações que demonstram a troca de experiências e abordagens de trabalhos que versam sobre o domínio trans e interdisciplinar.

Diante do exposto e para fins de estruturação da presente dissertação, optamos por organizar a nossa pesquisa nos seguintes capítulos: no primeiro capítulo, intitulado **O Eterno Feminino**, nos propomos a refletir sobre as questões que giram em torno das práticas discursivas que preconizavam a existência ontológica de uma “natureza feminina”, assim como as problemáticas advindas de tal concepção. Diante disto, convém ressaltar que a expressão *eterno feminino*, será compreendida e analisada a partir de uma perspectiva crítica,

na qual se evidenciará não a suposta ou eventual existência de uma natureza feminina atemporal e a-histórica, mas sim os caracteres peculiares que se exteriorizaram a partir de tal ideal, cujo padrão, apesar de aspirar o universal, representou, em verdade, a sobreposição de diversos discursos que visavam o controle do corpo, da sexualidade e do comportamento feminino ao longo do tempo. Nesse aspecto, tal perspectiva será relativizada e confrontada a partir do campo teórico-metodológico dos estudos de gênero, com a utilização de formulações teóricas de autoras como a historiadora Joan Scott e a filósofa Judith Butler.

No segundo capítulo, denominado **A Construção de um Ideal Feminino: antecedentes do Naturalismo**, apresentamos de que maneira os pensamentos iluministas e as ideias promulgadas pelos românticos viam e retratavam o comportamento e a sexualidade feminina, de modo a compreender as rupturas e permanências discursivas referentes a esses dois movimentos (Iluminismo e Romantismo) no que diz respeito à temática em questão. Já nos dois últimos capítulos, intitulados, respectivamente, **O Desencantamento do Belo Sexo: o Realismo e o Naturalismo Europeu e Representações da Sexualidade Feminina no Contexto do Naturalismo Brasileiro**, buscamos evidenciar a gradual apropriação de discursos científicos pelos literatos em suas produções, sobretudo, no que se refere à sexualidade feminina. Para tanto, destacamos de que forma autores como Émile Zola, Aluísio Azevedo e Júlio Ribeiro retrataram como o “excesso” de prazer sexual poderia ser visto como propício ao desequilíbrio emocional e racional dos indivíduos, ao criarem personagens imersas em um incontrolável e complexo impulso sexual.

Mediante isto, salientamos de que maneira o corpo feminino foi estudado, analisado, identificado e classificado sob o controle de teorias científicas e médicas, que visavam regular, sanar ou até mesmo extinguir as disfuncionalidades que acometiam as mulheres que ousassem ter a satisfação do apetite sexual de forma desmedida. Do mesmo modo, elucidamos que as disformidades que poderiam acometer a mente e corpo feminino, como, por exemplo, a manifestação da histeria, instaurou-se como uma presença perturbadora daquilo que as convenções sociais, os higienistas e o aparelho estatal desejavam banir: a pulsão dos desejos sexuais, que poderiam levar os indivíduos a cometer atos e práticas sexuais considerados imorais, tais como o adultério, a prostituição, a masturbação, a sodomia, o homossexualismo, dentre outros. Por fim, explicitamos como a prática desenfreada da cópula, a ocorrência de imoralidades e de toda espécie de “perversões” sexuais surgiram como um problema de instância pública e privada, capaz de suscitar instabilidade na vida das pessoas, sobretudo, se estivesse correlacionado a um corpo regulado e disciplinado por mecanismos de poder emanados e operacionalizados nas esferas sociais.

## 2 O ETERNO FEMININO

A História como concebida até início do século XX, foi uma história escrita fundamentalmente por homens que se dedicavam à narrativa dos acontecimentos políticos e militares, dos grandes heróis e seus feitos. Nesse sentido, segundo a historiadora Joan Scott (1992, p. 39), “a história do desenvolvimento da sociedade humana foi narrada quase sempre pelos homens e a identificação dos homens com a ‘humanidade’ tem tido como resultado, quase sempre, o desaparecimento das mulheres dos registros do passado”. Observa-se deste modo, que essa forma dominante de narrar os eventos históricos se absteve de incorporar às suas preocupações o sujeito feminino, o que, tangencialmente, consolidou a noção de que as mulheres desempenharam um papel secundário ao longo dos tempos.

Essa estreita relação entre o poder e a produção de saber que, por muito tempo, mantiveram as mulheres silenciadas na História, consagrou-se desde a Antiguidade com base em discursos hierarquizantes que preconizavam a existência ontológica de uma *natureza feminina*, a fim de legitimarem as representações atribuídas às mulheres, tais como o instinto materno e os cuidados domésticos, que, ao decurso da história, se propagaram e difundiram por quase todos os processos civilizatórios.

Essa interdependência entre o poder e o saber há muito consolidou a concepção segundo a qual as mulheres seriam sujeitos inferiores por natureza, de modo que tal construção se impôs às sociedades, produzindo efeitos de verdades, cujas consequências podem ser observadas até os dias atuais.

Nesta perspectiva, a construção e propagação de representações sobre a inferiorização da mulher ou mesmo o silêncio em torno da temática feminina, não devem ser vistos como uma mera eventualidade, mas, ao contrário, devem ser consideradas como estratégias discursivas que almejavam um propósito específico.

Neste sentido, devemos compreender que a articulação dialética entre o poder e o saber, decorre de ações que visam criar, determinar, classificar e até mesmo controlar as práticas discursivas que emanam das diversas instâncias sociais. Assim, segundo Foucault:

[...] não há que se contentar em dizer que o poder tem necessidade de tal ou tal descoberta, de tal ou tal forma de saber, mas sim que **exercer o poder cria objetos de saber, os faz emergir, acumula informações, as utiliza**. Não se pode compreender nada do saber econômico se não se sabe como se exercia, em sua cotidianidade, o poder, e o poder econômico. **O exercício do poder cria perpetuamente o saber e, inversamente, o saber acarreta efeitos de poder** (2006, p. 172, grifos nossos).

Deste modo, podemos observar que as representações construídas em torno das mulheres se refletiram, ao longo da história, em um valioso mecanismo abstrato de controle que, gradativamente, culminou na dinamização de extensas relações de poder que se dedicaram, mesmo que nem sempre de maneira explícita, a fortalecer as permanências socioculturais de outrora, ao segregar os sujeitos masculino e feminino conforme as suas predestinações tidas como naturais.

Não obstante, nos últimos tempos, os debates acerca dos estudos de gênero, ao romperem com as interpretações pautadas no determinismo biológico sobre os sexos feminino e masculino, têm dado contribuições importantes à historiografia, pois estes estudos têm propiciado a reconstrução histórica das experiências femininas, dando-lhes a visibilidade que lhe fora usurpada pelo androcentrismo da História Tradicional.

Temos no bojo de tais discussões a emergência de novos saberes que viabilizam o descortinamento das construções socioculturais que forjaram as desigualdades hierarquizantes entre os sexos. Em outras palavras, os estudos de gêneros têm revelado que os perfis definidores dos sujeitos feminino e masculino se constituem social, cultural e historicamente, num tempo, espaço e cultura determinados (SAMARA; SOHIET; MATOS, 1997).

Nessa perspectiva, a construção do Eterno Feminino, enquanto fenômeno e conceito, deve ser percebida através de um conjunto de discursos e representações que, ao longo do tempo, preconizaram a existência de uma natureza imanente, comum a todo sexo feminino e intrinsecamente associado ao papel de inferioridade e subordinação da mulher em relação ao homem.

Preliminarmente, podemos compreender o Eterno Feminino a partir de práticas discursivas que apregoavam a existência de uma natureza comum e una a todas as mulheres. Nesta perspectiva, no processo histórico de construção do *ser* feminino, e, sobretudo, da identidade feminina, a suposta existência de uma natureza imanente não somente às mulheres, mas também aos homens, demarcaria um conjunto de representações e atividades destinadas a cada um dos sexos. Sobre esta vertente, Marilena Chauí, expõe que:

na história do Ocidente a natureza possui um significado comum, ou seja, aquilo que faz parte da essência humana e é igual para todos; dizer que alguma coisa é natural ou por natureza significa dizer que essa coisa existe necessária e universal, que não depende da ação e intenção dos seres humanos (2004, p. 245).

É possível que a suposta natureza imanente tenha se fundamentado, primeiramente, a partir da própria fisiologia do corpo feminino, no qual pode ser observado um extensivo aparelho reprodutor que lhes garantem a capacidade ou potencialidade de gestar, dar à luz e

amamentar. Assim, na medida em que estas atribuições fisiológicas se firmaram como universais às mulheres, esse apanágio feminino se transmutou em uma ferramenta capaz de justificar e disseminar a ideia de natureza feminina, que, por sua vez, ultrapassaria os limites do corpo, para abranger também os aspectos anímicos e subjetivos do sujeito mulher. Acerca disto, a filósofa e feminista francesa Elisabeth Badinter, explica que:

[para] os defensores do amor materno "imutável quanto ao fundo" são evidentemente os que postulam a existência de uma natureza humana que só se modifica na, "superfície". A cultura não passa de um epifenômeno. Aos seus olhos, a maternidade e o amor que a acompanha estariam inscritos desde toda a eternidade na natureza feminina. Desse ponto de vista, uma mulher é feita para ser mãe, e mais, uma boa mãe. Toda exceção à norma será necessariamente analisada em termos de exceções patológicas. A mãe indiferente é um desafio lançado à natureza, a anormal por excelência (1985, p. 15).

Badinter (1985, p. 15) salienta, ainda, que, em princípio, a lei natural não admite nenhuma exceção às determinações preestabelecidas aos indivíduos, mas, em contrapartida, expõe que tais determinações são apenas aparentes, uma vez que o ser humano, em especial a mulher, seria “um ser histórico, o único vivente dotado da faculdade de simbolizar, o que o põe acima da esfera propriamente do reino animal, que é imerso na natureza e submetido ao seu determinismo”.

No entanto, ainda que hoje essas bipartidades possam ser compreendidas e notadas com maior expressividade, pode-se aferir, na conjectura de construção de um Eterno Feminino, que as ideias estabelecidas sobre o sistema reprodutor feminino foram essenciais para delinear as funções que as mulheres estariam natural e biologicamente aptas a desenvolver, sendo a maternidade apenas uma delas.

Do mesmo modo, a visão de que às mulheres estaria reservada a permanência no espaço privado do lar, como uma derivação de seu *instinto* de proteção e cuidados maternos, estabeleceu-se, gradativamente, a partir de representações que delimitavam funções, capacidades e características tidas como essencialmente femininas, dentre as quais: o corpo considerado fisicamente mais frágil e débil em relação ao do homem e, portanto, inapropriado aos trabalhos mais penosos; a “deficiência racional”, motivada pelo tamanho anatômico do cérebro feminino<sup>6</sup> e a dependência da mulher em relação ao homem, que, ocasionalmente,

---

<sup>6</sup> Em *As Partes dos Animais*, Aristóteles exaustivamente traça comparações entre os homens e as mulheres, a ponto de dizer que entre os animais, é o homem que tem o cérebro maior, proporcionalmente ao seu tamanho, e, nos homens, os machos têm o cérebro mais volumoso que as fêmeas. [...] São os machos que têm o maior número de suturas na cabeça, e o homem tem mais do que a mulher, sempre pela mesma razão, para que esta zona respire facilmente, sobretudo o cérebro, que é maior (ARISTÓTELES, 1957, p. 41).

culminou na ideia de submissão, sendo a mulher considerada, assim, incapaz de assegurar a sua própria segurança e/ou subsistência.

Estes são alguns dos elementos mais emblemáticos que determinaram e acompanharam a ideia do Eterno Feminino ao longo tempo. Compreendidos como ideias universais, tais concepções puderam ser assimiladas, apropriadas, transmutadas e propagadas de modo singular e distinto em cada tempo e espaço, sobretudo, se reconhecermos que as práticas discursivas gestadas em torno do Eterno Feminino foram construídas e correlacionadas por meio de extensas relações de poder que foram capazes de ditar e produzir efeitos de verdades, visando orientar e disciplinar a vida das mulheres, criando, do mesmo modo, um imaginário consolidado a respeito da imagem feminina.

No tocante ao imaginário, o filósofo e historiador polonês Bronislaw Baczko (1985) postula a ideia de que o imaginário social pode propiciar à formação da identidade de uma coletividade, bem como tem a potencialidade de estabelecer distribuições e posições sociais dentro de um espaço e contexto, podendo, ainda, exprimir, inserir e impor crenças comuns aos indivíduos. Além disso, para Baczko o imaginário social representaria, ainda, uma maneira de modelar e controlar a vida da coletividade, bem como resultaria em um meio eficiente de legitimação do exercício da autoridade e do poder. Em suma, pode-se compreender que, para Baczko, o termo *imaginário social* se refere à forma a partir da qual uma sociedade pode organizar o conjunto de suas representações:

os sistemas simbólicos em que assenta e através do qual opera o imaginário social são construídos a partir da experiência dos agentes sociais, mas também a partir dos seus desejos, aspirações e motivações [...] O imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, arrastando os indivíduos para uma ação comum [...] (1985, p. 311).

Nesse sentido, “o sistema de representações produzido por cada época e no qual esta encontra a sua unidade, o ‘verdadeiro’ e o ‘ilusório’ não estão isolados um do outro, mas, pelo contrário, unidos num todo, por meio de um complexo jogo dialético” (BACZKO, 1985, p. 303). Diante disto, Baczko (1985) pontua que é na trama das ilusões que cada tempo e espaço alimentam a sua história, que manifestam e escondem, ao mesmo tempo, a suas “verdades”, bem como o lugar que lhes cabe na “lógica da história”.

Mediante isto, o historiador prossegue argumentando que, embora cada geração traga consigo uma definição particular do ser humano, este não deixa de ser produto das transformações históricas ocorridas ao longo do tempo. No entanto, convém salientar que

cada época e sociedade apresentam maneiras distintas de “imaginar, reproduzir e renovar o imaginário, assim como possuem modalidades específicas de acreditar, sentir e pensar” (BACZKO, 1985, p. 309).

Compreendido isto, não nos parece incorreto afirmar que o Eterno Feminino tenha se edificado e disseminado a partir de ideias tidas por universais, fundidas, gradualmente, nos sistemas de informação e valores de cada representação social, em tempo e espaço distintos, resultando e manifestando-se nos discursos unificadores que suscitaram práticas e condutas comuns às mulheres através do alicerce de um imaginário social.

Segundo Simone de Beauvoir (1970a), as mulheres se manifestaram sob diversos aspectos em cada realidade concreta, no entanto os mitos construídos em torno das mulheres pretenderam resumi-las inteiramente. Para a filósofa, o Eterno Feminino se consolidou por tipos estereotipados, que, diante das representações sociais, produziram um dualismo artificial, caracterizado pelos seccionamentos macho/fêmea, homem/mulher, masculino/feminino, que foram apropriados e difundidos de modo particular em cada sociedade:

Como as representações coletivas e, entre outros, os tipos sociais definem-se geralmente por pares de termos opostos, **a ambivalência parecerá uma propriedade intrínseca do Eterno Feminino.** [...] Não é evidentemente a realidade que dita à sociedade ou aos indivíduos a escolha entre os dois princípios opostos de unificação; em cada época, em cada caso, sociedade e indivíduos decidem de acordo com suas necessidades. Muitas vezes projetam no mito adotado as instituições e os valores a que estão apegados (1970a, p. 300-301, grifos nossos).

Como se vê nessas poucas linhas, o Eterno Feminino, segundo Simone Beauvoir, projetou-se mediante as clivagens dos sexos, sem, contudo, deixar de demarcar as valorações impostas a cada um deles. Assim, “se a definição que se dá desse Eterno Feminino é contrariada pela conduta das mulheres de carne e osso, estas é que estão erradas. Declara-se que as mulheres não são femininas” (BEAUVOIR, 1970a, p. 299). Sobre esta vertente, a filósofa explica que a mulher, durante muito tempo, foi vista como um ser voltado à imanência, não podendo, portanto, se realizar em atos. Esteve, deste modo,:

encerrada na esfera do relativo, destinada ao macho desde a infância, habituada a ver nele um soberano a quem não lhe é dado igualar-se, a mulher que não sufocou sua reivindicação de ser humano sonhará em ultrapassar-se para um desses seres superiores, em unir-se, confundir-se com o sujeito soberano. Não há para ela outra saída senão perder-se de corpo e alma em quem lhe designam como o absoluto, o essencial (BEAUVOIR, 1970b, p. 412).

Deste modo, a validade conceitual de ideias universais acerca do *ser* feminino e suas condutas, repousaram sob as mulheres como um eterno feminino sublimado, cujo fim último seria elevar as potencialidades do homem. Tal concepção encontrou reflexo na literatura romântica, cuja expressão pode ser delineada, por exemplo, na frase final da obra *Fausto*, de Goethe, tido como o principal expoente do romantismo europeu: “o Eterno Feminino nos eleva”.

Tal ideal encontrou paralelo, ainda, entre os pensadores iluministas que, via de regra, defendiam a consolidação de práticas educativas que visavam despertar o instinto materno das mulheres para, assim, aprimorar a própria vida em sociedade. Um dos grandes expoentes e defensor de tais práticas foi Rousseau, “com a publicação de *Émile*, em 1762, que cristalizou as novas ideias e deu um verdadeiro impulso inicial à família moderna, isto é, a família fundada no amor materno” (BADINTER, 1985, p. 53).

O Eterno Feminino emergia, assim, a partir de múltiplas justificativas. Contudo, a imanência de uma suposta natureza feminina buscava não apenas explicar, mas também determinar o papel da mulher na sociedade. Assim, gradativamente, a mulher passaria a ser definida e diferenciada em relação ao homem “e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (BEAUVOIR, 1970a, p. 10). Acerca disto, Simone de Beauvoir pontua, ainda, que:

o homem que constitui a mulher como um Outro encontrará, nela, profundas cumplicidades. Assim, a mulher não se reivindica como sujeito, porque não possui os meios concretos para tanto, porque sente o laço necessário que a prende ao homem sem reclamar a reciprocidade dele, e porque, muitas vezes, se compraz no seu papel de Outro (1970a, p. 15).

Contudo, é preciso salientar que para Simone de Beauvoir, o Eterno Feminino se apresenta como um conceito fabricado, que se disseminou ao longo do tempo a partir da visão hierarquizante entre os sexos masculino e feminino. Assim, Beauvoir, nos dois volumes de sua obra *O segundo sexo*, propôs-se a não apenas identificar, mas também desconstruir a ideia do Eterno Feminino, buscando, do mesmo modo, evidenciar os fatores que condicionaram as mulheres a se constituírem e se reconhecerem como o Outro, sob a égide da alteridade: “que é uma categoria fundamental do pensamento humano. Nenhuma coletividade se define nunca como Uma sem colocar imediatamente a Outra diante de si” (BEAUVOIR, 1970a, p. 11).

Simone de Beauvoir renuncia quaisquer fundamentos que tenha em seu cerne a ideia do Eterno Feminino, pois para a filósofa é “tão absurdo falar da mulher em geral como do homem eterno” (1970b, p. 392). Portanto, de acordo com Beauvoir (1970b, p. 9), “ninguém

nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino”.

É válido reconhecer que, mesmo que autoras como Elisabeth Badinter e Simone de Beauvoir tenham elaborado seus estudos de modo a desconstruir as ideias universais edificadas em torno das mulheres, ou a existência de uma natureza imanente às mulheres, ou ainda, tenham se recusado a aceitar as formulações acerca de um padrão de comportamento comum às mulheres, constituído sob os prismas de um “instinto natural”, “ideal feminino” ou do “Eterno Feminino”, estas mesmas autoras se viram imersas em um conjunto de discursos que lhes fizeram posicionar-se negativamente a tais proposições.

Deste modo, antes de negar o Eterno Feminino, foi preciso reconhecê-lo como uma prática discursiva que, durante muito tempo, foi apropriada, (re)produzida, transmutada e disseminada na sociedade, atendendo as especificidades e particularidades de cada tempo e espaço. Mediante isto, a utilização do termo Eterno Feminino no desenvolvimento deste trabalho se justifica a partir de um esforço em tentar evidenciar que, muito embora seja possível observar as mudanças de comportamento das mulheres ao longo do tempo e em cada sociedade, permaneceu-se a visão de que elas estariam submetidas a seus próprios instintos, tidos como naturais, sendo tal concepção difundida por meio dos mais diversos discursos institucionalizados, dentre os quais, o discurso religioso, o discurso científico e, também, o próprio discurso literário e historiográfico.

No entanto, a ideia totalizante e universal do Eterno Feminino necessita ser relativizada quando compreendida a partir da visão crítica dos fatos que desencadearam a ideia de um sujeito feminino dotado de imanência e, por assim dizer, encerrado em si mesmo; nesse sentido, o campo teórico-metodológico dos estudos de gênero é de fundamental importância para desconstruir essas antigas, porém atuais, concepções.

Nesta perspectiva, se compreendido a partir de um viés crítico, passando pelos próprios sentidos ontológicos e epistemológicos dos saberes construídos sobre tal prisma, o Eterno feminino pode ser concebido, como já anunciado nos parágrafos anteriores, como um conjunto de representações e práticas discursivas criadas e disseminadas sob a égide de uma suposta natureza feminina, imanente às mulheres e relacionada a uma ideia de condição subalterna e de dependência da mulher em face ao sexo masculino, sem, contudo, deixar de adaptar-se de acordo com as especificidades e necessidades de cada sociedade.

Pelo viés discursivo, a identificação de um suposto Eterno Feminino pode ser compreendida, ainda, a partir da valoração negativa das práticas contrárias a tal ideal. Assim,

os comportamentos femininos ditos e vistos como desviantes, aberrantes, sexualmente reprováveis ou simplesmente contrários à natureza feminina, eram sempre tidos como exceção à regra, fortalecendo a noção de que a negação da mulher à sua natureza feminina ocasionaria, inexoravelmente, a sua própria ruína.

Desta forma, a afirmação de uma natureza feminina se fortaleceu na medida em que se negou as manifestações que lhe eram contrárias. Tal fenômeno acabaria por ocasionar a polarização das representações construídas em torno da mulher, que se exprimia por meio de arquétipos antagônicos, tais como o de Eva/Maria, Santa/Pecadora, Boa Esposa/Adúltera.

Nesse aspecto, o exemplo cristão é emblemático. Os discursos apregoados pela Igreja Católica durante toda a Idade Média, associavam a “subversão” feminina ao pecado da carne, o qual muito se firmou ante a dualidade entre Eva, a pecadora, e Maria, a redentora<sup>7</sup>. Nesta perspectiva, a figura de Maria era tida como um exemplo único a ser seguido, em contrapartida, aquelas que se desvencilhavam do arquétipo imaculado de Maria seriam consideradas filhas de Eva. Isto implica dizer que, aos olhos da Igreja Católica, a dicotomia entre Eva e Maria seria respaldada na natureza pecaminosa de uma, em contraste à natureza pura e imaculada de outra.

Tais práticas discursivas ditadas pela Igreja Católica, durante muito tempo, representaram um valioso mecanismo de poder, cujos efeitos de verdades produziram condutas disciplinares que consistiam em controlar a vida dos indivíduos em diferentes situações e temporalidades<sup>8</sup>. Diante disto, podemos aferir que os discursos religiosos também tiveram potencialidades de se apresentarem como imponentes produtores de verdades, na medida em que impuseram à sociedade determinada concepção de realidade.

Segundo o Foucault, o que se afirma, portanto, é que os efeitos de verdades não podem ser desassociados das relações de poder e vice versa, tendo em vista que ambos necessitam legitimar a sua sobrevivência quer seja pela esfera do poder, a qual se dá pelas

---

<sup>7</sup> Segundo o historiador José Rivair Macedo, para alguns teólogos, Eva não teria sido feita à imagem e semelhança de Deus, mas a partir de Adão; assim sendo, consideraram-na mera projeção da criação divina. Essa distinção e gradação entre o homem – dotado de imagem divina (*imago*) –, e a mulher – detentora apenas da semelhança divina (*similitudo*) –, para eles constituía uma prova da “inferioridade natural” do sexo feminino. Assim, o tema central da discussão teológica residia no pecado original. Os escritores cristãos, desde São Paulo, basearam a argumentação em defesa da “superioridade natural” do homem na fraqueza de Eva ante a sedução de Satã. A imagem oposta, a da mulher redentora, concentrou-se na figura da Virgem Maria, mãe de Cristo, e, por extensão, de todo o gênero humano, não obstante fora imaculada, permanecendo virgem e pura (MACEDO, 2013, p. 66-69).

<sup>8</sup> Segundo Foucault (1988), a Igreja Católica, desde tempos remotos, exerceu controle sobre aquilo que se falava sobre o sexo. No entanto, o autor explica que por volta do século XVIII nasceu, no mundo Ocidental, uma incitação política, econômica e técnica para se falar sobre o sexo, “[...] sob forma de análise, de contabilidade, de classificação e de especificação, através de pesquisas quantitativas ou casuais” (1988, p. 26). Para tanto, Foucault (1988) elucida que formularam-se construções discursivas pautadas não unicamente pelo viés da moral, mas também e, sobretudo, pelo olhar da racionalidade e da cientificidade.

construções de verdade, ou pela esfera da verdade, concebida, neste caso, pelos exercícios de poder (FOUCAULT, 2004). Mediante isto, não seria impróprio afirmar que, no período medieval, a moral cristã produziu e difundiu verdades tidas como incontestáveis, que por sua vez, seria reapropriadas e transmutadas em contextos distintos, gerando reflexos que podem ser percebidos até os dias atuais.

Em relação específica a construção de um modelo feminilidade, pode-se reconhecer que os atributos considerados, essencialmente, naturais às mulheres, tais como a fragilidade, a capacidade de cuidar, a empatia, o altruísmo, e as características físicas, que, muitas vezes, demarcavam a ausência da força, não foram incorporadas de maneira integral e absoluta por todas as mulheres, mas foram acionados ora como um *mecanismo de divergência*, no qual as atribuições que, naturalmente, lhes eram dadas se tornaram destoantes, ora como uma *estratégia de manipulação*, na qual a própria subordinação das mulheres lhes davam condições de ascensão, sendo sua suposta fragilidade e delicadeza utilizada como tática de sublimação ou afirmação social.

Quanto a este último aspecto, iluministas como Rousseau (1995) acreditavam, à sua época, que mulheres e homens teriam sido feitos um para o outro, mas a dependência natural de ambos não era igual. Segundo o filósofo, os homens dependiam das mulheres por seus desejos e paixões, as mulheres, por sua vez, estariam sujeitadas aos homens por suas necessidades (1995, p. 432). Nesta perspectiva, à medida que as mulheres cultivavam sua debilidade e seus encantos físicos e morais, instituíam, com isto, estratégias de manipulação que relativizavam a “natural” superioridade racional dos homens, em favor de sua dependência emocional às mulheres. Portanto, de acordo com Rousseau:

**o mais forte, aparentemente senhor, [dependia] na realidade do mais fraco; e isso não em virtude de uma frívola galanteria, nem de uma orgulhosa generosidade do protetor, e sim em consequência de uma lei invariável da natureza que, dando a mulher maior facilidade de excitar os desejos do homem que a este de satisfazê-los, faz depender o homem, apesar de tudo, da boa vontade da mulher, [levando-o] a procurar, por sua vez, agradar-lhe para conseguir que ela consinta em deixá-lo ser mais forte** (1995, p. 426, grifos nossos).

Esta maneira de enxergar tal aspecto do Eterno Feminino pode ser observada, igualmente, em muitas obras do Romantismo. Assim, ainda que muitas temáticas girassem em torno do que era considerado propriamente do domínio feminino, tais como os cuidados da casa, dos filhos e do marido, a ficção romântica exhibe certa dependência masculina em relação aos encantos da figura feminina. Com efeito, nota-se que, à medida em que os românticos exploravam ao máximo o ideal do Eterno Feminino, paradoxalmente,

evidenciaram a feminilidade de suas personagens como uma autêntica fonte de poder sobre os homens em intrigantes jogos de sedução, como observaremos mais detidamente no próximo capítulo.

No que tange ao *mecanismo de divergência*, desde tempos remotos, imperou-se a ideia de que os comportamentos contrários à natureza feminina representavam a imagem de devassidão das mulheres. Assim, aquelas que não se identificavam com a feminilidade que lhes eram atribuídas ou não se dedicavam exclusivamente às funções predestinadas ao sexo feminino, eram, quase sempre, vistas como uma ameaça à ordem social. Assim, as concubinas (*pallake*)<sup>9</sup> da Antiguidade, as possessoras e bruxas da Idade Média, as cortesãs do Antigo Regime, as histéricas e operárias do século XIX, as prostitutas do século XX, as escravas, as vendedoras de miudezas e todas aquelas que, de certo modo, representavam uma transgressão ao Eterno Feminino eram vistas como corruptíveis, perigosas, influenciáveis, tendentes ao mal e à corrupção moral.

Podemos destacar como exemplo de tais concepções, o já mencionado discurso religioso que se utilizou das construções antagônicas, Eva/Maria, pureza/pecado, bem/mal, anjo/demônio, espírito/carne como demarcadores definidores da imagem feminina. Desde os primórdios, a Igreja instituiu sobre as mulheres uma carga valorativa que as exortava “à prática da virtude, da obediência, ao silêncio, e à imobilidade em nome de uma ética católica muito parcial” (TEDESCHI, 2008, p. 64) que investiu sobre o corpo feminino extensas relações de poder e de dominação na tentativa de torná-lo dócil. Segundo Foucault, “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (1987, p. 163).

Desta maneira, nos primórdios da expansão cristã no Ocidente, nomes como o de Tertuliano (150/155-220 d.C.) e Santo Agostinho (354-430 d.C.) foram fundamentais para a consolidação e propagação dos discursos relacionados aos preceitos religiosos, sobretudo, quando eram direcionados às mulheres. Intencionavam guiá-las a uma vida longe de pecados

---

<sup>9</sup> O concubinato era uma relação extraconjugal estável. Segundo Moreira Alves (1995, p. 370-371), a doutrina dominante entende que, na república, o concubinato era apenas uma mera união de fato, embora, quando se tratava de uma ingênua e de status elevado, possivelmente vinha aplicada a punição doméstica pelo *stuprum*. Apesar de não ser ilegal, este instituto não gerava todos os efeitos legais do matrimônio. Por outro lado, os filhos nascidos desta união não eram considerados legítimos e não herdavam automaticamente do pai. Normalmente as concubinas possuíam uma condição social inferior àquela de seu parceiro e eram libertas. Mas tais características não representavam uma regra, pois mulheres de status social mais elevado e ingênuas também podiam ser concubinas (GRUBBS, 2002, p. 151). A legislação matrimonial de Augusto determinou que as relações extraconjugais com mulheres ingênuas e honestas (*ingenua et honesta*) configurassem o *adulterium* ou o *stuprum* (BURDESE, 2003, p. 244-5). O *stuprum*, de acordo com a Lei de Adultério de Augusto, consistia na prática de ato sexual com mulher não casada e de respeitável status. É interessante mencionar que o *adulterium* e o *stuprum* eram punidos pelo tribunal familiar durante a república. Foi apenas com a mencionada lei Júlia que esses crimes passaram a ser públicos (GRUBBS, 2002, p. 19, 84).

e preenchida por virtudes, tais como a pureza e a inocência. Segundo a historiadora Silvia Márcia Siqueira, de maneira geral, eles “trataram das mulheres em suas obras e tentaram fundamentar uma moral rigorosa que defendia a abdicação do mundo e controle racional das paixões” (2003, p. 384). Tertuliano, por exemplo, escreveu, dentre outros temas, sobre questões que ressaltavam a importância da continência sexual e os perigos da natureza demoníaca das mulheres. Nesse sentido, Tertuliano é tido como:

o primeiro autor latino a criar um discurso sobre a natureza humana constante, imutável e subjugada às realidades do sexo e sobre a **mulher** como um **ser ciente de seus sentimentos sexuais, capaz de inspirar sentimentos semelhantes em outrem**. Ou seja, **o desejo sexual era considerado uma ameaça para os seres humanos, e a mulher uma sedutora por natureza que nem o batismo poderia alterar** (BROWN, 1990, p. 78 *apud* SIQUEIRA, 2003, p. 384, grifos nossos).

Tais discursos acabaram por instaurar e (re)formular discursos e práticas sociais que se integraram ao conjunto de símbolos e representações construídas sobre a imagem feminina, ora para (re)afirmar a pretensa existência de uma natureza imanente às mulheres, ora para evidenciar os “excessos voluptuosos”, a “subversão” e a “degenerescência moral” da figura feminina.

Em sentido análogo, o século XIX também buscou meios de justificar o controle sobre o corpo feminino, que passaria ser guiado não apenas pela moral religiosa, mas também controlado por um amplo aparato estatal, que com suas políticas de vigilância, progresso e higienismo, reforçava as construções discursivas que, no âmbito público limitavam a participação social da mulher e, no âmbito privado, proibia-lhes de externar integralmente a sua sexualidade.

Na mesma época, a nascente psicanálise surgia com o diagnóstico da histeria, como uma espécie de resposta à dita transgressão feminina sobre tais barreiras. Sobre esta vertente, Foucault explica que:

o Cristianismo que teria, pela primeira vez na história do Ocidente, colocado a grande interdição à sexualidade, que teria dito não ao prazer e por aí mesmo ao sexo. Esse não, essa proibição teria levado a um silêncio sobre a sexualidade – baseado essencialmente em proibições morais. Porém, a burguesia, a partir do século XVI, encontrando-se em uma posição de hegemonia, de dominação econômica e de hegemonia cultural, teria retomado de qualquer modo a seu cargo, para aplicá-lo mais severamente ainda e com meios ainda mais rigorosos, esses ascetismo cristão, essa recusa cristã da sexualidade e conseqüentemente a teria prolongado até o século XIX, no qual, finalmente, em seus últimos anos, se teria começado a levantar o véu com Freud (2004, p. 62-63).

No entanto, ainda que a histeria e os primeiros estudos de Freud acerca das “doenças nervosas” tenham propiciado, cada um à sua maneira, o desnudamento do corpo feminino<sup>10</sup> no decorrer do século XIX, as neuroses identificadas pela psicanálise também poderiam ser observadas em outros momentos históricos, porém sob outras designações. Assim, na Idade Média, por exemplo, “surgiram sob a forma de epidemias, em consequências de contágio psíquico, e estavam na origem do que era fatal na história da possessão e da feitiçaria” (FREUD, 1986a, p. 31).

Segundo Freud, os “históricos, que em séculos anteriores tinham sido lançados à fogueira ou exorcizados, em épocas recentes e esclarecidas, estavam sujeitos à maldição do ridículo; seu estado era tido como indigno de observação clínica, como se fosse simulação e exagero” (1986a, p. 31). Ademais, as primeiras manifestações designadas como casos de histeria foram, inicialmente, atribuídas ao útero (*hystera*). Sobre esta assertiva, a psicanalista Denise Maurano esclarece que:

seja a vacuidade atribuída à falta de sêmen devido à ausência da relação sexual (Hipócrates, 460-377 a.C.; Galeno, 131-201 d.C. e outros) ou à falta de filhos (Platão 428-347 a.C.; Soranos de Éfeso, 98-139 d.C. e outros) ou referida como a razão de uma leveza danosa que provoca o deslocamento do útero do lugar que ele deveria ter, parece haver nas teorias que tentavam explicar as causas dos transtornos históricos uma flagrante menção a certa *insustentável leveza de ser* (2010, p. 20, grifos da autora).

Assim, mediante as concepções que levariam a crer que as mulheres possuíam um organismo débil, com falhas de ordem biológica e que, portanto, causavam a *insustentável leveza de seu ser*, comumente, (re)criaram-se representações que visavam justificar a pretensa desigualdade entre homens e mulheres, com base no fundamento de que as mulheres teriam uma propensão universal e biológica à fraqueza.

Diante disto, pode-se entender que enquanto a constituição do sujeito mulher esteve, durante muito tempo, atrelada aos desdobramentos do Eterno Feminino, este por sua vez, manifestou-se de modo dinâmico e característico, em cada tempo e espaço, por meio de variáveis bastante análogas, tais como “ideal feminino”, “natureza feminina”, “condição feminina”, “essência feminina” e “feminilidade”.

---

<sup>10</sup> Embora corriqueiramente os casos de histeria tenham sido associados às mulheres, é preciso salientar que tanto Charcot quanto Freud, identificaram e diagnosticaram casos de histeria masculina. Segundo Freud, “Charcot descrevera casos em que meninos de esmerada educação tinham ataques histéricos acompanhados por explosões de linguagem obscena” (1986b, p. 16). C.f. FREUD, Sigmund. *Observação de um caso grave de hemianestesia em um homem histérico*. In.: \_\_\_\_\_. **Histeria**: primeiros artigos I. Rio de Janeiro: Imago, 1986, p. 25-38.

Há de se pontuar ainda que, atualmente, tais idealizações universais e totalizantes têm sido desconstruídas pelo campo teórico-metodológico dos estudos de gênero pós-estruturalistas, nos quais podemos destacar, principalmente, as contribuições da historiadora Joan Scott e da filósofa Judith Butler. Assim, se outrora o gênero era identificado e definido através do sexo enquanto categoria natural, binária e hierárquica, que demarcava feminilidades e masculinidades normativas e predeterminadas a cada um dos sexos, as autoras mencionadas evidenciaram que o gênero é uma construção social, pautado em aspectos culturais, econômicos, políticos, psicológicos que giram em torno dos corpos.

Nesta perspectiva, tanto Scott quanto Butler apresentam pensamentos que se coadunam entre si no que se refere à íntima vinculação do gênero com as relações de poder. Assim, influenciadas pela ideia de desconstrução de Jacques Derrida e pelos estudos de Foucault acerca do controle político sobre o corpo, as autoras problematizaram as identidades de gênero masculino e feminino, por meio da desvinculação das diferenças biológicas das condutas sociais, considerando que os comportamentos comumente praticados por homens e mulheres, não são efeitos de uma pretensa natureza imanente a cada um deles, mas, ao invés disso, são regras sociais que determinam e legitimam os arquétipos que diferem o feminino do masculino.

Segundo Scott (1991, p. 21), para compreendermos a concepção de gênero como um elemento constitutivo de relações sociais fundamentadas nas divergências apreendidas entre os sexos, que por sua vez, são constituídas nas malhas do poder, é necessário que possamos “rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária, precisamos de uma historicização e de uma desconstrução autêntica dos termos da diferença sexual” (SCOTT, 1991, p. 18), a fim de suscitarmos, com isto, questionamentos, deslocamentos e re-alocações de conceitos já canonizados na esfera social.

Assim, “desconstruir a oposição significa, primeiramente, em um momento dado, inverter a hierarquia” (DERRIDA, 2001, p. 48). Ou como ainda explica o teórico Jonathan Culler, desconstruir uma oposição binária é evidenciar que ela não é um dado natural e nem inevitável, “mas uma construção produzida por discursos que se apóiam nela, e mostrar que ela é uma construção num trabalho de desconstrução que busca dismantelá-la e reinscrevê-la, isto é, não destruí-la, mas dar-lhe uma estrutura e funcionamento diferentes” (1999, p. 122).

Para Scott (1991), portanto, as relações entre os sexos são construídas socialmente, entretanto tal assertiva não se esgota em si mesma, tendo em vista que, para a autora, essa maneira de perceber as relações de gênero não é suficiente para responder de que modo estas relações são formuladas, ou, ainda, por quais razões elas são construídas de forma que o

sujeito que se sobressaia seja o masculino e não o feminino. Diante disto, Scott articula a ideia de construção social do gênero com a noção de poder, sendo este, compreendido como uma espécie de elemento essencial presente na produção social dos sujeitos. Assim, para Scott, o gênero se apresenta por meio de:

[...] duas partes e diversas subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: **gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e mais, o gênero é uma forma primeira de dar significado às relações de poder** (1991, p. 21, grifos nossos).

Seguindo o raciocínio de Scott, Judith Butler (2003), na obra *Problemas de gênero: feminismos e subversão da identidade*, corrobora com o posicionamento da historiadora acerca da desconstrução da oposição binária das identidades de gênero feminino/masculino, entretanto, diferentemente de Scott, Butler discute a ideia de que “mesmo que os sexos pareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição” (2003, p. 24), eles, tal como o gênero também são social e culturalmente constituídos, ultrapassando, portanto, os seus significados biologicamente assumidos e a sua metafísica ontológica. Assim, para Butler:

o gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí o que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual a “natureza sexuada” ou um “sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (2003, p. 25).

Vê-se, com isto, que Butler sugere que as diferenças biológicas sejam desvinculadas dos comportamentos estimados aos homens e às mulheres, bem como entende que o sexo não é um dado neutro sobre o qual a cultura se instala, mas sim um produto de discursos que alocam sobre ele uma série de interesses políticos e sociais. Assim, “se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio constructo chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma” (BLUTER, 2003, p. 25).

Para Butler, tanto o sexo quanto o gênero são construções socioculturais. São efeitos da tentativa de adequar os comportamentos dos sujeitos às normas que lhes são impostas.

Assim, o sujeito mulher é condicionado a se portar com base em “feminilidades” e o homem, do mesmo modo, a agir de maneira “masculinizada”. É nessa perspectiva que Butler (2003, p. 48) assevera que o gênero é *performativo*, isto é, produzido e imposto pelas práticas de vigilância e de coerência aos modos de agir associados à feminilidade e à masculinidade.

A noção de o gênero performativo “é resultante de um regime que regula as diferenças de gênero. Neste regime os gêneros se dividem e se hierarquizam de forma coercitiva” (BUTLER, 2002, p. 64), de modo que aqueles que não são legalmente reconhecidos e aceitos pelos papéis definidores masculino e feminino, quase sempre, são enxergados por meio de atos corporais considerados ilegítimos e abjetos.

Compreendido isto, pode-se aferir, portanto, que a constituição do sujeito mulher quer seja pelo viés fenomenológico, quer seja pelo campo teórico-metodológico, se dá por meio de *discursos* produtores e definidores de um corpo e uma sexualidade feminina, legitimados por mecanismos abstratos de poder, conflitos e interesses do que é considerado natural ou patológico, normal ou anormal.

Nesta perspectiva, percebe-se que tanto a ideia do Eterno Feminino quanto a sua desconstrução, são expressões da efetiva funcionalidade das construções discursivas como imponentes produtoras de verdades, exercidas de maneira muito peculiar nas diferentes sociedades por meio de efeitos específicos de poder. De acordo com Foucault:

[...] de outro lado, somos igualmente submetidos à verdade, no sentido de que a verdade é a norma; é **o discurso verdadeiro** que, ao menos em parte, decide; ele veicula, ele próprio **propulsa efeitos de poder**. **Afinal de contas, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a tarefas, destinados a uma certa maneira de viver ou a uma certa maneira de morrer, em função de discursos verdadeiros, que trazem consigo efeitos específicos de poder** (2002, p. 29, grifos nossos).

Segundo Foucault (2012, p. 144), “o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo”. Assim, compreende-se que as questões que tangenciam as esferas do corpo, sobretudo, da sexualidade, são formuladas por meio de discursos permeados de poder, que ora reprimem, controlam, vigiam e incitam a vontade de saber do indivíduo sobre os tabus que rodeiam o corpo e a sexualidade. A este respeito, Foucault afirma ainda que:

o que faz com que o **poder** se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele **não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso**. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (2012, p. 45, grifos nossos).

Nesse sentido, pode-se dizer que a produção discursiva que o poder induz a respeito do corpo e da sexualidade, embora seja ao mesmo tempo “controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2011, p. 8-9), formula-se a partir de duas esferas distintas, mas, que, inevitavelmente, acabam se convergindo: a primeira consiste nos mecanismos de interdição e exclusão e a segunda, por sua vez, na vontade de saber e de prazer.

No que diz respeito à interdição, Foucault (2011) explica que este mecanismo abstrato de poder se dá por meio de regulações discursivas, que inibem o indivíduo a ultrapassarem as ordenações impostas na sociedade, sendo a sexualidade o campo mais suscetível às repressões, proibições, segregações e, ocasionalmente, à vontade de saber e de desejo que orbitam em torno do poder. Importante ponderar que tais vontades não se limitam exclusivamente ao indivíduo que tem sua sexualidade reprimida, vigiada e controlada, mas se dá também ante as instituições e aqueles que operacionalizam o poder, como bem salienta Foucault:

em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. **Sabe-se que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar tudo em qualquer circunstância, que qualquer um não pode falar qualquer coisa.** Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar. Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade [...]. **Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder.** Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é também, aquilo que é objeto de desejo; visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – **o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar** (2011, p. 9-10, grifos nossos).

Diante disto, o advento das construções discursivas acerca da sexualidade feminina no século XIX, que, resultaram em formas concretas de dominação, pode ser entendido por meio da genealogia foucaultiana. Para Foucault, a genealogia formula análises discursivas de caráter descontínuo, que se propõe a evidenciar o processo de construção das práticas discursivas - e aqui não se trata da origem em si, mas sim dos meios e/ou apoio que induziram a formulação discursiva -, bem como se predispõe a mostrar de que maneira se deu a apropriação, propagação e variação das práticas discursivas nas esferas sociais (FOUCAULT, 2011).

Assim, no sentido de refletir sobre as relações de poder, as estratégias e as regulações existentes nos discursos acerca da sexualidade feminina, elaboradas ou reproduzidas na Literatura do século XIX, considerar-se-á no decorrer do trabalho o método genealógico essencial para compreendermos como, por quais razões e em quais âmbitos se deu a propagação de práticas discursivas que se apoiavam na ideia de uma natureza imanente às mulheres.

Os discursos definidores acerca dos papéis a serem desempenhados tanto pelos homens<sup>11</sup> quanto pelas mulheres serviram como modelos de identidades para ambos. Assim, sob a égide de um caráter universal e biologicamente determinados por sua natureza, as mulheres, bem como as representações sobre elas elaboradas, devem ser compreendidas a partir dos processos simbólicos socialmente construídos naquele período, que, por sua vez, trariam reminiscências de outras épocas.

Nesse sentido, as construções simbólicas e discursivas acerca das mulheres no século XIX ainda evidenciavam uma suposta propensão do sujeito feminino à inferioridade. Do mesmo modo, ilustravam a ideia de que as mulheres seriam caracterizadas por um corpo e uma mentalidade supostamente mais frágil, marcado por estereótipos, preconceitos e por uma hierarquização de valores pautados nas diferenças entre os sexos que, sem dúvida, remete-nos a períodos ainda mais distantes.

Diante disto, compreender a manifestação de tal pensamento no contexto proposto por este trabalho exige, primeiramente, uma análise mais ampla, aproximando-nos da metodologia adotada pela modalidade historiográfica do estudo das mentalidades. De acordo com Fernand Braudel, as mentalidades constituem um padrão de pensamento ou de sensibilidade que se modificam muito lentamente, vindo a formar uma estrutura de longa duração. Segundo Bronislaw Baczko (1984, p. 308), é sobre esta estrutura formalizada pela História das Mentalidades que o imaginário social se opera.

Nesse sentido, analisar a visão sobre as mulheres em determinado momento e contexto histórico, pressupõe a análise de rupturas e permanências mentais em relação a tal objeto, tendo por referência outras épocas, observando assim, não apenas a substituição de um discurso por outro, mais, principalmente, a sobreposição contínua de um sobre o outro, e suas transmutações e ressignificações ao longo do tempo, manifestados tanto no domínio quanto na construção do imaginário social de dada sociedade. Nesse sentido:

---

<sup>11</sup> A título de ilustração, o Anexo 1 apresenta um quadro sinóptico datado do século XIX que enumera a nível de idades quais as atividades (físicas, morais e intelectuais) a serem desempenhadas pelos homens desde a infância à vida adulta.

os imaginários sociais constituem outros tantos pontos de referência no vasto sistema simbólico que qualquer coletividade produz e através da qual, como disse Mauss, ela se percebe, divide e elabora os seus próprios objetivos. É assim que, **através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; elabora certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento” [...] Assim é produzida, em especial, uma representação global e totalizante da sociedade como uma “ordem” em que cada elemento encontra o seu “lugar”, a sua identidade e a sua razão de ser [...]. O imaginário social é, deste modo, uma das forças reguladoras da vida coletiva.** As referências simbólicas não se limitam a indicar os indivíduos que pertencem a mesma sociedade, mas definem também de forma mais ou menos precisa os meios inteligíveis das suas relações com ela, com as divisões internas e as instituições sociais, etc. **O imaginário social é, pois, uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder** (1984, p. 309-310, grifos nossos).

“O imaginário social torna-se inteligível e comunicável através da produção dos ‘discursos’ nos quais e pelos quais se efetua a reunião das representações coletivas numa linguagem. Os signos investidos pelo imaginário correspondem a outros tantos símbolos” (BACZKO, 1984, p. 311). Nessa perspectiva, não nos propomos a identificar a origem<sup>12</sup> do processo discursivo de inferiorização da mulher, mas, a partir de um esforço genealógico, tentar vislumbrar, em certa medida, as bases discursivas sobre a qual se difundiu a noção de existência de um Eterno Feminino e como ele manifestou na Literatura no decorrer do século XIX.

Deste modo, através da análise dos discursos literários que legitimaram a ideia do Eterno Feminino, é possível evidenciar, em certa medida, as condições que propiciaram o seu aparecimento, que causas levaram à sua propagação, quais regimes de verdade legitimaram sua difusão e quais aspectos e sentidos suscitaram a ruptura ou permanência desse ideal no mundo ocidental.

Assim, no decorrer do trabalho o conceito de Eterno Feminino não será utilizado em seu sentido literal, como um fator transcendental capaz de determinar o comportamento feminino, mas sim, entendido através de uma perspectiva crítica, enquanto um ideal que foi capaz de suscitar noções acerca do ser mulher, que, apesar de buscar padrões imutáveis e

---

<sup>12</sup> A primeira geração da Escola Historiográfica dos Annales, em particular March Bloch, seu principal expoente, teceu críticas sobre o que foi denominado de o “mito das origens” ou a obsessão embriogênica. Segundo o autor, a busca pelas origens dos fenômenos históricos e sociais deveria ser algo superado pela disciplina História e preterido pela análise das especificidades socioculturais presentes em um determinado período e em determinada sociedade. Não obstante, Foucault adota alguns métodos pertinentes para a percepção das continuidades e rupturas discursivas ou ainda da dinâmica existente entre o poder e o saber. Adotamos em nosso trabalho o método arqueológico e genealógico proposto pelo autor, para conceber a partir de quais discursos se construiu a noção do Eterno Feminino, levando sempre em consideração as críticas realizadas em torno da chamada História de longa duração.

aspirar à universalidade, constituiu-se a partir de vários discursos sobrepostos no tempo e espaço.

No entanto, diante de um esforço de não fazermos uma extensa digressão na nossa temática ou até mesmo de não incorremos no erro de periodizar as ideias acerca do Eterno Feminino, o capítulo subsequente visa pontuar em quais aspectos o Iluminismo e o Romantismo europeu do século XIX deram continuidade a pensamentos e práticas que legitimavam a pretensa existência de uma natureza feminina. Além disto, as questões a serem debatidas mais adiante, apresentam-se como uma sistemática discursiva que, mais tarde, seria problematizada e questionada pelos ideais naturalistas.

### 3 A CONSTRUÇÃO DE UM IDEAL FEMININO: antecedentes do Naturalismo

O surgimento de novas escolas literárias, comumente, traz consigo a pretensão pelo desenvolvimento de novas abordagens, técnicas e temáticas artísticas. Nesse aspecto, é comum que, no processo de legitimação e instituição de um novo movimento artístico, os prosélitos e autorreconhecidos seguidores da nova estética, estabeleçam distinções entre o seu grupo e os demais movimentos artísticos que lhes são próximos ou contemporâneos.

Nesse sentido, é habitual que tais autores busquem se definir a partir da negação do outro, ao qual, frequentemente, estabelecem qualificações negativas, ao mesmo tempo em que enfatizam as suas próprias - e autoidentificadas - qualidades. Geralmente, os vanguardistas do nascente movimento se identificam como o novo, o moderno, o atual, em contraste com o que apontam como ultrapassado, antiquado, obsoleto ou anacrônico. Deste modo, buscam legitimar a sua própria produção artística, ao mesmo tempo em que também fortalecem o grupo pelo qual se reconhecem.

Sobre tais pressupostos, o Naturalismo surgido na segunda metade do século XIX, buscou cristalizar temáticas próprias, pelo qual poderia ser identificada e, também, diferenciada em relação às demais produções artísticas do período. Dentre esses temas, destacam-se a cientificidade, o positivismo, a hereditariedade e o fisiologismo humano aplicados à literatura.

Ao tratar sobre tais questões, os autores naturalistas pretenderam inovar em relação às demais estéticas e movimentos literários da época. No mesmo sentido, ao tratar sobre a sexualidade feminina, o Naturalismo pretendeu romper com certos tabus morais que renegavam a existência do desejo sexual da mulher, para tentar dar-lhe uma explicação científica, ou pelo menos enfatizar a sua existência e manifestações por meio da criação de personagens dominadas por seus próprios desejos e instintos.

Ressalta-se que, até então, a questão havia sido tratada na literatura de maneira reticente, na qual se evidenciava os costumes, as inclinações morais, as relações familiares e amorosas das personagens femininas, sempre perpassada, reproduzida e legitimada pela ideia do Eterno Feminino, mas quase nunca se evidenciando a propensão das personagens mulheres para o sexo, e menos ainda, para o desejo sexual.

Como exemplo de correntes que seguiam tais tendências, cita-se o Iluminismo, o movimento alemão *Sturm und Drang* e o Romantismo surgidos no final do século XVIII, cujos ideais se propagariam por todo o século seguinte.

Sobre tais correntes, o Naturalismo teria abstraído, de cada uma, formas distintas de renegar as suas principais proposições. No que diz respeito especificamente à representação da mulher nas obras literárias, é notório que a escola Naturalista acentuou o protagonismo de personagens femininas que passariam a ter uma nova importância, sobretudo, quando comparadas com algumas produções dos já citados movimentos, no qual a mulher, quase sempre, possuía um papel suplementar ou secundário, ou ainda, figurava como um mero objeto idealizado.

Não obstante, a ruptura proposta pelo Naturalismo em relação à problemática em questão, talvez não tenha sido tão drástica quanto se supõe. Neste aspecto, é possível perceber que apesar da aparente evolução relacionada à temática feminina nas obras naturalistas, e a emergência de temas relacionados à sexualidade feminina, a escola Naturalista, sem dúvida, foi influenciada por muitos aspectos dos movimentos que a antecederam, quer seja para negá-los, quer seja para dar-lhes uma nova significação ou roupagem.

Assim, tomando-se como exemplo o Iluminismo, os autores de tal movimento, via de regra, negavam às mulheres o acesso ao progresso, devotando-lhes apenas uma educação voltada ao despertar do instinto materno, aos cuidados do lar e do marido, compreendendo tais deveres como uma extensão da *natureza feminina*, sendo tais formulações fundamentadas por abordagens supostamente pautadas na razão, típicas da Ilustração.

Por outro lado, o Romantismo surgia como uma ruptura dos aspectos meramente racionais apregoados pelos iluministas, em favor de um pensamento cujo ideal de mundo se centraria no indivíduo e não mais na razão. Não obstante, as representações românticas a respeito da mulher permaneciam limitando-a ao espaço privado e familiar, o que seria justificado não mais pela razão, mas pela idealização construída em torno da figura feminina.

O Naturalismo, por sua vez, daria um salto em relação a tais proposições, representando o feminino não mais a partir de discursos fundamentados na racionalidade abstrata ou em construções imagéticas ideais, mas cada vez mais pautados em critérios supostamente científicos.

É possível apontar, ainda, no Iluminismo e no Romantismo pontos de convergências que descrevem o comportamento feminino a partir do prisma da estrutura familiar consolidada pela burguesia, que, ocasionalmente, fora criticada pelo Naturalismo, por meio da representação de personagens femininas ditas como licenciosas em razão da manifestação mais exacerbada de seus desígnios e “taras” sexuais. O pensamento iluminista e a estética romântica defendiam a ótica da mulher burguesa instituída ao papel de “mãe, [sendo] usualmente comparada a uma santa. E em nome dessa santidade a mulher [deveria] estar

desvinculada dos prazeres sexuais” (BADINTER, 1985, p. 210), o que não ocorria com as personagens naturalistas.

Nesse aspecto é possível perceber na literatura a expressão ou manifestação da mentalidade em vigor em determinada época, que pode ser representada de formas sutil ou enfática por meio do texto literário, a depender da intenção do autor, que por sua vez estará circunscrito em um panorama mais amplo, sendo influenciado por suas próprias vivências individuais, assim como pela sociedade e pelo grupo ao qual pertence e pelo qual se reconhece, dentre outras tantas variáveis.

Em relação específica ao tema analisado, observa-se que a modificação do discurso literário em relação à sexualidade feminina, acompanhou as mudanças observadas na própria realidade social a qual o discurso se remete. Nesse sentido, Foucault, em *História da Sexualidade* (1988), explica que desde o século XVIII houve, no mundo ocidental, uma maior necessidade de se regular o sexo, no entanto, não mais pelo rigor excessivo da proibição, mas por meio de discursos úteis e públicos que visavam fortalecer e ampliar a potência do Estado. Assim, os limites e as dimensões em que o corpo e a sexualidade se encontram circunscritos junto às suas materialidades, sensações e às suas manifestações de prazeres, quase sempre, resultaram (e ainda resultam) em formas de controle, vigilância e repressão, que não raramente se manifestam e reproduzem por meio dos mais diversos discursos, inclusive o literário.

Para o filósofo, uma das causas que teriam ocasionado as várias formas de se regular e disciplinar o sexo no século XVIII, “foi o surgimento da população como problema econômico e político”, sendo necessário, portanto, que o Estado analisasse “a taxa de natalidade, a idade do casamento, a precocidade e a frequência das relações sexuais” dos indivíduos, bem como a maneira a partir da qual as relações sexuais se tornavam fecundas ou estéreis (FOUCAULT, 1988, p. 28). Via-se através da economia política da população, a formação de mecanismos de controle que atuavam de formas distintas sobre o corpo e a sexualidade dos indivíduos:

[Surgia] a análise das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, nos limites entre o biológico e o econômico [...]. Que o Estado saiba o que se passa com o sexo dos cidadãos e o uso que dele fazem e, também, que cada um seja capaz de controlar sua prática. Entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiram (FOUCAULT, 1988, p. 29).

Em *Vigiar e Punir*, Foucault nos esclarece ainda que o corpo, investido como uma “anatomia política”<sup>13</sup>, é alvo imediato das relações de poder, visto que elas “o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica [...]” (1987, p. 29).

Diante disto, observa-se que as relações de poder que operacionalizam o corpo, o fazem por meio de práticas que podem modificá-lo e aperfeiçoá-lo; e de modo que suas necessidades e manifestações possam ser (re)produzidas e (re)organizadas de maneira distintas. Segundo Foucault (2012, p. 65), o corpo é a “superfície de inscrição dos acontecimentos [...], o lugar de dissociação do Eu”, sendo, deste modo, aquilo que afeta e é afetado, onde se reconhece o lugar da *Herkunft* (proveniência)<sup>14</sup> e sobre ele se “encontra o estigma dos acontecimentos passados, os desfalecimentos e os erros [...]” (FOUCAULT, 2012, p. 65).

Por conseguinte, Foucault explica que “a genealogia, como análise da providência, está, portanto, na articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado pela história, e a história arruinando o corpo” (2012, p. 65). Visto isto, para o autor, os indivíduos são o resultado imediato das relações de poder e saber, ao passo que, diante das relações de poder, a sexualidade se torna “utilizável no maior número de manobras, podendo servir de ponto de apoio e de articulações às mais variadas estratégias” (FOUCAULT, 1988, p. 98). Sobre esta vertente, Roberto Machado, um dos mais célebres pesquisadores brasileiros sobre os estudos de Foucault, explicita em um texto introdutório (*Por uma genealogia do poder*) da obra *Microfísica do poder* de Foucault, que, para o filósofo:

**o adestramento do corpo, o aprendizado do gesto, a regulação do comportamento, a normalização do prazer, a interpretação do discurso, com o objetivo de separar, comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar, tudo faz com que apareça pela primeira vez na história esta figura singular, individualizada – o**

<sup>13</sup> Em *Vigiar e Punir* (1987), Foucault explica que uma “anatomia” política não seria o estudo de um Estado tomado como um “corpo” (com seus elementos, seus recursos e suas forças), mas não seria tampouco o estudo do corpo e do que lhe está conexo tomados como um pequeno Estado. Trataríamos aí do “corpo político” como conjunto dos elementos materiais e das técnicas que servem de armas, de reforço, de vias de comunicação e de pontos de apoio para as relações de poder e de saber que investem os corpos humanos e os submetem fazendo deles objetos de saber

<sup>14</sup> Segundo Foucault (2012), a proveniência se relaciona com o corpo. Ela se inscreve no sistema nervoso, no humor, no aparelho digestivo. Má respiração, má alimentação, corpo débil e vergado daqueles cujos ancestrais cometeram erros; que os pais tomem os efeitos por causa, que acreditem na realidade do além ou coloquem o valor do eterno, é o corpo da criança que sofrerá com isso. A covardia, a hipocrisia, simples crias do erro; não no sentido socrático, não porque seja necessário se enganar para ser malvado, não absolutamente porque nos desviamos da verdade originária, mas porque é o corpo que sustenta, em sua vida e sua morte, em sua força e fraqueza, a sanção de qualquer verdade e de qualquer erro, como ele sustenta também, e inversamente, a origem - proveniência.

**homem – como produção do poder. Mas também, e ao mesmo tempo, como objeto de saber.** Das técnicas disciplinares, que são técnicas de individualização, nasce um tipo específico de saber: as ciências do homem (MACHADO, 2012, p. 26, grifos nossos).

Mediante isto, é importante pontuar que com o surgimento das “ciências do homem”, instituiu-se um marco na história do pensamento da espécie humana sobre si mesma. Segundo o antropólogo francês François Laplantine, inaugurou-se no final do século XVIII o desenvolvimento de um arcabouço científico (ou pretensamente científico) que projetou como objeto de conhecimento o próprio Ser Humano, e não mais a natureza; “apenas nessa época é que o espírito científico [pensou], pela primeira vez, em aplicar ao próprio homem os métodos até então utilizados na área física ou da biologia” (2003, p. 7).

Laplantine explica ainda que antes do século XVIII, o pensamento da espécie humana sobre si mesma, se restringia aos saberes “mitológico, artístico, teológico, filosófico, mas nunca científico no que dizia respeito ao homem em si” (2003, p. 7). Tratou-se, “desta vez, de fazer passar este último do estatuto de sujeito do conhecimento ao de objeto da ciência [...]” (2003, p. 7). Segundo o antropólogo foi “preciso esperar o século XVIII para que se [constituísse] o projeto de fundar uma ciência do homem, isto é, de um saber não mais exclusivamente especulativo, e sim positivo sobre o homem” (2003, p. 39).

Segundo o historiador Júlio Aróstegui, as “ciências do homem” estabelecidas ao longo do século XVIII, sobretudo, pelos Iluministas, progressivamente, diversificou-se ao longo dos séculos XIX e XX em um “conjunto de disciplinas que são chamadas de ciências sociais, ou ciências da sociedade, compostas por diversas outras disciplinas que abordam os acontecimentos ‘científicos’ do homem como ser social e que são conhecidas também como ciências humanas [...]” (2006, p. 62). Convém ressaltar, ainda, que o século XIX foi um período, eminentemente, predominado pelos ideais positivistas. Em outras palavras, isto significa dizer que o século XIX foi marcado por um tipo de saber voltado ao empirismo e ao cientificismo, aplicado tanto sobre as já consolidadas ciências exatas e naturais, quanto sobre as nascentes ciências humanas e sociais.

É neste quadro que a estética naturalista encontra um ambiente propício para se desenvolver, e os postulados iluministas e ideais românticos acerca da imagem feminina, que outrora (re)produziram e legitimaram, cada um a seu modo, comportamentos femininos, encontram o seu gradual ocaso.

O Naturalismo, ao se contrapor a certas nuances discursivas formuladas pelos iluministas e pelos românticos, procurou desbravar novas temáticas, a partir das quais buscou

evidenciar “o espírito humano determinado pelo concurso da raça, do meio e da época” (SODRÉ, 1992, p. 51). Nesse contexto, a sexualidade feminina, antes silenciada, passa a ser exposta de forma visceral nos romances naturalistas, e perscrutada por novos saberes e discursos que pretendiam legitimar-se enquanto ciência.

Não obstante, essa ruptura do silêncio em torno do corpo e da sexualidade feminina não significou necessariamente uma apologia à emancipação da mulher, mas antes a criação de novas ferramentas que buscaram explicar, determinar e controlar o comportamento - inclusive sexual - das mulheres naquela sociedade. Nesse sentido, para se compreender as permanências e rupturas advindas com a escola Naturalista no que refere à temática da sexualidade feminina, é necessário, antes de tudo, observarmos algumas características e nuances dos principais movimentos culturais que antecederam o Naturalismo, de modo a identificar a maneira como cada um deles buscou explicar e definir o fenômeno mulher.

### 3.1 A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NO PENSAMENTO ILUMINISTA

O Iluminismo ou Ilustração foi um movimento cultural da elite intelectual europeia do século XVIII que buscou mobilizar o poder da razão, a fim de reformar a sociedade e o conhecimento herdado da tradição medieval e de tudo o que se convencionou chamar de Antigo Regime.

Nesse contexto, os pensadores iluministas passaram a ver na razão a força motriz de elevação cultural da humanidade. A ciência, por sua vez, além de também ser considerada um meio de acesso à cultura, era vista como uma ferramenta capaz de propiciar o desenvolvimento socioeconômico e, com ele, consequentemente, a fruição de uma vida mais confortável e feliz. Desta forma, segundo o historiador Francisco Falcon, o propósito do Iluminismo era “fazer o balanço e divulgação dos enormes progressos já alcançados pela razão teórica e prática (as ciências e as técnicas) e empreender a investigação das leis que dizem respeito diretamente ao homem-individual e social” (1994, p. 39).

Esta forma racional de ver e conceber o mundo, indubitavelmente, ocasionou um processo de mudanças que puderam ser percebidas, à época, no contexto político, econômico e social de todo o Ocidente. Ademais, o Movimento Iluminista viria a representar uma revolução não apenas do pensamento, mas suas contribuições nas mais diversas áreas, como a filosofia, a história, a ciência política e a própria literatura, culminaria em um dos mais

marcantes eventos da contemporaneidade: A Revolução Francesa, que, por sua vez, promoveria um modelo civilizatório e político cujos postulados repercutem até os dias atuais.

Tal movimento suscitaria um amplo intercâmbio intelectual, caracterizado pela intolerância contra os abusos do Estado e da Igreja, pela crítica ao Absolutismo e pela defesa à participação da burguesia esclarecida no governo. Dentre os vários temas explorados pelos iluministas em suas propostas de reforma social e política, um nos chama especial atenção devido à própria contradição que expressa, que seria o papel da mulher na construção dessa nova sociedade proposta por esses pensadores.

Nesse contexto, se o Iluminismo representou, em vários aspectos, uma revolução do pensamento e da própria sociedade, como uma ruptura de antigos valores estabelecidos pela Igreja e pela Nobreza, no que se refere ao papel social da mulher, as modificações propostas pelos pensadores da ilustração foram muito mais tímidas.

Nesse aspecto, é necessário ressaltar que os autores iluministas não se omitiram em tratar sobre o tema, haja vista que assuntos relacionados à estrutura e organização familiar e sobre a educação e o papel social da mulher tiveram grande ressonância no pensamento de filósofos da época, tais como o de Denis Diderot (1713-1784), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), dentre outros.

No seio das discussões dos pensadores iluministas, a sexualidade feminina teve seu lugar reservado e muito bem demarcado pelo papel ao qual as mulheres estavam destinadas na esfera familiar. A este respeito, Rousseau dizia à sua época que: “o macho só é macho em certos instantes, a fêmea é fêmea durante a vida toda, ou, ao menos, durante a sua mocidade; tudo a leva sem cessar ao seu sexo” (1995, p. 428).

Segundo a filósofa Michèle Crampe-Casnabet (1994, p. 383), na concepção dos iluministas, “o sexo não [definia] a natureza do homem, mas a da mulher”. A autora explica ainda que para os filósofos iluministas, segundo um complexo sistema de “razões”, a sexualidade feminina estava na base da servidão da mulher. Com isto, acreditava-se que a sexualidade feminina trazia consigo um destino trágico, pois era “na sexualidade da mulher que a natureza [resvalava] facilmente para o desregramento. O sexo dito fraco [tinha] desejos ilimitados, [possuía] uma atividade devoradora que em certos climas se [expandia] de uma forma ameaçadora [...]” (CRAMPE-CASNABET, 1994, p. 383).

Além disto, Crampe-Casnabet (1994, p. 385) esclarece que “a inferioridade da mulher, enraizada na sua diferença sexual, [passou] a ser estendida naturalmente a todo o seu ser e particularmente às suas faculdades intelectuais”. Sob tais premissas, os iluministas defendiam que as mulheres deveriam ter uma educação diferenciada em relação aos homens,

haja vista que cabia a elas uma instrução que apenas lhes proporcionassem o aperfeiçoamento de suas qualidades tidas como naturais<sup>15</sup>, a fim de que, assim, elas pudessem cultivar sua delicadeza, pureza, doçura, beleza e todas as demais qualidades necessárias para agradar os homens, verdadeiros protagonistas da vida em sociedade. Sobre esta vertente, Rousseau entendia que a educação das mulheres deveria seguir tais padrões devido a uma determinação da própria natureza:

Ela [a natureza] que dá às mulheres um espírito tão agradável e tão versátil [...] **ela quer que elas [as mulheres] pensem, julguem, amem, conheçam, cultivem seu espírito como seu rosto; são as armas que lhes dá para suprir a força de que carecem e para dirigir a nossa. Elas devem aprender muitas coisas, mas as que lhe convém saber** (1995, p.432, grifos nossos).

Nesse sentido, é perceptível que, segundo a concepção de iluministas como Rousseau, as mulheres deveriam se dedicar aos cuidados da beleza física e da etiqueta social, pois estes eram atributos necessários para a exaltação da própria figura feminina. Ademais, Rousseau também alertava que as mulheres deveriam ser educadas essencialmente para aquilo que a natureza havia lhes destinado, ou seja, essencialmente aos cuidados do lar, dos filhos e do marido:

Toda educação das mulheres deve ser relativa ao homem. Serem úteis, serem agradáveis a eles e honradas, educá-los jovens, cuidar deles grandes, aconselhá-los, consolá-los, tornar-lhes a vida mais agradável e doce; eis os deveres das mulheres em todos os tempos e o que lhes devemos ensinar já na sua infância (ROUSSEAU, 1995, p. 433).

Diante deste cenário, podemos observar que o Iluminismo se manifestou, no que se refere às mulheres, como um contrassenso, pois a ideia de progresso destinada a elas ainda estava, quase exclusivamente, voltada para uma educação que pudesse aprimorar seus “instintos naturais”, privando-as, assim, de muitas das promessas e premissas defendidas por tais pensadores em seu projeto de reforma social. Além disto, é possível notar, que nos discursos da maioria dos pensadores iluministas, as mulheres eram essencialmente demarcadas pelas suas funções sexuais e reprodutivas, tais como a gestação, a menstruação e a menopausa, todas elas desempenhadas pelo útero.

---

<sup>15</sup> Os iluministas, em sua maioria, defendiam que nas mulheres o processo fisiológico e genético de desenvolvimento da razão, que conduz da sensação à ideia abstrata, estava congelado. Nesse sentido, elas não teriam a capacidade de abstrair e generalizar, ou seja, de pensar. Agindo sempre por impulso ou instinto, elas não evoluíam, não teriam historicidade, permanecendo sempre no estado de natureza. Idênticas a si próprias nas suas funções e deveres, as mulheres continuavam a ser sempre as mesmas (CRAMPE-CASNABET, 1994, p. 388).

A este respeito, podemos enfatizar a permanência de certas concepções fisiológicas que remontam a épocas antiquíssimas, já concebidas na própria Antiguidade. Aristóteles, por exemplo, já preconizava que as diferenças entre os homens e as mulheres se davam em decorrência das funções de seus órgãos, sobretudo, em relação àqueles destinados ao parto e à cópula:

cada sexo se define por uma certa potência e uma certa acção, e como é preciso, por outro lado, instrumentos apropriados para cada atividade, e esses instrumentos são, para as funções, os órgãos do corpo, é necessário que existam também órgãos para o parto e a cópula e órgãos distintos, daí a diferença entre macho e fêmea (ARISTÓTELES *apud* SISSA, 1990, p. 102).

No mesmo sentido, para o filósofo iluminista Denis Diderot, certos comportamentos atípicos à imagem feminina também poderiam ser justificados pelo útero, pois segundo o filósofo: “a mulher [trazia] dentro de si mesma um órgão susceptível de terríveis espasmos terríveis, que dispõe dela [...]” (DIDEROT, 1991, p. 123). Tal pensamento, comum entre os iluministas, encontra paralelo, ainda, nos aforismas de Hipócrates<sup>16</sup> e em alguns diálogos de Platão. Ambos os pensadores justificavam que certos desvios na conduta feminina estavam estreitamente relacionados ao útero, visto como uma besta viva dotado de vontade própria. A manifestação de tais concepções pode ser identificada, ainda, em épocas mais distantes:

a ideia segundo a qual o útero é um organismo vivo, análogo a um animal, dotado de certa autonomia, e de uma possibilidade de deslocamento remonta a mais alta Antiguidade, cerca de 2000 anos a.C. No antigo Egito, numerosas perturbações eram atribuídas às migrações do útero para a parte superior do corpo, e procurava-se fazer descer esse estranho animal, atraindo-o para baixo através de agradáveis odores aplicados sobre a vulva e repelindo-o pela inalação de odores (CHÂTELET, 1996 *apud* NERI, 2005, p. 99).

Observamos com isto, como certos discursos se reproduzem ao longo da história, assimilando novas percepções e justificativas em contextos diversos, mas mantendo, em sua essência, o mesmo fundamento. No contexto do Naturalismo, como se verá nos próximos capítulos, o aprimoramento de tais questões passaria a ser incorporado ao discurso literário dos autores que enveredavam por tal estética, passando o comportamento e a sexualidade feminina a serem explicados por premissas análogas, mas por fundamentos distintos, pautados na cientificidade e no positivismo. Por ora, importa salientar que a percepção de uma natureza feminina imanente se deslocou através dos tempos, pautada, por vezes, em explicações

---

<sup>16</sup> Hipócrates de Cós, considerado o pai da medicina, viveu na segunda metade do século V a.C., auge da efervescência cultural ateniense.

idealistas e metafísicas, outras vezes, em premissas científicas, mas mantendo como base aspectos estritamente fisiológicos para determinar e hierarquizar a diferença entre os sexos.

Nesse sentido, o exemplo de Rousseau é emblemático. O filósofo era convicto de que as distinções entre os homens e as mulheres se davam por determinações da Natureza. Para ele, fora destinado a cada um dos sexos características específicas que orientavam seus comportamentos, de modo que o primeiro deveria “ser ativo e forte, o outro passivo e fraco” (1995, p. 424). Como forma de naturalizar tais questões, Rousseau destacava, ainda, um aspecto positivo de tal fragilidade atribuída à mulher. Segundo o filósofo, a fragilidade feminina poderia se manifestar como um imponente mecanismo de elevação da figura feminina, pois através da sua suposta fragilidade, elas poderiam alçar meios para se sobrepor ou, até mesmo, dominar o sexo masculino:

a mulher é feita especialmente para agradar o homem. Se o homem deve agradar-lhe por sua vez, é necessidade menos direta: seu mérito está na sua força; agrada já, pela simples razão de ser forte [...] Se a mulher é feita para agradar e ser subjugada, ela deve tornar-se agradável ao homem ao invés de provocá-lo. **Sua violência está nos seus encantos; é por eles que ela deve constrangê-lo a encontrar sua força e empregá-la. Daí nascem o ataque e a defesa, a ousadia de um sexo e a timidez do outro, finalmente a modéstia e pudor com que a natureza armou o fraco para escravizar o forte** (1995, p. 424, grifos nossos).

Diante do exposto, observa-se que Rousseau percebe na “natureza feminina” uma segunda característica, podendo vir a representar, em certos contextos, uma estratégia de poder e de ascensão social, a ser utilizada pelas próprias mulheres. Nesse sentido, em consonância ao pensamento de Rousseau, no século XIX, o historiador contemporâneo Peter Gay defende a tese de que a condição e o papel da mulher naquela sociedade se apresentavam através de um paradoxo intrigante, identificando-a como *o poderoso sexo frágil*.

Peter Gay esclarece que, naquele período, a própria subordinação da mulher lhe dava condições de ascensão, a sua força estava em sua suposta fragilidade e delicadeza, que, na verdade, representavam estratégias de afirmação social. Segundo o historiador, o ideal de mulher submissa, virtuosa e pura, foram construções discursivas elaboradas sobre o gênero feminino, mas também representaram um simulacro estrategicamente utilizado pelas próprias mulheres. Deste modo, o Eterno Feminino seria muitas vezes incorporado pelas mulheres daquela sociedade não apenas de maneira passiva, mas utilizado como uma ferramenta capaz de lhes proporcionar uma participação ativa na sociedade.

Com efeito, para evidenciar as permanências e rupturas discursivas relacionadas a tal problemática, se fez necessário abordar, ainda, as divergências sócio-históricas construídas

em torno do Eterno Feminino, visando ressaltar representações construídas por meio da imagem de devassidão do “poderoso sexo frágil”. Nesse contexto, é importante evidenciar que a mesma sociedade que gerou o pensamento iluminista, marcado, dentre outras características, pela negação ou inibição da sexualidade feminina, também foi capaz de gerar obras marcadas pelo seu explícito teor sexual e erótico.

Dentre os autores que trabalharam sobre tal vertente, destaca-se Donatien Alphonse François de Sade (1740-1814), o Marquês de Sade<sup>17</sup>. Segundo Alexandrian (1993), entre as publicações de Sade, *Juliette ou Les Prospérités du vice* (1797), foi seguramente o romance mais significativo do escritor, pois “nos anteriores as mulheres não passavam de figurantes passivas, enquanto nesse encontramos uma galeria de libertinas implacáveis” (ALEXANDRIAN, 1993, p. 203). Surgiam, assim, os chamados romances libertinos.

Raymond Trousson explica que “[...] o romance libertino se [apresentou] como um romance de formação em que a libertinagem, integrada ao sistema social, [constituiu] uma fase inelutável da educação” (1996, p. 178). No entanto, o despertar por este tipo de leitura suscitou uma série de censuras e condenações tanto aos seus leitores quanto aos seus autores. Marques de Sade, por exemplo, passou quase metade de sua vida preso devido ao fato de ter se envolvido em escândalos sexuais e por sua literatura ter sido considerada como obscena, até mesmo pelas vertentes mais liberais do pensamento iluminista.

Através dessas visões, é possível perceber os meios através dos quais se fomentaram e difundiram as práticas discursivas que ora tentavam reforçar e perpetuar o ideal do Eterno Feminino e ora promoviam transgressões que pudessem comprometer as leis naturais impostas ao sexo feminino. Sobre esta vertente, Judith Butler explica que:

---

<sup>17</sup> Convém ressaltar que tais questões, ainda que em contextos distintos, já tiveram espaço na Literatura Universal com as publicações, por exemplo, de Aristófanes, com a comédia *Lisístrata*, considerada a “primeira obra-prima do erotismo antigo, atingindo ao mesmo tempo o universal” (ALEXANDRIAN, 1993, p. 13); ainda no mundo Grego, há a poetisa Safo de Lesbos, que representou o arquétipo de transgressão feminina, tendo em vista que, para muitos dos seus contemporâneos, sua produção representava os desvios de uma personalidade *tríbade*, pervertida, masculinizada, caracterizando-a como uma mulher abandonada ou cortesã. Na Idade Média, havia, por exemplo, a apresentação de recitais constituídos de pequenos contos, conhecidos como *fabliaux*, que, em geral, não apresentavam conteúdos de cunho moralizante. Segundo Alexandrian, romancista e historiador da arte, “muitos *fabliaux* trataram do adultério, procurando provar que [sua prática] era inevitável e às vezes desculpável. [...] Outras narrativas exploravam o tema fático” (1993, p. 37). Ademais, Alexandrian explica que por volta do século XIV, “onde se confundem a Idade Média agonizante e o Renascimento em formação, Giovanni Boccaccio (1313-1375) foi o primeiro a transformar a licenciosidade ingênua e brutal dos *fabliaux* num erotismo refinado” (1993, p. 54). A obra *Decameron* de Boccaccio ilustra um retrato disto, ao passo que uma mulher de classe poderia ouvir seus contos licenciosos, sem, contudo, deixar de ser uma “senhora honesta” (BOCCACCIO, 2013). Acerca disto, o próprio Boccaccio escrevera no final de *Decameron* àqueles que reprovavam os seus contos que “nada há de tão indecoroso que, sendo dito com vocábulos decorosos, seja inconveniente a qualquer pessoa; e isso eu creio ter feito adequadamente aqui” (2013, p. 530).

[...] a categoria do ‘sexo’ é, desde o início, normativa: ela é aquilo que Foucault chamou de ‘ideal regulatório’. Neste sentido, pois, **o ‘sexo’ não apenas funciona como norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir – demarcar, fazer, circular, diferenciar – os corpos que ela controla** (2001, p. 153-154, grifos nossos).

Diante disto, Butler (2001, p. 154), tomando por base a acepção de Foucault de ideal regulatório, salienta que o sexo é uma materialização imposta, que “ocorre (ou deixa de ocorrer) através de certas práticas altamente reguladas”. Nesse sentido, podemos entender que o ideal de Eterno de Feminino esteve, durante muito tempo, correlacionado com as dinâmicas de poder que ditavam e produziam efeitos de verdade.

No século XVIII, como já elucidado, é possível notarmos por meio de autores iluministas, tais como Rousseau e Denis Diderot, que as representações socioculturais construídas a partir da diferenciação biológica dos sexos, estabeleceram, legitimaram e/ou contestaram os limites da ordem social do mundo ocidental. No entanto, as mulheres que ousassem alçar qualquer transgressão em relação à educação que lhes eram imposta, estariam, de certo modo, agindo contra as leis da natureza feminina e, conseqüentemente, contra os interesses valorativos daquela sociedade.

Tais contraposições puderem ser evidenciadas, a partir da difusão da imprensa, que alcançou o seu auge nos séculos XVIII e XIX. Naquele período, os jornais, enciclopédias e manuais visavam difundir os assuntos que, via de regra, alimentavam os debates nos salões, espaços estes frequentados por intelectuais e entusiastas da cultura e das ciências. Ressalta-se que, apesar de tais espaços serem frequentados tanto por homens quanto mulheres, a participação ativa nos assuntos voltados à política, aos avanços científicos e temas culturais eram, em geral, uma prerrogativa estritamente masculina, já que exigiriam uma capacidade intelectual da qual as mulheres, em tese, estariam privadas.

Nesta perspectiva, “em uma época em que a sociedade exigia que as mulheres fossem úteis apenas na esfera doméstica e reprodutora, ou que tivessem um papel apenas decorativo” (GELBART, 1994 p. 497), ambicionar participação ativa nos salões e jornais seria um comportamento contrário às regras culturalmente impostas às mulheres daquele período. No entanto, fontes e relatos historiográficos nos mostram que a presença de mulheres tanto nos salões quanto nos jornais da época foi uma constante, ainda que de forma discreta, e, quase sempre, ocultada por pseudônimos ou mesmo pelo anonimato<sup>18</sup>. Sobre esta vertente, a

---

<sup>18</sup> Os registros históricos evidenciam algumas jornalistas que se utilizavam de pseudônimos ou mesmo do anonimato para as suas publicações, a saber: Mary de La Rivière Manley, que editou o jornal *Female Tatler* (1709), sob o pseudônimo de Mrs. Crackenthorpe; Lady Mary Wortley Montagu, que lançou um semanário de

historiadora Nina Rattner Gelbart explica que, quando a imprensa jornalística emergiu em meados do século XVII:

as mulheres mantiveram, quase desde o começo, uma presença discreta, mas não negligenciável no mundo da imprensa periódica, cujo poder para influenciar a opinião pública elas se aperceberam imediatamente. Jornais editados por mulheres, embora escassos e esparsos, apareceram esporadicamente durante o século seguinte. Muito deles tiveram apenas uma existência efêmera. [...] As mulheres holandesas, italianas e alemãs parecem ter-se envolvido relativamente pouco no jornalismo até o final do século XVIII. Na Inglaterra, todavia, tal como na França, o jornalismo teve uma componente feminina persistente ao longo da Idade Moderna (1994, p. 497).

Embora a maioria dos jornais editados por mulheres apresentassem uma vida relativamente curta, o desafio de romper com os preceitos da época deixaram no legado da História nomes importantes para o cenário da imprensa e, sobretudo, para a emancipação feminina, tais como o de Mary de La Rivière Manley (1663-1724), Lady Mary Wortley Montagu (1689-1762), Eliza Haywood (1693-1756), Charlotte Lennox (1730-1804), Marie-Jeanne L'Héritier (1664-1734), Mme Anne-Marguerite Petit Dunoyer (1663-1719), dentre outros.

Segundo Nina Rattner Gelbart (1994, p. 514), todos esses nomes “parecem ter tido arranjos domésticos irregulares” que, segundo a mentalidade da época, poderiam ser justificados pela vida agitada que levaram dentro e fora dos jornais. A título de exemplo, a historiadora evidencia que alguns desses nomes foram expressamente lembrados não só por atuarem nos jornais, mas também por invocarem comportamentos tidos como licenciosos, como mostra o excerto abaixo:

as escapadelas românticas de Mrs. Manley eram lendárias. Eliza Haywood abandonou o marido pouco anos depois de casada. Lady Montagu, aos 50 anos de idade, deixou o marido embaixador para fugir com o seu amante italiano, um escritor e diletante de 25 anos. Mme Dunoyer fugiu para a Holanda para escapar de um esposo que não conseguia sustentá-la [...] (1994, p. 514-515).

Como se vê, mesmo que a moralidade no alvorecer da contemporaneidade fosse ainda intolerante à independência feminina e considerasse os avanços na educação das mulheres uma forma de desviá-las de sua natureza, mulheres como as mencionadas nos parágrafos anteriores causaram impactos significativos na esfera da vida pública, política e social daquele período ao romperem com os ideais do Eterno Feminino. Ao lado delas, Condorcet, um dos proeminentes defensores da instrução feminina, parece ter sido um dos

---

ensaios políticos chamado *The Nonsense of Common Sense* (1737), o qual escreveu anonimamente por ser aristocrata; Mlle Barbier, autora anônima de *La Spectatrice* (1728-9); dentre outras (GELBART, 1994).

poucos intelectuais que pensava de modo distinto aos seus contemporâneos no que se refere à questão.

O iluminista, questionando-se: “quanto às ciências, por que seriam proibidas às mulheres?” (CONDOCERT, 2008, p. 57), defendeu que as mulheres deveriam ter acesso ao mesmo tipo de instrução oferecida aos homens. Segundo Condorcet, as mulheres não deveriam ser excluídas da instrução relativa aos conhecimentos científicos. Do mesmo modo, suas reflexões levavam a crer que o contato das mulheres com as ciências pudesse ser um meio útil e benéfico de conduzi-las a caminhos diversos na educação dos seus filhos:

Quem sabe se com uma educação diferente que teria permitido à razão das mulheres adquirir todo o seu desenvolvimento natural, as relações íntimas da mãe e da ama com a criança, relações que não existem para os homens, seriam para elas um meio único de conseguirem descobertas mais importantes, mais necessárias do que se julga para o conhecimento do espírito humano, para a arte do aperfeiçoar, do estimular, de lhe facilitar os progressos? (CONDOCERT, 1988, p. 328).

Diante do exposto, podemos reconhecer que Condorcet criticou não apenas as formas tradicionais de ensino, mas também a própria reforma educacional proposta pelos autores iluministas mais proeminentes de sua época. Ademais, convicto de que a razão seria um fenômeno universal, Condorcet apregoava a igualdade entre a instrução masculina e feminina. Segundo Michèle Crampe-Casnabet (1994), para Condorcet, a instrução seria o único meio de assegurar a liberdade e a igualdade da população, bem como consistiria no aperfeiçoamento da espécie humana ao permitir o progresso da humanidade com liberdade e racionalidade. Este aperfeiçoamento seria, portanto, a via capaz de conduzir os indivíduos, “através de crises e de rupturas, à felicidade universal” (CRAMPE-CASNABET, 1994, p. 400).

Tal concepção, apesar de representar uma exceção em meio ao ideal vigente, manifestava justamente um sinal de que muitas mulheres começavam a se contrapor ao modelo social em vigor, passando a ter participação ativa na sociedade na qual estavam inseridas e impondo seu reconhecimento àqueles tidos como responsáveis por direcionar a mentalidade da época. Deste modo, algumas mulheres, apesar do refluxo contrário à suas aspirações, puderam conquistar certa promoção social e reconhecimento intelectual, acompanhados por críticas e suspeitas de uma sociedade que, apesar de revolucionária no âmbito público e político, permanecia sendo, em grande parte, conservadora no âmbito privado e familiar.

Contudo, não se pode olvidar que, nas décadas finais do século XVIII e ao longo de todo o percurso do século XIX, o *ser* feminino foi posto em grande evidência, ora por meio de

debates, questionamentos e imposições sexistas, ora pela tentativa deliberada de ter contato com os múltiplos saberes que permitiria sua ascensão social. Neste período, as mulheres ganharam maior destaque nas rodas e reflexões filosóficas, no saber médico, nas tramas literárias, no espaço público e político do Estado, ora protagonizando, ora sendo personagens centrais de embates promovidos por tais esferas, os quais apresentavam pontos de vista diversos sobre a imagem feminina. Quanto à emancipação feminina no contexto daquela sociedade, Michèle Crampe-Casnabet enfatiza que:

as mulheres souberam manifestar a sua capacidade política quando as formas de governo lhes deram tal possibilidade. Houve e há [na história] grandes rainhas, grandes imperatrizes, para não citar senão elas: Isabel, da Inglaterra, Catarina, da Rússia, Maria Teresa, da Áustria. As mulheres [foram] capazes de filosofar, de se dedicarem à literatura e às ciências (1994, p. 398).

Por outro lado, é necessário destacar que grande parte das mulheres, de condições menos abastadas, se mantiveram a margem de tais debates, sendo que, para elas, o fenômeno de exclusão do espaço público e dos assuntos relevantes à sociedade se manifestou de maneira diversa. Para as mulheres que não pertenciam a decadente nobreza ou a ascendente burguesia, cabia o exercício de inúmeras atividades que pudessem garantir a subsistência de suas famílias, tais como o trabalho no campo, na manufatura, nos comércios, nas oficinas de tecelagem, nos afazeres domésticas ou mesmo a prostituição.

A partir da Revolução Industrial, as mulheres que não tiveram acesso às promessas do Iluminismo no âmbito cultural, econômico e social, precisaram encontrar formas diversas para garantir a subsistência do seu lar e, por esta razão, se sujeitavam a uma extensa jornada de trabalho com baixos salários e condições desumanas. Sobre esta vertente, a socióloga Heleieth Saffioti explica que:

na fase de implantação do capitalismo, o gigantesco arsenal mecânico, destinado a eliminar trabalho humano, absorve imensas quantidades de força de trabalho: de homens, mulheres e crianças. O processo de acumulação do capital, nesta fase, não apenas elimina menos trabalho do que a máquina está apta a fazê-lo; elimina, por vezes, o trabalho do chefe da família não porque haja a nova sociedade subvertida a hierarquia familiar, mas porque a tradição de submissão da mulher a tornou um ser fraco do ponto de vista das reivindicações sociais e, portanto, mais passível de exploração (1976, p. 38).

No entanto, ainda que algumas mulheres necessitassem ingressar em diversas formas degradantes de trabalho, ainda havia uma definição muito bem demarcada sobre as tarefas a serem cumpridas tanto por homens quanto por mulheres. A cada um era atribuído um lugar e

uma função na sociedade. Neste período, não se tratava apenas da execução de atividades desempenhadas historicamente a cada um dos sexos, mas vigorava, ainda, com demasiada força, a mentalidade de que homens e mulheres foram predestinados a mundo distintos, de modo que convivência entre eles no mercado de trabalho só se tornaria possível através da fixação bem delimitada das obrigações e atividades a serem exercidas por cada um. A nova fase capitalista, imposta e determinada pelos novos meios de produção, relativizaria tais questões, mas não seria capaz de erradicar completamente os discursos que apregoava a diferença hierárquica entre os sexos.

Assim, guardadas as peculiaridades próprias a cada estrato social do período em que se deu o avanço tecnológico promovido pela Revolução Industrial, bem como o marco histórico que viabilizou a expansão do projeto iluminista nos países ocidentais, foi possível observar que “a nova ordem econômica obrigou homens e mulheres a se adaptarem às mudanças que se operavam na sociedade” (VASCONCELOS, 1995, p. 88). Tais mudanças puderam ser notadas em todas as camadas sociais, porém foram percebidas de maneiras distintas por cada uma delas.

No caso das mulheres burguesas da Inglaterra, Sandra Guardini Vasconcelos, explica que o advento da Revolução Industrial acentuou a dependência feminina em relação ao homem, bem como foi fundamental para que muitas delas passassem a se ocupar com leituras de romances:

Com a expansão urbana, o crescimento da indústria, a crescente especialização de habilidades, muitas das tradicionais tarefas femininas estavam sendo assumidas pelas novas classes profissionais. A fiação, a tecelagem, a produção de alguns produtos de consumo (como pão, cerveja e velas) deixaram de ser atividades domésticas, de competência das mulheres da casa, para se tornarem atividades industriais, desempenhadas pelos homens nas fábricas. Se, por um lado, a liberação dessas tarefas domésticas proporcionou às mulheres maior tempo livre, que será principalmente ocupado com a leitura de romances, também as expulsou do mercado de trabalho tornando-as mais dependentes do casamento para sua sobrevivência (1995, p. 88).

Muito embora seja discutível compreender o acesso à literatura romanesca pelas mulheres burguesas como um fator determinante para promover a distinção social, é sabido que as mulheres menos abastadas pouco sabiam ler. Ademais, para essas últimas, a falta de acesso à leitura e a dependência ao marido somava-se às formas de trabalho degradantes e/ou exaustivas ao qual se submetiam para garantir a subsistência familiar. Sobre tal questão, Ian Watt (2010, p. 43), em sua obra *A ascensão do romance*, evidencia que “o alto custo dos

livros no século XVIII [ênfatizava] o rigor dos fatores econômicos que restringiam o público leitor” da Inglaterra. Do mesmo modo, o autor explicita que:

eram limitadíssimas [as] oportunidades de instrução – instrução não no sentido do século XVIII, ou seja, de conhecimento das línguas e literaturas clássicas, mormente a latina, mas a acepção moderna da capacidade de ler e escrever a língua materna. [...] e há indícios suficientes para concluir que no campo muitos pequenos agricultores, suas famílias e a maioria dos lavradores eram analfabetos e mesmo nas cidades alguns pobres – sobretudo soldados, marinheiros e o populacho das ruas – não sabiam ler (WATT, 2010, p. 39-40).

Diante disto, “no século XVIII o romance estava mais próximo da capacidade aquisitiva dos novos leitores da classe média do que muitas formas de literatura e erudição estabelecidas e respeitáveis, porém estritamente falando não era um gênero popular” (WATT, 2010, p. 44). Isto implicar em dizer que o romance foi um gênero literário escrito por burgueses e para burgueses, pois “[...] o preço do romance só estava ao alcance dos abastados, [...] o seu público leitor não pertencia à camada mais representativa da sociedade [...]” (WATT, 2010, p. 44). Assim, as mulheres de classes mais baixas possuíam pouco, ou quase nenhum acesso a tais produções, enquanto para as mulheres das classes alta e média, o romance se consolidaria como um meio de distração para os momentos em que se encontravam ociosas, como bem explica Ian Watt:

as mulheres das classes alta e média podiam participar de poucas atividades masculinas, tanto de negócios como de divertimento. Era raro envolverem-se em política, negócios ou na administração de suas propriedades; tampouco tinham acesso aos principais divertimentos masculinos, como caçar ou beber. Assim, dispunham de muito tempo livre e ocupavam-no basicamente devorando livros (2010, p. 46).

Entretanto, convém ressaltar que muito embora o acesso direto aos romances tenha sido um privilégio para poucos no decorrer do século XVIII e XIX, o novo gênero literário, sem dúvida, teve um papel fundamental na consolidação e difusão de um ideal burguês de sociedade, que também encontraria reflexo nas demais camadas sociais. Nesse sentido, o romance, surgido em meados do século XVIII, serviu, ao mesmo tempo, para representar e reproduzir o pensamento dominante de uma época, que por sua própria natureza, não se limitaria ao extrato social do qual seria expressão, mas buscava se espalhar e se impor por todos os demais segmentos sociais. Nesse sentido, é necessário ênfatizar que:

os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante

numa sociedade é também a potência dominante espiritual. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual; de tal modo que o pensamento daqueles a quem é recusado os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante. Os pensamentos dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de idéias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; dizendo de outro modo, são as idéias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; dizendo de outro modo, são as idéias do seu domínio (MARX, 1979, p. 55).

No que diz respeito, especificamente, à representação da condição feminina naquela sociedade, o novo gênero literário “demonstrou um interesse sem precedentes pela natureza e posição da mulher” (VASCONCELOS, 1995, p. 86). Sobre esta vertente, Sandra Guardini Vasconcelos (1995) elucida que os romancistas tiveram um papel fundamental para consolidação dos ideais de feminilidade em voga no século XVIII e difundidos, sobretudo, pelos iluministas. A autora evidencia ainda que a narrativa romanesca emergiu naquele período como uma maneira para “instruir através do exemplo, promover a virtude e punir o vício por meio de uma história divertida” (VASCONCELOS, 1995, p. 93). Assim, era comum que os romancistas criassem as suas personagens com base nas qualidades essenciais à imagem feminina naquele contexto, tais como a virtude, a moderação, a inocência, o decoro e o bom senso. Diante disto:

o romance teve um papel central na construção do gênero [feminino], articulando e propagando a ideologia da domesticidade, que confinava as mulheres à esfera privada, enquanto ratificava a noção do homem como um ser público. Mais ainda, **o novo gênero [literário] contribuiu para naturalizar esse novo conceito de feminilidade, como se houvesse uma essência feminina – biologicamente inferior, socialmente subordinada e portadora de qualidades naturais que a tornavam mais afeita ao mundo da casa** (VASCONCELOS, 1995, p. 93, grifos nossos).

Com efeito, à medida que o romance se tornou amplamente apreciado pelo público leitor, começou a se apresentar como um gênero literário com características cada vez mais definidas, passando, do mesmo modo, a adequar-se às correntes artísticas em voga em determinado período. Por vezes, o próprio romance fundaria estéticas artísticas, disseminando influências não apenas na literatura, mas, igualmente, nas demais formas de manifestação artísticas. Como exemplo, cita-se o movimento alemão *Sturm und Drang* (Tempestade e Ímpeto), iniciado a partir dos trabalhos literários de Schiller e Goethe.

Com o *Sturm und Drang*, e mais tarde com a consolidação do Romantismo, o romance consagrou, de maneira expressiva, o culto à feminilidade forjado a partir da visão masculina. Deste modo, o romance “desempenhou um papel decisivo enquanto prática

representacional na produção [da] imagem da mulher, que viria a se propor como ‘ideal feminino’ e a se manter enquanto tal até o século XIX” (VASCONCELOS, 1995, p. 100).

Pelo exposto, percebe-se que o romance teve um papel fundamental na consagração de certas noções de feminilidade, representando, ao mesmo tempo, o reflexo de uma época, e um meio de propagação de determinado pensamento. Assim, não nos parece incorreto presumir que, por vezes, os romances tenham se projetado como um instrumento de controle que, de modo incidental ou não, modelavam e direcionavam os comportamentos femininos considerados socialmente aceitos, como veremos no tópico subsequente.

### 3.2 O ROMANTISMO: A MANIFESTAÇÃO MÁXIMA DO ETERNO FEMININO

As agitações revolucionárias e as transformações no âmbito político, social e econômico que atingiram todo o mundo ocidental entre as décadas finais do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX se fizeram repercutir até os dias atuais. As transformações trazidas pela Revolução Francesa, e posteriormente, as alterações da lógica de trabalho promovidas pela Revolução Industrial inspiraram e consolidaram movimentos de cunho social, liberal e nacionalista, que assinalaram de maneira enfática estes dois eventos determinantes do Mundo Ocidental. Nesse sentido, se faz necessário ressaltar que tais transformações, que também ensejaram amplas modificações sociais e comportamentais, não foram esquecidas pela literatura emergente daquele período.

Na Alemanha, por exemplo, a passagem entre o século XVIII e XIX se apresentou como um dos focos de irradiação da arte e do pensamento romântico. Neste contexto, a abordagem racional, científica e objetiva apregoada pelos iluministas, gradativamente, foi deixando de ser considerada a finalidade última ao desenvolvimento das potencialidades do espírito humano.

Assim, aos recôncavos do Romantismo Alemão na segunda metade do século XVIII, o *Sturm und Drang*<sup>19</sup> (Tempestade e Ímpeto) é considerado o primeiro movimento romântico com grande repercussão na Europa, no qual se irradiam, como principais expoentes, as figuras

---

<sup>19</sup> *Sturm und Drang* significa “Tempestade e Assalto” ou ainda, “Tempestade e Ímpeto”. A denominação deriva do título do drama escrito em 1776 por um dos expoentes do movimento, Friedrich Maximilian Klingler (1752-1831), e parece ter sido usada pela primeira vez para designar todo o movimento, por A. Schlegel, no início do século XIX. Os dois termos provavelmente devem ser entendidos como hendíadis, ou seja, como dois termos que expressam conceito único com duas palavras: assim, o sentindo deveria ser “ímpeto tempestuoso”, “tempestade de sentimentos”, “efervescência caótica de sentimentos” (REALE; ANTISERI, 1991, p. 14).

de Johan Wolfgang Goethe (1749-1832) e Friedrich Schiller (1759-1805)<sup>20</sup>. O pensamento apregoadado pelos jovens membros do *Sturm und Drang*, demonstrava novas concepções literárias que deixavam à margem as antigas ideias difundidas pelo Iluminismo em favor de uma estética que primasse pela emoção em detrimento da razão. No que diz respeito às características do Pré-Romantismo europeu, a historiadora Emília Viotti da Costa salienta que:

no século XVIII esboçavam-se muitas das manifestações comuns ao Romantismo: a crença na bondade natural do homem, o culto da amizade, da recordação e da lembrança, **o culto da sensibilidade, o hábito de se abandonar às doces emoções**, ao terno, a tendência a se cultivar a piedade pelo infortúnio físico ou moral, assim como outros motivos de enternecimento: o gosto contemplativo da natureza, o amor pelas paisagens melancólicas, lunares ou outonais. A maior **parte dessas características são encontradas na literatura oitocentista da França (Nouvelle Heloise de Rousseau, por exemplo, 1761), na Inglaterra (em Sir Charles Grandison de Richardson [1764]) e na Alemanha (Werther de Goethe [1774])** (1963, p. 35, grifos nossos).

É nesta esfera que a reprodução imagética da imagem feminina atrelada ao Eterno Feminino emerge com grande fervor nas produções literárias do Pré-Romantismo Alemão. A título de exemplo, podemos destacar duas célebres obras de Goethe: *Os Sofrimentos do Jovem Werther* e *Fausto*. Nestas duas obras, podemos observar certas características e nuances típicas do fenômeno romântico, tais como “o modo peculiar de sentir e as características psicológicas próprias do homem romântico” (REALE; ANTISERI, 1991, p. 18). Em tais obras, a sensibilidade dos personagens principais pode ser sentida e, ao mesmo tempo, medida pelas emoções, atitudes inconsequentes, súplicas, ambições e pelo individualismo que empolgavam o novo homem moderno, exteriorizado nas figuras de *Werther* e *Fausto*.

Nessas obras, Goethe ao conjugar o amor, a sensibilidade e a emoção, esboçou, de maneira muito peculiar, o papel marcante que a imagem feminina teria na Literatura Romântica, e que, mais tarde, seria contestada pelo Naturalismo. Idealizada, divinizada e enaltecida pelos românticos, a mulher se encontrava ainda associada ao ideal do Eterno Feminino. Assim, o amor feminino que purifica e tem a potencialidade de elevar o homem a Deus, que exprime as boas qualidades, que é adoração e pureza, demarca as afirmações difundidas acerca do Eterno Feminino, consolidando construções imagéticas que subordinavam as mulheres à sua própria idealização.

---

<sup>20</sup> Ao lado de Goethe, destacam-se no *Sturm und Drang* os nomes de Johann Gottfried Herder (1744-1803), Friedrich M. Klinger (1752-1831) e Jakob Michael Reinhold Lenz (1751-1792). Estes nomes se destacaram no movimento como defensores da liberdade e da espontaneidade da criação artística, além disso, exaltaram a natureza e o sentimento em suas composições artísticas.

Em *Os Sofrimentos do Jovem Werther* (1774), o Eterno Feminino é representado pela frágil e sensível Charlotte, mulher de alma aveludada, emocionalmente instável e dividida entre o amor de dois jovens (Werther, seu admirador, e Albert, seu noivo). O enredo dessa história retrata uma paixão exacerbada, avassaladora e infeliz, que culmina em uma atitude impetuosa do personagem principal, considerada o ápice do escapismo da estética romântica: o suicídio. Além disso, em *Os Sofrimentos do Jovem Werther*, podemos observar que os aspectos tão disseminados através do ideal do Eterno Feminino, tais como a natural docilidade, fragilidade, os encantos físicos e morais (moderação, pureza, recato), estavam presentes em Charlotte. Ademais, tais atributos constituíam ainda a sua única e autêntica forma de domínio sobre os homens que disputavam o seu amor, o que, ocasionalmente, evidencia como a sedução feminina poderia representar uma imponente fonte de poder, senão a única da qual as mulheres poderiam se valer naquele contexto. Sobre esta vertente, podemos extrair algumas passagens de *Os Sofrimentos do Jovem Werther*, que ilustram com expressividade a suposta dependência masculina aos encantos da imagem feminina:

16 de julho

[...] **Ela é sagrada para mim.** Todo meu desejo emudece em sua presença. **Não sei jamais o que se passa comigo quando estou a seu lado; parece que a minha alma se revolve em todos os meus nervos...** Há uma melodia que **ela toca ao piano com a força de um anjo, tão sensível e tão espirituosa!** É sua ária favorita! E ela livra-me de todas as mágoas, de todas as confusões, de todas as manias, apenas ouço a primeira nota (GOETHE, 2008, p. 62, grifos nossos).

20 de janeiro

[...] **Oh, Carlota! Tão santa, tão cálida!** Bom Deus! Traz de volta aquele momento feliz. [...] **À noite, decido que vou gozar o nascer do sol no dia seguinte, mas não consigo levantar da cama. De dia espero ficar alegre com o luar, mas à noite fico trancado em meu quarto. Já não sei mais por que levanto, já não sei mais por que vou dormir [...]** (GOETHE, 2008, p. 100, grifos nossos).

Como podemos observar, os excertos extraídos da referida obra denotam que o ideal do Eterno Feminino, apesar de atrelar-se à esfera da individualidade, possuía um alcance social muito mais amplo. O Pré-Romantismo Alemão, de forma incidente ou proposital, absorveu e difundiu as transformações e permanências de seu tempo, ora criticando-as ora perpetuando-as. Do mesmo modo, podemos evidenciar uma série de características peculiares a esse movimento estético que refletiam aspectos daquela época e sociedade, tais como o culto à mulher amada, o infortúnio do amor não correspondido, o transbordamento de emoções, súplicas, enternecimento, dentre outras.

Em *Fausto*, o Eterno Feminino é demarcado pela presença da inocência infantil, da simplicidade provinciana e da humildade cristã de Gretchen (ou Margarida, em algumas traduções portuguesas), atributos estes que a elevaram à construção imagética de heroína dentro da obra de Goethe. Embora essa mesma personagem tenha sido abandonada por Fausto e sofrido vários infortúnios pelo trágico amor, Gretchen pode ser vista como a “mulher anjo”, aquela que trouxe ao coração do amado a purificação, o alento e a paz, salvando, fortificando e enobrecendo a alma de Fausto que havia sido corrompida por Mefistófeles. Sobre esta vertente, Ernst Osterkamp explica que:

Goethe configurou a cena final do *Fausto* como um grande canto de louvor ao amor; por isso deixa o *Pater profundus* enfatizar que o princípio que tudo cria e conserva é o ‘onipotente amor’, mas da mesma forma ele poderia o ter chamado onipotência, Deus ou Natureza. É o amor que pode devolver Fausto à unidade da Natureza, porque o amor, como afirmam estes versos, é o princípio atuante e contentor da Natureza. [...] As formas femininas da cena final do *Fausto* não são formas cristãs redentoras, mas figurações estéticas daquela força produtiva do amor, que Goethe no final nomeia ‘o Eterno-Feminino’ [...] e a que ele poderia também, nesta cena delineada à margem do silêncio místico, ter dado o nome de Deus ou Natureza, pois está sempre consciente de que para o absoluto não há linguagem (2012, p. 44-45, grifos nossos).

É assim que Goethe, nas cenas finais de *Fausto*, expõe a conjuração do ideal do Eterno Feminino, que, embora seja permeado por uma sociedade patriarcal, se manifesta como a expressão mais elevada do amor feminino que purifica, perdoa, abnega e renuncia em nome do bem-estar do amado. A título de ilustrar tal assertiva, podemos extrair o fragmento ao qual Gretchen intercede pela salvação da alma de Fausto:

Inclina, inclina,  
Ó Mãe Divina,  
À luz que em ilumina,  
O dom de teu perdão infindo!  
O outrora-amado  
Já bem fadado,  
Voltou, vem vindo (GOETHE, 2011, v. 12069-12075).

Trata-se, assim, da representação do eterno feminino sublimado, constituído no belo e na força “purificadora destinada a conservar a elevação espiritual” (RINTELEN, 1949, p. 74); ou, ainda, o “[...] o amor salvífico, prestimoso, que doa a graça, revela-se aqui no símile do *Eterno-Feminino*” (SCHÖNE *apud* MAZZARI, 2011, p. 652), encarnado na figura da mulher.

Desta maneira, Goethe finaliza o *Fausto* enfocando na figura de Gretchen e, com as últimas frases do *Chorus Mysticus*, o autor revela o verdadeiro sentido da vida e da existência do homem romântico:

Tudo o que é efêmero,  
 Não passa de uma alegoria;  
 O Homem terreno e insuficiente  
 Aqui se torna essência;  
 A transcendência indefinível  
 Aqui se mostra presente;

**O Eterno Feminino**

**Nos eleva para si** (GOETHE, 2011, v. 12.204-12.111, grifos nossos).

Diante do exposto, podemos aferir que em *Os sofrimentos do jovem Werther* e em *Fausto*, Goethe evidenciou com habilidade, alguns dos fundamentos essenciais que nortearam a estética Romântica em vários países da Europa. Assim, na medida em que o Romantismo florescia em países como Alemanha, França e Inglaterra, e ainda que apresentasse algumas peculiaridades distintas em cada localidade, a negação ao controle da sensibilidade e das emoções, e ao pensamento racional e objetivo dos iluministas, parecem ter sido uma constante universal entre os românticos. Com efeito, se reconhecermos que o Romantismo estabeleceu rupturas com o fundamento principal da corrente iluminista, a razão, podemos supor que a estética romântica se configura como um movimento de caráter “irracional”. Sobre essa vertente, Otto Maria Carpeaux explica que em termos do Romantismo:

A emoção é o que, por definição, não pode ser definido em termos racionais. Daí a multiplicidade dos tipos românticos, de modo que será melhor falar em "romantismos", no plural, do que em "romantismo". As variedades principais subordinam-se, porém, sem muito artifício, às individualidades nacionais: é possível distinguir três pontos de partida diferentes do romantismo. O ponto de partida alemão é principalmente pré-romântico. O ponto de partida francês é principalmente pré-revolucionário. O ponto de partida inglês é principalmente contra-revolucionário. Mas depois as correntes se confundem (2011, p. 1432).

Assim, considerando a assertiva de Otto Maria, podemos compreender que avessos à perspectiva estritamente objetiva, racional e materialista, os românticos desestabilizaram o tênue equilíbrio estabelecido no início da modernidade. Nesta perspectiva, depreende-se que a estética Romântica se apresentou como um movimento de caráter subjetivo e avesso à ciência. Do mesmo modo, torna-se salutar evidenciarmos que os ideais do Romantismo, além de se opor aos do Iluminismo, também combatia o modo de expressão presente no Classicismo, que possuía como apanágio:

o equilíbrio, a ordem, a harmonia, a objetividade, a ponderação, a proporção, a serenidade, a disciplina, o desenho sapiente, o caráter apolíneo, secular, lúcido e luminoso. É o domínio do diurno. Averso ao elemento noturno, o Classicismo quer ser transparente e claro, racional (GUINSBURG; ROSENFELD, 2008, p. 262-263).

Nos românticos, ao contrário, víamos “a efusão violenta de efeitos e paixões, as dissonâncias, a desarmonia em vez da harmonia”. Um subjetivismo radical quase que incontido. “O ímpeto irracional, o gênio original e a exaltação dionisiaca” se sobrepondo à contenção, à disciplina apolínea dos seus antecessores. Ademais, havia a preponderância do “elemento noturno, algo de selvagem e também de patológico, uma inclinação profunda para o mórbido, a ponto de Goethe ter defendido o Classicismo como aquilo que é sadio e ter visto no Romantismo a encarnação do doentio” (GUINSBURG; ROSENFELD, 2008, p. 268).

Os românticos, decerto, consideravam que as primícias promulgadas na Modernidade por meio da filosofia, das Artes, da Literatura, do âmbito social, político e cultural, levaram os indivíduos a enxergarem o mundo distante da valorização do *eu*. Além disso, a objetividade racional que teria conduzido os homens ao afastamento da Natureza vê-se subtraída pelo Romantismo. Nesse ponto, a Natureza passou a ser entendida pelos românticos como “vida que cria eternamente, na qual a morte nada mais é do que ‘artifício para ter mais vida’”. (REALE; ANTISERI, 1991, p. 20).

Como vimos até então, o Romantismo expressou, em suas variadas manifestações e expressões, a preponderância do subjetivismo sobre a racionalidade. No entanto, na Literatura, apesar da exaltação à imagem feminina ser uma característica constante entre os românticos, tal idealização acabou por manifestar uma forma mais elaborada de dominação simbólica. Em outras palavras, os símbolos e representações construídos sobre as mulheres nos enredos das obras Românticas, como as de Goethe, são reflexos de produções e afirmações discursivas que há séculos designavam os papéis e as posições dos sexos masculino e feminino.

Majoritariamente, os criadores desses discursos foram homens que se apropriaram de vestígios e relatos estereotipados acerca da figura feminina para representá-las em suas construções artísticas. Sob os olhares masculinos, as mulheres foram “imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas” (PEROTT, 2012, p. 17). Produzidas pelos homens, a construção de tais imagens nos falam mais sobre as suas próprias paixões e seus desejos incontidos, orientando-se sempre a partir de uma “natureza feminina” idealizada e imputada às mulheres. Ademais, convém ressaltar que essas construções foram gestadas desde tempos longínquos por meio de intensas e extensas relações de poder, que demarcavam as atribuições destinadas às mulheres, assim como limitavam seu espaço social às esferas do lar e à subordinação ao homem, geralmente atrelado à figura de pai ou marido.

Adornada de aspectos sociais, históricos e culturais, tais demarcações, ao indicarem a íntima vinculação do gênero com as relações de poder, nos faz compreender que a

incorporação da categoria gênero no campo da História, possibilitou, com mais clarividência, a compreensão de como as relações de poder reforçaram, justificaram, difundiram e legitimaram as desigualdades sociais entre homens e mulheres, a partir de práticas de dominação e subordinação construídas histórica e socialmente em diversos contextos. Sobre tais questões, Joan Scott e Judith Butler explicam, respectivamente, que:

**o objetivo da nova pesquisa histórica é explodir a noção de fixidade, descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva a aparência de uma permanência eterna na representação binária dos gêneros.** Esse tipo de análise tem que incluir uma noção do político, tanto quanto uma referência às instituições e organizações sociais. [...] (SCOTT, 1991, p. 22, grifos nossos).

o gênero não deve ser construído como uma identidade estável ou um locus de ação do qual decorrem vários atos, em vez disso, **o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos [...] [onde] os próprios atores, passam a acreditar, exercendo-a sob a forma de uma crença** (BUTLER, 2003, p. 200, grifos nossos).

Diante disto, o que se destaca é que as permanências discursivas e a designação dos papéis femininos, foram ganhando novas formas de consolidação e propagação ao longo do tempo. Assim, observa-se que, desde tempos remotos, vários discursos relacionados as desigualdades de gênero foram construídos e disseminados, acumulando-se, adaptando-se, sobrepondo-se, mas sempre sob a justificativa de que as mulheres seriam “naturalmente” inferiores aos homens. Essa “inferioridade” e, portanto, “subordinação” feminina pode ser analisada e compreendida não somente nas dinâmicas sociais, mas também em instâncias ficcionais, como as dos românticos. Na estética Romântica, uma das características primordiais e, por esta razão, tida como a mais repetida ou vulgar, consiste na exaltação da mulher. A sua manifestação máxima se dá quando associada às volúpias desencadeadas pelo amor.

Em um estudo acerca da obra *L'amour* de Michelet, a historiadora Emilia Viotti da Costa, explica que as concepções do autor sobre o amor e a mulher estão em estreita consonância com o pensamento Romântico. Segundo a historiadora, Michelet apresenta uma “concepção do amor como redenção, e da mulher como anjo frágil e indefeso” (COSTA, 1963, p. 48), evidenciando, desta maneira, a forma de dependência das mulheres em relação ao homem, pois, muito embora elas sejam idealizadas através de várias virtudes, permaneceriam marcadas pelo estigma da inferioridade intelectual, moral e física:

a mulher, diz ele, vive marcada pelo peso de uma grande fatalidade: seu condicionamento biológico. A natureza favorece ao homem e não à mulher. Esta é

frágil física e moralmente, mais propensa aos deslizes e às más influências, menos capaz de se defender. Por isso precisa ser protegida e amada. Ela é totalmente diferente do homem. Agitam-se no seu íntimo qualidades contrárias: eleva-se pela sua beleza, sua poesia, sua viva intuição, mas é mantida pela natureza numa servidão de fraqueza e sofrimento (COSTA, 1963, p. 49).

Mediante isto, para Michelet, as mulheres se tornam “objeto de devoção: um objeto sagrado que quando se conserva puro o seu coração é divindade” (1889, p. 150 *apud* COSTA, 1963, p. 53). Tal associação exemplifica de maneira enfática a manifestação máxima do Eterno Feminino disseminada por toda Europa no final do século XVIII e ao longo do século XIX. Postas em evidência, as representações da imagem feminina eram pautadas em um conjunto de valores, virtudes e atributos “naturalmente” condicionado às mulheres, que pareciam direcioná-las à ordem natural do mundo:

a figura idealizada da mulher oscila entre duas tendências: a mulher anjo e a mulher demônio. A mulher anjo é a purificadora do coração do amante, capaz de enobrecer sua alma e de fortificá-lo, aproximando-o de Deus: desperta-lhe a sensibilidade para o belo, encoraja-o na sua missão política ou patriótica, revigora-o moralmente. E' a mulher benfeitora, a conselheira e guia: a mulher que reflete a luz divina, a mulher inspiradora. O amor, neste caso, aparece como uma virtude: todo amor é sincero e, por isso mesmo, nobre e edificante. O amor divinizado, em certas obras de George Sand, Lamartine, Hugo, sem falar nos autores alemães como Schlegel ou Novalis, assume foros de religião. Desenvolve-se, ao mesmo tempo, a mística do primeiro amor. Ao lado dessa ideia, surge a tese da redenção da pecadora: a mais vil das mulheres pode ser redimida por um verdadeiro amor, puro e desinteressado (COSTA, 1963, p. 38).

Estas representações conjugadas pela estética Romântica, indubitavelmente, refletiram, construíram e assumiram um significado social, que pôde ser observado não somente na Europa, mas em todo o Ocidente. Do mesmo modo, o romance romântico deflagrou “um papel fundamental na tarefa da educação das jovens, incluindo princípios, reforçando atitudes desejáveis e realçando a virtude como a principal qualidade a que elas deveriam aspirar” (VASCONCELOS, 1995, p. 89). Tal pressuposto estava associado à sublimação da imagem feminina disseminada pelos românticos, que, geralmente, correlacionava-se ao rigor das convenções sociais das últimas décadas do século XVIII na Europa e que se perduraram por grande parte do século XIX no mundo ocidental.

Diante disto, percebe-se, na maior parte dos autores românticos daquela época, certa reserva às nuances que pudessem contrariar os ideais que sustentavam os valores da imagem feminina defendidos pelo ideal burguês de família, tais como o puritanismo e a decência, que, de certo modo, controlavam a concupiscência da carne em favor da circunscrição de uma sexualidade legalizada pelo casamento monogâmico. Sobre esta vertente, o historiador norte-

americano Mark Poster, na obra *Teoria crítica da família*, explica que a renúncia sexual foi um demarcador de distinção social para família burguesa, pois através do cerceamento da sexualidade, a “burguesia definiu-se moralmente, em contraste com o proletário promíscuo e a nobreza sensual, como a classe dotada de virtuosa renúncia” (1979, p. 187).

Em decorrência disto, no pensamento burguês predominava a ideia de que a mulher deveria ser desprovida de qualquer relação sexual que pudesse irromper nas suas qualidades tidas como naturais. Com efeito, na percepção burguesa, esperava-se que ficassem “[...] o casamento e o amor de um lado, e a sexualidade, do outro” (POSTER, 1979, p. 187), a fim de que o modelo familiar instituído pela burguesia não incorresse em licenciosidades.

Essas incidências, não raramente, podem ser observadas de maneira mais velada em muitas obras românticas, sobretudo, quando apreendidas como filtro catalisador de sua época. Desta forma, o estado de alma romântico pôde ser partilhado por um vasto número de indivíduos que reencontravam nos autores traços de sua alma (COSTA, 1963). Acerca disto, Emilia Viotti da Costa pontua que o Romantismo “expressava uma tendência peculiar a certos grupos da sociedade dentro da qual viviam os escritores. Eles se faziam intérpretes não de toda a sociedade de seu tempo, mas de uma vasta família de espíritos que se reencontrava em suas obras” (1963, p. 36). Assim, tem-se que:

a partir da ideia da preponderância do sentimento sobre a razão, a vida afetiva passou para o primeiro plano, marcada por profundo subjetivismo e acompanhada de uma conduta que se caracterizava por transbordamentos e confissões de caráter extremamente íntimo e pessoal. O tema do amor tornou-se absorvente. Ele [assumiu] lugar importante na obra da maior parte dos autores românticos (COSTA, 1963, p. 37).

Com isto, há de se destacar que a produção maciça de materiais impressos foi um fator preponderante para a difusão, consolidação e legitimação das ideias apregoadas naquele tempo. Tal fenômeno, conseqüentemente, favoreceu a impressão de romances em grandes escalas, o que, de certo modo, resultou na popularização das obras românticas, ainda que seu acesso não pudesse ser alcançado pela grande maioria da população.

Por outro lado, apesar de não ser materialmente acessível a todos, é preciso pontuar que a Literatura está vinculada ao mundo e, como representação da realidade, é capaz, ainda que incidentalmente, de demarcar as permanências e rupturas de mentalidade e comportamento, podendo transmutar-se em uma importante fonte para produção de um conhecimento historiográfico relacionado a determinadas sociabilidades. Em outras palavras, ao tomarmos como pressupostos as concepções dos historiadores Roger Chartier e Sandra

Pesavento, sobre a estreita relação entre a História e Literatura, podemos entender que, de forma representativa, estas áreas do conhecimento podem (e puderam) estabelecer correlações entre si e dar origem a outras maneiras de ver e conceber tanto o fazer historiográfico quanto a compreensão do conjunto estético da Literatura.

Dentro do leque de possibilidades do fazer historiográfico inaugurado com a *Escola dos Annales*, a Literatura tem sido utilizada cada vez mais por historiadores que desejam ampliar suas formas de interpretar, dizer e representar determinada realidade e temporalidade. O texto literário, bem como qualquer outra manifestação artística, acompanha as transformações da história e se dedica, incidente ou estrategicamente, a observar e registrar marcas que possam servir de subsídio para a compreensão da realidade social ao qual se insere e sobre a qual se refere. Sobre essa vertente Sandra Pesavento explica que:

a Literatura permite o acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos. Ela dá a ver sensibilidade, perfis, valores. Ela representa o real, ela é fonte privilegiada para a leitura do imaginário [...] Para além das disposições legais ou de códigos de etiquetas de uma sociedade, é a Literatura que fornece os indícios para pensar como e porque as pessoas agiam desta e daquela forma (2004, p. 82–83).

A compreensão do discurso elaborado pelo autor de uma obra literária nos permite descortinar os valores e preceitos que estão em voga em um determinado contexto histórico. Para isto, é preciso que este intelectual esteja sempre atento ao seu tempo, percebendo e tomando para si os fatores externos que o rodeia. Do mesmo modo, podemos entender que o texto literário aponta, ao mesmo tempo, a ausência e a presença dos fatores que regiam a sociedade em determinada época, tendo em vista que as representações sociais presentes nas obras literárias são moldadas conforme as informações extrínsecas e intrínsecas à vida do literato. Em outras palavras, o fenômeno das reapresentações sociais está submetido à forma de pensar, às experiências e aos conhecimentos que circundam a vida do intelectual, sobretudo, porque “quando um sujeito pensa um objeto, o seu universo mental não é, por definição, uma tábua rasa, pelo contrário, é por referência a experiências e esquemas de pensamentos já estabelecidos que o objeto em questão vai ser pensado” (VALLA *apud* SILVA, 1998, p. 18).

É a partir dessa mesma visão que as obras Realistas e Naturalistas emergentes na segunda metade do século XIX nos leva a perscrutar a temporalidade e o espaço em que foram concebidas. Do mesmo modo, as posturas dos seus representantes diante do meio social ao qual estavam inseridos e as críticas elaboradas sobre as suas obras, nos remete à

compreensão de como a Literatura dos fins do século XIX foi capaz de “atingir territórios inconfessáveis e sombrios da experiência humana, representando-os e recriando-os na matéria palpável da linguagem” (BULHÕES, 2003, p. 11). Assim, se “o Romantismo foi o meio de expressão próprio da ascensão burguesa; o Naturalismo seria o de sua decadência” (SODRÉ, 1992, p. 46). A partir de tais visões, buscaremos analisar nos próximos capítulos, o embate entre os tradicionais saberes e poderes que recaiam sobre as mulheres e os emergentes saberes especializados que buscaram explicar e controlar o corpo e a sexualidade feminina, observando tal fenômeno a partir das representações sobre o tema presentes em algumas obras dos principais movimentos literários da segunda metade do século XIX.

#### 4 O DESENCANTAMENTO DO BELO SEXO: o Realismo e o Naturalismo europeu

É sabido que na esfera social, política, filosófica e cultural, os acontecimentos históricos devem ser considerados e analisados sob o prisma do seu lugar no tempo e no espaço. Ao mesmo tempo, é necessário evidenciar as relações de poder, discursos e verdades a partir dos quais se originam e por meio dos quais se propagam.

Tais considerações permitem considerar o Ser Humano como um produto do seu meio, revestido de inúmeras estratégias de poder e instituições disciplinares que ao mesmo tempo em que são fabricados por indivíduos, também possuem o condão de fabricar estes mesmos indivíduos, determinando e produzindo as suas mais variadas teias de relações. Acerca disto, Roberto Machado, um dos mais proeminentes estudiosos sobre as obras de Michael Foucault, explica que na acepção do filósofo:

o indivíduo é uma produção do poder e do saber [...] o poder disciplinar não destrói o indivíduo; ao contrário, o fabrica. O indivíduo não é o outro do poder, realidade exterior, por ele anulado, é um de seus mais importantes efeitos [...]. Além disso, é característico de uma época, de uma forma específica de dominação (2012, p. 24-25).

Diante disto, não seria inexato compreender que o corpo e comportamento feminino produzidos pelo pensamento iluminista do século XVIII, instituíram-se, a partir de preceitos que, apesar de aparentemente fundados na razão, obedeceram a circunstâncias sociais bastantes específicas que objetivaram ditar e eleger comportamentos ditos legítimos à sociedade daquela época.

Em consonância às formulações a respeito da conduta e comportamento femininos apregoados pelos iluministas, vimos, também, que os representantes do movimento alemão *Sturm und Drang*, e, mais tarde, os do Romantismo europeu do século XIX, difundiram a ideia de uma imagem feminina submetida às idealizações de uma época que se detinha a (re)produzir um corpo dócil e submisso. Sobre esta vertente, é possível perceber que os discursos propagados em tais contextos foram, paulatinamente, aceitos como verdades que, ao adentrarem em circulação, não apenas refletiram as relações de poder de uma época, mas também buscaram reafirmar imagens e signos que seriam constantemente evocados e (re)apropriados pelas instituições e grupos sociais dominantes daquele tempo. Em outras palavras, Foucault explicita que:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro [...] Por verdade não quero dizer “o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar”, mas o “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder” (2012, p. 52-53).

Com base no fragmento acima, podemos entender que as construções discursivas formuladas no mundo ocidental em torno do Eterno Feminino, sentidas, refletidas e (re)elaboradas através da Literatura, tanto pelo Iluminismo quanto pelo movimento alemão *Sturm und Drang*, e, mais tarde, pelo Romantismo, produziram discursos de verdade que, além de colocarem em funcionamento relações e mecanismos abstratos de poder, fabricaram e puseram em evidência comportamentos femininos considerados legítimos e convenientes ao *bem estar social*. Disto, pode-se apreender, portanto, que a verdade se projeta como a condição de possibilidade do poder e vice-versa. Sobre tal assertiva, Foucault, em um curso ministrado no Collège de France em meados da década de setenta, fez as seguintes considerações:

Quero dizer o seguinte: numa sociedade como a nossa - mas, afinal de contas, como em qualquer sociedade - múltiplas relações de poder perpassam, caracterizam, constituem o corpo social; elas não podem dissociar-se, nem estabelecer-se, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação, um funcionamento do discurso verdadeiro. **Não há exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade** (2002, p. 28-29, grifos nossos).

A partir de tais observações, Foucault compreende que o poder não se concentra em um Estado soberano, tão pouco que se projeta sobre os indivíduos a partir de forças externas, mas sim estabelece-se a partir das próprias relações sociais, como parte constitutiva da própria sociedade. Deste modo, o poder “se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro. O poder está em toda parte; não porque englobe tudo, e sim porque provém de todos os lugares” (FOUCAULT, 1988, p. 89).

Nesta perspectiva, é possível observar, ainda, que os discursos de verdade possuem um papel fundamental na dinamização de determinada concepção de realidade assim como na consolidação de determinadas relações de poder. Assim, para Foucault “a verdade não existe fora do poder ou sem poder [...]. A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder” (2012, p. 51-52).

Diante disto, vê-se que os discursos de verdade são permeados de interesses que podem ser comuns ou individualizados, que visam práticas coercitivas ou não, que se propõem a fabricar, eleger ou (re)modelar comportamentos considerados legítimos às aspirações de determinado grupo, coletividade e instituições, pois “não há poder que se exerça sem uma série de miras e objetivos” (FOUCAULT, 1988, p. 90). Do mesmo modo, “não há relação de poder sem a constituição de um campo de saber, e, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder. Todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber” (MACHADO, 2012, p. 28).

Assim, os discursos médicos, científicos, filosóficos e literários que foram exaustivamente elaborados no século XIX sobre a sexualidade, representaram, cada um ao seu modo, uma forma de produção, acúmulo e transmissão de saber, que, simultaneamente, asseguraram o exercício de um poder legitimado pelas instâncias que o operacionalizaram e por aqueles que os propagavam. Sobre tal questão, Roberto Machado (2012, p. 28) explica que:

a partir do século XIX, todo agente do poder vai ser um agente de constituição de saber, devendo enviar aos que lhe delegaram um poder um determinado saber correlativo do poder que exerce. É assim que se forma um saber experimental ou observacional. Mas a relação é ainda mais intrínseca: é o saber enquanto tal que se encontra dotado estatutariamente, institucionalmente, de determinado poder. O saber funciona na sociedade dotado de poder.

É neste intercurso que o corpo e a sexualidade são transmutados em valiosos objetos e campos de observação e debate no século XIX pelas mais variadas manifestações do saber, primeiramente, como uma tentativa de economia política da população, na qual surgiram análises das condutas sexuais dos indivíduos, de suas determinações e efeitos nos limites entre o biológico e o econômico (FOUCAULT, 1988). Esta forma de apreensão do corpo e da sexualidade, tal como em outros tempos, permitiu seccioná-los e hierarquizá-los, adicionando-se, porém, a esta fórmula, novas técnicas e métodos pautados na cientificidade, que passariam a agrupar a sexualidade em unidades legítimas e ilegítimas.

Segundo Foucault (1988), os efeitos de interdição que se tentou instaurar sobre os corpos e sexualidades múltiplas que foram criados pelas próprias esferas de poder, não produziram o resultado esperado. Ao contrário, provocaram e atraíram a sua diversificação com espirais cujo prazer e poder se reforçavam continua e mutuamente. Assim, “os comportamentos polimorfos foram extraídos do corpo [...], dos seus prazeres; ou melhor,

foram consolidados neles; mediante múltiplos dispositivos de poder, foram solicitados, instalados, isolados, intensificados, incorporados” (FOUCAULT, 1988, p. 47).

Diante disto, pode-se entender que a sexualidade produzida no século XIX, sobretudo, a feminina, foi um correlato de construções discursivas que, ao mesmo tempo em que buscavam cercear as práticas consideradas licenciosas, acentuaram, sob a ótica do discurso dominante - perpetuado até então pela égide do Eterno Feminino - a efetivação e a distinção de sexualidades ditas periféricas a partir não somente do apanágio científico, mas também do desenvolvimento e circulação de outros discursos, tais como os dos literatos da segunda metade do século XIX, que sob uma perspectiva da crítica literária, enveredaram por temáticas compreendidas, à época, como antirromânticas, antiéticas e amorais.

Sentidas, refletidas e disseminadas no mundo europeu, a escrita Realista e Naturalista consistiu, de certa forma, em uma reação ao idealismo romântico esboçado em momentos anteriores. Ademais, as construções Realistas/Naturalistas emergiram das constantes mudanças vivenciadas pela sociedade europeia, sobretudo, àquelas resultantes da Segunda Revolução Industrial e da emergência de várias ciências, correntes filosóficas e áreas do conhecimento.

Fruto de tais desdobramentos, a expansão burguesa das principais potências industriais, como Inglaterra, Alemanha, França e Estados Unidos, evidenciou, além do suposto progresso econômico e científico, vários excessos contrastantes que destinavam a classe trabalhadora à exploração, à miséria e à insalubridade, além de uma gama de mazelas instituídas pela escala de valores socioeconômicos implementados por esta nova lógica de mercado e de consumo.

Diante disto, quando sintetizados pelo seu cotidiano marginalizado e seus meios de sobrevivência, as classes populares acabavam por representar um sintoma não desejado ao crescente processo de urbanização, como uma espécie de inadequação às cidades modernas. Em decorrência deste cenário, enquanto a burguesia impunha a sua supremacia, o operariado manifestava a sua insatisfação diante das condições em que vivia e trabalhava<sup>21</sup>.

Em face deste cenário conflituoso e antagônico, novas maneiras de ver, conceber e interpretar o mundo se manifestaram nas mais variadas correntes filosóficas, ideológicas e científicas da segunda metade do século XIX. Compreendidas pela necessidade de retratar a vida e seus infortúnios, os novos costumes e as disparidades sociais que ali se firmavam, essas

---

<sup>21</sup> As condições históricas em que se colocava a classe operária permitiram o aparecimento, em 1848, do *Manifesto do partido comunista*, em que Marx e Engels analisaram os problemas que se prostravam diante da classe dos trabalhadores assalariados e indicaram soluções às mazelas sofridas pelos proletariados.

correntes foram decisivas para a consolidação dos principais movimentos literários que emergiriam naquela época: o Realismo e o Naturalismo.

No entanto, antes de realizar uma breve análise sobre tais movimentos, é preciso ressaltar que tanto o Realismo quanto o Naturalismo se achavam correlacionados às tendências de sua época, possuindo mais similitudes do que divergências entre si, de modo que malgrado as fixas delimitações impostas por correntes da crítica literária, tais escolas não seriam, na verdade, independentes ou antagônicas entre si. Ambas, ainda que apresentem as suas peculiaridades, figuraram maneiras unívocas de retratar o ser humano e a sociedade em sua “essência”. Em consonância a este pensamento, Nelson Sodré chama atenção a tais questões, ao evidenciar a sua aversão às definições que desemparelham as estéticas literárias umas das outras, como se ru ssem entre elas um fosso que as desvinculassem e as projetasse hierarquicamente uma sob a outra:

[o Naturalismo] foi aceito como realismo e assim batizado, definindo-se depois, e assim encontrando aceitação, como naturalismo. Daí a confusão, que se generalizou, levando, inclusive, a situações extremas, como a de considerar a sucessão de escolas ascensionalmente: o romantismo seria um avanço sobre o classicismo; o realismo, sobre o romantismo; o naturalismo, sobre o realismo –, esquema que empobrece e falseia totalmente o sentido hist rico [...] (1992, p. 56).

Diante disto, podemos compreender que tanto as proximidades quanto o pretenso distanciamento de certas concepções estéticas em que as obras literárias se coadunam, não engessam, obrigatoriamente, os literatos a essa ou aquela escola literária. Ao contrário do que possa se pensar, os literatos, mais do que visionários ou extemporâneos, são homens do seu próprio tempo, que se utilizam de experiências próprias e de conhecimentos adquiridos ao longo da vida para retratar determinada visão da realidade, de modo que através das suas obras podemos ter certa compreensão das mudanças sociais, econ micas, filosóficas e culturais que as acompanham.

Nesta perspectiva, entendemos que as representações sociais presentes nas obras literárias, para  l m das escolas literárias a qual se reconhecem ou pelas quais são reconhecidas, são moldadas conforme as informações extrínsecas e intrínsecas à vida dos literatos. Entretanto, no que se refere às representações, isto não impede que os textos literários exerçam a função de representar as inquietações e vivências da sociedade que retrata ou deseja retratar, bem como não impossibilita que assumam o papel de explicar o presente, de fazer referência ao passado e de criar, imageticamente, o futuro. A obra literária, analisada

sobre tal viés, nos direciona ao imaginário de uma época, retratando sempre aquilo que está ao alcance do autor e do leitor enxergarem. Com efeito, podemos dizer que:

o texto literário como documento da história ou a história como contexto que atribui significado ao texto literário são caminhos que podem colidir no congestionamento da mão única por onde enveredam. Neste sentido, reflexo, expressão, testemunho, articulação, influência e termos similares são o léxico que costuma vincular o texto literário ao que há de coletivo e social para aquém e para além de suas páginas. Aliás, a escolha de um ou de outro termo já implica não só menor ou maior grau do entrelaçamento postulado entre literatura e história, como também e sobretudo o modo como se postula tal entrelaçamento (MALLARD, 1995, p. 21).

Compreendido desta forma, o texto literário, enquanto uma representação do mundo real, possibilita que os sujeitos sociais tenham uma autoconsciência da realidade ao qual estão inseridos. Ademais, o literato ainda pode utilizar e manipular a História como pano de fundo para a sua criação, fazendo uso da linguagem metafórica e representativa para retratar determinada realidade. Mediante essa forma narrativa, nomes como o de Stendhal<sup>22</sup> (1783-1842) e Honoré de Balzac (1799-1850), ambos na França, e Fiódor Dostoiévski<sup>23</sup> (1821-1881), na Rússia, são exemplos típicos de como algumas estéticas literárias não se vinculam estritamente a determinada temporalidade, assim como os literatos nem sempre se prendem as amarras estéticas em voga em determinado período.

Os elementos de suas narrativas transcendiam às amarras que poderiam imputá-los e classificá-los como autores românticos. Preocupados e levados a realizarem uma análise do mundo ao qual viveram, transpuseram os fundamentos apregoados pela ordem romântica. Com o propósito de despertar os seus leitores para a realidade a qual estavam imersos, bem como propagar suas ideias por meio da imprensa e das letras, apontando de forma simbólica, alegórica ou mesmo direta as mais variadas atitudes e opiniões dos grupos políticos e classes sociais da época, a observação dos fatos sociais que eles se propuseram a efetivar, frequentemente, contradizia a estética que vigorava no início de suas produções: o Romantismo. No que tange, principalmente, à forma prosaica de Stendhal e Balzac e, sobretudo, ao “senso do real”<sup>24</sup> aplicado à literatura que emergia em meados do século XIX, Emile Zola, salientou que:

<sup>22</sup> Pseudônimo de Henri-Marie Beyle, autor francês da célebre obra *O Vermelho e o Negro* (1830).

<sup>23</sup> “Investigador das almas” e “aventuras espirituais”: duas expressões que dizem muito sobre o universo ficcional que o escritor russo das célebres obras *Memórias do subsolo* (1864), *Crime e castigo* (1866), *Os irmãos Karamázov* (1880), criou com grande genialidade em meados do século XIX.

<sup>24</sup> Émile Zola, em *Do Romance: Stendhal, Flaubert e os Goncourt*, desenvolve a ideia de “senso do real” em oposição às construções e à faculdade de imaginação dos românticos. Na acepção de Zola, o artista necessitava se desvencilhar da pura e deliberada imaginação para melhor se aproximar de seu leitor. Sendo assim, para Zola, o senso do real significava sentir a natureza e representá-la tal como ela se apresentava na realidade.

o mais belo elogio que se podia fazer a um romancista, outrora, era dizer: "Ele tem imaginação". Hoje, esse elogio seria visto quase como uma crítica. É que todas as condições do romance mudaram. A imaginação já não é a qualidade mestra do romancista. Alexandre Dumas, Eugène Sue tinham imaginação. Em *Notre-Dame de Paris*, Victor Hugo imaginou personagens e uma fábula do mais vivo interesse; em *Pauprat*, George Sand soube apaixonar toda uma geração pelos amores imaginários de seus heróis. Mas ninguém ousou associar a imaginação a Balzac e a Stendhal. Falou-se de suas faculdades poderosas de observação e análise; eles são grandes porque retrataram sua época, e não porque inventaram contos. Foram eles que conduziram essa evolução, foi a partir de suas obras que a imaginação deixou de contar no romance (1995, p. 15).

Vê-se, portanto, que ao se desvencilharem dos modelos oníricos e fantasiosos, narrados a partir do lirismo romântico, Stendhal e Balzac inauguraram a literatura de cunho realista na França. Isto é, em decorrência da concepção estritamente social do ser humano e em substituição à maneira individual, subjetiva e ideal de representação, fundada pelo movimento do *Sturm und Drang* e sustentada pelo Romantismo, inaugura-se com Stendhal e Balzac, ainda que em momentos ligeiramente distintos, a escrita do Romance Social. Sobre esta vertente, Arnold Hauser alega que “com Stendhal e Balzac o romance social torna-se o romance moderno” e, com eles, parecia “inteiramente impossível retratar um personagem isolado da sociedade e permitir seu desenvolvimento fora de um ambiente social definido” (1998, p. 754).

Os escritos de Stendhal e Balzac situaram com clarividência as formas de negociações e as relações sociais e políticas do meio ao qual estavam inseridos. Sob a cosmovisão de ambos, aliada ao olhar crítico dos fatos relacionados às instâncias públicas e privadas, Stendhal e Balzac personificaram o status de observadores da realidade. Ainda que tenham se debruçado sobre diversos temas que englobassem os fenômenos sociais e políticos do período em que viveram, tais autores não se abstiveram de retratar os joguetes e simulações que permeavam o âmbito privado e familiar da esfera burguesa. Em outras palavras, o exercício que tais autores se dispuseram a realizar em suas obras, consistiu, ainda que de maneira indireta, a evidenciar, a partir da representação das práticas sociais, as relações de poder de sua época, atuando ora como críticos e repressores de determinados comportamentos, ora como reprodutores ou fomentadores de determinadas práticas sociais. Deste modo, as suas obras puderam retratar os valores de uma época e os comportamentos tidos como legítimos ou ilegítimos pela sociedade francesa de meados do século XIX.

Stendhal, por exemplo, em *O Vermelho e o Negro*<sup>25</sup>, diante de uma realidade ainda patriarcal e conservadora e que imprimia valores e deveres aos indivíduos de acordo com seu sexo, apresenta em sua obra a figura da mulher adúltera. Embora a relação adulterina não fosse nenhuma inovação à época e muitas mulheres se valessem de tal prática, a questão trazia consigo atribuições pejorativas e negativas àqueles que a praticassem, sobretudo, as mulheres: a mulher adúltera, quer fosse ela da elite ou não, destoava do ideal do Eterno Feminino e estava sempre suscetível às incongruências advindas de uma vida amorosa e sexual paralela ao casamento.

No entanto, as obras realistas destacaram com maior nitidez as nuances referentes a tal problemática na elite social, ao representar personagens burguesas que, via de regra, seriam arruinadas moral e socialmente ao transgredirem os comportamentos que delas se esperavam. Envolta às valorações de seu tempo, a burguesia francesa não deixou de se utilizar da imagem da mulher adúltera para condenar ao ostracismo as mulheres tidas como *licenciosas*. Stendhal, contudo, ao enveredar por tal caminho, teria se orientado “pela pura especulação intelectual, em verdades audaciosas e extraordinárias que nunca ninguém havia ousado antes dele no romance” (ZOLA, 1995, p. 53). A maneira prosaica de *O Vermelho e o Negro* externou com vivacidade as circunstâncias que se operavam entre os homens e seus contrastes, a ponto de Émile Zola se ver entusiasmado com a escrita de seu antecessor:

Não conheço nada de mais surpreendente do que a primeira noite de amor de Julien e Mlle de La Mole. Existe aí um embaraço, um mal-estar, uma falta ao mesmo tempo estúpida e cruel, de rara força, de tanto que os fatos parecem soar a verdade. Sem dúvida isso não é observado, é deduzido; contudo, o psicólogo se livrou de suas complicações laboriosas para ascender de um salto à simplicidade, direi à tolice do real. Eu poderia citar assim vinte trechos em que ele chega a observações extraordinárias por pouco, apenas pela lógica. Ninguém antes dele pintara o amor com mais realidade. Quando não se embaralha em seu sistema, apresenta documentos que desordenam todas as ideias recebidas e que denotam clarezas sutis. Pensem nas dissertações sobre o amor, nas banalidades dos romanos, e observem a análise tão clara e cruel de Stendhal. Aí está sua verdadeira força. Se é um de nossos mestres, se está à frente da evolução naturalista, não é porque foi apenas um psicólogo, é porque o psicólogo que existe nele teve bastante força para chegar à realidade, por sobre suas teorias e sem o socorro da fisiologia nem de nossas ciências naturais (ZOLA, 1995, p. 53-54).

Balzac, do mesmo modo, apresenta em *A Mulher de Trinta Anos*<sup>26</sup> uma visão da

---

<sup>25</sup> O pano de fundo de *O Vermelho e o Negro* apresenta um quadro histórico recente à temporalidade na qual foi escrita: a era pós-napoleônica, durante a restauração da monarquia absolutista na França.

<sup>26</sup> Segundo Paulo Ronai, *A Mulher de Trinta Anos* é, sem contestação, o livro mais famoso de Balzac. Muitos leitores não lhe conhecem senão este único romance. Pessoas que não lhe leram uma página sequer associam automaticamente esse título a seu nome. No Brasil como em muitos outros países a ‘idade balzaquiana’ tornou-se expressão consagrada [...] (1954, p. 507). Por fim, Gabriel Hanoutaux e Georges Vicaire, críticos que

condição feminina, que em meados do século XIX, ainda, era voltada, quase que exclusivamente, ao casamento, às esferas do lar, ao despertar do instinto materno e aos cuidados do marido e dos filhos. Assim, curvadas sob o peso de suas obrigações sociais, morais e familiares, as mulheres sofriam as angústias do cerceamento provocado pelo matrimônio, como bem evidencia o excerto abaixo do livro supracitado:

[...] Casada, ela [a mulher] não se pertence mais, é a rainha e a escrava da vida doméstica. A santidade das mulheres é inconciliável com os deveres e as liberdades do mundo. Emancipar as mulheres é corrompê-las. [...] As mulheres preocupam-se e devem todas se preocupar em ser honradas, pois sem estima deixam de existir (BALZAC, 2011, p. 85).

No entanto, ainda que na construção narrativa de Balzac transparecesse os pilares morais construídos em torno das mulheres, em *A Mulher de Trinta Anos*, o literato não deixou de denunciar a estrutura do casamento burguês, bem como não se absteve de demonstrar o quanto a instituição do matrimônio poderia se tornar um fracasso, tanto para o homem quanto para a mulher, quando envolto por restrições e vigilâncias sociais contínuas e, por vezes, auto-impostas.

Ademais, ainda que possamos observar a maneira como Balzac atestou em sua obra a ideia do Eterno Feminino, o autor também conseguiu retratar outro aspecto da imagem feminina, não mais pautada em idealizações ingênuas, mas representando com desenvoltura os dilemas que poderiam atingir a mulher madura, tais como: o adultério, a insatisfação com o matrimônio e a consciência da razão de seus infortúnios amorosos, familiares e sociais. Acerca disto, podemos extrair algumas passagens de *A Mulher de Trinta Anos* que ilustram a personagem principal, Júlia d'Àiglemont, angustiada por sentimentos de desejo e culpa e oprimida pela crença religiosa e pela moral social de sua época:

**[...] tenho refletido bastante para ver que nossos papéis não são os mesmos e que somente a mulher está predestinada à infelicidade. Minha virtude repousa sobre princípios estabelecidos e fixos** (BALZAC, 2011, p. 53, grifos nossos).

**[...] As leis sociais pesam-me demais no coração e dilaceram-me muito fortemente para que eu possa elevar-me ao céu.** Mas as leis talvez não sejam tão cruéis quanto os costumes da sociedade. Oh! A sociedade! [...] Nossos males vêm todos daí, meu senhor! Deus não fez nenhuma lei de infelicidade; mas os homens, ao reunirem-se, falsearam sua obra. **Nós, mulheres, somos mais maltratadas pela**

---

coassinaram um estudo sobre Balzac, escreveram a respeito de *A Mulher de Trinta Anos* que: “Balzac prestou às mulheres um serviço imenso, que elas nunca lhe poderão agradecer suficientemente, pois duplicou para elas a idade do amor. Antes dele, todas as namoradas de romance tinham vinte anos. Ele prolongou até os trinta, até os quarenta anos sua vida ativa, pleiteando em seu favor a causa da natureza, da verdade. Curou o amor do preconceito da mocidade... multiplicou, se não a alegria humana, pelo menos a consciência desta alegria”.

**civilização do que o seríamos pela natureza.** A natureza nos impõe sofrimentos físicos que os homens não suavizaram, e a civilização desenvolveu sentimentos que eles atraíam incessantemente. A natureza elimina os seres fracos, os homens os condenam a viver para entregá-los a uma constante infelicidade. **O casamento, instituição sobre a qual se apóia hoje a sociedade, impõe seu peso somente a nós, mulheres: para o homem a liberdade, para nós os deveres. Dedicamos a eles toda a nossa vida [...]** (BALZAC, 2011, p. 71, grifos nossos).

**[...] Minha pobrezinha Helena é a filha de seu pai, a filha do dever e do acaso; ela encontra em mim apenas o instinto da mulher, a lei que nos impele irresistivelmente a proteger a criatura nascida de nosso ventre. Sou irreprensível, socialmente falando. Não sacrifiquei por ela minha vida e minha felicidade? Seus gritos comovem minha sensibilidade; se ela caísse na água, precipitar-me-ia para salvá-la. Mas não a tenho em meu coração. Ah! o amor fez-me sonhar uma maternidade maior, mais completa** (BALZAC, 2011, p. 73, grifos nossos).

**[...] Para mim o dia é cheio de trevas, o pensamento é uma espada, meu coração, uma chaga, minha filha, uma rejeição.** Sim, quando Helena me fala, queria que tivesse outra voz; quando me olha, queria que tivesse outros olhos. Ela está aí para mostrar-me tudo o que deveria ser e que não é. Ela me é insuportável! Sorrio-lhe, procuro compensá-la dos sentimentos que lhe oculto. **Sofro! oh, sofro demais para poder viver! E serei tida por uma mulher virtuosa! Uma mulher que não cometeu faltas e que será honrada! Combati o amor involuntário ao qual não devia ceder; mas, se me conservei fisicamente intata, conservei meu coração?** (BALZAC, 2011, p. 74, grifos nossos).

Em síntese, podemos observar como Stendhal e Balzac, através de suas produções, puderam absorver e refletir as modificações comportamentais que se operavam no tempo em que viveram. Deste modo, tais autores, se comparados à maioria dos seus contemporâneos, deram um salto qualitativo na maneira de perceber, sentir, refletir e representar a sociedade de sua época, sobretudo, quando se tratava das mulheres. Não obstante, se do ponto de vista estético é possível estabelecer tal valoração, o mesmo não é possível em relação às visões estabelecidas pelo Realismo em relação as condutas sociais esperadas das mulheres, que quando eram retratadas transgredindo os valores e condutas sociais que lhes eram impostas, acabavam fadadas à ruína.

Observamos, que tanto em *O Vermelho e o Negro* como em *A Mulher de Trinta Anos*, os enredos de ambas as narrativas giram em torno de imagens femininas, vistas não mais sob a perspectiva idealista romântica, mas que ainda se encontram enclausuradas pelas imposições e excessos morais da burguesia francesa do século XIX. Assim, enquanto a estética romântica construiu uma imagem idealizada da mulher, o Realismo buscou evidenciar as transgressões femininas a tal ideal, como dois lados de uma mesma moeda. Porém, é perceptível que ambas as escolas literárias representaram e (re)produziram formas e discursos vigentes em determinado período, que buscaram não apenas retratar, mas também determinar o comportamento feminino.

Diante disto, observa-se que os discursos literários, durante todo o século XIX, tiveram um papel determinante na produção e divulgação de determinada concepção de sociedade ao estabelecer e reproduzir valores, clivagens e hierarquias entre os sexos. Nesse sentido, as relações sociais daquela época não apenas foram influenciadas e determinadas por tais discursos, mas também, essas próprias relações produziram e fabricaram discursos, evidenciando assim umas das máximas de Foucault sobre a forma como as relações de poder se operam na realidade: “as relações de poder não estão em posição de superestrutura, com um simples papel de proibição ou de recondução; possuem, lá onde atuam, um papel diretamente de produtor” (1988, p. 90).

No entanto, ainda que Stendhal e Balzac tenham inaugurado o Romance Realista e se afastado de uma concepção idealista sobre a mulher e uma suposta *natureza feminina*, é com Gustave Flaubert (1821-1880) que o Realismo francês obteve maior força e expansão na Literatura Universal, passando a imagem feminina a ganhar uma nova conotação. Em *Madame Bovary*<sup>27</sup> (1857), Gustave Flaubert nos apresenta um romance de análise psicológica fundamentado na relação entre o médico Charles Bovary e sua jovem e insatisfeita esposa Emma Bovary.

Na obra *Madame Bovary*, Flaubert esboça descrições minuciosas sobre o estado psicológico de suas personagens, inaugurando uma tendência comum aos demais autores da estética realista (e mais tarde, naturalista). É por meio de enredos nos quais se revelam complexas intrigas sociais e interpessoais entre os personagens que os realistas descrevem elementos que foram antes silenciados ou quase nunca revelados na literatura, estabelecendo críticas às instituições sociais como a Igreja Católica, e representando situações incômodas àquela sociedade, como o cotidiano massacrante, a falsidade e o egoísmo humano, além das próprias convenções sociais estabelecidas pela burguesia.

Em relação ao romance *Madame Bovary*, à época de sua publicação, a obra causou espanto e estranheza à parcela mais conservadora daquela sociedade por retratar em sua urdidura temas polêmicos, tais como o adultério e o suicídio, além de ter apresentado duras críticas à burguesia francesa. Devido à tamanha repercussão gerada a partir da publicação da obra, Flaubert foi processado pelo Tribunal de Paris sob a acusação de ter cometido ultraje à

---

<sup>27</sup> Segundo Émile Zola (1995, p. 101), essa obra não se tratava somente sobre a vida de uma mulher e não se passava mais apenas num recanto da Normandia. O autor pintou toda uma geração e abarcou um período histórico de doze anos, de 1840 a 1852. Por quadro, tomava a agonia lenta e inquieta da Monarquia de Julho, a existência febril da República de 1848, que interrompiam os tiroteios de fevereiro, de junho e de dezembro. Nesse cenário, colocou as personagens que havia conhecido durante sua juventude, as próprias personagens da época, toda uma multidão indo, vindo, vivendo a vida da época. A obra é o único romance realmente histórico que ele [Zola] conheceu, o único verídico, exato, completo no qual a ressurreição dos momentos passados é absoluta, sem nenhum artifício.

moral pública e religiosa. Ao final, o autor foi considerado inocente, tornando-se célebre uma das frases utilizadas por ele em sua própria defesa: “Madame Bovary sou eu!”, além disso, Flaubert contou com o apoio de inúmeros amigos que testemunhavam a seu favor. Acerca deste episódio, Zola rememorou que:

No grande público, um incidente deu a Madame Bovary uma repercussão extraordinária. O Ministério Público ousou processar o autor sob a acusação de ultraje à moral pública e à religião. Encontrávamo-nos então no grande puritanismo dos primeiros anos do Império. [...] O burburinho dos debates encheu os jornais; e Gustave Flaubert saiu dessa provocação aclamado, popular, reconhecido como chefe de escola. [...] Gustave Flaubert, após uma extraordinária defesa de Senard, foi absolvido. A arte saía triunfante dessa agressão. Todavia, ainda que absolvendo, a sexta câmara do tribunal correcional de Paris achou-se no dever de dar sua opinião sobre o naturalismo e o romance moderno. Eis um dos considerados do julgamento: *Visto que não é permitido, sob pretexto de pintura de caráter ou de cor local, reproduzir em suas digressões os fatos, ditos e gestos das personagens que um escritor se deu por missão pintar; que um semelhante sistema, aplicado às obras do espírito assim como às produções das belas-artes, conduziria a um realismo que seria a negação do belo e do bom, e que, criando obras igualmente ofensivas para as vistas e para o espírito, cometeria contínuos ultrajes à moral pública e aos bons costumes...*[...]Eis, portanto, o realismo condenado por uma câmara correcional. Graças a Deus, toda a nossa geração de escritores passou longe! (1995, p. 100-101, grifos do autor).

Vê-se com a acusação instaurada sobre Flaubert que a linguagem não é um campo neutro em meio às relações sociais. Ao contrário disto, ela é perpassada por relações de poder que determinam e regulam a sua formulação e circulação nas esferas sociais, pois “não se tem o direito de dizer tudo, não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 2011, p. 9). O controle da linguagem à época da publicação de Madame Bovary pode ser percebido através do próprio processo público instaurado contra Gustave Flaubert, evidenciando que a simples expressão de um discurso desviante em determinado contexto é capaz de gerar condenações morais e legais sobre quem os profere. Nesse contexto, dentre as variadas manifestações da linguagem, Nicolau Sevcenko, em *a Literatura como Missão*, explica que:

falar, nomear, conhecer, transmitir, esse conjunto de atos se formaliza e se reproduz incessantemente por meio da fixação de uma regularidade subjacente a toda ordem do social: o discurso. A palavra organizada em discurso incorpora em si, desse modo, toda sorte de hierarquias e enquadramentos de valor intrínsecos às estruturas sociais de que emanam. Daí porque o discurso se articula em função das regras e formas convencionais, cuja contravenção esbarra em resistências firmes e imediatas. Maior, pois, do que a afinidade que se supõe existir entre as palavras e o real, talvez seja a homologia que elas guardam com o ser social (2003, p. 28).

Diante disto, podemos aferir que o escândalo que o romance *Madame Bovary* provocou, faz parte do próprio legado da obra de Flaubert, que, ao retratar o conservadorismo da sociedade francesa, acabou por exteriorizar, no mundo real, a manifestação daquilo que fora retratado e criticado ficcionalmente. Deste modo, temos em Flaubert cenas que se tornaram filtros de seu mundo, trazendo à sociedade os efeitos decorrentes de questões que envolveram os desejos reprimidos das mulheres, evidenciando, com isto, não somente os mecanismos de controle que recaíam sobre a imagem feminina, mas também a condição instintiva do ser humano em manifestar e revelar os seus anseios e ambições reprimidas.

No romance de Flaubert, isto é posto em evidência mediante as insatisfações da personagem principal, Emma Bovary, em relação às circunstâncias da sua vida pacata como pequena burguesa. Permeada de obrigações morais, Emma se vê em um constante dilema: *manter-se submetida* às leis sociais - reprimida pela culpa e, portanto, não cedendo aos seus próprios desejos -, *ou rebelar-se* contra a sua própria “condição feminina”, dando vazão aos seus sentimentos e instintos em uma relação amorosa extraconjugal. Com efeito, podemos dizer que o estado conflituoso vivenciado por Emma Bovary insurge entre a afirmação de sua liberdade individual e as imposições sociais que lhes são dirigidas. A título de exemplificação, o excerto abaixo de *Madame Bovary* reflete bem o grave retrato que Flaubert fez sobre a limitação imposta pela sociedade sobre as mulheres, que recaia tanto sobre o seu corpo quanto sobre sua sexualidade.

Desejava que [meu filho] fosse um menino; havia de ser forte e moreno e chamar-se-ia Jorge; **esta ideia de ter um filho varão era como que a desforra, em esperança, de todas as suas impotências passadas [de Emma]. Um homem, ao menos, é livre; pode percorrer as paixões e os países, saltar obstáculos e gozar dos prazeres mais raros. Uma mulher anda continuamente rodeada de empecilhos. Inerte e ao mesmo tempo flexível, tem contra si as fraquezas da carne e as dependências da lei.** A sua vontade, como o véu de um chapéu preso pelo cordão, flutua a todos os ventos, e há sempre algum desejo que arrasta e alguma conveniência que detém (FLAUBERT, 1979, p.70, grifos nossos).

Nessas poucas linhas, condensam-se as imputações e os anseios que permeavam a imagem feminina no contexto social europeu à época da publicação de *Madame Bovary*, mas, já sentidos e percebidos em períodos mais remotos.

Deste modo, *O Vermelho e o Negro*, de Stendhal, *A Mulher de Trinta Anos*, de Balzac e *Madame Bovary*, de Flaubert, são alguns exemplos de romances - e talvez os mais emblemáticos - que afiguraram de maneira realista não somente a condição feminina, mas, principalmente, as rupturas advindas de mentalidades que demarcaram as afirmações difundidas acerca do Eterno Feminino, defendidas e propagadas tanto pelo Iluminismo quanto

pelo Romantismo, quais sejam elas: a subordinação patriarcal, o instinto materno, o cuidado do lar, do marido e dos filhos, a pretensa inferioridade feminina dentre outros.

Por outro lado, o deslocamento social das personagens principais das obras supracitadas, ainda que prefigurado por culpas, medos e ressentimentos, atestaram a suposta tendência feminina a ser dominada por sua própria sexualidade, que, ao longo da segunda metade do século XIX, ganhou fôlego e caráter científico, principalmente através dos estudos de Sigmund Freud (1856-1939) a respeito da histeria. No que tange, essencialmente, a obra de Flaubert, Maria Rita Kehl diz, em seu ensaio *Deslocamentos do feminino* explica que:

[...] toda mulher em transição para a modernidade seria uma bovarista, empenhada pela via imaginária em “tornar-se uma outra” e, ao mesmo tempo, capturada por uma posição na trama simbólica de completa dependência em relação ao que o homem poderia desejar dela. A demanda fálica dirigida aos homens (sempre insatisfeita), as formas sintomáticas de denúncia da impotência masculina em fazer dela uma mulher, **as tentativas de manobrar o desejo do qual se fez objeto e o fracasso subjetivo dessa empreitada, fizeram da histérica a figura mais representativa da relação entre a mulher e a feminilidade, do final do século passado [século XIX] até pelo menos a primeira metade deste [século XX]** (1998, p. 313, grifos nossos).

O surgimento da histeria e de outras teorias médicas, ocasionalmente, potencializou os discursos científicos da época que difundiam a ideia de que o ser humano seria produto do meio em que se encontrava, bem como o colocava em posição de responsabilidade biológica. Em meio à era eufórica vivenciada pelas ciências naturais, desencadeadas a partir da concepção evolucionista de Charles Darwin (1809-1882), a estética naturalista sofreu forte influência da teoria da Seleção Natural, considerando-a a força motriz para a transformação da sociedade. Nesse sentido, é comum encontrarmos nos romances de cunho naturalista a predominância de temas que englobem o instinto humano, o fisiológico e o natural, retratando a agressividade, a violência e o erotismo, como elementos que compõem a personalidade do ser.

#### 4.1 A LITERATURA E A CONCEPÇÃO EVOLUCIONISTA DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

A influência que Charles Darwin, autor de *A Origem das Espécies* (1859), exerceu sobre os autores naturalistas, é, antes de tudo, resultado de uma gama de outros conhecimentos vigentes à época que tentaram dar uma explicação racional à evolução

biológica das espécies. Não obstante, ao estabelecer uma relação entre evolução, Seleção Natural e potencialidades de aperfeiçoamento genético, Darwin provocou uma grande revolução no pensamento moderno, influenciando direta ou indiretamente várias esferas do pensamento humano, modificando para sempre a forma como o sujeito percebia a si mesmo e os demais seres com quem partilhava o mundo. Além da própria Biologia e das demais Ciências Naturais, o impacto da obra de Darwin influenciou a Filosofia e diversos ramos das Ciências Humanas, além da própria Literatura.

Entretanto, seria equivocado tentar buscar em Darwin a origem das correntes que defendiam o melhoramento humano a partir de um controle seletivo de reprodução, ou mesmo o surgimento dos estudos sobre a sociedade humana através de um critério biológico. A teoria de Darwin neste contexto deve ser compreendida apenas como uma das fontes, cuja utilização teve de passar por um extenso processo de manipulação para se adequar aos interesses daqueles que dela se serviram.

Primeiramente, é necessário ressaltar que Darwin não foi o primeiro a conceber e discorrer sobre a ideia de evolução dando-lhe um caráter científico. Tal conceito já era empregado com um sentido análogo anos antes, pelo filósofo Herbert Spencer (1820-1903), que associou o termo de evolução ao aprimoramento das sociedades por meio do conflito. Spencer foi um dos pioneiros da Sociologia Evolucionista e utilizou-se da obra de Darwin para promover e dar contornos mais elaborados à sua própria teoria de evolução social, mas esta já se encontrava esboçada antes do surgimento da teoria de Darwin. Spencer foi, assim, o primeiro cientista da evolução biológica que “tratou a sociologia como parte da biologia, acreditando que a seleção genética era benéfica à evolução da humanidade” (ARENDT, 1989, 209).

Assim, enquanto para Darwin as mutações hereditárias representavam a própria evolução, como um processo natural de desenvolvimento, para Spencer, modificações hereditárias e evolução eram coisas distintas: a evolução só poderia ser alcançada através da manipulação e controle da hereditariedade.

O antropólogo Francis Galton (1822-1911), primo de Charles Darwin, ampliou ainda mais essa ideia. Para ele, as modificações orgânicas deveriam elas próprias demonstrar sua eficácia na “luta pela vida”, para que atingissem o seu esperado potencial evolutivo. Contudo, isso só se tornaria possível por meio de um controle sistêmico da hereditariedade, isto é, através de um controle artificial da própria evolução. Diante disso, o Homem, muito mais que a Natureza, determinaria o grau de desenvolvimento humano possível de ser alcançado. Galton defendeu essa concepção em sua obra *O Gênio Hereditário* (1869), na qual pretendia

lançar as bases de uma nova ciência: “desejo acentuar o fato de que o aperfeiçoamento dos dons naturais das gerações futuras da raça humana está, em grande parte, sob o nosso controle” (*apud* ARENDT, 1989, p. 210).

Surgia a partir de tais postulados a Eugenia, ciência caracterizada pela aplicação da seleção genética e artificial às populações humanas<sup>28</sup>. Segundo Galton, pessoas com características consideradas “boas” deveriam ser encorajadas à procriação, mas aquelas que tivessem características “negativas” seriam desencorajadas ou mesmo proibidas de se reproduzirem. Sob esta ótica, em *História da sexualidade*, Foucault explica que no século XIX:

a análise da hereditariedade colocava o sexo (as relações sexuais, as doenças venéreas, as alianças matrimoniais, as perversões) em posição de “responsabilidade biológica” com relação à espécie: não somente o sexo podia ser afetado por suas próprias doenças, mas se não fosse controlado, podia transmitir doenças ou criá-las para as gerações futuras; ele aparecia, assim, na origem de todo um capital patológico da espécie. Daí o projeto médico, mas também político, de organizar uma gestão estatal dos casamentos, nascimentos e sobrevivências; o sexo e sua fecundidade devem ser administrados. A medicina das perversões e os programas de eugenia foram, na tecnologia do sexo, as duas grandes inovações da segunda metade do século XIX (1988, p. 111-112).

Neste contexto, a aproximação mais imediata entre literatura e ciência, na qual a segunda predominaria sobre a primeira, refletiria a tendência de uma época, “que via na ciência não apenas uma profissão, mas uma espécie de sacerdócio” (SCHWARCZ, 1993, p.28). Assim, a estética literária naturalista fundiu-se a uma série de construções discursivas apregoadas e difundidas em consonância à cientificidade e à ideia de progresso daquela época, tais como:

**o evolucionismo** de Lamark, Spencer e Darwin, anatematizado pela Igreja e pela “*genteeltradition*”; [o] **determinismo** de Taine, reprovado energeticamente porque impunha um amoralismo e a não-responsabilidade do homem no mundo; [o] **positivismo** de Comte, revitalizando o materialismo com sua teoria baseada no palpável, no observável; [o] **experimentalismo** de Claude Bernard e Mill, excluindo também o intuitivo e o metafísico (SILVA, 1981, p. 11, grifos nossos).

Tais correntes atestavam que além de aspectos físico, biológicos e geográficos, as atitudes, comportamentos e predisposições humanas, muito além de serem influenciadas,

---

<sup>28</sup> Segundo Lilia Moritz Schwarcz, se é possível pensar nas teorias desses cientistas enquanto resultado de um momento específico, é preciso, também, entendê-las em seu movimento singular e criador [...]. [Deste modo], chamar tais modelos de “pré-científicos” seria cair em certo reducionismo, deixando de lado a atuação de intelectuais reconhecidos na época, e mesmo desconhecer a importância de um momento em que a correlação entre produção científica e movimento social aparece de forma bastante evidenciada (1993, p. 17).

seriam determinadas pelo meio ao qual o indivíduo estava inserido, assim como por sua própria origem genésica. Diante disto, o ser humano estaria fadado aos determinismos atávicos e às causas e efeitos sociais de seu tempo e espaço. A partir de tais premissas, o ser humano, em meados do século XIX, passaria a ser considerado um promissor objeto de estudo, descrição e de análise científica, cujos métodos de observação seriam apropriados pelos literatos naturalistas em suas produções. Nessa perspectiva:

**os romances naturalistas da época fariam uma larga utilização e divulgação dos modelos científicos deterministas. Essa é a época em que “a ciência serve de rótulo ao literato”, o qual toma mais e mais a exterioridade do pensamento científicos, a fim de garantir uma suposta “objetividade literária”. Com efeito, a moda científicista entre no país por meio da literatura e não da ciência mais diretamente. As personagens serão condicionadas pelas máximas deterministas, os enredos terão seu conteúdo determinado pelos princípios de Darwin e Spencer, ou pelas conclusões pessimistas das teorias científicas da época [...] Com efeito, modelos e teorias ganhavam larga divulgação por meio dos heróis e enredos dessa literatura, que pareciam guardar mais respeito às máximas científicas evolutivas do que a imaginação do autor (SCHWARCZ, 1993 p. 32, grifos nossos).**

Essas características se encontram bem visíveis nas obras dos principais representantes do naturalismo. Os protagonistas dos romances naturalistas são descritos como animais em busca de humanidade, mas que continuariam sob a égide do *destino* ou da *fatalidade*, que nesse contexto seriam determinados pela hereditariedade, pelo efeito do meio ambiente e pela própria origem racial do indivíduo. Desta maneira, o livre-arbítrio das personagens seria substituído e condicionado pelos seus próprios elementos constitutivos e, o papel do narrador seria registrar tão desapassionadamente quanto possível esta realidade, sendo tão impessoal quanto um cientista. Essas obras fariam várias referências ao determinismo evolucionista ou mesmo uma associação direta a esse pensamento, através do que seria denominado Romance Experimental.

## 4.2 O ROMANCE EXPERIMENTAL

À medida que o ser humano, em meados do século XIX, passou a ser considerado um valioso objeto de estudo, Émile Zola (1840-1902), a partir destes campos de apreensão e compreensão da espécie humana e da confluência entre diversos saberes científicos, instituiu à

Literatura Universal o Romance Experimental<sup>29</sup>, o qual “substituiu o estudo do homem abstrato e metafísico pelo do homem natural, sujeito a leis físico-químicas e determinado pela influência do meio” (SODRÉ, 1992, p. 57).

Segundo Zola, o Romance Experimental faria com que o romancista fosse ao mesmo tempo um observador e um experimentador. Nas suas palavras, “um fato observado [faria] eclodir a ideia da experiência que [deveria] instituir, do romance que se [pretendia] escrever, para chegar ao conhecimento completo de uma verdade” (1982, p. 35), sem, contudo, deixar de julgar os fatos conforme o determinismo expresso por de trás dos fenômenos. Em outras palavras:

o observador [apresentava] os fatos tal como os observou, [definia] o ponto de partida, [estabelecia] o terreno sólido no qual as personagens [iriam] andar e os fenômenos se desenvolver. O experimentador, [surgia] e [instituí] a experiência, quer dizer, [fazia] as personagens evoluírem numa história particular para mostrar que a sucessão dos fatos [seria] tal como [exigia] o determinismo dos fatos estudados. [Tratava-se], quase sempre, de uma experiência “para ver” [...] (ZOLA, 1982, p. 31).

Com efeito, Nelson Sodré (1992, p. 53) explica que o Naturalismo pretendia ser o laboratório em Literatura. Em sentido análogo Zola diria: “pedirei   ciência os seus largos horizontes e as suas grandiosas hipóteses”; e proclamaria: “minha obra está de acordo com a ciência” (*apud*, SODRÉ, 1982, p. 55). Com isto, vê-se que o Naturalismo, enquanto expressão de sua época, acompanhou as transformações do contexto ao qual estava circunscrito. Assim:

o desenvolvimento da ciência, com sua forma biológica da evolução e da ligação do homem   natureza, as reformas políticas, as tendências realistas na literatura com Balzac, Stendhal, Flaubert, as teorias de Taine sobre o ambientalismo na interpretação das origens da arte, tudo conduzia a colocar o naturalismo na ordem do dia, com sua visão científica, social, do homem em relação com o meio e com a herança [...] (SODRÉ, 1982, p. 57).

Diante disto, os autores naturalistas, além de apenas buscar explicações que pudessem responder o que levaria ao desfecho dos eventos, propuseram-se a expor os fatos tal como observavam, bem com explicava Zola   sua época: “A ciência experimental não deve se preocupar com o *porquê* das coisas; ela explica o *como* e nada mais” (1982, p. 27). Neste cenário, recairia sob as mulheres, que comumente eram protagonistas dos enredos naturalistas, a emergência de temáticas tidas como imorais, a partir das quais seriam

---

<sup>29</sup> Foi a partir do entusiasmo com a leitura da obra de Claude Bernard, *Introdução ao Estudo da Medicina Experimental* (1865), que Zola elaborou uma aplicação das suas teorias [as de Bernard]   literatura, decidindo que, a partir de então, seus romances deveriam ser marcados, igualmente, pelo método e rigor científico.

ênfatisadas às suas taras e *desvios* sexuais, sendo representadas como seres completamente dominados por sua própria sexualidade. Ademais, outras questões seriam recorrentes em relação às mulheres nas produções naturalistas, tais como a prática do adultério, do sadismo, de comportamentos homoeróticos, da masturbação, da ninfomania, da histeria, dentre outros.

#### 4.3 REPRESENTAÇÕES DA HISTERIA E DA CIENTIFICIDADE NA LITERATURA NATURALISTA

Nas últimas décadas do século XIX, a histeria se manifestou como um dos efeitos colaterais da modernidade, passando a ser compreendida, sobretudo, “como sintoma e solução de compromisso do feminino ante o seu mal-estar cultural” (NERI, 2005, 107). Neste ínterim, com a psicanálise freudiana, “a noção de neurose foi deslocada do contexto da problemática da enfermidade, para ser colocada como uma das possibilidades de ordenação de um ‘aparelho psíquico’ submetido a conflitos mentais” (BIRMAN, 1989, p. 53). Sobre esta vertente, Peter Gay, na obra biográfica que escrevera sobre Freud, explica que:

como muitos outros observadores contemporâneos, [Freud] estava convencido de que a civilização urbana, burguesa e industrial da época contribuía de maneira acentuada para o nervosismo que, julgava ele, encontrava-se em ascensão. Mas enquanto os outros consideravam a civilização moderna responsável pelo nervosismo, em função da pressa, da azáfama, das comunicações rápidas e da sobrecarga do mecanismo mental, **Freud responsabilizava-a antes por restringir excessivamente o comportamento sexual** (2012, p. 138, grifos nossos).

Vista como uma manifestação tipicamente feminina<sup>30</sup>, o desencadeamento da histeria era explicado a partir da negação ou repressão dos instintos sexuais frente às imposições morais da sociedade e da *civilização*. Expressava, assim, um conflito entre o comportamento social esperado das mulheres e os seus *verdadeiros* desejos e pulsões, principalmente sexuais, representando uma característica da própria modernidade, como uma forma de explicação e controle do comportamento feminino em sociedade.

Conhecer para sujeitar, saber para comandar. Através desta interdependência de fatores, a histeria surgiu como um produto dos “postulados científicos da época, balizados pelos ideais de cura e progresso. A histeria não só parecia molestar os que dela se queixavam como os afastava da realidade, danificando seu potencial de sociabilidade” (CANAVÊZ; HERZOG, 2007, p. 120), manifestando-se através de “sintomas estranhos e certos tipos

---

<sup>30</sup> Vide nota 10.

perturbadores de comportamento” (BOROSSA, 2005, p. 6), que, em outras épocas, apesar de receberem outras explicações, possuíam características análogas, evidenciando o “corpo subversivo do sujeito em relação à ordem natural, remetendo a um corpo que não se pertence, a uma sexualidade diabólica (furor uterino) e a um êxtase que subjuga a razão” (NERI, 2005, p. 98).

Não obstante, através dos estudos promovidos pela nascente Psicanálise nas décadas finais do século XIX, as manifestações e efeitos do corpo histérico passaram a se enunciar através do deslocamento do corpo desapropriado do transbordamento vital ao qual lhe é empregado, para a sua apropriação subjetiva, remetendo-se à satisfação dos desejos que lhes são censurados. A este respeito, Neri explica que:

a histeria desde a sua origem remete a um corpo subversivo, a um ser em convulsão, palco de um conflito de forças disruptivas que desafia a ordem da razão. Ela se configura como corpo da verdade, do questionamento do sujeito, da identidade, da representação, apontando para processos de subjetivações moveis, resultantes de um jogo de forças em perpétuo devir, que produz diferentes destinos: o êxtase erótico, a angústia ou a doença (2005, p. 98-99).

De modo geral, o fragmento a cima denota que a histeria se apresentou por meio de uma “relação problemática, paradoxal, com a conformidade representada primordialmente no âmbito do corpo: sexualizada, fora de controle e arredia a uma classificação fácil” (BOROSSA, 2005, p. 9). Sobre esta última característica, pontua-se que dentre a sintomatologia relacionada à histeria incluía-se uma série de complicações físicas que culminavam em delírios e alucinações. Tais desdobramentos produziam um corpo em transe, apontando para uma “economia subjetiva corpórea, para um corpo libidinal que revelava o seu excesso pulsional” (NERI, 2005, p. 96).

Freud (1986a) explicava à sua época que o nome histeria tinha origem nos primórdios da medicina e resultava do preconceito que vinculava a neurose às doenças do aparelho sexual. Diante disto, Neri explica que o processo evolutivo da histeria traçou não mais que reinterpretações da sua primeira formulação, compreendida como uma espécie de deslocamento da matriz feminina: o útero, podendo, de modo geral, ser entendida e disposta da seguinte maneira:

1. Na teoria seminal de Galeno, segundo a qual desordem do sêmen provoca a desordem do humor;
2. Na Idade Média e no Renascimento, onde a histeria se converte em bruxaria, força diabólica a ser julgada e executada pela razão divina;

3. Na histeria do século XVIII, com a teoria de migração do útero para o cérebro de Sydenham, na qual, ao subir para o cérebro, a histeria leva consigo os atributos do útero se convertendo num desregramento do espírito;
4. Na teoria de vapores de Lange, herdeira da teoria humoral de Galeno, na qual os vapores se elevam do ventre para o cérebro são carregados de pensamentos lúbricos sulfurosos;
5. Na teoria das paixões da época romântica, em que os vapores ou humores desregrados se substituem por distúrbio passional excesso de nervos, doença da mulher nervosa;
6. Enfim, a histeria será definida pela psicanálise como um excesso sexual traumático, que não ab-reagido, se torna um corpo estranho que se manifesta em sintomas corporais (2005, p. 99-100).

No que tange à Psicanálise, a própria origem de tal método terapêutico está estritamente relacionada com o encontro de Freud com a histeria, haja vista que enquanto seu mentor, Jean-Martin Charcot (1825-1893), ocupou-se em descrever e documentar as manifestações histéricas, Freud, dedicou-se a pesquisar as causas e efeitos deste fenômeno.

Assim, “numa concepção de mundo predominantemente patriarcal, a histeria passou a incorporar a própria feminilidade como problema e enigma” (BOROSSA, 2005, p. 8), que, segundo Freud (1895), poderia ser explicado a partir das reminiscências ou rememorações de alguma introjeção ou evento traumático vivenciado pelas mulheres. Sobre esta vertente, em uma carta endereçada ao seu amigo Josef Breuer, Freud explica as exposições preliminares que o fizera assimilar o fenômeno da histeria com as reminiscências do sujeito (sobretudo do sujeito feminino), destacando, do mesmo modo, que a lembrança que formava o conteúdo de um ataque histérico não era uma lembrança qualquer; ela poderia ser analisada a partir de pontos de partida distintos, tais como:

(1) pelo retorno de um estado psíquico que o paciente já experimentou anteriormente (o retorno de uma lembrança); **(2) pelo retorno do evento que causou a irrupção da histeria (o trauma psíquico)**; pelo acesso às lembranças que poderiam ser incapazes, por si mesma, de constituir traumas (1986a, p. 26-29, grifos nossos).

Diante da repressão cotidiana ainda vivenciada pelas mulheres na segunda metade do século XIX, analisar as manifestações e efeitos da histeria pela ótica do retorno do evento que causou a irrupção da histeria (o trauma psíquico), parece estar em consonância com as problemáticas levantadas e representadas pelos romances realistas, inaugurados com Stendhal, em *O Vermelho e o Negro*, Balzac, em *A Mulher de Trinta Anos* e Flaubert, em *Madame Bovary*, bem como se observa sua esteira ligação com as circunstâncias que são delineadas pelo método zolista de representação que tanto influenciara o Naturalismo europeu e brasileiro.

A lógica de tal assertiva, finda-se na concepção de que tanto para Freud quanto para os autores realistas e naturalistas as causas da histeria poderiam se relacionar não apenas à “implosão do antigo modelo de feminilidade, mas também como explosão de um novo processo de subjetivação do feminino” (ASSOUN, 1993, p. 151). Nesse aspecto, ainda na carta endereçada à Josef Brauer, Freud explica que:

se examinarmos o conteúdo dos ataques histéricos [em pacientes do sexo feminino], depararemos com eventos que, por sua natureza, são igualmente apropriados para atuar como traumas (por exemplos, sustos, ofensas humilhantes, frustrações). Nesses casos, porém, o grande trauma isolado está substituído, geralmente, por uma série de traumas menores que se inter-relacionam por sua semelhança ou pelo fato de fazerem parte de uma história penosa. [As] pacientes, por conseguinte, muitas vezes têm ataques de tipos diferentes, cada um desses com conteúdos mnêmico particular (1986a, p. 28-29).

No plano em que a abordagem da histeria toma espaço nas obras Realistas e, principalmente, Naturalistas, a presentificação de personagens consideradas transgressoras pode ser vista, ao mesmo tempo, como a “inauguração de um processo de sublimação, abrindo para o feminino outros destinos pulsionais além do que o de mãe e esposa insatisfeita no aprisionamento do espaço privado” (NERI, 2005, p. 129), bem como pode se apresentar como uma forma de representação que reduzir a mulher ao seu próprio instituto sexual, ao seu próprio fisiologismo, que por sua vez, será objeto de explicação e controle por discursos cada vez mais especializados que passam a se impor sobre seu corpo e sua sexualidade.

Desta forma, vê-se que as personagens do Naturalismo, tais como os modelos de mulheres históricas, não eram representadas apenas por força de influências externas, mas, também, pela subjetivação do próprio ser feminino e do deslocamento de certas noções de feminilidade, perceptíveis também na realidade social. A histeria representava, assim, um embate constante entre os efeitos da censura e das satisfações dos desejos, inclusive sexuais, antes reprimidos no inconsciente ou sublimados de maneira apenas fantasiosa. Do mesmo modo, o Naturalismo impunha essa dupla valoração à sexualidade feminina, ora evidenciando os efeitos da repressão que recaía sobre o corpo feminino, ora destacando a ruína das personagens que ousassem transgredir ou se opor a tais barreiras.

Desta maneira, a mulher histórica nas obras naturalistas continuaria a ser retratada através da oposição homem/razão/civilização *versus* mulher/instinto/natureza. Contudo, tais categorizações passariam a ser respaldada por novas observações clínicas e empíricas, e por novos questionamentos científicos. Segundo Zola (1995), essa nova maneira de *fazer* literário

trazia consigo aquilo que ele cunhou de “senso do real”<sup>31</sup>, a partir do qual os esforços de todo escritor deveriam, rigorosamente, inclinar-se a encobrir o imaginário sob o real. Ademais, com o romance experimental, Zola reafirmou o declínio da narrativa romântica ao evidenciar que o ser humano “nada era senão uma máquina guiada pela ação de leis físicas e químicas, pela hereditariedade e pelo meio físico e social” (SODRÉ, 1992, p. 57). Assim, dizia ele:

**Insisto nesse declínio da imaginação porque vejo nisso a própria característica do romance moderno.** Enquanto o romance foi uma recreação do espírito, um divertimento ao qual não se pedia senão graça e verve, compreende-se que a grande qualidade era antes de tudo mostrar nele uma invenção abundante. Mesmo quando o romance histórico e o romance ilustrando uma tese apareceram, ainda era a imaginação que reinava onipotente, para evocar os tempos idos ou para chocar como os argumentos das personagens construídas segundo as necessidades da justificação. **Com o romance naturalista, o romance de observação e de análise, as condições mudam imediatamente.** O romancista inventa ainda mais; inventa um plano, um drama; apenas, é uma ponta de drama, a primeira história surgida, e que a vida cotidiana sempre lhe fornece. Em seguida, na estruturação da obra, isso tem bem pouca importância. Os fatos só estão lá como desenvolvimentos lógicos das personagens. **O grande negócio é colocar em pé criaturas vivas, representando diante dos leitores a comédia humana com a maior naturalidade possível.** Todos os esforços do escritor tendem a ocultar o imaginário sob o real (1995, p. 15, grifos nossos).

Nessas poucas linhas, transcritas da obra *Do Romance*, Zola esboça duras críticas aos escritores românticos ao afirmar, categoricamente, que a concepção artística deveria se abster de retratar os indivíduos por meio da paixão e imaginação, devendo, ao contrário, lançar um olhar sobre as descobertas científicas que proclamavam e difundiam a ideia de que o indivíduo era determinado por fatores internos, como a hereditariedade, e por fatores externos, como o meio e o clima.

Sobre esta vertente, Afrânio Coutinho, citando o historiador Carlton J.H. Hayes, explica que a essência do darwinismo, isto é, a ideia de que “as circunstâncias externas determinariam rigidamente a natureza dos seres vivos, inclusive o homem, e de que nem a vontade, nem a razão poderiam agir independentemente de seu condicionamento passado”, foi essencial para que Zola transformasse “as suas personagens em títeres, sem livre-arbítrio, [no qual] um ambiente e uma força hereditária inelutavelmente imprimiam caráter, ações, destinos” (1969, p. 8).

Mediante isto, o crítico literário pontua ainda que diante do culto à ciência, ao positivismo, ao determinismo e ao evolucionismo, “o Naturalismo foi o movimento que deu forma literária a tais teorias” (1969, p. 8). Assim, para os naturalistas, tais elementos deveriam

---

<sup>31</sup> Vide nota 24.

ser incorporados à literatura, como uma forma de transpor a mera representação do real, para conferir-lhe um caráter científico. Sendo assim, Zola entendia que:

O senso do real só se torna absolutamente necessário quando nos prendemos às pinturas da vida. Então, nas perspectivas em que nos encontramos hoje, nada poderia substituí-lo, nem um estilo apaixonadamente elaborado, nem o vigor da pintura, nem as tentativas mais meritórias. Vocês pintam a vida, vejam-na antes de tudo tal como ela é e dêem a exata impressão dela [...] (1995, p. 19).

Em *Thérèse Raquin* (1867), também podemos notar com ênfase e clarividência, as propostas literárias de Zola quando ele informa os seus métodos e objetivos na apresentação da supracitada obra:

Eu quis estudar temperamentos e não caracteres. Escolhi personagens soberanamente dominadas pelos nervos e pelo sangue, desprovidas de livre-arbítrio, arrastadas a cada ato de sua vida pelas fatalidades da própria carne. [...] Começa-se a compreender (espero-o) que **meu objetivo foi acima de tudo um objetivo científico.** [...] **Fiz simplesmente em dois corpos vivos o trabalho analítico que os cirurgiões fazem em cadáveres** (ZOLA, 2001, p. 10).

Vê-se, portanto, que à luz da ciência, Zola imprimiu em suas obras o aspecto fisiológico do ser humano, sem, contudo, deixar de evidenciar a relação entre o sujeito e a sociedade ao criar personagens com temperamentos inconstantes, capazes de revelar comportamentos e atitudes considerados, à época, condenáveis e repulsivos à imagem feminina. Vivendo em uma sociedade ainda habituada ao tipo de literatura que primava pela presença de personagens incorruptíveis social e moralmente, o escritor francês, com a sua forma de narrar, causou desconforto e estranheza aos ciclos literários e ao público leitor mais conservadores de sua época, sobretudo, porque ao invés de produzir obras ao gosto tradicional da família burguesa, optou por retratar as questões que escapavam à visão romanesca da vida humana. Diante disto, José Veríssimo explica que “o naturalismo foi um levante contra o romantismo” (1963, p. 258), pois seus representantes enveredaram por caminhos que:

levavam à uma observação mais rigorosa e até presumidamente inspirada em métodos científicos; numa representação mais fiel do observado, reduzindo ao mínimo a idealização romanesca; no menosprezo dos constantes apelos à sensibilidade do leitor, pelo abuso do patético [...] (VERÍSSIMO, 1963, p. 258).

Nesse sentido, Zola ao se preparar para escrever *Thérèse Raquin* teria, ele próprio, proclamado que seu romance seria um estudo objetivo das paixões, no qual poderia se identificar em cada capítulo o estudo de um curioso caso fisiológico composto por um homem

forte e uma mulher insatisfeita. Assim, teria dito o autor no prefácio da segunda edição de sua obra:

Que se leia o romance com cuidado e ver-se-á que cada capítulo constitui o estudo de um caso curioso de *fisiologia*. Numa palavra, não tive senão um desejo: considerando um homem vigoroso e uma mulher insaciada, procurar neles o animal, e mesmo ver unicamente o animal, lançá-los num drama violento, e observar escrupulosamente as sensações e os atos desses seres (ZOLA, 2001, p. 10).

Desta maneira, Zola e os demais representantes da escola naturalista *perscrutaram e evidenciaram* o lado patológico e fisiológico dos indivíduos, a fim de demonstrar que a arte não era um campo meramente estético e ornamental na vida humana. Por esta razão, Zola condenava as produções literárias quando lhes faltava o senso do real, de modo que as frases, os parágrafos, as páginas, a obra inteira, deveriam refletir a realidade, não havendo, deste modo, espaço para imaginação ou subjetividade acentuada do autor que as escrevesse: “assim como se dizia outrora de um romancista: ‘Ele tem imaginação’, peço, portanto, que se diga hoje: ‘Ele tem o senso do real’. O elogio será maior e mais justo” (ZOLA, 1995, p. 20).

Com efeito, podemos aferir que o maior legado do Naturalismo talvez tenha sido o compromisso em retratar de maneira fidedigna alguns aspectos antes silenciados na literatura, explorando temas controversos em meio a uma sociedade conservadora. Contudo, o Naturalismo expressou, ainda, um outro aspecto mais problemático, transmutando-se, por vezes, em um instrumento que serviu para propagar algumas tendências protocientíficas que imputavam visões distorcidas sobre a realidade e sobre segmentos específicos da sociedade, através de teorias tais como a frenologia<sup>32</sup>, a eugenia, o determinismo biológico e geográfico e a própria histeria. Deste modo, através das ciências, os autores naturalistas, buscavam apresentar o ser humano “condicionado pelo meio ambiente e pelo estigma hereditário que se renovam sem parar no ciclo vida-morte” (CARONI, 1995, p. 3).

Como se a vida pudesse ser analisada em exercícios laboratoriais, a descrição da degradação humana e de nuances que envolviam o sexo e a miséria era uma prática que exigia dos naturalistas observações experimentais. Desta forma, os representantes do Naturalismo faziam com que suas personagens evoluíssem “numa história particular, para mostrar que a sucessão dos fatos seria tal como exigisse o determinismo dos fenômenos estudados” (ZOLA, 1982, p. 31).

---

<sup>32</sup> De maneira geral, a Frenologia foi uma prática desenvolvida pelo médico alemão Franz Joseph Gall no início do século XIX, que consistia até então no estudo detalhado dos contornos da cabeça e das formas da face como indicadores de personalidade, inteligência e características individuais.

Assim, os escritores naturalistas acreditavam que tanto o artista quanto as suas produções deveriam se aproximar das ciências, utilizando-se do método científico como meio para desenvolver em seus trabalhos cenas que pudessem descrever a mecânica humana em funcionamento. Émile Zola, por exemplo, em *Germinal* (1885), se utilizou de fenômenos sociais reais e de aspectos da incipiente sociologia, para compor essa que é considerada sua principal obra. Segundo Nelson Sodré (1992), Zola compôs o romance a partir do contato imediato com leituras socialistas e com o operariado das minas de carvão localizadas ao norte da França. O autor, portanto, teria percorrido pelas regiões mineiras do país, conversado com trabalhadores e penetrado em galerias de minas de carvão, a fim de expor os fatos tal como os observou. Diante disto, o autor retratou não somente aspectos da elite intelectual, política e econômica de sua época, mas, também, demonstrou como e em quais circunstâncias se operava o cotidiano miserável de uma grande parcela da população:

Entravam agora na última agonia, com a casa sem mais nada; era o desenlace. Tinha ido para o brechó colchões; depois foram os lençóis, a roupa branca, tudo aquilo que se podia vender. Uma tarde, venderam por dois soldos o lenço do avô. As lágrimas corriam a cada objeto doméstico de que tinham de se separar; e a mãe ainda se lamentava por ter levado um dia, enrolada na saia, a caixa de cartão cor-de-rosa, antigo presente do seu homem, como se tivesse sido um filho que abandonara a uma porta. Estavam nus, não tinham mais nada a vender a não ser a pele, tão carcomida, tão estragada, que ninguém daria um centavo por ela. Por isso nem se davam o trabalho de procurar, sabiam que não havia mais nada, que era o fim de tudo, que não deviam esperar nem uma vela, nem um pedaço de carvão, nem uma batata. Aguardavam apenas a morte [...] (ZOLA, 2007, p. 305-306).

Ademais, nesta mesma obra, Zola evidenciou como o sexo, parte essencial da fisiologia humana, também poderia condicionar os indivíduos, sobretudo, às mulheres, a exercerem papéis predeterminados na sociedade. Em linhas gerais, a libido associada aos desvios de comportamento contrários à moralidade da época, revelava que questões em voga nos meios científicos e acadêmicos, tais como a hereditariedade, as patologias atávicas, as perversões sexuais, a responsabilidade biológica e a degenerescência da raça, incidiam sobre o corpo e a sexualidade dos indivíduos, predispondo-os a prática de condutas nocivas a si e à sociedade, como o adultério e a prostituição, que por sua vez, corroíam as relações matrimoniais e familiares. Sobre esta vertente, podemos extrair de *Germinal* o seguinte excerto:

— Cadela! - urrou ele. - Eu te segui, sabia que vinhas aqui para foderes até rebentar! E quem paga és tu hem? O café que trazes para ele foi comprado com o meu dinheiro!

A mulher de Maheu e Etienne, estupefatos, não se moviam. Com gestos furibundos, Chaval empurrava Catherine para a porta.  
 — Vamos! sai de uma vez, cadela!  
 E, como ela corresse para um canto, ele começou a atacar a mãe  
 — É um belo trabalho guardar a casa enquanto a puta da tua filha está lá em cima, de pernas abertas! (ZOLA, 2007, p. 182).

A cena descrita nos mostra uma das características mais essenciais do Naturalismo: o ser humano apresentado como um animal degenerado, fruto das instâncias de seu meio e de suas próprias predisposições hereditárias, a começar pela sua sexualidade, vista, em meados do século XIX, como fator determinante, capaz de exteriorizar de forma minuciosa, analítica e pormenorizada a erotização implícita nas relações sociais e os desejos mais perniciosos dos indivíduos.

Esta maneira de retratar o ser humano implicaria em inúmeras críticas desfavoráveis às produções dos autores naturalistas, o que talvez pudesse justificar o fato de Zola, enquanto principal representante do naturalismo, ter sido “sem dúvida, juntamente com Hugo, o escritor mais caricaturado do século XIX” (HAMON, 2001, p. 203). A título de ilustração, em 1899, Zola foi representado por seus críticos em um corpo de leitão espalhando seus dejetos pelo mapa da França. Tal representação pode ser observada na figura abaixo, denominada *O rei dos porcos*, que fora publicada em uma série de postagens chamadas de *Musée des Horreurs* (Museu dos Horrores):

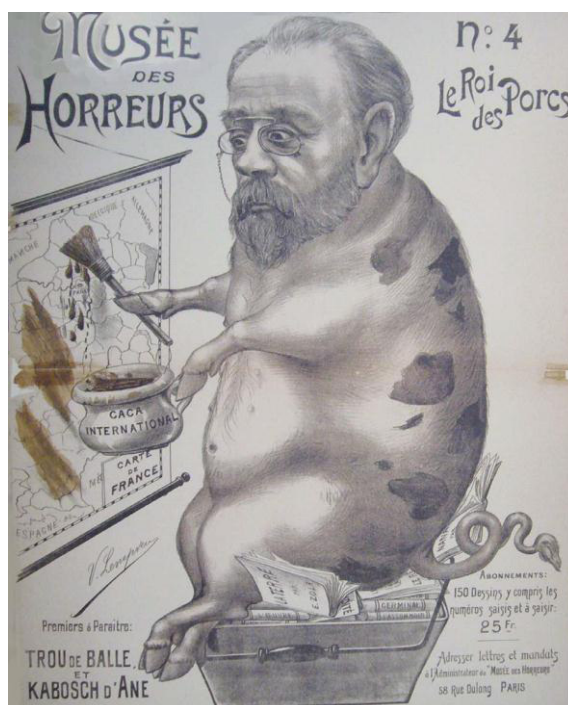


Figura 1 - Zola, o rei dos porcos.

Fonte: Fac-símile de *Musée des Horreurs*, nº 4, 1899. Zola, o rei dos porcos. Acervo: Casa de Émile Zola, Médan, França.

Como dito anteriormente, a forma como Zola foi retratado na ilustração acima evidencia as críticas e resistências contra essa nova forma narrativa a ele creditada. Ademais, a ilustração parece demonstrar que as publicações de Zola não correspondiam à discursos publicamente aceitos em todas as instâncias sociais da época, de modo que houve várias oposições à produção e circulação das obras do autor.

Diante disto, podemos tomar como referência o entendimento de Foucault acerca não somente da proliferação discursiva, mas também das imputações que podem ocasionar o cerceamento das mais variadas práticas discursivas dentro de uma sociedade, quando o filósofo, compreende que em cada esfera social a produção discursiva pode ser (e é), ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída por variados mecanismos de poder (FOUCAULT, 2011).

Além disto, vê-se que longe de reduzir o processo de seleção e circulação dos discursos ao exercício de uma força proibitiva, este mesmo poder que inibe e anula pode conjurar a incitação de velhos discursos assim como a produção de novos, pois, segundo Foucault (2012, p. 45), “o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não [...]; ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”. Deve-se, portanto, “considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir” (FOUCAULT, 2012, p. 45). Assim, à medida que as obras de Zola foram censuradas e criticadas, produzia-se, igualmente, um campo fértil para que Zola pudesse semear suas impressões e (re)criá-las em suas publicações que, por sua vez, seriam aceitas por determinados grupos e cerceado por tantos outros, pois “onde há poder, há resistências e, no entanto, (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (FOUCAULT, 1988, p. 91).

Do mesmo modo, se levarmos em consideração que o “discurso veicula e produz poder, reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo” (FOUCAULT, 1988, p. 96), podemos compreender as disputas simbólicas em torno das temáticas retratadas pelos naturalistas, assim como os tabus, as proibições e as interdições relacionados a determinados temas que foram explorados pelo Naturalismo, que justamente por terem sido expostos, fomentaram críticas e representações negativas que se opuseram não somente Zola e o seu “objeto de estudo” (figura 2), mas também ao desnudamento do corpo e da sexualidade (figura 3) promovida pela estética naturalista.

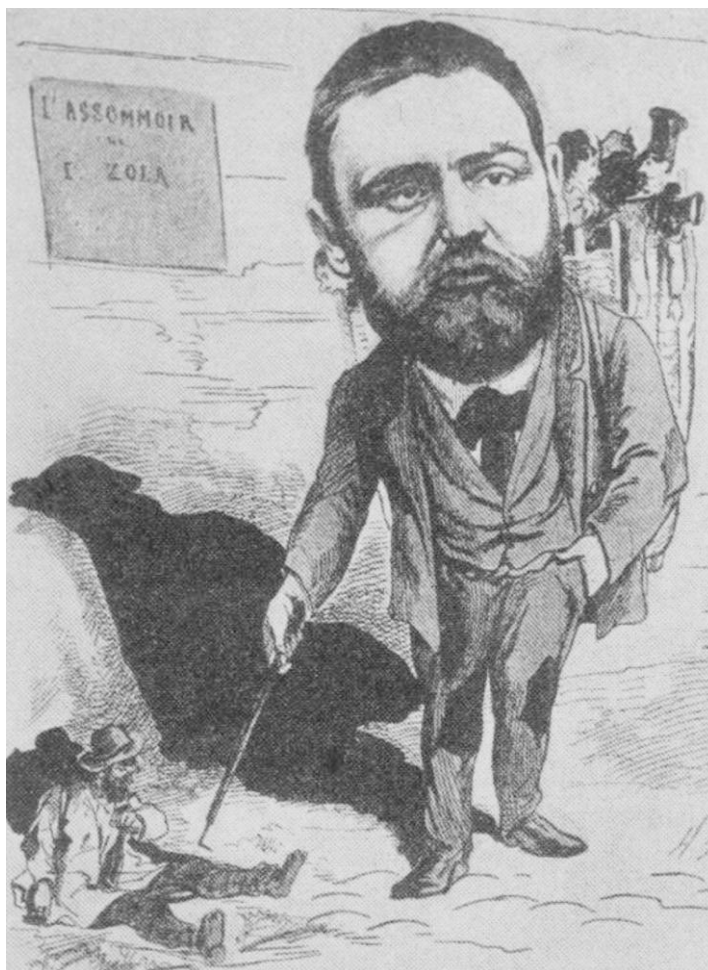


Figura 2 - Caricatura de Zola e sua “matéria-prima” (s/d).

Fonte: MITTERRAND, Henri. *La vérité em marche*. Paris: Gallimard, 2002.



Figura 3 – Naturalismo.

Fonte: [http://www.artoftheprint.com/artistpages/le\\_grand\\_louis\\_latoillette.htm](http://www.artoftheprint.com/artistpages/le_grand_louis_latoillette.htm)

A ilustração acima do artista francês Louis Auguste Mathieu Legrand (1863-1951), expressa aquilo que Zola defendia sobre o Romance Experimental, isto é, a arte literária não poderia ser reduzida à simples utilização do vocabulário científico. Ao contrário, ela própria também deveria fazer parte das pesquisas científicas que estudava o ser humano e o mundo, como mostra o fragmento extraído do livro *O Romance Experimental*, de Émile Zola:

Nós continuamos, pelas nossas observações e experiências, o trabalho do fisiólogo, que continuou a do físico e do químico. Praticamos, de certa forma, a psicologia científica, para completar a fisiologia científica [...] Em uma palavra, devemos trabalhar com os caracteres, com as paixões, os fatos humanos e sociais, como o químico e o físico trabalham com os corpos brutos, como o fisiólogo trabalha sobre os corpos vivos. O determinismo domina tudo. É a investigação científica e é o raciocínio experimental que combate, uma a uma, as hipóteses dos idealistas, e que substituem os romances de pura imaginação por romances de observação e experimentação (ZOLA, 1995, p. 40-41).

No entanto, é preciso pontuar que esse tipo de abordagem científica aplicada às relações humanas representava o posicionamento de um grupo bem específico, cujas propostas, apesar de sofrerem diversas críticas à época, foram recepcionadas por uma grande parcela da sociedade. De tal modo, deve-se considerar que “a literatura não é o espelho do mundo social, mas parte constitutiva desse mundo. Ela expressa visões de mundo que são coletivas de determinados grupos sociais” (FACINA, 2004, p. 25).

Nesse mesmo contexto, a aplicação dos métodos das Ciências Exatas e Naturais às Ciências Humanas, como defendido pelo Positivismo do século XIX, acabou sendo recepcionada pelo Naturalismo, que acabaria por representar e propagar várias teorias que buscaram determinar e justificar uma pretensa hierarquização social baseada em critérios hereditários e raciais. Nicolau Sevcenko, em sua obra *Literatura como Missão*, observa esse fenômeno lembrando que:

o estabelecimento e uma vanguarda científica na área do conhecimento, centrado ao redor das ciências naturais, esteve por trás de toda uma série de fenômenos que revolucionaram a sociedade do Velho Mundo. [...] ela proporcionou uma nova explicação de conjunto para o surgimento, a existência e a condição da espécie humana segundo a teoria darwinista. Não só essa interpretação alternativa dispensava a tutela tradicional do clero dos filósofos, sendo facilmente haurida em opúsculos de ampla divulgação, como logo, em virtude mesmo da sua acessibilidade elementar, foi vulgarizada como uma teoria geral do comportamento da ação humana, tornando-se o credo por excelência da Bella Époque (2003, p. 100).

O autor destaca como após a publicação da obra de Darwin houve uma apropriação quase que imediata por grande parte dos cientistas na propagação de uma nova teoria

evolutiva da espécie humana, que se utilizou da teoria darwinista para legitimar-se, aproveitando a sua ampla divulgação para também se difundir.

A influência dos discursos de Darwin aliado às demais teorias evolucionistas surgidas em meados do século XIX, puderam estabelecer um modelo biológico de compreensão das identidades por meio da hereditariedade e com eles fortaleceram-se novas relações de poder através de processos sociais peculiares que determinaram meios e critérios próprios de classificação, hierarquização e controle social dos “degenerados”, que recaíram sobre as mulheres de maneira ainda mais acentuada.

Com efeito, pode-se observar nas produções naturalistas que a representação da mulher considerada degenerada foi marcante. As mulheres que até outrora eram associadas à natureza, à idealização, ao Eterno Feminino, passaram a se contrapor, de forma mais incisiva, aos desígnios que lhes eram impostos, passando a pesar sobre elas, igualmente, novas formas de controle e de repressão. Como visto ao longo do primeiro capítulo, a construção da ideia do Eterno Feminino teve uma expressiva trajetória ao longo da história, encontrando, nos mais variados discursos e representações, suportes “racionais” para sua manifestação e, conseqüentemente, para sua justificação e disseminação.

Assim, dentro do anseio daquilo que se configurou como a docilidade dos corpos, a sexualidade se tornou, à época, um objeto de preocupação e de análise, como alvo de vigilância e de controle (FOUCAULT, 2012). Deste modo “a moralidade imposta de cima converteu-se numa arma em sentido inverso” (FOUCAULT, 1994, p. 240) e a própria sociedade que criou tais concepções passou a sofrer os reflexos de tal mentalidade.

Diante disto, conclui-se que a sociedade europeia criou valores que tornaram possível sua própria existência, entretanto na medida em que as relações sociais se tornam mais complexas, a moral impôs sua força para dinamizar tais relações, e tal fator deve ser compreendido como indissociável do conceito de Poder, sobretudo, porque, através de várias etapas sucessivas, os valores morais europeus originaram um modelo de civilização, que se aliou aos discursos hierarquizantes para introjetar na consciência dos indivíduos e das nações, por vezes de forma violenta, a maneira como deveria ser constituída uma determinada ordem para o “bom andamento” da vida em sociedade.

Nesse contexto, as mulheres que começaram a externar suas vontades e desígnios, despertaram a preocupação dos mais variados mecanismos de poder, uma vez que estas “novas” aspirações representariam uma ameaça à ordem moral e social estabelecida. Deste modo, as mulheres que passaram a se manifestar contra os padrões instituídos pelos setores mais conservadores da época, eram consideradas perdidas, degeneradas, sobretudo, aquelas

que ousaram almejar o prazer nas relações sexuais, visto que o prazer carnal, ou até mesmo sua mera pretensão, poderia significar a ruína moral da mulher.

Naquele período falar sobre sexo ou se atrever a ter relações sexuais mais intensas eram condutas que ainda desafiavam os preceitos da época, sobretudo quando se tratava da mulher. Segundo Foucault (1988), qualquer comportamento considerado fora do normal era condenado pela parcela mais conservadora da sociedade, principalmente pela Igreja Católica, que desde tempos mais remotos pregava o discurso do pecado da carne, e pelo Estado, que se comprometia à vigilância do sexo, pois se acreditava que parte das doenças ou dos distúrbios psicológicos estavam relacionados à etiologia sexual. Assim, vários distúrbios e doenças nervosas passaram a ser associados à sexualidade. A este respeito, Foucault expõe que:

não há doença ou distúrbio para os quais o século XIX não tenha imaginado pelo menos uma parte de etiologia sexual. Dos maus hábitos das crianças, às tísicas dos adultos, às apoplexias dos velhos, às doenças nervosas e as degenerescência da raça, a medicina de então teceu toda uma rede de causalidade sexual (1988, p. 64-65).

Nesta mesma perspectiva, a mulher que apresentasse disposições descomedidas ao desejo sexual sofria forte reprovação da sociedade. A Igreja Católica atribuía tal desvio moral e sexual ao pecado, no entanto, a medicina lançava um olhar científico sobre esta questão, a fim de compreender os impulsos que levariam a mulher à sexualidade prematura ou exacerbada, bem como os mecanismos que desencadearia o comportamento histérico e ninfomaníaco, analisando as consequências de tais enfermidades para a saúde feminina.

Deste modo, as teorias médicas e científicas consideravam o despertar do desejo sexual na mulher um objeto de estudo promissor para a compreensão da relação entre a *psique* e o corpo, surgindo assim estudos mais “elaborados” sobre estas e outras doenças nervosas que acometiam as mulheres, relacionadas à precariedade, ausência ou mesmo excesso de práticas sexuais.

Através de tais diagnósticos, almejou-se explicar, de modo científico, o comportamento agressivo e exaltado das mulheres que tinham sua sexualidade reprimida, assim como práticas tais como o adultério e a infidelidade. Ao mesmo tempo, buscou-se controlar e combater os distúrbios uterinos, que seriam provocados, dentre outros motivos, pela prática da masturbação, considerada agente da esterilidade e do aborto.

Como vimos, a prosa naturalista se dedicou a estas problemáticas, esboçando em seus enredos a representação dos prazeres da carne e dos corpos desnudos no cenário europeu. Estas situações são reflexos de rupturas demarcadas, sobretudo, na esfera da sexualidade

feminina e dos discursos da época, que ora tentavam dissipar qualquer lastro de cunho erótico da vida das mulheres e ora incitavam a vontade de prazer e de saber nas mulheres.

Observa-se deste modo, que o Realismo e, principalmente o Naturalismo se propuseram, de maneira mais acentuada que o Romantismo e outras escolas literárias, a retratar problemáticas que foram capazes de colocar em discussão os efeitos da realidade e da cientificidade da época. Assim, as obras produzidas por tais escolas literárias, manifestam uma forma de representação da realidade, assumindo o lugar e posições do que teria acontecido, por meio da construção de personagens, cenários e enredos que nos remetem a determinado espaço e temporalidade.

Segundo Nicolau Sevcenko, “as relações entre a literatura e a realidade oscilam sempre, trazendo visível a marca da história” (2003, p. 272) e não restam dúvidas de que tal fenômeno, de fato, ocorra, haja vista que a literatura se constitui ante o entrecruzamento do mundo dito real, objetivo, e da subjetividade e influências inerentes ao literato. Entende-se assim que o texto literário expressa, de forma implícita ou explícita, os valores éticos, as dimensões socioculturais e filosóficas que influenciaram o autor enquanto sujeito individualizado, que exterioriza em suas obras suas emoções e sensibilidades e que, enquanto filho do seu tempo, carrega consigo as relações e transformações do meio social no qual se encontra. A este respeito, o historiador Henrique Borralho explica que:

o autor [de uma obra literária] necessariamente não precisa dar explicações de nada de seu tempo com o fito de fazer da obra um quadro explicativo ou reflexo de sua sociedade, mas o diz, à medida que, como linguagem, expressa determinadas nuances que são captadas, sentidas; já que o autor é filho de seu tempo – neste aspecto a obra é histórica (2011, p. 33).

Mediante a reinterpretação que o literato faz da realidade a qual está inserido, a literatura se torna um valioso instrumento de decodificação das inquietações vivenciadas em determinada sociedade. Sobre tais perspectivas, há de se perceber no próximo capítulo do trabalho, as condições que levaram algumas obras naturalistas produzidas no Brasil, tais como *O Homem* (1887), de Aluísio de Azevedo e *A Carne* (1888), de Júlio Ribeiro, a se tornarem um retrato de seu tempo, mediante as questões que permeavam a sexualidade feminina, a cientificidade, a hereditariedade, a fisiologia e o instinto humano.

Além disto, tais questões nos levam a refletir sobre como os autores das respectivas obras produziram discursos que hoje podem ser interpretados de forma dicotômicas. Por um lado, podemos enxergá-los como propagadores de pensamentos que associavam as mulheres a um papel de subordinação e inferioridade, desta vez, pautado em critérios supostamente

científicos. Por outro lado, esses autores poderiam ser vistos (e assim o foram) como precursores de temáticas que englobavam os instintos naturais do ser humano, sobretudo, da mulher. Neste último sentido, a ênfase na sexualidade feminina pode ser percebida como um fator que, embora carregado por concepções tidas hoje como equivocadas, foi capaz de difundir questões antes silenciadas, tanto na História quanto na Literatura.

Por fim, veremos no capítulo seguinte que a maneira prosaica de Aluísio Azevedo e Júlio Ribeiro possibilitou a reprodução e disseminação de determinada concepção de mundo, suscitando aos seus leitores um olhar mais aguçado sobre determinada temporalidade, por apresentar por meio de construções discursivas carregadas de significados e valores que marcaram a passagem do século XIX para o século XX no Brasil.

## 5 REPRESENTAÇÕES DA SEXUALIDADE FEMININA NO CONTEXTO DO NATURALISMO BRASILEIRO

No Brasil, “nenhuma impressão marcou mais fortemente as gerações que viveram entre o final do século XIX e o início do XX do que a mudança vertiginosa dos cenários e dos comportamentos, sobretudo no âmbito das grandes cidades” (SEVCENKO, 1998, p. 514). Neste período, apesar de o Brasil, formalmente, abandonar o regime escravocrata de trabalho e o sistema monárquico de governo para se tornar uma nação republicana pautada no trabalho livre e assalariado, percebia-se que uma parcela significativa da sociedade brasileira permanecia, ainda, moralmente conservadora e racista.

Observava-se, com isto, um ambiente em tensão, no qual antigas mentalidades passaram a disputar espaço com novas maneiras de ver e conceber a sociabilidade da época. Deste modo, enquanto o país passava por modificações no âmbito econômico, social, cultural e político, a população, além de absorver tais mudanças, contribuía ativamente para as transformações que se operavam. Assim, as constantes mudanças fomentaram certas rupturas de mentalidades que outrora haviam sido determinadas, ao mesmo tempo em que exigiram maior controle e vigilância da sociedade que vivenciava a euforia da era da modernização<sup>33</sup>.

O progresso econômico e o processo de modernização vivenciado pelas cidades brasileiras corresponderam ao período da *Belle Époque* na França, marcado pela cultura cosmopolita e pelo clima intelectual e artístico que refletiriam em profundas agitações socioculturais percebidas não só na Europa, mas, também, em vários outros países ocidentais. Neste contexto, a *Belle Époque* possibilitou a massificação e a disseminação de novos gostos, ideais e condutas, que, no Brasil, seriam absorvidos com maior intensidade pela classe dominante que incorporariam, de maneira mais acentuada, os novos padrões de vida europeu, além dos intelectuais, que mantinham um contato mais estreito com os teóricos, pensadores e literatos europeus, destacando, dentre estes últimos, os autores franceses.

A formação intelectual e artística do Brasil da segunda metade do século XIX e que se estendeu até o início do século XX, acompanhou as tendências científicas e literárias europeias pelo prisma de vários movimentos estéticos que floresceram e coexistiram na mesma temporalidade, no qual se destacam, na poesia, o Simbolismo e o Parnasianismo, e, na

---

<sup>33</sup> De acordo com o *Dicionário de Economia do século XXI*, o termo modernização corresponde ao processo de mudança econômica, social e política pelo qual determinada sociedade supera estruturas tradicionais (de base rural), criando novas formas de produção, mecanismos racionais de dominação e novos padrões de comportamento. Industrialização, urbanização, desenvolvimento dos sistemas de transporte e comunicação de massa são fenômenos característicos do processo de modernização.

prosa, o Realismo e o Naturalismo. Segundo o crítico literário Afrânio Coutinho (1969), estas estéticas literárias estiveram circunscritas em um contexto que possibilitou a existência de cruzamentos e entrecruzamentos entre elas, bem como propiciou que elas avançassem e recuassem, atuassem e reagissem uma sobre as outra. Sobre esta vertente, o crítico ainda reforça que se pode observar no século XIX:

uma grande encruzilhada de correntes literárias. O Romantismo não terminou e já se fazem notar os traços do Realismo; e mesmo certas de suas vivências, reforças, constituíram características realistas e naturalistas. Por outro lado, o Simbolismo o prolongará no esforço por levar a literatura cada vez mais dentro da intimidade humana [...]. Realismo-Naturalismo-Parnasianismo, componentes de uma mesma família de espírito, reagiram contra o Romantismo, sem embargo de receberem dele muitos de seus elementos. A oscilação e o entrecruzamento dessas correntes fizeram-se perceber no Brasil de modo marcante na obra de muitos escritores que iniciaram sua formação ou mesmo sua carreira literária no Romantismo e que vieram a transforma-se em representante do Realismo ou Naturalismo, muitos sem perder a sua marca original. Não só na prosa, senão também na poesia essa mistura se observa: muitos parnasianos mostram-se fieis a formas românticas ou avançaram pelo Simbolismo (1969, p. 2).

A efervescência literária vivenciada pelo Brasil naquele período foi cristalizada pela influência que os autores dos romances estrangeiros exerceram sobre os literatos locais, principalmente os franceses, que à época eram tidos como ideal de perfeição estética. Nesse aspecto, mesmo os autores de famílias menos abastadas, que, em tese, teriam maior dificuldade de acesso às obras literárias importadas e à língua francesa, se tornaram conhecedores e leitores ávidos de obras francesas por influência ou pela estreita relação que mantiveram com outros intelectuais da época, cujas condições materiais permitiram-lhes adquirir as publicações mais atuais do continente europeu ou, ainda, estudar em universidades conceituadas do velho continente.

Tais possibilidades propiciaram um momento de grande intercâmbio intelectual que não se limitou apenas à Literatura, mas que também repercutiria em outras áreas do conhecimento, levando muitos intelectuais a se debruçarem sobre questões centrais da sociedade em que viveram. Acerca disto, o historiador Nicolau Sevcenko explica que:

arrojados num processo de transformação social de grandes proporções, do qual eles próprios eram fruto na maior parte das vezes, os intelectuais brasileiros voltaram-se para o fluxo cultural europeu como a verdadeira, única e definitiva tábua de salvação, capaz de selar de uma vez a sorte de um passado obscuro e vazio de possibilidades, e de abrir um mundo novo, liberal, democrático, progressista, abundante e de perspectivas ilimitadas. [...] Os tópicos que esses intelectuais enfatizavam como as principais exigências da realidade brasileira eram: a atualização da sociedade com o modo de vida promanado da Europa; a modernização das estruturas da nação, com a sua devida integração na grande

unidade internacional; e a elevação do nível cultural e material da população [...] (2003, p. 96).

Sevcenko (2003) elucida, ainda, que grande parte dos intelectuais e literatos brasileiros daquela época trouxeram como lastro de seus argumentos as novas ideias europeias e pretendiam ser os seus difusores no Brasil. A título de exemplo, podemos citar um pequeno trecho de uma aparente contestação de Aluísio Azevedo (1857-1913) referente àqueles que criticavam a influência europeia nas obras literárias do país, extraído da sessão *Crônica* do jornal *O Pensador*, publicado em São Luís do Maranhão, em 30 de outubro de 1880:

[...] por que dizes elegantemente que nós desejávamos condenar o Brasil a uma eterna imitação [diz ele sobre a sua geração], jungindo-o ao carro triunfal da França, quando o que nós dissemos foi que éramos, à força das circunstâncias, arrebatados, malgrado nosso patriotismo e nossa dignidade nacional, pela corrente elétrica de ideias que jorra na França.

Nota-se, portanto, que a tônica do pensamento de Aluísio Azevedo refletia um pensamento comum partilhados pelos intelectuais da época, que militavam pela irradiação da cultura europeia no Brasil. E mais, a exemplo de Aluísio Azevedo, os demais intelectuais de sua geração, “tendiam a considerar-se não só como agentes dessa corrente transformadora, mas como a própria condição precípua do seu desencadeamento e realização” (SEVCENKO, 2003, p. 99). Tal afirmação pode ser compreendida de maneira análoga, ainda hoje, se compreendermos que o “grande poder, e a própria função, por assim dizer, das tendências estéticas, de arte em suas variadas manifestações, está, precisamente, nas suas possibilidades de difusão” (SODRÉ, 1992, p. 103).

Naquele período, à medida que os intelectuais se propuseram a disseminar as novas tendências filosóficas e culturais europeias, este mesmo cenário foi crucial para se entender, na etimologia da palavra, o significado da *vida moderna*, sobretudo, nos grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro e São Paulo. Na historiografia brasileira, no final do século XIX e o início do XX, o termo *moderno*<sup>34</sup> ressurge em oposição/negação ao passado, derivando, nesse sentido, a ideia de *progresso* e *modernidade*<sup>35</sup>.

<sup>34</sup> O vocábulo *moderno* vem do latim *Modernus*, que significa atual, recente.

<sup>35</sup> Com base no *Dicionário de Conceitos Históricos* (2005), um dos primeiros pensadores a utilizar a ideia de modernidade foi Charles Baudelaire, escritor francês da segunda metade do século XIX, o autor de *As flores do mal*, pensava a modernidade como as mudanças que iam se operando em seu presente, utilizando a palavra, sobretudo, para a observação dos costumes, da arte e da moda.

Em meio a esta mistura convulsionada entre um ambiente rústico e outro moderno, fruto do encontro entre tradições locais e influências culturais externas, aliado ao etnocentrismo Europeu Ocidental, o processo de modernização foi impulsionado pela elite cosmopolita da sociedade brasileira, que em detrimento à cultura local, valorizava os costumes, tendências e hábitos europeus. Nessa perspectiva, foram notórias as tentativas de marginalização das classes subalternas no processo de modernização do país, não apenas na esfera econômica e social, mas, também, no campo simbólico.

Diante disto, a modernidade se impôs à realidade brasileira, através de um conjunto amplo de modificações nas estruturas sociais, que puderam abranger desde o indivíduo, até a multidão, sendo sentida em vários âmbitos, não apenas no campo político, econômico e urbanístico, mas, também, no campo de valoração ética e moral. Indubitavelmente, estas estruturas estiveram correlacionadas dentro de uma teia de relações de poder difundida por toda a sociedade, mas que passaram, necessariamente, pelo controle dos corpos. Ou seja, através da vigilância do corpo, buscou-se, igualmente, ditar e legitimar os comportamentos e práticas sexuais considerados aceitos àquela sociedade.

Muito embora, em um primeiro momento, esta preocupação com o corpo tenha passado por mecanismos de repressão e censura, a sexualidade, vista e compreendida sob a ótica de Foucault, ultrapassou os moldes da hipótese repressiva, vinculando-se ao fenômeno da incitação. Assim, ao passo em que se tentou controlar a sexualidade em meados do século XIX, emergiu em torno dela (e sobre ela) vários discursos que produziram efeitos de poder de natureza distinta ou até mesmo oposta. Faz-se necessário entender, portanto, que apesar do poder sugerir ou constituir certa sobreposição entre os indivíduos, a essência do poder não se limita à coerção.

Em *História da sexualidade*, Foucault nomeia de *prazer e poder* o duplo mecanismo de incitação ao explicitar que a função das relações de poder não se restringe somente às interdições:

O poder funciona como um mecanismo de apelação, atrai, extrai essas estranhezas pelas quais se desvela. O prazer de difunde através do poder cerceador e este fixa o prazer que acaba de desvendar. O exame médico, a investigação psiquiátrica, o relatório pedagógico e os controles familiares podem, muito bem, ter como objetivo global e aparente dizer não a todas as sexualidades errantes ou improdutivas, mas, na realidade, funcionam como mecanismos de dupla incitação: prazer e poder. Prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, espieira, espia, investiga, apalpa, revela; e, por outro lado, prazer que se abraça por ter que escapar a esse poder, fugir-lhe, enganá-lo ou travesti-lo. Poder que se deixa invadir pelo prazer de mostrar-se, de escandalizar ou de resistir. Captação e sedução; confronto e reforço recíprocos: pais e filhos, adulto e adolescente, educador e alunos, médico e doente, e

o psiquiatra com sua histérica e seus perversos, não cessaram de desempenhar esse papel desde o século XIX (1988, p. 45).

Ainda sobre esta vertente, em *A ordem do discurso* (2011), Foucault retoma tal colocação ao explicar que as sociedades apresentam sistemas de exclusão e interdição, sendo que neste último o campo a sexualidade se torna mais evidente. Segundo Foucault, é ainda no campo das interdições que as produções discursivas são mais afetadas e manifestam sua relação com o desejo e o poder:

Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos apoderar (2011, p. 10).

Com isto, vê-se, que no mesmo período em que a sexualidade foi tão vigiada, criaram-se meios para suas múltiplas manifestações, que, por sua vez, suscitariam o olhar atento e controlador de instituições, tais como a Igreja e o Estado; ocasionariam o aparecimento e a intensificação de estudos médicos e científicos relacionados ao corpo e à sexualidade; produziriam e consolidariam as sexualidades não legítimas e periféricas. Acerca disto, Foucault (1988) explica que o tipo de poder que se exerceu sobre o corpo e o sexo no século XIX não se delimitou a forma da lei e nem aos efeitos da interdição, mas ao contrário:

[fixou] fronteiras para a sexualidade, [provocou] suas diversas formas, seguindo-as através de linhas de penetração infinitas. Não a [excluiu], mas a [incluiu] no corpo à guisa de modo de especificação dos indivíduos. Não [procurou] esquivá-la, [atraiu] suas variedades com espirais, onde prazer e poder se [reforçaram]. Não [opôs] uma barreira, [organizou] lugares de máxima saturação. [Produziu e fixou] o despropósito sexual (FOUCAULT, 1988, p. 47).

Nesta perspectiva, a elevada preocupação com o sexo, ocorrida ao longo de todo o século XIX, potencializou, nas décadas finais daquele século, o esboço de “quatro figuras como objetos privilegiados de saber, alvos e pontos de fixação dos empreendimentos do saber: a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal malthusiano e o adulto perverso” (FOUCAULT, 1988, p. 100).

Segundo Foucault (1988), cada um deles estiveram correlacionados a estratégias específicas (Histerização do corpo da mulher, Pedagogização do sexo da criança, Socialização das condutas de procriação, Psiquiatrização do prazer perverso) que, de formas distintas, percorreram e utilizaram o sexo das crianças, das mulheres e dos homens como uma maneira

de produzir a própria sexualidade. Para o filósofo, tais estratégias demarcariam pontos divergentes entre si, mas que estariam imbricados às relações de poder. Assim, verificar-se-ia, por exemplo, que:

na *Histerização do corpo da mulher* [havia] o tríplice processo pelo qual o corpo a mulher foi analisado – qualificado e desqualificado – como corpo integralmente saturado de sexualidade; pelo qual, este corpo foi integrado, sob o efeito de uma patologia que lhe seria intrínseca, ao campo das práticas médicas [...]. E na *Psiquiatrização do prazer perverso*, o instinto sexual foi isolado como instinto biológico e psíquico autônomo: fez-se a análise clínica de todas as formas de anomalia que podem afetá-lo; atribuiu-se-lhe um papel de anormalização e patologização de toda a conduta; enfim, procurou-se uma tecnologia corretiva para tais anomalias (FOUCAULT, 1988, p. 100, grifos do autor).

No fragmento acima, percebe-se que sexualidade é tratada em termos de construções discursivas que foram constituídas por uma rede de elementos (análises e seleções) e um conjunto de especificações que produziram e determinaram as práticas sexuais consideradas legítimas e ilegítimas.

Além disto, tornar-se salutar evidenciar que tais discursos foram elaborados sob a égide da cientificidade e, portanto, buscaram se legitimar enquanto verdades, estabelecendo pontos de apoio nas (e para as) relações de poder, como bem teria explicitado Foucault ao considerar que: “a verdade é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem” (2012, p. 52).

Com efeito, vê-se que ao longo da segunda metade do século XIX o prazer sexual se tornou objeto de investigação científica e sobre ele se formulou um vasto e distinto conjunto de saberes, teorias, prescrições, formas de controle e de sujeição, que visava estabelecer e ordenar os limites entre as práticas sexuais que foram cunhadas como normais e anormais.

É importante pontuar também que, segundo Foucault (1988, p. 57), a civilização ocidental foi “a única a praticar uma *scientia sexualis* (ciência sexual)”, ao passo que entre as civilizações orientais, tais como China, Japão e Índia, prevaleceram a *ars erotica* (arte erótica), na qual a verdade é extraída do próprio prazer, não havendo, portanto, preocupação com o proibido e o permitido (FOUCAULT, 1988). O filósofo explica ainda que:

[para tais civilizações o prazer seria] encarado como prática e recolhido como experiência; não [era] por referencia a uma lei absoluta do permitido e do proibido, nem a uma critério de utilidade, que o prazer [era] levado em consideração, mas ao contrário, em relação a si mesmo: ele [deveria] ser conhecido como prazer, e, portanto, segundo sua intensidade, sua qualidade específica, sua duração, suas reverberações no corpo e na alma (FOUCAULT, 1988, p. 57).

Diante disto, nota-se que à medida que a civilização ocidental se distanciou do prazer sexual enquanto arte erótica, a própria sexualidade passou a ser explicada por uma perspectiva estritamente científica, na qual o prazer seria preterido pela construção da relação poder-saber. No caso do Brasil, podemos observar tal fenômeno por meio de variadas instâncias de poder que, em meados do século XIX, convergiram entre si na tentativa de produção de um saber especializado sobre a sexualidade dos indivíduos, que seria protagonizado pelo aparato estatal, pelos saberes médicos e demais ciências naturais, pelos projetos higienistas e pelos discursos dos literatos e intelectuais.

Acerca deste último grupo, podemos destacar a atuação dos escritores naturalistas, que se valiam de aspectos científicos e da própria circunstância dos fatos concretos da realidade social a qual se encontravam circunscritos para elaborar as suas prosas, adornadas, quase sempre, por situações que evidenciavam a degeneração dos comportamentos causada pela hereditariedade e pela influência do meio.

O Naturalismo brasileiro absorveu de maneira quase imediata o seu correspondente europeu, incorporando à produção literária brasileira o modelo romancista de Émile Zola. Assim, houve um desenvolvimento quase simultâneo do Naturalismo em ambos os lados do Atlântico, de modo que as características iniciadas no Naturalismo francês se traduziram e expandiram de maneira análoga no Naturalismo brasileiro. Isto implica dizer que aqui também houve uma tentativa de “submeter o trabalho dos romancistas às conclusões da ciência do tempo, voltada para a fixação de leis gerais de comportamento humano” (BOSI, 2012, p. 263), tal como foi pretendido e difundido pelo Romance Experimental de Émile Zola.

Ademais, é preciso ressaltar que dentro da atmosfera em que a literatura naturalista brasileira se encontrou circunscrita, também foram herdados aspectos do Realismo e do Naturalismo português<sup>36</sup>, cujo principal expoente foi Eça de Queiroz (1845-1900)<sup>37</sup>. A este

---

<sup>36</sup> O período Realista-Naturalista português teve maior relevo no início das conhecidas Conferências do Cassino, realizadas em Lisboa, em 1871, com o propósito de levar ao público as ideias defendidas e difundidas por um grupo de jovens intelectuais, liderados por Antero de Quental. Na terceira conferência, proferida por Eça de Queirós e intitulada de “*A literatura nova ou o realismo como nova forma de arte*”, o literato explanou que o realismo não consistia em alterações de forma apenas, ia ao conteúdo, vinculando-se a uma base filosófica; era a arte do presente; não se limitava à técnica do levantamento minucioso e fotográfico; representava a proscrição do convencional e do falso; fugia à retórica romântica. A arte seria condicionada por fatores diversos, permanentes alguns - solo, clima, raça - transitórios outros, ligados às condições históricas. Sua missão seria social e moralizadora: uma crítica do homem, visando o conhecimento e condenando a injustiça; o processo era a análise; o fim, a verdade (SODRÉ, 1992, p. 77).

<sup>37</sup> Segundo Nélson Sodré (1992), Eça de Queiroz, mesmo depois que o naturalismo se tornou corrente em Portugal, foi o último dos representantes da geração coimbrã a ser aceito e considerado na justa medida de seus méritos. No entanto, ainda que o grande relevo das produções de Eça fosse tardiamente reconhecido pela crítica literária local, o escritor mostrava e difundia amplo conhecimento e influência do modelo Realista-Naturalista

respeito, Nélson Sodré explica que “Eça de Queiroz exerceu nos escritores brasileiros uma grande influência [...]. Sua influência aparece nas criações dos ficcionistas brasileiros que se filiaram ao naturalismo” (1992, p. 89).

No entanto, o crítico não se eximiu em pontuar que os literatos que aqui seguiram a fórmula ortodoxa do Naturalismo, “receberam-na diretamente da França e, evidentemente, de Zola” (SODRÉ, 1992, p. 89), de modo que os principais influxos, características e até mesmo a própria recepção do Naturalismo no Brasil, estiveram, indubitavelmente, associados à imagem e às produções de Émile Zola, cuja influência fora, notadamente, expressa pelos principais literatos naturalistas brasileiros em suas obras.

Dentre estes, podemos destacar aquele considerado como o principal representante do Naturalismo brasileiro, Aluísio Azevedo, que antes de enveredar propriamente para a escrita romancista, escrevia crônicas para jornal *O Pensador*, deixando transparecer as suas referências literárias, bem como o seu conhecimento acerca das ideais filosóficos, artísticos e culturais em voga na Europa, como mostra o excerto abaixo do referido jornal, publicado em São Luís do Maranhão, em 20 de outubro de 1880:

Incontestavelmente, a França é a sede do pensamento humano. E nós que a imitamos em tudo: na sua política, na sua indústria, na sua ciência, na sua arte, temos precisamente de imitá-la na sua literatura e no seu modo de pensar e de falar [...] Querer por conseguinte que falemos um português genuíno, é querer que pensemos de um modo e falemos de outro, nesse caso, pensaríamos em francês e falaríamos em português. Querer ainda que escrevamos um português puro é exigir que escrevamos de um modo diverso do que falamos. [...] Além disso, já não estamos no reinado da forma.

No fragmento acima, é possível perceber que, para Aluísio Azevedo, a efervescência cultural e intelectual da sociedade brasileira deveria ser irradiada pelo reflexo e dependência ao modelo francês de civilização, de modo que a ânsia de imitar os valores europeus, também deveria estimular e influenciar os literatos brasileiros, que passariam, cada vez mais, a incorporar a língua francesa ao seu cotidiano e, por consequência, a adotar as lexias

---

francês, como mostra os seguintes trechos de cartas escritas pelo Eça de Queiroz, em 1878, organizados na edição da obra *Eça de Queiroz* (2000), de Beatriz Berrini: Os meus romances importam pouco; está claro que são medíocres; *o que importa é o triunfo do Realismo* – que, ainda hoje *mé connue* caluniado, é, todavia, a grande evolução literária do século e destinado a ter na sociedade e nos costumes uma influência profunda. *O que queremos nós com o Realismo?* Fazer o quadro do mundo moderno, nas feições em que ele é mau, por persistir em se educar *segundo o passado*; queremos fazer a fotografia, ia quase a dizer a caricatura do velho mundo burguês, sentimental, devoto, católico, explorador, aristocrático, etc. [...] Uma arte que tem esse fim – não é uma arte à *Feuillet* ou à *Sandeau*. É um auxiliar poderoso da ciência revolucionária. (30 de abril de 1878). O Naturalismo é a forma científica que toma a arte, [...] como o positivismo é a forma experimental que toma a filosofia (trecho de uma carta de Eça de Queiroz a Machado de Assis, datada de 29 de junho de 1878 e endereçada ao Consulado de Portugal, mas não enviada ao destinatário).

estrangeiras na composição de suas obras. Sobre tal fenômeno o historiador Jeffrey D. Needell expõe que: “em 1900 a elite já incorporava ao cotidiano o uso do francês e a familiaridade com a cultura francesa. Muitas mulheres da elite liam a literatura francesa; muitos homens da elite também escreviam a alguns até pensavam naquela língua” (1993, p. 230).

Esta influência europeia pôde ser percebida com especial ênfase no Maranhão, terra natal de Aluísio Azevedo, que além da valorização crescente à cultura francesa, também foi considerado à época, “a província brasileira onde se falava o português mais puro” (MÉRIAN, 2013, p. 179). Nesse Contexto, o Maranhão, muito especificamente a capital São Luís, passaria a ser palco de um reavivamento cultural, protagonizado pelos Novos Atenienses na segunda metade do século XIX<sup>38</sup>.

No entanto, convém ressaltar que a influência do mundo Europeu não refletiu a realidade total do país, mas parte de uma elite impulsionada por pensamentos já difundidos no outro lado do Atlântico e mais tarde pelas ideais positivistas de Auguste Comte, que via a Ordem e o Progresso como a máxima a ser alcançada pela sociedade brasileira. Assim:

o fascínio do exterior era inevitável, constituía o expediente possível, o único válido, a saída irrecorrível. Avançar parecia sempre assumir as atitudes que assemelhassem o Brasil com a Europa, que o equiparassem às zonas mais desenvolvidas do mundo, que dissipassem a distância histórica. Se o país como um todo não podia realizar isso, que as elites ao menos o realizassem (SODRÉ, 1992, p. 193).

Deste modo, grande parte do que era publicado, principalmente, nos grandes pólos urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo, contemplava as informações e ideais recebidos diretamente de Portugal ou da França. Nesta perspectiva, literários e os mais variados artistas da capital desempenhavam, de certa forma, o papel de transmissores daquilo que vigorava na Europa, ainda que nas províncias do Nordeste e do Norte fossem notórios outros focos culturais ativos e independentes dos que existiam no Sul e Sudeste (MÉRIAN, 2013).

Jean-Yves Mérian explica ainda que o Rio de Janeiro era visto como “o centro de atração para intelectuais e escritores provincianos que desejavam escapar do anonimato, e era

---

<sup>38</sup> Ícones como José Ribeiro do Amaral, Antônio Lobo, Fran Paxeco, Justo Jansen, Antônio Lopes da Cunha, Domingos de Castro Perdigão, José Nascimento Moraes, Antônio Baptista Barbosa de Godóis e tantos outros, formavam os Novos Atenienses. A estes intelectuais coube a iniciativa de reestruturar a presença mítica da Atenas Brasileira, dando-lhe uma nova relevância. Ou seja, estes pensadores representavam “promessas intelectuais em busca de afirmação, situadas no centro da tensão e do desconforto de descortinar e construir o futuro, sem, contudo, olvidar o passado mitológico, onipresente, herdado dos ‘gigantes’ da velha Atenas [...]”. (MARTINS, 2006, p. 118). Além disto, o progresso intelectual dos ludovicenses deveria ser associado e fundamentado à ancestralidade ilustre dos franceses gentis e fidalgos que deram origem a capital do Maranhão e, consequentemente, à um dos discursos sobre a fundação de São Luís.

por excelência o centro da vida intelectual e cultural, onde estava concentrado o maior número de editores, de críticos e também leitores” (2013, p. 295). Acerca da posição, notadamente, privilegiada da capital federal por tudo que se passava nas regiões Sul e Sudeste, podemos extrair do jornal *O Pensador*, de 20 de outubro de 1880, uma carta aberta de Aluísio Azevedo endereçada a seus amigos de outras províncias, na qual é possível notar o seu descontentamento com o atraso nos envios de jornais para São Luís: “[...] Mandem-nos jornais daí que há dois vapores não os recebemos”.

No entanto, convém ressaltar que, apesar da grande importância que os centros Rio de Janeiro e São Paulo exerceram para a difusão das novas ideias literárias, Mérian explicita que até meados de 1878, “Émile Zola era conhecido apenas por um pequeno número de leitores do Rio de Janeiro e, sem dúvida, era praticamente ignorado em São Luís do Maranhão” (2013, p. 176).

Mas, à medida que a referência da Literatura francesa se expandia pelo Brasil, os escritores de Jornais de São Luís do Maranhão, tais como *O Pensador*, *Pacotilha* e *O País*, ofereciam ao seu público leitor notícias da atual literatura brasileira e internacional, além de divulgar e propagar obras traduzidas de Émile Zola<sup>39</sup> e Flaubert em formas de Folhetins<sup>40</sup>. Concomitantemente, novas ideias científicas, pautadas no evolucionismo, também chegavam à província maranhense por tais meios, a exemplo de algumas conferências de Herbert Spencer realizadas nos Estados Unidos, que foram traduzidas e publicadas em jornais locais<sup>41</sup>.

Segundo Néelson Sodré (1992), a atividade intelectual no Maranhão na segunda metade do século XIX foi muito mais intensa do que no extremo Norte, assim como as figuras que ali se expressaram foram, relativamente, mais importantes e numerosas. Mas, no que tange especificamente ao Naturalismo, a imagem proeminente foi, sem dúvida, a de Aluísio Azevedo, com as obras *O Cortiço* (1890), *O Mulato* (1881) e *O Homem* (1887). Ao lado do escritor maranhense, porém oriundos de outras regiões do país, compuseram à plêiade de intelectuais do Naturalismo brasileiro, a figura de **Inglês de Souza (1853-1918)**, **Horácio de Carvalho (1857-1933)**, **Adolfo Caminha (1867-1897)** e **Júlio Ribeiro (1845-1890)**. Para Afrânio Coutinho, essas “figuras representativas do Naturalismo brasileiro, inclinaram-se pela cópia da realidade, com um ou outro traço de tinta violenta e crua” (1969, p. 68). E mais:

souberam dispor da observação meticulosa, por vezes apaixonada, que, se não serviu a atrair a atenção para a reforma do mundo burguês, pelo menos fixou

<sup>39</sup> PACOTILHA, São Luís do Maranhão, 30.06.1881; 27.09.1881; 14.12.1881; 26.02.1883, entre outros.

<sup>40</sup> PACOTILHA, São Luís do Maranhão, 12.12.1880; 26.12.1880; 26.05.1883; 18.11.1884, entre outros.

<sup>41</sup> O PENSADOR, São Luís do Maranhão, 20.05.1880 e 23.05.1880.

indelevelmente alguns instantes brasileiros, com aquela fidelidade nítida **que faz do romance espelho do tempo e da vida** (COUTINHO, 1969, p. 68, grifos nossos).

Entretanto, faz-se necessário advertir que apesar da proposta de seus representantes, o naturalismo não foi meramente uma cópia servil da realidade, “embora procurasse ser, e, por vezes de maneira angustiada como se, fora disso, não houvesse arte e nem fosse possível realizar alguma coisa de novo e de grande” (SODRÉ, 1992, p. 241). As dimensões literárias que o Naturalismo atingiu ao lado do Realismo expressaram uma sociedade apoiada em teorias científicas, que visavam evidenciar os aspectos e as motivações que levariam a espécie humana a ser determinada pelo ambiente, pelo meio social e por predisposições atávicas.

Diante disto, “com o surgimento do realismo/naturalismo começou-se a escrever para procurar a verdade, e não mais para ocupar os ócios das senhoras sentimentais e de um ou outro cavalheiro dado a leituras frívolas” (PEREREIRA, 1988, p. 55-56). Tem-se, portanto, que “substituindo-o pelo racionalismo, que a tudo procurava fornecer elementos casuais e explicativos, o naturalismo se confundia com os padrões da época” (SODRÉ, 1992, p. 102).

Desta forma, o Naturalismo buscava se opor, igualmente, aos discursos oníricos e fantasiosos dos românticos, pois à medida que:

o Romantismo correspondeu à fuga da realidade, muitas vezes premente e opressiva, com a inaturalidade de seus processos. **O Naturalismo propunha-se a ir de encontro com a realidade, enfrentá-la, mostrar os problemas que ela apresentava, discuti-los, dissecá-los.** Porque, em suma, havia chegado o momento em que era impossível conservá-los escondidos, mantidos em segundo plano, sonegados (SODRÉ, 1992, p. 102, grifos nossos).

Assim, era comum que os autores naturalistas brasileiros, a exemplo dos seus correspondentes europeus, explorassem temas que retratassem de forma enfática alguns comportamentos sexuais que, quando reprimidos, poderiam levar a loucura, criando, assim, personagens submetidos aos seus instintos e desejos sexuais. Nesta perspectiva, apresentavam, ainda, questões antes silenciadas pelas instâncias mais conservadoras da sociedade, tais como a masturbação, o incesto, o homossexualismo e a própria sexualidade feminina. Desta maneira, o Naturalismo intentou se desvencilhar da “moral, permitindo o estudo de casos patológicos, o misticismo fisiológico, a histeria feminina e todos os assuntos até então presentes na sociedade, mas proibidos nos romances” (SILVA, 1981, p. 43-44).

Intelectuais como Aluísio de Azevedo e Júlio Ribeiro, retrataram em seus romances, respectivamente, em *O Homem* e *A Carne*, uma dicotomia da imagem feminina da época. Na urdidura de seus enredos há a presença da mulher como “pecadora”, “imoral” e “anormal” por

manifestar desejos sexuais fora dos padrões a qual se encontrava. Nesse contexto, segundo a historiadora Mary Del Priore, em fins do século XIX e início do século XX:

a mulher tinha que ser naturalmente frágil, bonita, sedutora, boa mãe, submissa e doce. As que revelassem atributos opostos seriam consideradas seres antinaturais. Partia-se do princípio de que, graças à natureza feminina, o instinto materno anulava o instinto sexual e, consequentemente, aquela que sentisse desejo ou prazer sexual seria inevitavelmente anormal (2011, p. 90).

Observa-se com isto, que a imagem da mulher ainda estava voltada, quase que exclusivamente, à ideia de imanência e à uma educação que pudesse orientá-la a desempenhar o papel de boa esposa e despertar o seu instinto materno. A união conjugal em fins do século XIX e início do século XX ainda era regida pelos interesses econômicos de seus familiares, assim, o aspecto sentimental tinha pouca relevância na consolidação do casamento. Sobre esta vertente, Jurandir Freire Costa coloca que:

os casamentos faziam-se sob a égide das razões ou interesses familiares. Pais, tutores ou outros responsáveis decidiam que alianças seriam contraídas pelos filhos ou tutelados, considerando apenas os benefícios econômicos e sociais do grupo familiar. Os motivos de ordem afetiva raramente pesavam na determinação de uma união conjugal [...]. O casamento não celebrava, portanto, o reconhecimento social de uma união amorosa entre indivíduos. O amor não era um pressuposto necessário à ligação conjugal. Como, aliás, a atração física, cuja ausência ou presença em nada alterava a composição da aliança. Contrato conjugal era, de fato, um mero relé no intercâmbio de riquezas (1999, p. 215-216).

Além disto, a imagem construída sobre as mulheres estava associada à sua suposta inferioridade intelectual. Para os higienistas, aquelas que manifestassem interesse nas Ciências estavam suscetíveis a práticas de comportamentos prejudiciais à representação da natureza feminina. Acreditava-se que o contato das mulheres com as diversas áreas do saber poderia corrompê-las, comprometendo sua obediência ao marido, tornando-as seres ativos e pensantes, capazes de se posicionarem diante das imposições morais e das correntes filosóficas e científicas que estavam em vigor. A este respeito Jurandir Freire Costa esclarece que:

do ponto de vista dos higienistas, a independência da mulher não podia extravasar as fronteiras da casa e do consumo de bens e ideias que reforçassem a imagem da mulher mãe. Por isso, sua presença nas catedrais da ciência era intolerável. A mulher intelectual dava um mau exemplo às outras mulheres (1999, p. 260).

Diante do exposto, percebe-se que o pensamento higienista reforçava a ideia de submissão das mulheres. A elas bastavam os deveres de se dedicar ao marido e aos filhos,

sendo-lhes sempre fieis, prestativas e cuidadosas. Como buscamos enfatizar no decorrer do trabalho, tais pensamentos tiveram uma longa e expressiva trajetória ao longo da história, encontrando na filosofia iluminista um suporte *racional* para suas manifestações. Nesse sentido, Soihet explica que:

constituem-se as mulheres, de acordo com a maioria dos filósofos iluministas, no ser da paixão, da imaginação, não do conceito. Não seriam capazes de invenção e, mesmo quando passíveis de ter acesso à literatura e a determinadas ciências, estavam excluídas da genialidade. A beleza atribuída à esse sexo era incompatível com as faculdades nobres, figurando o elogio do caráter de uma mulher como a prova de sua fealdade (1997, p. 9).

Desta maneira, observa-se que o padrão de comportamento esperado das mulheres mais abastadas daquele período se restringia as esferas do lar, local onde exercia a função de esposa, mãe e dona de casa, organizando a economia familiar e supervisionando as obrigações dos empregados da casa. O pressuposto de subordinação feminina e a limitação de sua atuação na esfera pública, encontraram consonância, ainda, em discursos institucionalizados, como o da Igreja Católica, que historicamente difundiu certa concepção de inferioridade e obediência atrelada a figura feminina.

A Igreja, desde a Idade Média, desenvolveu mecanismos de repressão e controle sobre o corpo e a sexualidade feminina, designando, por exemplo, a confissão sacramental como um meio de vigilância aos desejos, prazeres, pensamentos e à concupiscência da carne, cuja prática atravessaria os anos, passando a dividir espaço com as novas premissas seculares sobre a sexualidade feminina típicas do século XIX, pautadas na razão e na cientificidade.

Segundo Foucault (1988, p. 58), à confissão foi atribuído “um papel central na ordem dos poderes civis e religiosos” perante as condutas morais da sociedade. O poder exercido pela Igreja se alastrou durante séculos e as mulheres que ultrapassassem as barreiras das condutas sociais impostas pela época eram mal vistas, consideradas símbolo de mulher corrompida”. Com efeito, pode-se aferir que a nítida e ostensiva preocupação dos mais variados mecanismos de poder entorno da sexualidade feminina no final do século XIX, foi decorrente de um contexto próprio desse “século ávido de erotismos perversos, de paroxismos” (DANTAS, 1995, p. 463). Assim, enquanto o Estado e a Igreja regulavam as práticas sexuais, os romances naturalistas desenvolviam e apresentavam personagens imersos em situações carregadas de erotismo, que exploravam as manifestações sexuais consideradas doentias ou desviantes à época, tais como o sadismo, a ninfomania, a histeria, o homossexualismo, a masturbação precoce, dentre outros.

É dentro deste cenário, que:

o darwinismo se encontra presente aproximando o homem do animal e explorando os seus aspectos mais violentos e primitivos. [...] **O sexo também se apresenta nos romances brasileiros, causando polêmica; pois até então o assunto era evitado senão proibido, na ficção.** O determinismo, principalmente o biológico, é outra característica dos romances do naturalismo brasileiro, trazendo consigo o fatalismo, pois as personagens se caracterizam principalmente pela falta de livre arbítrio (SILVA, 1981, p. 43, grifos nossos).

À primeira vista, não há dúvidas de que a advento da pulsão sexual enquanto temática literária tenha provocado escândalo e estranheza na sociedade brasileira da segunda metade do século XIX, sobretudo pela drástica ruptura com o estilo romântico, e pela contraposição aos preceitos de instituições como a Igreja e o próprio Estado, comprometidos com a vigilância do corpo e da sexualidade. Tais rupturas, em certa medida, explicam os debates literários e as duras críticas levantadas em torno da prosa naturalista. Por outro lado, não seria equivocado supor que essa mesma forma de escrita tenha, de algum modo, fascinado, instigado e atraído o olhar dos leitores mais curiosos, por meio de um complexo jogo em que se enfrentavam desejos e interdições, prazeres e proibições, as necessidades de se falar sobre o sexo e os dispositivos que visavam silenciar os discursos e práticas sexuais considerados impróprios ou ilegítimos. Sobre esta vertente, Marcelo Bulhões explica que:

[a representação erótica que se firma nas prosas naturalistas], configura o prazer a partir de um jogo baseado nas dicotomias revelação/ocultamento, liberação/interdição, confissão, silêncio, satisfação/frustração, num movimento de alternância de luzes e sombras. Com isso, o erótico não se faz pela satisfação, ou por sua representação, mas pelo constante exercício de excitação, em que o ato prazeroso fica sempre além de um manto que cobre, aos olhos do leitor, a demonstração e a evidência do acontecimento sexual (2003, p. 156).

Segundo Bulhões (2003, p. 163), nesse “conflito entre pulsão e censura, o erótico se instaura como uma representação calcada no medo, na ansiedade e na espera da consumação sexual”. Em meio a isso, há para os naturalistas a construção de um corpo feminino não mais guiado pelos bons sentimentos e virtudes, mas, sim, ordenado pelas privações ou pelos estímulos sexuais, que não raramente se associavam aos determinismos sociais, biológicos e à própria hereditariedade. “Tratava-se, no fim de contas, de substituir a ideia de fatalidade, que os românticos haviam colhido nos clássicos, pela ideia de hereditariedade ou atavismo. Sugiram, assim, os tipos completamente dominados pelas moléstias predeterminadas de seus nervos e de seu sangue” (SODRÉ, 1992, p. 55).

## 5.1 CIÊNCIA *VERSUS* (I)MORALIDADE

Ao expor a problemática da imoralidade, os naturalistas brasileiros puderam, por meio de suas obras, materializar um espaço “apropriado para o exercício do desejo e do desassossego, partilhado por personagens, narradores e, é claro, pelos leitores” (BULHÕES, 2003, p. 11). Tal empreendimento pôde “apresentar a um público fatigado da repetição da fórmula romântica [...], uma construção literária monumental, chocante e sólida nos seus alicerces científicos” (SODRÉ, 1992, p. 55). Para tanto, assim como no Naturalismo francês, os estudos de Taine, Claude Bernard e Darwin foram imprescindíveis para a consolidação dos romances de tese do Naturalismo brasileiro.

Em decorrência da influência darwinista e determinista, os naturalistas trouxeram à luz uma discursividade científica que foi capaz de apresentar e explorar manifestações patológicas associadas ao corpo e a sexualidade feminina. Procuraram explicar, cientificamente, “a conduta e o modo de ser dos personagens por meio dos fatores externos, de natureza biológica e sociológica, que condicionam a vida humana” (CANDIDO; CASTELLO, 2008, p. 286). Nesse ínterim, “os seres aparecem, então, como produtos, como consequências de forças preexistentes, que limitam a sua responsabilidade e os tornaram, nos casos extremos, verdadeiros joguetes das condições” (CANDIDO; CASTELLO, 2008, p. 286).

Em razão disto, vê-se que, no romance naturalista brasileiro, as imediações do corpo são múltiplas. “Multifacetada, dinâmica e ambígua, a imagem desse corpo assume perfis diversificados: objeto de estudo médico, expressão de morbidez, de patologias, manancial de sintomas, expressão das pulsões, fonte de prazer, objeto de contemplação erótica” (BULHÕES, 2005, p. 5). Diante disto, tem-se que a inclinação do Naturalismo pela descrição de práticas sexuais consideradas pervertidas ou desviantes pôde evidenciar comportamentos e desejos até então silenciados pela sociedade, apresentando-os em sua riqueza de detalhes e desdobramentos.

Assim, ocupando um lugar significativo na Literatura brasileira, a anormalidade e as relações sexuais compreendidas como desviantes na segunda metade do século XIX, foram descritas de maneira detalhada e “muitas delas chegaram a chocar, pela fria crueza com que foram narradas” (SODRÉ, 1992, p. 251). Nas palavras de Carlos Eduardo Bezerra, “o Naturalismo, mais do que qualquer outra estética literária, assumiu a carnalidade do corpo e a colocou no centro da narrativa”.

Muito embora, vários outros autores, em contextos distintos, tenham explorado o tema do erotismo em suas obras, os naturalistas foram os primeiros a tratar tal questão sob o viés da cientificidade. Sobre esta vertente, Mônica Back da Silva explica que o Naturalismo se destacou pelo cunho cientificista característico da época, por ter dado “maior liberdade na descrição de situações repugnantes e íntimas, pelo amoralismo e pela indiferença na descrição de grupos sociais” (1981, p. 15-16).

Do mesmo modo, para Alfredo Bosi o romance naturalista, “[desnudou] as mazelas da vida pública e os contrastes da vida íntima; e [buscou] para ambas causas naturais (raça, clima, temperamento) ou culturais (meio, educação) que lhes reduzissem de muito a área de liberdade” (1976, p. 169). Mas, incontestavelmente, um dos traços mais marcantes da estética naturalista, consiste na presença discursiva do componente sexual, que tanto evidenciou e demarcou a ocorrência erótica nas descrições dos corpos e a teatralização das cenas de sexo.

Com isto, há de se destacar que, de modo geral, as obras Naturalistas foram, muitas vezes, recebidas e reconhecidas como um tipo de leitura que incitava a libertinagem, pois, segundo Marcelo Bulhões (2003), o conflito que se instaurava com a presença perturbadora daquilo que as convenções sócias desejavam banir, estavam, em contrapartida, no interior do repertório das “altas literaturas”, como no caso do próprio Naturalismo. Ademais, o lastro erótico contido nas prosas naturalistas, fez com que inúmeras delas fossem conhecidas sob a alcunha de “Leitura para Homens” nos jornais da época. A exemplo destas, ilustra-se a obra *A Carne*, de Júlio Ribeiro, anunciada no recorte abaixo, extraído do jornal *Gazeta de Notícias*, publicado em 16 de dezembro de 1889, no Rio de Janeiro:

| <b>Leitura para homens</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Memorias de Casanova, contendo Volupias Venezianas, Aventuras da Virgem, Batalhas de Amor, Millionario, A Virgem Hollandeza, A Dama Misteriosa, Retrato Vivo, e outros 11 gr. vol. de 200 e tantas pag. cada um, com finas grav. coloridas 8\$; A Cartilha do Amor, contendo o esposo enganado, modo de procrear, o esposo ditoso, etc., 1 vol. 500 rs.; Breviário do Amor, 1 gr. vol. de 200 pag. 1\$, (com grav.); O Padre, A Mulher e o Confessionario 1 vol. 1\$; O Convento desmascarado, 1 vol. com gr. 1\$; Sensualidade e Amor, 1 vol. com gr. 2\$; Lili, romance passado entre primos e primas, 1 vol. 500 rs.; Os homens aventureiros, scenas intimas para passatempo das mulheres, 1 vol. 1\$; Remedio para matar paixões, 1 vol. 1\$; Os Amores Secretos de Pio IX, 2 gr. vol. 3\$; O Elixir de Longa Vida, 1 vol. 500 rs.; Lili, conto em prosa de Rabelais, numero 59, 1 vol. com uma photographia, 600 rs.; Uma Aventura de Carnaval n. 58, 1 vol. com finissima photographia 600 rs.; Innocentes idi... 1 vol. enc. 600 rs.; Em que posição, 1 vol. enc. 600 rs.; Contos de Rabelais, cada vol. 600 rs.; <u>A Carne, por Julio Ribeiro, 1 gr. vol. de 300 pag. 3\$;</u> Um homem gasto, 1 vol. 1\$000. |

Naquele período falar sobre sexo ou se atrever a ter relações sexuais mais intensas eram condutas que comprometiam os preceitos da época, sobretudo em se tratando das mulheres. No entanto, o Naturalismo não se eximiu em demonstrar “os aspectos recônditos, violentos e orgânicos do amor. O que, antes, era apenas sentimento, passou a ser apenas fisiologia” (SODRÉ, 1992, p. 168). Assim, era natural que o olhar sobre os romances naturalistas estivesse afetado por uma incômoda discussão de cunho moral (BULHÕES, 2003).

Além disto, os naturalistas brasileiros, ao explorarem em suas obras situações que evidenciavam os vícios, as baixezas, os comportamentos e as práticas sexuais compreendidos como doentios do Ser Humano, frequentemente, fizeram um estudo da psicologia feminina, influenciados pelos primeiros casos de histeria diagnosticados por Sigmund Freud, porém já problematizados em tempos remotos por Hipócrates e Aristóteles, na Antiguidade, pelos inquisidores, na Idade Média, por iluministas como Denis Diderot, na Idade Moderna e, claro, pelos seus influenciadores do Realismo e Naturalismo europeu.

Não raro, livros, como *O Homem*, de Aluísio Azevedo e *A Carne*, de Júlio Ribeiro, que se dedicaram a detalhar as cenas eróticas desencadeadas por personagens histéricas, foram considerados imorais ou obscenos. Não obstante, se por um lado tais rotulações ensejaram proibições e censuras a leitura dessas obras, por outro lado despertaram as mais diversas curiosidades no público leitor, em decorrência dos seus “excessos” de licenciosidade.

## 5.2 EXPOENTES DO NATURALISMO BRASILEIRO: Aluísio Azevedo e Júlio Ribeiro

Dentre os representantes da prosa naturalista brasileira, Aluísio Azevedo<sup>42</sup> e Júlio Ribeiro<sup>43</sup> apresentaram grande relevo para a elaboração deste trabalho devido a convergência de impressões que estabeleceram no Naturalismo brasileiro em consonância ao modelo zolista. Deste modo, atemo-nos igualmente a eles para análise dos cenários descritos em suas obras, bem como pelas pretensões que poderiam alçar, ao refletirem acerca de questões consideradas obscuras e inconfessáveis da existência humana em seus romances. Neste

<sup>42</sup> Aluísio Azevedo nasceu no Maranhão em 14 de abril de 1858 e morreu como cônsul do Brasil em Buenos Aires em 31 de janeiro de 1913. Entre *O Homem*, destacam-se também as obras *Casa de Pensão* (1884), *O Cortiço* (1890), *Uma Lágrima de Mulher* (1879), *Livro de uma Sogra* (1893) e outras, além de peças teatrais de sua autoria.

<sup>43</sup> Júlio Ribeiro nasceu em Minas Gerais em 16 de abril de 1845 e faleceu em São Paulo, onde exerceu a sua atividade literária, em 1 de novembro de 1890. Ainda que *A Carne* seja a sua obra mais conhecida, Júlio Ribeiro deixou para o legado literário e lingüístico, respectivamente, o romance *Padre Belchior de Pontes* (1876/7877) e a *Gramática Portuguesa* (1881).

aspecto, há de se considerar que as temáticas delineadas pelos naturalistas não se propuseram a uma representação da dramatização do “horrível” constante no país, mas, ao invés disto, buscou evidenciar a deformação da própria realidade da época (SODRÉ, 1992).

Sendo assim, se “o Naturalismo foi produto específico de uma época, e, de certo modo, retratou-a [...]” (SODRÉ, 1992, p. 65), não é indispensável, portanto, reconhecermos que o contexto ao qual Aluísio Azevedo e Júlio Ribeiro se encontravam, propiciaram aos escritores um conjunto de situações que influenciaram sobre as suas intenções e criações.

Nesta perspectiva, a análise das narrativas elaboradas por ambos os literatos nos possibilita a compreensão dos discursos em voga no período em que foram produzidas. Sobre esta vertente, Jean-Yves Mérian frisa que Aluísio Azevedo, ao escrever suas célebres obras, tais como *O Mulato*, *O Cortiço*<sup>44</sup> e *O Homem*, resgatou os costumes e espaços das sociedades em que viveu. Assim:

apesar do título [*O Mulato*], o romance não se refere somente ao destino de um homem, mas sim de toda a sociedade do Maranhão, que desempenha nele um papel, os dois primeiros capítulos do romance são consagrados à apresentação do meio social que servirá de cenário à ação. Aluísio Azevedo examina as principais características da cidade [...]. Logo nas primeiras páginas, o romancista mergulha o leitor no ambiente de São Luís do Maranhão, pequena cidade provinciana, porto de comércio de escravos, oprimida por um calor tropical. Os determinismos climáticos têm um grande papel na diminuição da atividade econômica e explicam a indolência de sua população (2013, p. 248).

para [escrever] *O Homem* e *O Cortiço*, ele [Aluísio Azevedo] escolheu o meio urbano do Rio de Janeiro de sua época [...]. Os elementos exteriores à capital aparecem apenas de forma contingente, para situar a história dos heróis e expor os determinismos que pesam em seu comportamento [...] (2013, p. 471).

Vê-se, com isto, que o literato intencionou imprimir os fatores sociais de sua época a partir de uma concepção da realidade predominantemente cientificista que pudesse, ao mesmo tempo, ser compreendida e partilhada por seus leitores. Para tanto, há de se compreender que Aluísio Azevedo percebeu o seu próprio tempo levando em consideração os fatores extrínsecos que o rodeavam, colocando em evidência em suas obras as projeções positivistas acerca da sociedade, sem, contudo, deixar de exteriorizar seus próprios desígnios e aspirações.

---

<sup>44</sup> Influenciado pelo método zolista, o Romance Experimental, Aluísio Azevedo, antes de escrever *O Cortiço*, alugou um quartinho em dos bairros do Rio de Janeiro e se esforçou em se integrar ao ambiente que escolhera. Acerca deste feito, seu irmão, Artur Azevedo, teria escrito no jornal *Correio do Povo*, publicado no Rio de Janeiro, em 18 de maio de 1890, que a atitude do irmão representava uma novidade: os brasileiros que até hoje se têm esgrimido no romance [...] escolheram sempre uma sociedade convencional, mais europeia que nossa; ao que parece receavam enlamear as botas penetrando noutros lugares que não fossem os salões de Botafogo e as “repúblicas” dos estudantes sentimentais. **Aluísio Azevedo foi aos cortiços, meteu-se entre essa população heterogênea das estalagens** (grifos, nossos).

Diante disto, poderíamos dizer que Aluísio Azevedo, investido de preceitos de sua época, integrou às suas produções uma forma de dar vazão às relações existentes entre a Literatura e a sociedade, de modo a transparecer, ainda que incidentalmente, posicionamentos críticos-sociais relacionados ao cotidiano. Neste aspecto, pressupõe-se entender que as mais variadas manifestações literárias podem se apresentar como uma importante fonte de análise ao historiador, uma vez que:

a Literatura permite o acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos. Ela dá a ver sensibilidade, perfis, valores. Ela representa o real, ela é fonte privilegiada para a leitura do imaginário [...] Para além das disposições legais ou de códigos de etiquetas de uma sociedade, é a Literatura que fornece os indícios para pensar como e porque as pessoas agiam desta e daquela forma (PESAVENTO, 2004, p. 82-83).

Assim, a obra literária, como uma representação do mundo real, possibilita que seus leitores tenham uma autoconsciência da realidade ao qual estão inseridos, haja vista que o “representar” da realidade, elaborado pelo literato, é direcionada conforme os aspectos históricos, filosóficos e sociais de sua época, por meio de suas influências na sociedade e da influência que a mesma exerce em sua vida e obra. Em outras palavras, o fenômeno das reapresentações sociais, na Literatura, está submetido à forma de pensar, às experiências e aos conhecimentos que circulam a vida do autor, que por sua vez, se encontra circunscrito em um contexto social mais amplo.

Nessa medida, ao traduzir o quadro tormentoso da sociedade da segunda metade do século XIX, os naturalistas, a exemplo de Aluísio Azevedo e Júlio Ribeiro, empregaram nas suas obras técnicas e ideias que a própria época lhes forneceu. Deste modo, enquanto escritores naturalistas, buscaram valorizar o aspecto puramente formal da realidade (SODRÉ, 1992), viam-se, ao lado dos demais intelectuais, como promotores de discursos de verdades, pois, como afirma Chartier, os leitores “não se confrontam com textos abstratos, separados da materialidade: manejam objetos cujas organizações comandam a leitura, sua apreensão e compreensão partindo do texto lido” (1991, p. 178). Em consonância ao pensamento do historiador francês, Sandra Pesavento explica que:

a ficção não seria [...] o avesso do real, mas uma outra forma de captá-la, onde os limites da criação e fantasia são mais amplos do que aqueles permitidos ao historiador [...]. Para o historiador a literatura continua a ser um documento ou fonte, mas o que há para ler nela é a representação que ela comporta [...] o que nela se resgata é a reapresentação do mundo que comporta a forma narrativa (1995, p. 117).

A História e a Literatura são duas narrativas que se assemelham na medida em que se propõem a descrever eventos, ações e cenários de determinada temporalidade, mas divergem entre si na maneira como abstraem a representação da realidade. Assim, enquanto “[...] para a história, tanto a estrutura da narrativa como seus detalhes são representações da realidade passada, e mais, fundamentalmente pretende que a narrativa seja uma representação verdadeira [...], a ficção não tem essa pretensão” (BOMENY, 1990, p. 99). No entanto:

[é inquestionável] o grande poder, e a própria função, por assim dizer, das tendências estéticas, de arte em suas variadas manifestações, está, precisamente, nas suas possibilidades de difusão. Ela pode, assim, levar a gente de condições diversas padrões de criação que essa gente não poderia gerar, mas pode chegar a compreender, e até mesmo a aceitar, dentro de certos limites, e por parte apenas dos elementos ou grupos interessados. **A literatura, com essa força, essa característica de poder atingir domínios ilimitados, foi um fermento espontâneo de difusão daquilo que, surgido em determinadas condições, peculiares a determinadas áreas e momentos, constitui, finalmente, a oferta viva e fecunda a todos os homens em condições de compreendê-la, do muito que o espírito pode alcançar** (SODRÉ, 1992, p. 103, grifos nossos).

Pode-se concluir, com isto, que a presença do discurso erótico nas obras naturalistas pretendeu colocar em evidência temas antes silenciados pela maioria dos setores sociais, mas que passariam a ser instigados e anunciados a partir da emergência de novos saberes institucionalizados. Assim, a complexa relação entre escritor, leitor e meio social, ampliaria as dimensões em que o corpo e a sexualidade passariam a ser visto pela sociedade brasileira a partir da segunda metade do século XIX. Do mesmo modo, convém ressaltar que:

tentar apreender as maneiras pelas quais o sexo foi representado no interior de uma parcela significativa da prosa ficcional brasileira do final do século XIX não deixa de significar uma reflexão sobre um conjunto de práticas e discursos que dizem respeito também ao nosso próprio tempo e que acabam convergindo, em última instância, para a ideia de uma sexualidade ocidental (BULHÕES, 2003, p. 15).

Sob a égide de uma sexualidade ocidental, vimos e retratamos, ao longo dos dois primeiros capítulos, as construções discursivas que incidiram sobre a sexualidade feminina, as quais, quase sempre, estavam associadas à ideia de existência de uma natureza feminina transcendental. Nesse ínterim, o corpo feminino esteve “envolto em uma aura de profundo mistério, que deu margens a muitos equívocos. Seu corpo, considerado anatomicamente imperfeito, prestava-se a todo tipo de associações com o mal, por parte da religião, e com as enfermidades, por parte da ciência” (MURIBECA, 2013, p. 67).

A propósito de tais percepções, projetaram-se sobre as obras naturalistas brasileiras tais como *O Homem*, de Aluísio Azevedo, e *A Carne*, de Júlio Ribeiro, modos de

representação que assumiram e anunciaram posturas calcadas no interior dos discursos religiosos e científicos. Em virtude disto, as circunstâncias presentes nas obras supracitadas, quase sempre carregadas de erotismo e situações que deslumbravam certa impressão de degenerescência das personagens, ilustraram modelos antagônicos do feminino, como veremos nos subtópicos seguintes referentes às obras mencionadas.

### 5.2.1 O Homem: um caso de histeria

No cenário complexo e conflituoso das décadas finais do século XIX, a obra *O Homem* (figura 4), de Aluísio de Azevedo, chamou atenção por evidenciar pressupostos que iam contra a natureza feminina (muito repetido no decorrer do trabalho), como o incesto e a manifestação de prazeres inefáveis e copiosos na relação sexual (muito dramático). Em suma, a obra trata sobre um “estudo de um caso de histeria feminina provocada por um choque nervoso profundo. Todos os graus do desenvolvimento do mal são examinados: neurose, mania religiosa, falso misticismo, dupla personalidade, delírios, loucura” (MÉRIAN, 2013 p. 498).

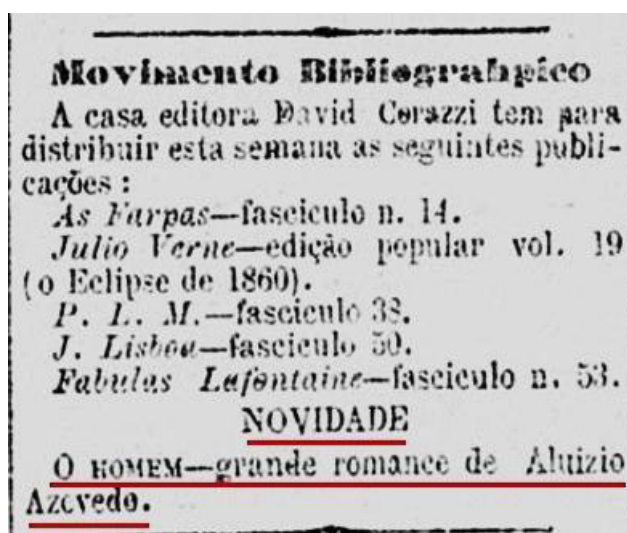


Figura 4 – Recorte de jornal, Movimento Bibliográfico.

Fonte: GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 17.10.1887.

Muito embora a obra tenha causado certo furor quando do seu lançamento, tanto Aluísio Azevedo quanto seu irmão, Artur Azevedo, já publicavam pequenas notas em jornais da época, dando vestígios do que o público leitor poderia esperar de tal obra. A exemplo disto,

em 25 de julho de 1887, Aluísio Azevedo teria anunciado em o *Gazeta da Tarde* que Magdá (nome da personagem principal da obra *O Homem*), “é um livro ardentíssimo, um estudo de histeria, um romance sonho.” Do mesmo modo, Artur Azevedo, em 3 de outubro de 1887, havia alertado em o *Novidades* que:

o novo romance de Aluísio Azevedo, *O Homem*, vai aparecer em condições excepcionais. Nesta terra há costume de guardar-se absoluto silencio a respeito dos livros que se publicam, mas *O Homem* está ainda inédito e já tem dado muito que falar. Uma vez; é a primeira! Não conheço o romance, de que li apenas alguns trechos publicados no *Cidade do Rio* e no *Diário de Notícias*, mas tendo uma fé robusta no talento de Aluísio e a certeza de que se colocará ainda acima das coisas amáveis que nestes últimos dias se lhe têm dito [...]. Pessoas de muita circunspeção literária afirmam que *O Homem*, além de ser tesouro de observação fisiológica, interessa o leitor pelos episódios e pelos personagens [...] alguns pais de família hão de fazer sentir à respectiva prole que onde está *O Homem* está o perigo, e só deixarão que as meninas o leiam depois de suprimidas algumas audazes. As pobres pequenas darão naturalmente o cavaco por não terem um Homem inteiro e a pudicícia paterna não intimidará o autor [...].

O romance de Aluísio Azevedo aborda a relação erótico-afetiva entre dois irmãos, Magdá e Fernando, no entanto, logo no início do enredo, é possível perceber que o incesto não é consumado. A partir de então, a protagonista passa a sofrer distúrbios psíquicos, ocasionados pela perda do amado, Fernando, e pela manifestação latente de desejos libidinosos despertados por outro rapaz, que, no entanto, não foram correspondidos.

Nesta obra, a exposição de fatores que atentam para os perigos inevitáveis da repressão sexual sofrida pela personagem se coaduna à sua desilusão amorosa e, conseqüentemente, à ausência de um homem em sua vida, podendo, inclusive, serem percebidos logo abaixo a partir de uma das teses científicas presente no romance, exposta pelo médico de Magdá, o Dr. Lobão:

– Diabo! Faz lástima que um organismo, tão rico e tão bom para procriar, se sacrifique desse modo! Enfim – ainda não é tarde; mas se ella não se casar quanto antes – um... um!... Não respondo pelo resto!  
 – Então o doutor acha que...?  
 Lobão inflamou-se: – Oh, o Conselheiro não podia imaginar o que eram aquelles temperamentozinhos impressionáveis!...eram terríveis, eram violentos, quando alguém tentava contrariá-los! Não pediam – exigiam – reclamavam!  
 – E se não se lhes dá o que reclamam, prosseguio, aniquilam-se, estrangulam-se como leões atacados de cólera! É perigoso brincar com a fera que principia a despertar... O mostro deu já sinal de si; e, pelo primeiro berro, você bem póde calcular o que não será quando estiver de veras assanhado!  
 – Valha-me Deus! Suspira o pobre Conselheiro, que hei de eu fazer, não dirão?  
 – Ora essa! Pois já não lhe disse? É casar a rapariga quanto antes!  
 – Mas com quem?  
 – Seja lá com quem fôr! O utero, conforme Platão, é uma besta que quer a todo custo conceber no momento opportuno: se lho não permitem – damna! Ora ahi tem!  
 – Visto isso, o hysticismo não é mais do que a hydrofobia do utero?...

- Não! Alto lá! Isso não! A hysteria pode ter varias causas, nem sempre é produzida pela abstinencia; seria asneira sustentar o contrário. Convenho mesmo com alguns médicos modernos em que ella nada mais seja que uma nevrose do encephalo e não estabeleça a sua sede nos órgãos genitais, como queriam os antigos; mas isso que tem a ver com o vosso caso? Aqui não se trata de curar uma hystérica, trata-se de evitar a hysteria; compreende você? [...] Para isso é preciso, antes de mais nada que ella contente e traga em perfeito equilíbrio certos órgãos cuja exacerbação iria alterar fatalmente o seus systema psyquico; e como o casamento é indispensável àquelle equilibrio, eu faço grande questão do casamento.
- De acordo, mas...
- Casamento é um modo de dizer, eu faço questão é do coito! – Ella precisa de homem!<sup>45</sup> (AZEVEDO, 1887, p. 67-69).

A partir do fragmento acima, pode-se perceber que a obra de Aluísio Azevedo se vincula ao modelo zolista de representação, ao nos apresentar um modelo explícito do que se convencionou chamar de Romance Experimental. O desenvolvimento da narrativa de *O Homem* assume a aparência de exposição de um diagnóstico médico. “O narrador e o médico da família, o Dr. Lobão, assumem a postura de quem analisa um caso clínico e postula uma doutrina colhida de manuais de fisiologia e fisiopatologia”<sup>46</sup> (BULHÕES, 2003, p. 83).

Uma das teses que se faz presente no decorrer do romance é a necessidade imperiosa da consumação da prática sexual, haja vista que sua ausência poderia acometer a saúde da personagem, levando-a, ao paroxismo da perda das faculdades mentais. Assim, a dita imoralidade presente na obra *O Homem*, enfatizada pela necessidade da personagem em satisfazer desejos sexuais na tentativa de evitar danos psíquicos, colocou em escandalosa evidência a problemática da moral social em matéria sexual, haja vista que, em fins do século XIX e início do XX, falar abertamente sobre sexo ou manifestar qualquer desejo sexual mais intenso, poderia acarretar em um verdadeiro ostracismo social, sobretudo para as mulheres das classes sociais mais abastadas. No entanto,

com o advento do naturalismo, e com a preocupação que a escola revelou em desnudar aquilo que velhas crenças e costumes, prejuízos e preconceitos solidamente ancorados no tempo, tinham tido o cuidado de conservar escondido, o problema da imoralidade literária assumiu importância singular (SODRÉ, 1992, p. 250).

A literatura enfaticamente anticlerical do Naturalismo, ao explorar o fisiologismo hereditário, destacando como temática central o problema da histeria, acabou por avançar por

<sup>45</sup> A fim de não comprometer o real sentido da obra de Aluísio Azevedo, devido às várias reedições que *O Homem* teve ao longo do tempo, priorizou-se para a construção deste trabalho a terceira edição da referida obra, publicada em 10 de dezembro de 1887. Sendo assim, a ortografia e a acentuação das palavras dispostas nas citações da obra *O Homem*, estarão em consonância com a escrita e as regras gramaticais do período ao qual a obra utilizada foi publicada.

<sup>46</sup> A Fisiopatologia consiste no estudo das funções anormais ou patológicas dos vários órgãos e sistemas do organismo.

territórios estigmatizados pelo catolicismo. Em sentido análogo, o próprio Freud, ao iniciar seus estudos sobre os casos de histeria, teria compreendido, à sua época, que “é quase certo que uma mulher histérica seria tratada como simuladora, do mesmo modo que, em séculos anteriores, certamente, seria julgada e condenada como feiticeira ou possuída pelo demônio” (1986a, 16).

Além disto, por representar a indocilidade e o desnudamento do corpo feminino, o Naturalismo foi associado, por muito dos seus críticos, a imoralidade, a perversão e ao grotesco. Não raro, a obra de Aluísio Azevedo e, posteriormente, *A Carne*, de Júlio Ribeiro, foram objetos, de certa, “ambivalência entre o escândalo e a curiosidade diante da matéria sexual” (BULHÕES, 2003, p. 54).

Assim, se por um lado houve várias críticas a essa nova composição artística, houve igualmente defensores dessa nova forma literária de representação. Sobre esta vertente, pode-se observar, por exemplo, o trecho abaixo referente à obra de Aluísio Azevedo, extraído do jornal *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, publicado em 23 de outubro de 1887:

Esta semana apareceu a 2ª edição do *Homem*, de Aluísio Azevedo, o que importa dizer mil exemplares vendidos em poucos dias. **Sucesso de escândalo! Dirá a gente “não me toque”, a gente de pudor assustadiço [...].** O que é realmente pena, é que esses pudicos senhores não tenham modos. **Se esbravejassem menos; se não descompusessem tanto; se, em vez de condenar às ortigas de um livro em que há tanta coisa apreciável, em que se manifesta tanto talento, apontassem ao autor o que é excessivo, o que é inutilmente escabroso, discutissem, fizessem realçar a própria virtude, pondo-a bem e castamente vestida, talvez aproveitássemos todos mais** (grifos nossos).

Com efeito, a partir de algumas notas publicadas pelo *Gazeta de Notícias*, é possível identificar a maneira como a obra de Aluísio Azevedo ora foi condenada, pelos seus “excessos” de licenciosidades, sendo, portanto, alvo de denúncias e boatos que, de certo modo, desmereciam a produção do autor (figuras 5, 6), ora foi consagrada e reconhecida pela sua aproximação ao método zolista, ao passo que se dizia à época que: “a crítica folheará os livros de medicina, e discutirá aquele caso de histerismo, em suas causas e manifestações”<sup>47</sup>, ou ainda: “*O Homem* é, como se diz, o histerismo segundo ciência”<sup>48</sup>.

<sup>47</sup> GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 2.10.1887.

<sup>48</sup> GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 5.11.1887.

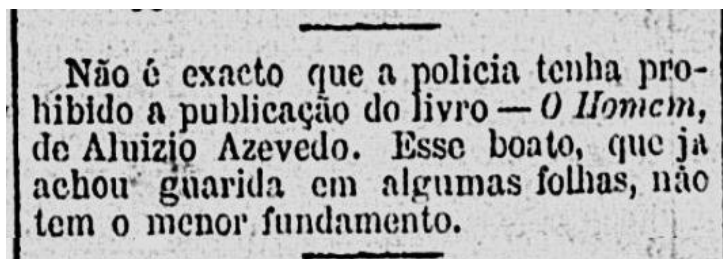


Figura 5 – Recorte de jornal, denúncia.

Fonte: GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 30.09.1887.

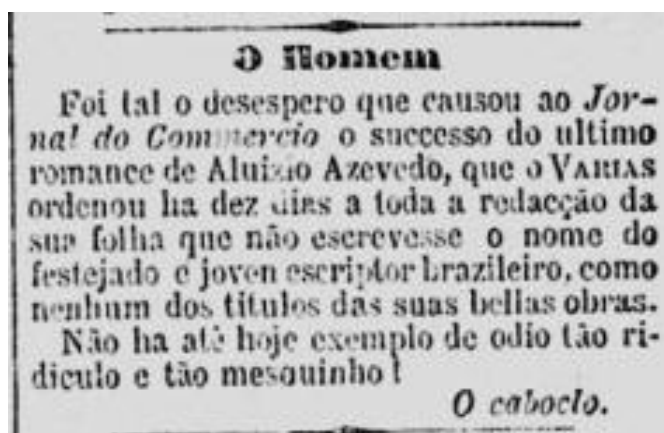


Figura 6 – Recorte de Jornal, *O Homem*.

Fonte: GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 29.10.1887.

Na época da publicação de *O Homem*, as novas concepções acerca da sexualidade e do corpo feminino passaram a disputar espaço com os consolidados dogmas da Igreja, que abominavam as relações sexuais fora do casamento e repudiava as extravagâncias sexuais dos casais, ainda que dentro do matrimônio. A alegação da Instituição para condenar a concupiscência da carne estava fundamenta a partir da identificação e difusão de dois arquétipos de representação do feminino que foram encarnados às mulheres pela própria tradição cristã. O primeiro deles estava correlacionado à natureza essencialmente pecaminosa de Eva, o segundo, respaldado na origem divina, casta e pura, associada à figura de Maria, a mãe de Jesus.

Assim, aos olhos da Igreja, a mulher que cedesse às tentações do corpo e da carne, seria acusada de sofrer influências malignas, quando não, seria ela própria considerada agente do mal, capaz de inspirar desejo e por tal motivo, pôr em risco a salvação da alma do homem. Deste modo, “o desejo, obra do Diabo, destrói o homem. A mulher, inspiradora do desejo, é

por excelência agente do mal, causa do desespero, da morte e da danação eterna”<sup>49</sup> (MACEDO, 2013, p. 69).

Nesse contexto, os escritores naturalistas, a exemplo de Aluísio Azevedo e Júlio Ribeiro, passaram esboçar em suas obras fortes críticas ao clero católico, considerando-o como parte indissociável do velho Brasil, colonizado, escravocrata, inculto e economicamente atrasado, de modo que se propuseram a combatê-lo ferozmente por meio da pena e da instrução laical das massas (SANTOS, 2008, p. 90-91). Deste modo, enquanto a Igreja disseminava discursos e práticas que implicavam na repressão sexual dos seus fiéis, em favor do “casal disciplinado” e do “adestramento” dos desejos e paixões humanas, os naturalistas denunciavam em suas obras a forma como tal instituição influía e exercia extremo poder sobre os indivíduos, sobretudo, nas mulheres. A título de exemplificação, podemos destacar o excerto abaixo de *O Homem*, no qual o narrador relata que a personagem principal recorria às súplicas religiosas, na tentativa de acalantar a sua alma e seu corpo imersos em culpa e medo:

[Magdá] valia-se então das supplicas religiosas e ficava longo tempo a rezar, banhada em lágrimas, os olhos injectados, os lábios trêmulos, o nariz frio de neve. Porém a oração não a confortava, e a infeliz pedia a Deus'que a matasse naquelle mesmo instante ou lhe enviasse dos céos um allivio para as suas aflições (AZEVEDO, 1887, p. 87).

A questão que insurge nesse “governo dos corpos” se encontra bastante demarcada na obra de Aluísio Azevedo. Magdá, a personagem central da trama, sofre os excessos das entidades reguladoras da feminilidade, em especial, a moralidade e a religiosidade. Por outro lado, vê-se que a proposta naturalista não era efetivamente libertar o corpo, mas submetê-lo a outras formas de controle. Assim, o corpo e suas diversas manifestações passaram a ser “diagnosticados” através de um campo científico que se prestava a identificar e controlar as enfermidades que acometiam os sujeitos, sobretudo, as mulheres, representadas na obra de Aluísio Azevedo através da personagem Magdá.

O choque entre essas duas concepções antagônicas emerge na obra *O Homem* a partir dos sobressaltos identificados e analisados clinicamente em Magdá. No entanto, enquanto os “temperamentozinhos impressionáveis” (AZEVEDO, 1887, p. 67) de Magdá não eram controlados, sua tia, Camilla, lhe ensinou uma oração capaz de extinguir as palpitações, sobressaltos, formigueiros na pele e comichões interiores:

---

<sup>49</sup> Vide, nota 14.

– Jesus, meu amado, meu esposo, acóde-me, acóde-me de pressa, que a fera j'ahi está commigo! Vem, que ella me farisca e me cerca rosnando! Vem, que lhe ouço o respirar assanhado e já sinto o seu bafo e o cheiro carnal que ella solta de si! Vem, que a maldita me acompanha por toda a parte e me cheira como o cão á cadella! Vem de pressa; não a deixes saciar no meu corpo de virgem os seus appetites lascivos! Não me deixes assim, amado do meu coração, cahir tão feiamente em peccado de impureza e luxuria! Não me atires como um pedaço de carne ás garras do lobo immundo! Esconde-me á tua sombra; protege-me como o fizeste com a outra Magdalena, menos merecedora do que eu, que sou donzella e sempre te amei e servi com a mesma candura! Lembra-te, querido de minh'alma, de que estou enferma, e fraca e só tenho força e animo para te amar! Vê que não me posso defender só por mim! Ajuda-me! Tem pena de quem te quer e adora acima de todas as coisas! Vê como tremo e choro! Se és o pae dos humildes, vale-me agora, salva o meu pudor e não consintas que de hoje em diante a minha virgindade se haja ainda de retrahir corrida e envergonhada! Vem e acompanha-me nos meus sonhos, conduze-me pela tua mão, como fazias com as crianças que encontravas perdidas no caminho; se te vir a meu lado não sonharei desatinos e sugidades que me matam de vexame e nojo contra mim própria! Vem ter commigo e exorciza de dentro de mim o demônio que habita minha carne e enche de fogo todas as veias do meu corpo! Não deixes que a luxuria esverdinhe minha alma com a baba do seu veneno! Rehabilita-me, para que eu me estime e preze como dantes! Lava-me da cabeça aos pés com a luz da tua divina graça; perfuma-me com os teus aro mais celestiaes; sopra teu hálito sobre mim, para que não me fique vestígio de terra na pelle e nos cabellos; beija minha bocca, para lhe apagar o gosto de peccado que a põe amarga e suja; beija meus olhos, para que elles não enxerguem o que não devem ver; beija meus ouvidos, para que elles não escutem o que não devem ouvir; beija-me toda, para que toda eu me purifique e me faça digna do teu amor! Sacode em cima de mim o orvalho do teu manto e as gottas do teu cabelo, para que eu me acalme e abrande; traça com a tua mão pura uma cruz sobre a minha testa, para affastar por uma vez, os mãos pensamentos, e passeia três voltas em torno do meu corpo para que a fera nunca mais se aproxime de mim! Vem, vem! Que ella ahi torna e começa a uivar de novo! Acóde-me, Senhor, acóde-me! (AZEVEDO, 1887, p. 255-2557).

Outro ponto de grande relevo do excerto acima e digno de se fazer menção, é a maneira como Aluísio vislumbra o caso de histeria em *O Homem*. O autor evoca ali os sinais evidentes da insanidade corpórea e mental de Magdá. Sua personagem reza na tentativa de que seu salvador possa conter a *fera* que habita seu corpo e sua alma, aludindo, neste caso, aos efeitos de seu corpo doentio, acometido pela histeria e sintomaticamente identificados pelos soluços convulsivos, pruridos irritantes, pelas ansiedades opressivas sem causa, mágoas sufocantes e titilações “que lhe mettiam vontade de morder as carnes, de açoitar-se, de beliscar-se até tirar sangue” (AZEVEDO, 1887, p. 86-87). Assim, diante de seu “embrulhamento [do] estômago, dos terrores infundados, [do] exagero de todos os seus actos e [de] um estranho desassossego do corpo e do espirito” (AZEVEDO, 1887, p. 75), Magdá supplica à Deus:

exorciza de dentro de mim o demônio que habita minha carne e enche de fogo todas as veias do meu corpo! Não deixes que a luxuria esverdinhe minha alma com a baba do seu veneno! [...] beija minha bocca, para lhe apagar o gosto de peccado que a põe amarga e suja; beija meus olhos, para que elles não enxerguem o que não devem ver; beija meus ouvidos, para que elles não escutem o que não devem ouvir; beija-me toda, para que toda eu me purifique e me faça digna do teu amor! Sacode em cima

de mim o orvalho do teu manto e as gottas do teu cabelo, para que eu me acalme e abraque; traça com a tua mão pura uma cruz sobre a minha testa, para afastar por uma vez, os más pensamentos, e passeia três voltas em torno do meu corpo para que a fera nunca mais se aproxime de mim! Vem, vem! Que ella ahi torna e começa a uivar de novo! Acóde-me, Senhor, acóde-me (AZEVEDO, 1887, p. 256).

No entanto, embora toda oração da personagem seja uma espécie de súplica para que seus impulsos sexuais sejam amenizados, o trecho acima ilustra com precisão a forte influência que a Igreja exercia sobre a vida e a mentalidade dos indivíduos naquele contexto. Isto implica dizer, também, que a representação e os *excessos* de licenciosidade erótica presentes na obra, não condizentes à noção de uma natureza feminina idealizada e ainda tão bem demarcada na sociedade brasileira daquele período, apresentam-se como uma crítica aos mecanismos abstratos de controle que visavam instaurar a ordem e a repressão de comportamentos sexuais considerados anormais. Em razão disto, Aluísio Azevedo criou uma personagem submetida a um corpo em constante conflito em decorrência das regulações e domesticações atribuídas à sexualidade, desencadeadas por meio da própria concepção moral da protagonista e pelas convenções sociais do meio ao qual estava inserida:

[...] salva o meu pudor e não consintas que de hoje em diante a minha virgindade se haja ainda de retrahir corrida e envergonhada! [...] salva o meu pudor e não consintas que de hoje em diante a minha virgindade se haja ainda de retrahir corrida e envergonhada! [...]; **se te vir a meu lado não sonharei desatinos e sugidades que me matam de vexame e nojo contra mim própria! [...] Rehabilita-me, para que eu me estime e preze como dantes!** [...] (AZEVEDO, 1887, p. 256-257, grifos nossos).

A partir da visão cientificista que inspirou a obra *O Homem*, “a patologização da mulher, tal como é feita pelos romances naturalistas, obedece estritamente ao perfil da histeria traçado pelos estudos comportamentais do fim de século”<sup>50</sup> (SÜSSEKIND, 1984, p. 127). “Magdá, a protagonista deste romance, é um estudo bem observado de histerismo [...] que se serve dos métodos fisiológicos e psicológicos, os principais métodos da escola realista/naturalista”.<sup>51</sup> Diante disto, as críticas literárias expressas nos jornais da época ressaltavam que, “excessivamente científico, o romance de Aluísio Azevedo não teria

---

<sup>50</sup> Lembre-se que a criação da cadeira de psiquiatria na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro se deu em 1881. E que, nas últimas décadas do século, começam a surgir no país os primeiros trabalhos teóricos sobre alienação mental; assim como, na imprensa, loucura e hospício se tornam assuntos frequentes, enquanto se assiste a um aumento de poder e a uma maior difusão e popularização do saber médico e psiquiátrico (SÜSSEKIND, 1984, p. 123).

<sup>51</sup> O PAIZ, Rio de Janeiro, 4.12.1887.

recebido o aplauso do público em geral, se não fosse a dose carregada de realismo que ele teve o cuidado de aplicar nos principais capítulos da obra”.<sup>52</sup>

Observa-se, portanto, que a narrativa de Aluísio Azevedo decodificou e reproduziu algumas táticas e estratégias que foram investidas sobre os corpos femininos na sociedade brasileira do final do século XIX. Além disto, ao problematizar questões acerca das práticas sexuais (sobre a qual se instalaram coerções e disciplinas), o autor, de modo a criticar e ilustrar os mecanismos e as relações de poder que incidiam sobre as mulheres, evidenciou as mazelas que poderiam acometer o corpo e a mente feminina em caso de desnaturalização dos papéis sexuais biologicamente determinados.

Deste modo, a coexistência entre uma moral social consolidada, pautada em discursos religiosos e em uma série de representações idealizadas a respeito da mulher, e uma nascente concepção científica e positivista, que buscava o controle do corpo e da sexualidade feminina a partir de métodos clínicos e empíricos de análise, exerceram sobre as mulheres certo binarismo que ora assolavam suas relações sexuais com base em um imaginário hegemônico que modelava a finalidade dos corpos femininos, ora promoviam o desnudamento de seu corpo, a partir de atentos olhares e saberes. Diante disto, pode-se compreender que a “[...] racionalidade do poder é a das táticas, muitas vezes explícitas no nível onde se inscrevem [...] que se encadeando, se interpelando e se propagando, encontram alhures seu apoio e sua condição e desenham dispositivos gerais” (FOUCAULT, 1988, p. 81).

É válido reconhecer, ainda, que a concepção cientificista da sociedade apregoadada pelos naturalistas, não pretendeu exatamente libertar o corpo feminino de todas as suas amarras, mas impor-lhe novos limites e significações. Assim, através da construção desses novos saberes, o poder se exerce, pois a produção tais discursos pode, por si próprio, definir e operar um sujeito individual ou coletivo a partir de objetivos claramente postos.

No entanto, é válido rememorar que onde o poder se exerce, há, como efeito de produção, discursos de verdades, que, de certo modo, garantem a legitimidade do exercício de poder, a partir da efetivação de práticas que asseguram o seu funcionamento. No caso dos saberes médicos, por exemplo, o clínico, o especialista, constata fenômenos que acometem a saúde humana. Em razão disto, podem criar e determinar, cientificamente, os aspectos que identificariam uma doença ou o próprio doente, através de um determinado diagnóstico. Diante disto, verifica-se a existência de produção de verdades, a qual tanto irá auferir poderes como também irá cria-los e colocá-los em funcionamento. Sobre esta questão, em que orbitam

---

<sup>52</sup> O PAIZ, Rio de Janeiro, 4.12.1887.

médico e paciente, e na qual, perfeitamente, pode-se destacar a relação clínica entre médicos e mulheres históricas que se estabeleceu a partir de meados do século XIX, Foucault explica que:

o poder do médico lhe permite produzir doravante a realidade de uma doença mental cuja propriedade é a de reproduzir fenômenos inteiramente acessíveis ao conhecimento. **A histérica era a doente perfeita, pois permitia que se fizesse conhecer. Ela retranscrevia por si própria os efeitos do poder médico em formas que podiam ser descritas pelo médico segundo um discurso cientificamente aceitável [...].** A relação de poder aparecia na sintomatologia como sugestibilidade mórbida. Tudo se desdobrava daí em diante na limpidez do conhecimento, entre o sujeito conhecedor e o objeto conhecido (2012, p. 205, grifos nossos).

A função médica e dos cientistas do século XIX, operacionalizou e disseminou poderes que se destinavam a qualificar, medir, apreciar, hierarquizar e curar os diversos tipos de enfermidades mentais que passaram a ser identificadas e catalogadas naquele período. Ademais, novos métodos de análise e diagnósticos foram criados e difundidos à época. A título de exemplo, cita-se a Frenologia<sup>53</sup>.

Um dos principais adeptos e defensores desse método de diagnóstico foi Cesare Lombroso, que maximizou o escopo da ciência frenológica, ampliando o seu objeto de aplicação. Se até então, apenas a análise craniométrica e facial do indivíduo serviria para traçar seu perfil psicológico, a frenologia lombrosiana buscou ampliar os fatores que poderiam demonstrar a personalidade e os traços anímicos do sujeito, incluindo na obtenção de tal diagnóstico, a análise de todo o conjunto anatômico do indivíduo, sua composição física e racial, seus caracteres somáticos, podendo, assim, qualificar o agente submetido à análise como sadios ou como delinquentes-natos.

As mulheres não seriam poupadas desse tipo de análise, mas ao contrário, elas também seriam alvos de estudos que se destinavam a catalogar as características fisionômicas dos supostos degenerados, depois de identificá-las e consolidá-las por meio de perícia médico-legal, as mulheres delituosas seriam igualmente classificadas e sentenciadas, como bem ilustra o recorte abaixo sobre um caso criminal analisado por Lombroso.

---

<sup>53</sup> Vide nota 31.

## Mme. Steinheil julgada por Lombroso

Em um interessante estudo sobre o "Processo Steinheil e a mulher criminosa", Cesar Lombroso diz que o progresso actual tende a aproximar de mais – tão bem quanto possível – os dois sexos.

"Ha um seculo – escreve Lombroso – as mulheres criminosas estavam numa proporção de 8 á 10 por cento sobre os homens, hoje attingiram de 20 a 25 p. c. e em certas categorias do crime, como por exemplo o envenenamento, ellas igualam ou mesmo excedem o numero dos criminosos masculinos".

A respeito da bella Mme. Steinheil assim se expressa o notavel homem :

"Antes de tudo, Mme. Steinheil é uma degenerada hereditaria, histerica como são sempre as verdadeiras criminosas natas ; vindo de parentes que abusaram dos prazeres eróticos e dos excessos alcoolicos. Mme. tem um irmão alcoolico e sua mãe, assim julgam, era destituída de senso moral. Mme. Steinheil offerce os caracteres dos degenerados : os maxilares fortes e as maçãs do rosto salientes ; quando menina foi atacada de chlorose e de hysteria, comia vermes e terra e demonstrava esta singular precocidade sexual que só se accusa nas hystericas e nas rameiras natas.

Sabe-se que ella casou-se muito moça, depois de ter numerosos *flirts* que não foram absolutamente platonicos e affirma-se que antes de casada já tinha sido mãe.

Das hystericas ella tem mais essas crises periodicas, que vão até á epilepsia e esses impulsos psychicos violentos que se traduzem por mentiras e calumnias incoherentes contra Alexandre Woff, contra Rémy Couillard, contra sua mãe, contra seu marido ; calumnias e mentiras de que usa com grande facilidade e acaba por lhes dar inteiro credito. E, no em tanto, ella era capaz dos mais *bellos gestos*, e de verdadeiros accessos de philantropia : viram-n'a cuidar de doentes, confortar desgraçados e velhos, duma maneira tão expontanea que se não podia duvidar da delicadeza de sua alma. Mas, isso, é commum á todas as grandes prostituídas, e se nota nas *maitresses* de Luiz XIV como nas hetaïras da Grecia e nas mulheres que encheram a Renascença italiana de maravilhas da litteratura e das artes.

Guglielmo Ferrero e eu já demonstramos na *Mulher Criminosa*, que todo esse verniz esthético occulta uma miseria moral e que todas as vilanias psychologicas da meretriz vulgar se encontram nas verdadeiras mundanas do "grande mundo," e nas cortezãs. Em todas não ha senão egoismo, cupidez, vaidade, labia, mentira, crueldade, auzencia de affectividade normal, e necessidade doentia de se exhibir. São taes mulheres que Balsac personificou em *Mme. Marneffe* e das quaes disse : "esses *Machiavéis* de saias são perigosissimos."

E Lombroso conclue, depois duma rigorosa documentação : " Encontro nas cousas do crime as que são communs a todos os criminosos vulgares : a cupidez, o pensamento de se apropriar do dinheiro das suas duas victimas e, sobretudo, do de sua mãe que devia deixar uma herança, a impaciencia de se desembaraçar da sua presença, que se lhe tornou insuportavel, essa especie de odio feroz sem causa que anima a mulher criminosa contra os que a cercam, odio ao qual se ajunta a antipathia hystericas levada muitas vezes a um grão incalculavel.

" Ajuntae que Mme. Steinheil alimentava o desejo de se libertar dos laços conjugaes que, embora relaxados, a obrigavam entretanto a algumas precauções. Ajuntae a isso tambem a vaidade, a esperança de fazer melhor casamento, porquanto ella encontrou no Sr. Borderel o homem rico, respeitado e crédulo, que, como bom provinciano, a julgava innocente e que, uma vez sendo ella viuva, a esposaria e assim a rehabilitaria. "

Figura 7 – Mme. Steinheil Julgada por Lombroso.

Fonte: FON-FON, Rio de Janeiro, 10.04.1909.

Durante a sua atuação enquanto psiquiatra, higienista e criminologista, Lombroso não foi tão extremo a ponto de propor a pena de morte para afastar o elemento estranho da sociedade em geral, mas se mostrava favorável à prisão perpétua para esse fim. Esse movimento tático, além de evidenciar a responsabilidade moral concedida aos médicos, ganharia uma nova conotação social, de modo que qualquer pessoa que representasse uma ameaça deveria ser alvo de repressão, se possível, antes mesmo da manifestação da loucura e/ou da delinquência, que, possivelmente, poderiam incorrer na própria histeria.

Diante disto, as mulheres diagnosticadas com histeria se tornaram um objeto privilegiado da medicina e dos doutores da época, ocupando até mesmo um “lugar central na fundação da Psicanálise. Foi o mistério dos sintomas sem base orgânica, e que provocaram simultaneamente dor e prazer, que levou Freud a se aventurar mais intensamente na investigação dos caminhos da alma” (MAURANO, 2010, p. 11).

Além disto, a psicanalista Denise Maurano esclarece que os estudos de Freud libertaram “a histeria de toda pecha ancestral de bruxaria e, sobretudo, da pecha de fingimento e ‘mau caratismo’. Ele percebeu que, por meio da teatralidade presente no comportamento da histeria, havia uma matéria própria de revelar a verdade” (2010, p. 11). Assim, a histeria seria compreendida por Freud “não como uma patologia entre outras, mas sim como um modo específico de subjetivação, um modo particular de lidar com o desejo e com a falta inerente à nossa condição de seres finitos” (MAURANO, 2010, p. 11).

Segundo Foucault, a Psicanálise do fim do século XIX assumiu o “projeto de uma tecnologia médica própria do instinto sexual, mas procurou liberá-la de suas correlações com a hereditariedade e, portanto, com todos os racismos e os eugenismos” (1988, p. 112). Em outras palavras, o autor coloca que a Psicanálise se “opôs, rigorosamente, aos efeitos políticos e institucionais do sistema perversão-hereditariedade-degenerescência” (FOUCAULT, 1988, p. 11). Desta maneira, a Psicanálise:

[...] desempenhou vários papéis simultâneos nesse dispositivo [o da sexualidade]: [foi] mecanismo de fixação da sexualidade sobre o sistema de aliança; [...] [funcionou] como elemento diferenciador na tecnologia geral do sexo. Em torno dela, a grande exigência da confissão que se formara há tanto tempo, [assumiu] um novo sentido, o de uma injunção para eliminar o recalque (FOUCAULT, 1988, p. 122-123).

Assim, a Psicanálise emerge no final do século XIX como um saber médico instituído com o propósito de sanar as chamadas “doenças nervosas”. Assim, se em um momento inicial, os primeiros autores naturalistas se valeram de acepções do evolucionismo

de Lamark, Spencer e Darwin; do determinismo de Taine, do positivismo de Comte e do experimentalismo de Claude Bernard e Mill para explicar a histeria, gradativamente, tal diagnóstico seria submetido à Psicanálise, que nas décadas finais do século XIX, consolidava-se como um método terapêutico e saber especializado no tratamento e cura de tais espécies de enfermidades da mente. Assim, aproximadamente um ano após a publicação de *O Homem*, veio ao público *A Carne*, obra na qual a representação da mulher histérica ganhou novamente espaço sob a narrativa de Júlio Ribeiro.

### 5.2.2 A Carne: um romance de fama e infâmia

Após sua publicação em 1888, o romance de Júlio Ribeiro, *A Carne*, despertou intensas e extensas críticas devido à ênfase no componente sexual e libidinoso presente em seu enredo. Por tal motivo, a recepção da obra oscilou entre a “ingênua exaltação e a furiosa condenação. Por outro lado, o romance [foi considerado], por excelência, o ‘livro do desejo’, popularizado, proscrito e levado à leitura recolhida e inconfessada” (BULHÕES, 2003, p. 60).

A narrativa da obra se passa em uma fazenda de café no interior de São Paulo, e centra-se em torno de uma jovem chamada Lenita, cuja mãe morrera em ocasião do seu nascimento. Diante da morte da mãe, Lenita foi criada apenas por seu pai viúvo, Lopes Matoso, que também viria a falecer quando a filha contava, então, com vinte dois anos de idade.

Apesar das tragédias familiares, Lenita havia sido afortunada pelos privilégios que sua condição social lhe proporcionara, vindo a receber uma instrução atípica, sendo, deste modo, iniciada em diversas áreas do conhecimento, o que não era muito comum à época, sobretudo em relação às mulheres, mesmo as de condições sociais mais abastadas. Diante disto:

aos quatorze anos Helena, ou Lenita, como a chamavam, [já] era uma rapariga desenvolvida, forte, de caráter formado e instrução acima do vulgar. [...] Teve ótimos professores de línguas e de ciências; estudou italiano, o alemão, o inglês, o latim, o grego; fez cursos muito completos de matemática, de ciências físicas, e não se conservou estranha às mais complexas ciências sociológicas. Tudo era fácil, nenhum campo parecia fechado a seu vasto talento (RIBEIRO, 1972, p. 24).

Quem teria tomado as rédeas da educação de Lenita seria o seu próprio pai, Lopes Matoso, conhecedor de “leitura, escrita, gramática, aritmética, álgebra, geometria, geografia,

história, francês, espanhol, natação, equitação, ginástica, música” (RIBEIRO, 1972, p. 24), sendo ele o responsável por exercitar Lenita em tais matérias. Ademais, foi Lopes Matoso quem apresentou a Lenita “os clássicos portugueses, os autores estrangeiros de melhor nota, e tudo quanto havia de mais seleta na literatura do tempo” (RIBEIRO, 1972, p. 24).

Este amplo acesso às mais variadas áreas do saber, fez com que Lenita desenvolvesse um aguçado senso crítico que era direcionado não apenas à sociedade ao qual se encontrava inserida, mas também aos pretendentes que se assomavam a sua porta, que seriam reiteradamente repelidos pela jovem, a contragosto do pai, que começava a achar que havia errado na educação da filha, conforme é possível perceber a partir do diálogo entre ambos abaixo:

Os pedidos de casamento sucediam-se: Lopes Matoso consultava a filha.

– Éi-os despedindo, meu pai, respondia ela. Escusa que me consulte. Já sabe, eu não me quero casar.

– Mas, minha filha, olha que mais cedo ou mais tarde é preciso que o faças.

– Algum dia talvez, por enquanto não.

– Sabes que mais? **Estou quase convencido de que eu errei e muito na tua educação: dei-te conhecimentos acima da bitola comum e o resultado é ver-te isolada nas alturas a que te levantei. O homem fez-se para a mulher e a mulher para o homem. O casamento é uma necessidade, já não digo social, mas fisiológica.** Não achas, de certo, homem algum digno de ti?

– Não é por isso, é porque **ainda não sinto tal necessidade do casamento. Se eu sentisse, casar-me-ia.**

– Mesmo com um homem medíocre?

– **De preferencia com um homem medíocre. Os grandes homens em geral não são bons maridos. Demais, se os tais senhores grandes homens escolhem quase sempre abaixo de si, porque eu, que sou mulher superior, não faria como eles, escolhendo marido que me fosse inferior?**

– Sim, para teres uns filhos palermas...

– **Os filhos puxariam por mim: a filosofia genética ensina que a hereditariedade direta do gênio e do talento é mais comum da mãe para o filho [...]** (RIBEIRO, 1972, p. 24-25, grifos nossos).

O fragmento acima evidencia um choque de concepções referente à educação feminina à época. Enquanto o posicionamento da filha representa uma transgressão aos preceitos sociais vigentes, o posicionamento do pai da personagem demonstra o forte conservadorismo ainda arraigado naquela sociedade, que, via de regra, considerava que as mulheres possuiriam um fim predestinado que as direcionavam ao casamento e, conseqüentemente, à maternidade. De acordo com tal mentalidade, as jovens deveriam ser educadas tão somente para os cuidados do lar, ao matrimônio e visando o despertar do seu instinto materno.

Tal lógica não somente era difundida pela Igreja Católica e por algumas correntes higienistas de finais do século XIX, mas também era propagada pelos meios de comunicação

da época, tal como o jornal *Mãe de Família*, cujo objetivo era instruir as mulheres na (e para) vida maternal e matrimonial. Sobre esta vertente, o excerto abaixo do referido jornal, publicado em janeiro de 1879, expressa bem essa ideia:

[...] não se ensina a ser mãe de família, porque a mulher já nasce com o sentimento que mais tarde se desenvolve. É raro encontra-se uma esposa que não suplique aos céus a ventura de ser mãe, é raro ver-se a senhora da mais alta sociedade esquecer os deveres de mãe pelos prazeres da cidade [...].

No entanto, é preciso ressaltar que diante das máximas positivistas daquele período, tal posicionamento não era homogêneo, haja vista que os discursos que limitavam as mulheres aos recôncavos do lar, passaram a disputar espaço com outras concepções que defendiam a necessidade de preparar as mulheres com estudos sérios e mais profundos para que, assim, elas pudessem desempenhar dignamente a sua missão biológica e naturalmente instituída, pois “uma mulher instruída [ligava-se] à sociedade por suas prendas e ao marido pela aplicação de sua inteligência, ela [reinava] no lar doméstico e nele [mantinha] a ordem, a economia e a dignidade”.<sup>54</sup> Além disso, outra justificativa para o aprimoramento da instrução feminina naquele contexto, pautou-se na tese de que as mulheres, na figura de mães, seriam os primeiros mestres dos homens, seu primeiro instrumento e talvez o último de educação. Assim, dizia-se a época que:

se as mães têm, pois a parte mais importante e séria na educação da primeira idade, que é quando se formam o gosto e todas as observações que toda vida nos encaminham; justo é que o seu desenvolvimento físico, moral e intelectual não seja mais comprimido nos atrofiadores moldes que nos legou a Idade Média. E, efetivamente, essa educação deve dispô-las para a nobre e elevada missão que as espera na sociedade [...].<sup>55</sup>

Diante disto, pode-se perceber que Júlio Ribeiro, ao produzir *A Carne*, representou com bastante precisão essas multifacetadas visões a respeito da mulher, posicionando-se em meio a tantos discursos divergentes ao criar uma personagem que transcenderia ao estereótipo idealizado a respeito do feminino, mas que ao mesmo tempo estaria submetida, não mais à sociedade, mas sim à sua própria fisiologia. Deste modo, observa-se que na realidade retratada por Júlio Ribeiro, houve uma sensível readequação discursiva no que diz respeito aos comportamentos esperados das mulheres na sociedade, de modo que se pretendeu manter o controle dos seus corpos e da sua sexualidade, porém sobre outras justificativas.

<sup>54</sup> A MAI DE FAMÍLIA, Rio de Janeiro, abr. 1879.

<sup>55</sup> A FAMÍLIA, São Paulo, 18.11.1888.

Nesse contexto, é possível identificar em Lenita um tipo subversivo, tendente à sua própria ruína, quer seja pelos excessos de erudição, quer seja pela abstenção ao matrimônio. Por tais motivos, e ciente dos infortúnios que a filha poderia sofrer mediante a ausência de um parceiro, Lopes Matoso alertava que o casamento era uma necessidade, não só social, mas fisiológica (RIBEIRO, 1972, p. 25).

No decorrer da trama, a preocupação de Lopes Matoso parece soar com maior clarividência quando Júlio Ribeiro exterioriza a sua protagonista em “flagrantes de manifestações de desejo sexual, cenas de sadismo, ninfomania, perversões, nudez, encontros, entregas [...] sem meios tons, sexo” (BULHÕES, 2003, p. 28).

Assim, na medida em que a narrativa se desenvolve, o autor apresenta situações carregadas de erotismo e lascívia que se desprendem de toda a obra. Em *A Carne*, Júlio Ribeiro é enfático ao expor as manifestações de desejos libidinosos desencadeados pelas personagens do romance, sobretudo, por Lenita. No fragmento abaixo é possível notar a evocação erótica da protagonista, por meio de suas sensações de prazer, muito bem delineadas pelo autor:

Lenita ofegava em estremeções de prazer, mas de prazer incompleto, falho, torturante. Abraçando o fantasma de sua alucinação, ela revolvía-se como uma besta-fera no ardor do cio. A tonicidade nervosa, o erotismo, o orgasmo, manifestava-se em tudo, no palpitar dos lábios túmidos, nos bicos dos seios cupidamente retesados [...] (RIBEIRO, 1972, p. 35).

O corpo de Lenita se tornava indomável, descompassado por pulsões sexuais e o seu aguçado senso crítico não era bastante o suficiente para sobrepujar a ideia de que, “apesar da sua poderosa mentalidade, com toda a sua ciência, não passava, na espécie, de uma simples fêmea e que o que sentia era o desejo, a necessidade orgânica do macho” (RIBEIRO, 1972, p. 32).

Este raciocínio evoca os sinais que reafirmariam a ideia do Eterno Feminino, porém sob uma nova justificativa, não mais limitada à uma idealização abstrata, mas determinada por uma imposição biológica, que seria expressamente demarcada por Júlio Ribeiro quando sua personagem se vê haurida por tremores súbitos, gozos infinitos e desejos inquietantes que só poderiam ser controlados mediante a sua satisfação sexual: “o que ela sentia era o aguilhão genésico, era o mando imperioso da sexualidade, era a *voz da carne* a exigir dela o seu tributo de amor, a reclamar o seu contingente de fecundidade para a grande obra da perpetuação da espécie” (RIBEIRO, 1972, p. 54).

Em relação ao matrimônio, ainda que a dependência da mulher em relação ao casamento fosse interpretada de diferentes maneiras, tal instituição ainda era vista como um meio de controlar os “excessos sexuais” dos casais, visão esta partilhada tanto pelos higienistas e autores naturalistas, quanto pelos discursos dos segmentos sociais mais conservadores da época, como o da própria Igreja Católica. O matrimônio assegurava aos indivíduos, portanto, relações sexuais reguladas, visando um fim bem definido: a procriação. Do contrário, permitir-se à concupiscência da carne, bem como se submeter à prática de atividades sexuais não reguladas pelo imperioso olhar da Igreja Católica, do Estado e das teorias higienistas, poderia classificar homens e, principalmente, mulheres, como sujeitos subversivos, transgressores, histéricos ou, ainda, como verdadeiros responsáveis pela disseminação de patologias que recairiam sobre as gerações futuras.

Em relação específica à mulher, várias outras teses surgiriam e se aperfeiçoariam com base em explicações científicas, a partir das quais se buscariam relacionar e determinar, com maior evidência, o comportamento feminino a partir do seu próprio sistema reprodutor. Em tal contexto, imperou-se a ideia que a precariedade ou a ausência do ato sexual seriam responsáveis pelas condutas mais negativas atribuídas às mulheres, como a promiscuidade e o adultério, bem como seriam, causadores de “distúrbios uterinos”, provocados pela prática da masturbação, considerada agente da esterilidade e do aborto. Assim, possuidoras de um organismo débil, com falhas de ordem biológica, acreditava-se que as mulheres poderiam ser explicadas e resumidas apenas pelo seu aspecto sexual e reprodutivo.

Diante de tais premissas, influenciado não somente pelo método zolista de representação, mas também pelas teorias científicas da época, Júlio Ribeiro, assim como Aluísio Azevedo e os demais naturalistas, incorporaram e reproduziram uma imagem feminina constituída a partir, principalmente, do seu componente orgânico sexual, sem, contudo, deixar de evidenciar os efeitos das privações que recaiam sobre a sexualidade feminina na tentativa de regular o comportamento feminino de acordo com os padrões socialmente aceitos, legitimados e tidos como próprios de sua natureza, o que, em última análise, viria a desencadear a histeria.

No caso específico da obra *A Carne*, há a apresentação de uma personagem convivendo com uma idealização amorosa de forma erotizada, que contrariaria as condutas esperadas por uma jovem da sua estirpe. Atraída pelo filho do Coronel Barbosa e sem ainda tê-lo conhecido, um “homem já maduro, casado, mas desde muito separado da mulher, [...], metido consigo e com os livros” (RIBEIRO, 1972, p. 26), Lenita se vê em constantes situações que lhes davam espasmo de prazer, podendo, inclusive, ela própria, diagnosticar

seus comportamentos carregados de volúpia carnal como um caso de histeria, tal como mostra o fragmento abaixo expresso pelo narrador:

**[Lenita] analisara a crise histérica, o erotismo, o acesso de crueldade que tivera. Estudava o seu abatimento atual irritadiço, dissolvente, cortado de desejos inexplicáveis.** Surpreendia-se amiudadas vezes a pensar sem querer no filho do coronel, nesse homem já maduro, casado, a quem nunca vira; sentia que lhe pulsava apressado o coração quando falavam nele, na sua presença. E **concluía que aquilo era um estado patológico, que a minava um mal sem cura** (RIBEIRO, 1972, p. 53-54, grifos nossos).

O diagnóstico que a personagem de Júlio Ribeiro submeteria a si mesma, representava, igualmente, uma preocupação constante ao longo da segunda metade do século XIX, período no qual surgiram vários métodos, terapias e fármacos destinados ao controle das *doenças femininas nervosas*, das quais a histeria era, sem dúvida, o maior exemplo. Nesse sentido, era comum em periódicos da época, tais como o jornal *Correio Paulistano*, em São Paulo, e a revista *FonFon*, no Rio de Janeiro, respectivamente, fazerem anúncios de xaropes, remédios preparados e até mesmo banhos terapêuticos que pudessem sanar os impulsos sexuais relacionado ao “útero doente”, assim como eram comuns os relatos de casos de histeria controlados por meios mais invasivos, como a extirpação dos ovários, tal como mostram os recortes a seguir:

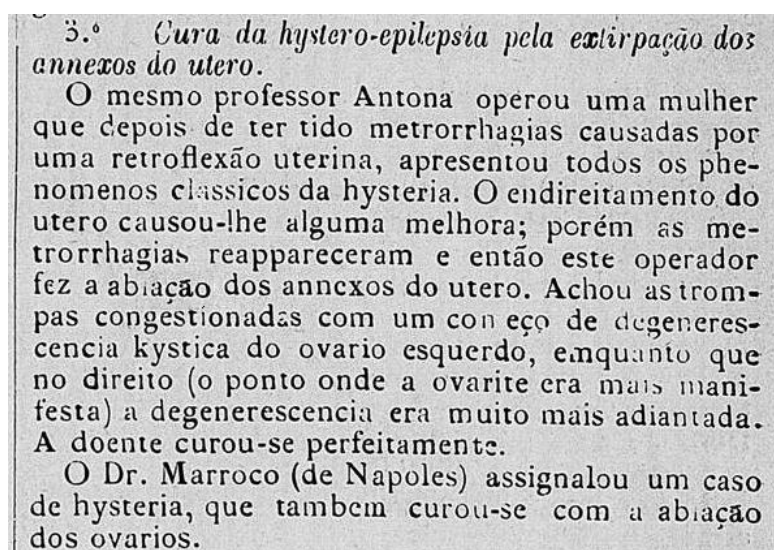


Figura 8 – Extirpação dos anexos do útero.

Fonte: O BRAZIL MÉDICO, Rio de Janeiro, 01.06.1989.

**XAROPE ANTI-NERVOSO**  
do Doutor **SAINT-DENYS**

Preparado por **H. MAYAUD, Pharmacien**  
*Rue Keller, 38, à Paris*

Membro da Academia Nacional Industrial, da Comissão de Hygiene  
e de Salubridade da Cidade de Paris, da Sociedade Protectora da Infancia, etc., etc.

**MEDICAMENTO NOVO, ACTIVO, AGRAVAVEL E QUE NUNCA PRODUZ DORES DE ESTOMAGO**

O Xarope Anti-Nervoso do Dr Saint-Denys é hoje, graças as numerosas curas obtidas nos Hospitais de Paris e da provincia, o que mais se emprega e com mais efficacia no tratamento das affecções que, tendo seu ponto de partida no systema nervoso, reagem d'uma maneira terrivel sobre a organisação :

|                   |                 |                 |
|-------------------|-----------------|-----------------|
| EPILEPSIA,        | VAPORES,        | TOSSE,          |
| <u>HYSTERIA</u> , | INSOMNIAS,      | TOSSE CONVULSA, |
| ESPASMOS,         | NEURALGIAS,     | ENXAQUECAS,     |
| CONVULSÕES,       | TREMORES SENIS, | PHTHISICA,      |
| HYPOCUNDRIA,      | RHEUMATISMO,    | FEBRE.          |
|                   | ASTHMA,         |                 |

Os Confeitos do Dr Saint-Denys, simultaneamente empregados com o Xarope, podem ser considerados como complemento do tratamento das doenças nervosas. São geralmente receitados em todas as doenças graves dos nervos.

Agente no Brasil : **A. MEYER, 33, rue Nova-de-Ouvidor, Rio-de-Janeiro.**

Figura 9 – Xarope anti-nervoso.

Fonte: CORREIO PAULISTANO, São Paulo, 13.01.1888.

**DOIS MILAGRES!!**  
**CURA DO UTERO DOENTE!**

**Os Dois Melhores Remedios Do Mundo!!**

MINHAS SENHORAS!!

**UTERINA** é o unico remedio que cura **FLORES BRANCAS, OS CORRIMENTOS ANTIGOS E RECENTES DAS SENHORAS, AS PURGAÇÕES E A BLENNORRAGIA DA MULHER!!**

**PRESTEM BEM ATENÇÃO A ISTO:**  
O mau cheiro e o fétido dos Corrimentos e das Flores Brancas tambem desapparecem logo, como por encanto!!

Garantimos que só **UTERINA** é que cura o mau cheiro e o fétido dos Corrimentos e das Flores Brancas!

Tudo isto é a melhor prova de que **UTERINA** é um santo remedio !!

Sobre a maneira de usar convem ler com muita e muita attenção o novo livrinho que acompanha cada vidro !!

**REGULADOR GESTEIRA** é o unico remedio que cura o CATARRO DO UTERO, as INFLAMAÇÕES DO UTERO, a FRAQUEZA DO UTERO, a ANEMIA, a PALLIDEZ e a AMARELLIDÃO DAS MOÇAS, OS TUMORES DO UTERO, as HEMORRAGIAS DO UTERO, as DORES e COLICAS DO UTERO, as DORES DOS OVARIOS, as MENSTRUACÕES EXAGERADAS e MUITO FORTES ou MUITO DEMORADAS, as DORES DA MENSTRUACÃO, a FALTA DE MENSTRUACÃO, a SUSPENSÃO DA MENSTRUACÃO, a POUCA MENSTRUACÃO, a HYSTERIA e os ATAQUES NERVOSOS, a QUEDA ou DESCIDA DO UTERO, os ABORTOS e as HEMORROIDAS das Senhoras!

**REGULADOR GESTEIRA** é o melhor Tónico-Sedativo do Utero, dos Ovarios e dos Nervos !!

Sobre o modo de usar convem ler com todo cuidado o livrinho que acompanha o vidro !!!

Toda Senhora deve ter sempre em sua casa alguns vidros de **UTERINA** e outros de **REGULADOR GESTEIRA!!**

**Nunca houve e nem haverá nunca mais no Mundo remedios que sejam iguaes a estes dois!!**

Vendem-se nas principaes Pharmacias e Drogarias e na **Drogaria Araujo Freitas & C.**

Deposito Geral: Pharmacia **CESAR SANTOS** — Rua Santo Antonio, 25 — PARÁ.

Figura 10 – Cura do útero doente.

Fonte: FON-FON, Rio de Janeiro, 22.01.1916.

**INSTITUTO DE MADAME SELDA POTOCKA**

---

(Especialista Diplomada)      ©      Rua Paysandú, 111

*Tratamento Científico da Pelle e do Cabello.* — Tonificação dos systemas cutaneo e capilar, cura da alopecia; *Electrolyse* — Extracção radical sem dôr e sem vestigio dos pellos do rosto; *Massagens electricas e vibratorias* — Reducção da gordura, tratamento das rugas e do double-menton; *Banhos Sulphurosos* — Tratamento das molestias da pelle, rheumatismo e gotta; *Banhos de Baden-Naubeim* — Tratamento da obesidade e das doenças cardiacas; *Banhos Hydro-Electricos* — Tratamento das doenças do aparelho digestivo e das molestias nervosas, hysteria, doenças da circulação,

enfraquecimento geral; *Inhalações Sulphurosas e Radio Activas* — Tratamento da bronchite, coqueluche, asthma, corysa, e em geral das doenças da garganta, das fossas nasaes e ouvidos; *Chromotherapia* — Applicações de luz vermelha, azul, violetta, etc., por meio de aparelhos especiaes, no tratamento das doenças da pelle, cura do lupus, acnes, noevus, eczema, cravos, erupções. A acção sedativa e microbicida da luz actua de modo rapidissimo na acalmção das dôres (salpingites, colicas uterinas, etc.) e na cura das doenças das senhoras, bem como das molestias infecciosas.

O Instituto de Madame Selda Potocka, no Rio de Janeiro, é a reproducção integral dos seus Institutos de Lisboa e Londres.

---

**Consultas das 9 da manhã às 5 da tarde**

Figura 11 – Instituto de Madame Selda Potocka – Banhos Hydro-Electricos.  
Fonte: FON-FON, Rio de Janeiro, 05.12.1914.

Observa-se assim que o discurso médico, gradativamente, passou a ganhar espaço em um terreno antes monopolizado pelo discurso religioso, passando ambos a concentrarem esforços e disputarem poder pelo controle dos corpos e da sexualidade dos indivíduos. Assim, enquanto a Igreja Católica reforçava seus dogmas a respeito da família, do matrimônio e do pecado proveniente das relações extraconjugais, os higienistas, a fim de garantir que os indivíduos pudessem transmitir uma genética saudável a suas progênes, recorriam à publicação de manuais que davam conselhos úteis sobre as relações sexuais e sobre meios de gerar filhos bonitos e saudáveis, pois em tempos de darwinismo social a degenerescência da raça era fator preocupante para o desenvolvimento da espécie humana, assim, como a salvação da alma antes o fora.

As discussões acerca das ideias evolucionistas promulgadas pelos higienistas eram debatidas em periódicos da época, como o *A Mãe de Família*, publicado no Rio de Janeiro. O referido jornal era direcionado, sobretudo, “às dignas senhoras, que já sendo ou devendo ser mães de família, deveriam compreender o sublime encargo que lhes era confinado.”<sup>56</sup> No

<sup>56</sup>A MAI DE FAMÍLIA, Rio de Janeiro, abr. 1879.

fragmento abaixo do referido jornal, publicado em 15 de julho de 1885, a colaboradora Madame Rossetti chama atenção às questões relacionadas à hereditariedade, evidenciando que a união matrimonial deveria ser embasada na preocupação de gerir progênies fortes e sadias.

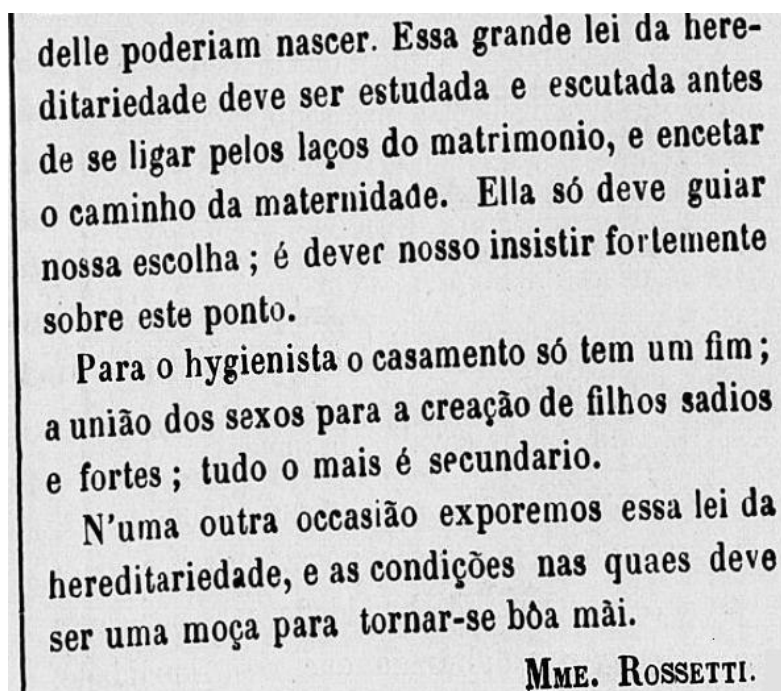


Figura 12 – Hereditariedade; Higienistas.

Fonte: A MÃE DE FAMÍLIA, Rio de Janeiro, 15 de Jul.1885.

“Deste modo, a mulher só tinha valor quando realizava a sua função procriativa; enquanto ser sexual, ela era abominável, devendo limitar-se à maternidade” (FLORES, 2007, p. 258). Assim, seguindo as ideias higienistas, os discursos eugênicos colocavam as relações amorosas, os desvios sexuais e as uniões conjugais em posição de “responsabilidade biológica” ao difundirem discursos de que se o sexo não fosse controlado pelos mais variados mecanismos de poder, ele poderia comprometer não apenas a sociedade, mas também as gerações futuras, provocando a transmissão de doenças venéreas, doenças congênitas, além de provocar a própria degenerescência da raça. Sobre esta vertente, a historiadora Maria Bernardete Ramos Flores explica que:

com a adoção das ideias de Taine, associando raça, meio ambiente e cultura, e de Lamarck, com a tese de que o desenvolvimento de um órgão é proporcional ao exercício que executa e que o grau de desenvolvimento físico passa hereditariamente à prole [...], o sexo, como órgão da reprodução, transforma-se no alvo vital das políticas eugênicas. Homossexualidade, prostituição, taras, doenças sexuais, defeitos genitais são males a serem extirpados. O sexo normal é aquele que prima pela boa reprodução (2007, p. 287-288, grifos nossos).

Em sentido análogo, para os naturalistas, a ideia evolucionista de Charles Darwin, a Seleção Natural, era a força motriz para a transformação da sociedade. Nesse sentido, é comum nos romances de cunho naturalista a predominância de temas que englobem o instinto humano, o fisiológico e o natural, retratando a agressividade, a violência e o erotismo, como elementos que compõem a personalidade do ser. Por tais razões, não raro, o olhar sobre a obra *A Carne* esteve “afetado por uma incomoda discussão de natureza moral [que] promovia um indisfarçável mal-estar na crítica do tempo” (BULÕES, 2003, p. 28).

Nesta perspectiva, a polêmica e o escândalo em torno da obra de Júlio Ribeiro, foi similar a vivenciada por Aluísio Azevedo, um ano antes, com a publicação de *O Homem*. Na verdade, muitos outros aspectos assemelham as duas obras, havendo em *A Carne*, algumas reminiscências à obra de Aluísio Azevedo, que, à época, chegaram a ensejar formulações a respeito de plágio (Vide anexo 2).<sup>57</sup> Não obstante, há de se considerar que o precursor do Naturalismo brasileiro, “por certo deveria ter influenciado Júlio Ribeiro, não somente no processo de composição, como também na similitude das personagens principais de *O Homem* e *A Carne*: Magdá e Lenita, respectivamente” (IANNONE, 1972, p. 15).

Várias outras polêmicas, porém, acompanharia a obra de Júlio Ribeiro, pois “nenhum livro provocou tanto a ira dos moralistas e educadores como *A Carne*, sendo acusado de corromper os costumes, incitar à libertinagem e perturbar a paz de colegiais e seminaristas” (BULÕES, 2003, p. 29). Dentre os principais acusadores da obra, destaca-se o padre José Joaquim de Senna Freitas, que protagonizou uma série de ataques à obra de Júlio Ribeiro no artigo intitulado *A Carniça*, publicado no *Diário Mercantil* de São Paulo, em 27 de setembro de 1888.

Segundo Senna, a obra do naturalista era uma espécie de “carne pútrida, exibida a \$3000 a posta, nos açougues literários de São Paulo”.<sup>58</sup> Além disto, o eclesiástico considerava *A Carne* uma narrativa de pouco conteúdo e muita obscenidade, de modo que o enredo lhe parecia “de uma crudeza erótica, de uma licença anacreôntica, que assombra e dá ao leitor nauseadíssimo a vontade de fechar o livro de vez”. Senna declara, ainda, de maneira ríspida, que Júlio Ribeiro deu a nítida demonstração de que “a forma não é tudo. A forma não consegue salvar o fundo quando o fundo é detestável”.

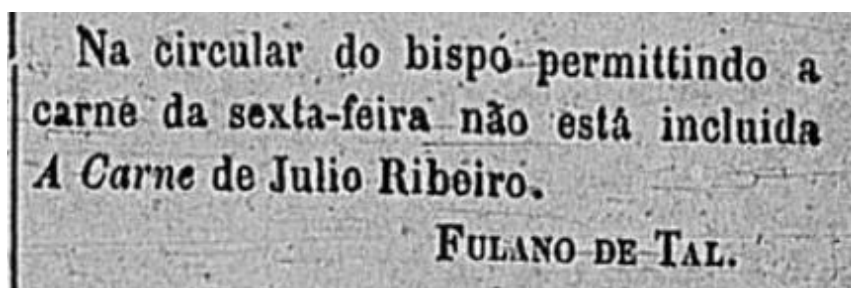
---

<sup>57</sup> CIDADE DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 3.09.1888.

<sup>58</sup> Todos os fragmentos da contenda entre Júlio Ribeiro e o padre Senna Freitas aqui apresentado, foram extraídos do texto anexo à edição a qual está se utilizando para a composição deste trabalho, que traz na íntegra da polêmica entre o padre e o autor de *A Carne*.

Considerando-se amigo do naturalista, Senna Freitas afirmava sentir pesar em ter que formular críticas a *A Carne*, pois haver de “pegar na pena para censurar um livro de Júlio Ribeiro lhe era bem doloroso”. Não obstante, isso não o impediu de tecer vários outros comentários negativos à obra, afirmando, por exemplo, que “escrever *Carnes* não é fazer jus a uma reputação gloriosa, é cair debaixo de uma imputação de imoralidade pública”. Por fim, o pároco concluía, ainda, que seu “ilustre colega, nas letras, caluniou e menosprezou o público paulista ao dar à luz aquele livro”, pois “o romance ativava e propagava um acervo de obscenidades indignas que causava engulho ao leitor”.

A repercussão causada pelo artigo de Senna fora tanta que jornais de outras províncias também se manifestaram a respeito, a exemplo do periódico carioca *Cidade do Rio*, que chegou a divulgar uma nota de autoria desconhecida que ironizava a matéria de *A Carne* no mesmo mês e ano em que o artigo de Senna Freitas havia sido escrito e publicado no *Diário Mercantil* em São Paulo, como demonstrado abaixo:



No discurso de Senna, a obra de Júlio Ribeiro se apresentava como uma afronta ao o que era valorizado como bons costumes naquela época, pois além de advogar sobre aspectos considerados imorais, tratou da sexualidade feminina de modo a expor “os vícios e reclames da carne”. Nesta perspectiva, Senna acreditava que o acesso ao livro do naturalista poderia corromper os leitores, sobretudo, as mulheres, como demonstra o fragmento abaixo extraído de *A Carne*, ao qual o eclesiástico menciona a esposa e as filhas de Júlio Ribeiro como exemplo desse público leitor:

O público é a moça honesta e pudica que V.S.<sup>a</sup> nivela com Lenita, caída de um salto, da honestidade na prostituição; é o perdão, meu colega, é a sua esposa (heta!), são suas filhas, suas filhinhas, que eu conheço e afaguei, tão encantadoras e tão mimosas e que amanhã saberão ler... para saberem que na sua província de São Paulo há ninfomaníacas da força da filha de Lopes Matosso e que a botânica e uma excelente estrada coimbrã para chegar ao amor livre...

Descontente com as críticas de Senna Freitas e em resposta a elas, Júlio Ribeiro escreveu uma série de artigos intitulados *O Urubu Sena Freitas*, publicados no *Província de São Paulo* em dezembro de 1888. Na urdidura dos artigos, o escritor alegava que “em matéria de conhecimentos o padre Senna Freitas é um pedante pretenciosíssimo que tem por forro um idiota”.<sup>59</sup> Ademais, o escritor comentar ainda que “não havendo quê nem para quê, [Senna escreveu] a [seu] respeito um montão de porcarias, [atirou-lhe] os mais injustificáveis doestos, [desceu] às mais baixas infâmias [...]”, e explica que:

no Brasil pouco se lê. As opiniões sobre o mérito dos escritores formam-se mais por conversas da rua do que pelo estudo do que eles produzem. Um indivíduo que se apresenta com uma grande bagagem literária é um grande escritor: ninguém vai indagar da natureza dessa bagagem. [...] Em um outro país, em França, por exemplo, eu não teria necessidade de estar a perder tempo com estes enfadonhos artigos: Senna Freitas, pelo que tem escrito, já estaria julgado, tacitamente, já estaria reduzido, na opinião pública, ao seu verdadeiro valor. Aqui, não: é aqui preciso vir alguém, é preciso vir eu, e tomar sobre os ombros a inglória tarefa de mostrar que o que ele impinge por ouro é pechisbeque vil [...].

Mas, ainda que Júlio Ribeiro tenha publicado *O Urubu Sena Freitas* em defesa da sua obra, ela não deixaria de ser arduamente criticada por vários outros escritores renomados, tais como, José Veríssimo, que a compreendia como um “parto monstruoso de um cérebro artisticamente enfermo” (*apud*, COUTINHO, 1969, p. 77) e Álvaro Lins (1963, p. 217), que teria afirmado que “ao lado de Aluísio Azevedo costuma-se colocar Júlio Ribeiro como outro autor representativo do naturalismo brasileiro; [não há] equívoco maior do que este. Júlio Ribeiro não chegou a ser um mau romancista” e completa:

tudo neste livro [*A Carne*] é tão absolutamente bete que não há nele o menor lugar para a imoralidade. Não há lugar para sentimento nenhum, pois **toda a sua leitura provoca uma inevitável repulsa de ordem intelectual. Somente para os adolescentes e imbecis *A Carne* poderá ser um “excitante”** (LINS, 1963, p. 218, grifos nossos).

Segundo Afrânio Coutinho (1969, p. 77), “nenhum livro brasileiro consagrou, como *A Carne*, desde a hora de seu aparecimento, as mais contraditórias opiniões”. Assim, se para os críticos mencionados anteriormente a obra de Júlio Ribeiro tenha sido considerada um desserviço à literatura, outros, tais como Tito Lívio de Castro, diriam que o Naturalismo

---

<sup>59</sup> Tal como o artigo *A Carniça* de Senna Freitas, o artigo de Júlio Ribeiro em resposta às críticas do padre também faz parte do anexo trazido na edição da obra de 1972 feita pela editora três. Nesta perspectiva, os fragmentos aqui utilizados fazem parte dessa coletânea.

estava vitorioso e que a vitória era assegurada pela *Carne* (COUTINHO, 1969). Esta visão seria compartilhada, ainda, por Ronald de Carvalho, segundo o qual:

*A Carne* é um livro de exaltação, um hino dionisíaco ao prazer, ao gozo relativista, ao aproveitamento do momento que passa. Apesar do processo zolista, evidente no arranjo das cenas, no exagero das paixões, na brutalidade das criaturas, e, até, num certo propósito de confundir o leitor ingênuo; apesar da grosseria da palavra e do gesto, notadamente violentos e estranhos, ásperos e pesados, há em *A carne* uma poesia instintiva, um penetrante perfume de selva exuberante e selvagem. É uma obra comprometida pelo tom geral escandaloso e atrevido, mas onde, não há negar, sobressaem muitas qualidades apreciáveis e um forte lirismo (1995, p. 317-318).

Mediante as diversas opiniões sobre *A Carne*, podemos auferir que a obra de Júlio Ribeiro, ao representar de maneira enfática algumas questões antes veladas sobre o corpo e o comportamento feminino, acabou por evidenciar um conflito entre os saberes tradicionais e as convenções sociais e os saberes emergentes que, a partir de meados do século XIX, buscariam novas explicações e novas formas de controle sobre a sexualidade feminina.

É importante registrar ainda, que ao adquirir o estatuto de romance libertino, objeto que despertava o desejo erótico, *A Carne* esteve entre os materiais compreendidos como obscenos e que deveriam ter o seu acesso restringido ou até mesmo ter a sua leitura proibida. Tais controvérsias subsistiram até muitos anos depois da publicação da primeira edição da obra. A título de exemplo, em 1962, setenta e quatro anos após o lançamento da obra, o presidente em exercício da União Brasileira de Escritores elaborou uma carta em defesa e em reconhecimento ao mérito da obra de Júlio Ribeiro, acusada naquele ano, pela Vara Privativa de Menores da Comarca da Capital do Estado de São Paulo de incitar a obscenidade, a luxúria e a perversão das relações sexuais (Vide Anexo 3).

Já no contexto de sua época, o caráter erótico atribuído a *A Carne* pôde evidenciar, dentro e fora do romance, o jogo das relações de poder que suscitaram o embate e o enlace das manifestações sexuais com a atmosfera de interdição, repressão e controle da sexualidade daquele período, tal como fizera Aluísio Azevedo em *O Homem*. Assim, a maneira como a narrativa de Júlio Ribeiro assumiu a feição de objeto de curiosidade em relação à prática e ao desejo sexual, sobretudo, femininos, fez com que seus leitores pudessem “experimentar a sensação de devassar o campo das interdições, o plano do inconfessável, na procura pela materialização discursiva do desejo” (BULHÕES, 2003, p. 54).

Diante disto, à medida que a personagem principal de *A Carne* protagonizava momentos que evidenciavam a sua necessidade sexual, Júlio Ribeiro trouxe à luz episódios que demarcavam a fragilidade feminina diante da presença masculina ou diante de sua própria

*natureza feminina*, como expresso no fragmento que se segue: “deixara-se subjugar, dominar pelo físico robusto e nervoso, pela pujante e culta mentalidade de Barbosa [...] se fizera escrava” (RIBEIRO, 1972, p. 73). Ademais, o autor buscou enfatizar o aspecto estritamente fisiológico do ser, determinando e submetendo o comportamento e a personalidade de sua personagem ao seu componente sexual, descrevendo atos que puderam levar seus leitores à imaginação de cenas de masturbação e sadismo, delineadas, respectivamente, nos excertos abaixo:

[...] Lenita sentiu-se tomada de embaraço inexplicável. Seu pudor revoltava-se, parecia-lhe que respirava indecência naquele aposento de homem. [...] Inconscientemente, automaticamente, atraída, puxada pelos nervos, Lenita pôs as mãos no colchão fofo, curvou-se, aproximou a cabeça. Da travesseira, misturando-se a um aroma suave de água de Lubin, desprendia-se um cheiro animal bom, de corpo humano, são, asseado. Lenita, haurindo essa emanção sutil, sentiu que era elétrico abalar-lhe o organismo: era um anseio vago, uma sede de sensações que a torturava. Quase um delíquio, deixou-se cair de bruços sobre a cama, afundou o rosto na travesseira, sorveu a haustos curtos, açodados, o odor viril, esfregou, rostitiu os seios de encontro ao fusão áspero da colcha branca. Sentia [...] um prazer mordente, delirante, atroz, com estranhas repercussões simpáticas, mas incompleto, falho. Trincou nos dentes a cambraia da fronha, gemendo, ganindo em contrações espasmódicas (RIBEIRO, 1972, p. 71-72).

[Lenita] ficara cruel: beliscava as crioulinhas, picava com agulhas, feria com canivete os animais que passavam ao alcance. [...] uma vez pegou num canário que entrara na sala, quebrou-lhe e arrancou-lhe as pernas, desarticulou-lhe a asa, soltou-o, rindo com prazer íntimo ao vê-lo esvoaçar miseravelmente, com uma asa só, arrastando a outro, pousando os cotos sangrentos na terra pedregosa do terreiro. [...] sentia uma curiosidade mordente de ver a aplicação do bacalhau [do castigo no escravo fugitivo], de conhecer de vista esse suplício legendário, aviltante, atrozmente ridículo. Folgava imenso com a ocasião talvez única que se lhe apresentava, comprazia-se com volúpia estranha, mórbida na ideia das contrações de dor, dos gritos lastimados do negro misérriimo [...] (RIBEIRO, 1972, p. 48-49).

Nos episódios narrados no romance, o despertar da imaginação tanto na protagonista quanto no público leitor se comporta como “um caminho que vai do fascínio ao horror, do deslumbramento à degradação, da satisfação ao sofrimento, da ventura à desventura” (BULHÕES, 2003, p. 118). Para ambos, personagem e leitor, “o prazer se dá com o ato de devassar aquilo que é considerado indevassável” (BULHÕES, 2003, p. 119), levando à realização daquilo que antes era ocultado, proibido e condenável, trazendo à tona uma sexualidade reprimida e silenciada em contraste com um corpo exposto e realizado.

Por outro lado, as cenas descritas em *A Carne* manifestavam que “as patologias sexuais eram tratadas como causadoras de distúrbios psicológicos, emocionais, orgânicos e, especialmente, sociais [...]” (FLORES, 2007, p. 225). Nesta perspectiva, os tons de diagnósticos na obra de Júlio Ribeiro reforçavam a ideia de que a sexualidade dos indivíduos

dependia de um controle disciplinado e heterogêneo que “[englobaria] discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas” (FOUCAULT, 2012, p. 364). Por fim, parece-nos salutar a ideia de que as relações existentes entre o poder e a sexualidade apresentam contornos capazes de promover a efetivação de mecanismos que garantem a legitimidade e força de ambos, quer seja em relação aos que operacionalizam o poder e aqueles que a ele se submete; quer seja por meio de práticas sexuais transcendentais aos domínios daqueles que visam regular os corpos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, almejamos apresentar e discutir a maneira como o corpo e a sexualidade feminina estiveram, durante todo o século XIX, subscritos a uma crescente centralidade discursiva que visava imputá-los a uma normatividade regulatória. Mediante isto, buscamos analisar o papel da Literatura na propagação de determinadas concepções relacionadas ao comportamento, ao corpo e à sexualidade feminina, compreendendo o discurso literário como um meio de representação de determinada realidade, assim como evidenciando o seu papel ativo na construção e difusão de determinada visão de mundo pautada na diferença hierarquizante entre os sexos.

Para tanto, perscrutamos pelos debates e visões do feminino que defendiam a ideia de que as mulheres seriam natural e biologicamente inferiores aos homens; fisiologicamente predestinadas ao desenvolvimento do instinto materno e inexoravelmente sujeitadas à permanência no espaço privado do lar. Nesta perspectiva, buscamos evidenciar de que modo tais concepções propiciaram a propagação de arquétipos totalizantes e comuns às mulheres, sob a égide de ideias universais adstritos a um ideal feminino, condição feminina ou eterno feminino, que, na literatura, encontraria um terreno fértil para difundir-se, transmutar-se e readaptar-se, a partir da visão dos literatos e dos fatores intrínsecos e extrínsecos à sua representação da realidade.

Ademais, buscamos analisar de que forma estas generalizações puderam ser sentidas, refletidas e aperfeiçoadas, produzindo e operacionalizando o corpo e a sexualidade feminina, de forma a atender as necessidades da sociedade em diferentes contextos e épocas. Assim, problematizamos sob a ótica de tais percepções os embates filosóficos de alguns autores iluministas acerca do sujeito e objeto mulher e as imputações que recaíam sobre a sexualidade feminina, que por sua vez, obedeceria a um conjunto de normas e valores delineados historicamente e culturalmente.

Do mesmo modo, evidenciamos como os autores românticos maximizaram os pressupostos e as manifestações do Eterno Feminino em suas obras. Vimos, assim, como o Romantismo pôde agregar ao conjunto de símbolos e representação acerca das mulheres, uma idealização romanesca, introjetando e consolidando na mentalidade social uma imagem idealizada e divinizada sobre o *ser* feminino. Desta forma, buscamos demonstrar como a conjuração do amor, da sensibilidade, da fragilidade e da perfeição atribuídos às mulheres nos romances românticos, acabaram por subordinar a mulher à própria idealização de sua

imagem, gerando modelos abstratos a partir dos quais atribuíam-se comportamentos considerados legítimos e ilegítimos às mulheres.

Em contrapartida, evidenciamos que este mesmo culto à feminilidade e a forma onírica de ver as mulheres foram gradualmente criticados e ressignificados pelos autores da Estética Realista. Dentre eles destacamos as figuras de Stendhal, Balzac e Flaubert, que, de maneira alegórica, teceram críticas às construções imagéticas idealizadas do sujeito feminino em suas obras, *O Vermelho e o Negro*, *A mulher de Trinta Anos* e *Madame Bovary*, respectivamente. A partir de suas produções, esses autores exploraram novas temáticas que desafiavam as premissas articuladas em torno do ser feminino pelos românticos, representando temas antes ignorados, tais como o desejo sexual, o adultério e o mau casamento.

Nesta perspectiva, pudemos examinar como as percepções do feminino representadas nas prosas de Stendhal, Balzac e Flaubert se apresentaram de modo dissidente em relação às narrativas de seus contemporâneos. Assim, diante da gradual mudança de perspectiva operacionalizada acerca da imagem, do corpo e da sexualidade feminina, as construções narrativas dos autores realistas refletiram novas sensibilidades a respeito da mulher e sua submissão aos ditames e imposições sociais.

Deste modo, a literatura realista refletiu algumas tendências da segunda metade do século XIX, influenciada pela incipiente corrente positivista da época, ao analisar a realidade e reproduzi-la tão fielmente quanto possível. Divergindo do Romantismo, os escritores realistas buscaram minimizar o espaço para subjetividades na linguagem, assumindo uma postura pretensamente objetiva em relação aos fatos reais e sua representação na literatura.

Assim, as características identificadas nos romances naturalistas, pautaram-se na objetividade, na verossimilhança e, de forma menos expressa, na moralização social. Em relação a representação da mulher na literatura realista, observa-se a emergência de novos temas que, à primeira vista, poderiam identificar o protagonismo feminino e sua maior participação na sociedade, assim como a transgressão à valores morais socialmente estabelecidos. Não obstante, observa-se que a representação de modelos transgressores da feminilidade nas obras realistas era utilizada justamente para enfatizar e condenar o que haveria de mal na sociedade descrita no enredo dessas produções.

Ademais, ao escolherem um desfecho trágico para suas personagens, os autores firmaram a tendência realista de submeterem a mulher à uma condição frágil e suscetível de degradação moral, na medida em que se opunham ao modelo romântico a respeito da mulher. Assim, enquanto o Romantismo oferecia um modelo positivo de feminilidade, o Realismo

contrapôs um modelo negativo sobre o ser feminino. Não obstante a finalidade de ambas as estéticas literárias em relação à temática parece ter sido pautada em objetivos análogos, qual seja, direcionar o comportamento feminino a partir de condutas consideradas legítimas e ilegítimas que, por sua vez, exteriorizar-se-iam a partir da idealização de um modelo de virtude feminina, apregoada pelos românticos, em contraposição à condenação de um modelo transgressor de feminilidade, tal como retratado nas obras naturalistas.

Tais formas de representações literárias, sem dúvida relacionavam-se com a realidade social observada a época, que seriam perpassadas por uma confluência dialética de saberes. Ou seja, a representação de discursos sobre o ser feminino nas obras literárias sofreria influências do meio social em que foram produzidas, assim como o meio social da época seria influenciado pelos vários discursos sobre feminilidades, dentre os quais, o próprio discurso literário, que no decorrer do século XIX, desempenharia um importante papel na representação e difusão de determinada concepção de realidade.

Em a *Literatura como missão*, o historiador Nicolau Sevcenko explica que a produção da linguagem se dá por meio do “complexo jogo de relações que os homens estabelecem entre si e com a realidade, de modo que ela [a linguagem] passou também a ser, a partir do próprio momento de sua constituição, um elemento modelador desse mesmo conjunto de relações” (2003, p. 27). Nesse sentido, percebemos ao longo deste trabalho que, dentre as várias maneiras pelas quais a linguagem pode se manifestar, a construção literária, mais do que uma composição artística, também pode produzir efeitos capazes de falar, nomear, conhecer e transmitir discursos que se articulam diante das experiências e vivências de cada autor, que por sua vez também é influenciado pelos vários discursos que se operacionalizam na realidade social, dinamizando, assim, um complexo jogo dialético de saberes e poderes que se vinculam na construção de determinada concepção da realidade.

Nesse sentido, é preciso ressaltar que a linguagem organizada em discursos incorpora e reúne em si hierarquias e enquadramentos de valor inerente às esferas sociais de que decorrem (SEVCENKO, 2003). Sobre esta vertente, Foucault (2011, p. 8) explica que “o discurso está na ordem das leis” e todo o poder que o discurso emana é legitimado e, portanto, reforçado por nós, quer seja pelos meios coercitivos que nos são impostos, quer seja pelos sistemas ideológicos, simbólicos e representativos que (re)produzimos na sociedade.

De acordo com Foucault (2011), os discursos são controlados, selecionados, organizados e redistribuídos na sociedade. Neste sentido, podemos evidenciar que o discurso literário pode ser entendido, por um lado, através da função que exerce na sociedade, como um meio de comunicação através do qual mensagens e informações são construídas e

disseminadas; mas, por outro lado, a literatura também pode ser compreendida como um produto da própria comunicação, elaborada na e para sociedade, refletindo, como um filtro catalisador, parte da própria realidade social na qual é produzida e para qual é direcionada. Mediante isto, pode-se aferir que:

os artistas e intelectuais têm uma situação delicada e complexa em sua relação com a sociedade [...] Eles têm a função social específica, que é a de elaborar representações ou interpretações capazes de enriquecer a autoconsciência da humanidade em cada época, em cada país, possibilitando aos homens reconhecerem melhor, sensível e/ou intelectualmente, a sua própria realidade (KONDER, 1979, p. 20).

Diante disto, visamos demonstrar ao longo da pesquisa, como alguns dos principais movimentos literários do século XIX refletiram, cada um à sua maneira, determinada concepção a respeito do comportamento e da sexualidade feminina, enfatizando as sobreposições discursivas, assim como as rupturas e continuidades relacionadas ao tema. Deste modo, foi possível perceber os variados discursos que não apenas buscaram compreender e explicar o fenômeno feminino, mas também controlá-lo, contê-lo, domesticá-lo.

Nessa esteira, foi observado, por exemplo, a perspectiva racionalista apregoada pelos autores Iluministas, que delimitavam o papel da mulher na sociedade a partir de um modelo moral e educacional direcionado a cada um dos sexos. Do ponto de vista dos autores do Romantismo, foi possível perceber a criação de uma idealização onírica a respeito da figura feminina, que subordinava as mulheres a um padrão específico de comportamento. Por fim, através da análise de algumas obras do Realismo e, principalmente, no Naturalismo, observamos o desnudamento dos corpos e da sexualidade feminina, cujo comportamento não mais seria pautado em explicações racionais abstratas ou em composições imagéticas idealizadas, mas sim, por explicações biológicas e deterministas pautadas no positivismo e no cientificismo apregoada à época.

Em relação específica ao Naturalismo, observou-se que ao conduzir a ciência para o plano da obra de arte, tal estética abriu à literatura todo um campo novo de saberes instituídos e emergentes. Para os autores naturalistas, a vida transcendia às idealizações do Romantismo e não se apresentava de modo tão fantasioso como narravam. Sobre esta vertente, Néilson Sodré explica que para os naturalistas:

a vida do tempo, na cidade e no campo, naquela com mais contundência, apresentava aspectos repugnantes, tristes, amargos: era preciso trazê-los para a literatura, tais como se apresentavam, abandonando a idealização romântica que

disfarçava aqueles aspectos, quando não os esquecia. [...] O Romantismo tinha esgotado os seus recursos porque se limitava à falsidade, disfarçando e atenuando tudo o que pudesse chocar os espíritos [...] (1992, p. 48).

Ainda em relação ao Naturalismo, quisemos demonstrar uma dupla característica dos discursos difundidos pelos autores de tal estética literária. Por um lado, foi possível notar que os naturalistas, ao tecerem situações carregadas de erotismo, acabaram por dar maior visibilidade e dizibilidade a questões antes silenciadas na literatura, tais como o prazer e a sexualidade feminina, que desde tempos remotos foram cerceados por instâncias tais como a Igreja Católica. Por outro lado, longe de promoverem a liberdade dos corpos ou a emancipação feminina, os discursos difundidos pelos naturalistas representaram, em verdade, formas mais elaboradas de coerção que buscaram explicar e determinar o comportamento feminino ao mero fisiologismo, reduzindo-o, simplesmente, ao seu componente sexual.

Através dessas discussões, buscamos elucidar a maneira como os literatos participaram das relações de poder que dinamizaram a sociedade do século XIX, levando em consideração o modo como os mecanismos abstratos de controle e as formas de repressão que recaíam sobre o corpo e a sexualidade feminina se firmaram sob uma espécie de paradoxo, que na medida em que falavam do sexo para reprimi-lo ou ocultá-lo, construíam em torno dele um forte aparelho para produzir a vontade de desmascará-lo. Acerca disto, em *História da Sexualidade: a vontade de saber* (1988), Foucault explica que:

De tanto falar nele e descobri-lo reduzido, classificado e especificado, justamente lá onde o inseriram procurar-se-ia, no fundo, mascarar o sexo: o discurso-tela, discurso esquiva. Pelo menos até Freud, o discurso sobre o sexo - o dos cientistas e dos teóricos - não teria feito mais do que ocultar continuamente o que dele se falava. Poder-se-iam considerar todas as coisas ditas, precauções meticulosas e análises detalhadas, como procedimentos destinados a esquivar a verdade insuportável e excessivamente perigosa sobre o sexo. E o simples fato de se ter pretendido falar dele do ponto de vista purificado e neutro da ciência já é, em si mesmo, significativo. De fato, era uma ciência feita de esquivas, já que, na incapacidade ou recusa de falar do próprio sexo, referia-se, sobretudo, às suas aberrações, perversões, extravagâncias excepcionais, anulações patológicas, exasperações mórbidas. Era, também, uma ciência essencialmente subordinada aos imperativos de uma moral, cujas classificações reiterou sob a forma de normas médicas. A pretexto de dizer a verdade, em todo lado provocava medos; atribuía às menores oscilações da sexualidade uma dinastia imaginária de males fadados a repercutirem sobre as gerações; afirmou perigos à sociedade inteira os hábitos furtivos dos tímidos e as pequenas e mais solitárias manias; no final dos prazeres insólitos colocou nada menos do que a morte: a dos indivíduos, a das gerações, a da espécie (1988, p. 53-54).

O fragmento acima demonstra que o sexo não apenas foi proibido ou censurado por meio dos mais variados saberes emergentes do século XIX, mas também parece ter sido

estimulado, através de discursos com efeitos de verdade que tomaram a forma de estudos científicos e de teorias médicas, que seriam desenvolvidos, principalmente, a partir da segunda metade do século XIX. Assim, paradoxalmente, se a ciência representava uma das formas de controlar o sexo e suas variadas manifestações, ela, segundo Foucault, também afigurou a “vontade de saber sobre a sexualidade”.

Segundo Marcelo Bulhões (2003, p. 110), é nesta esfera que os autores naturalistas emergem assumindo “discursivamente os procedimentos da sistematização científica” em suas obras. O autor pontua ainda que as prosas naturalistas “procuraram enfatizar a presença da ciência em vários campos de aplicação e sistematização. De fato, poderíamos grosseira e provisoriamente chamá-los de romances de médicos, fisiologistas e anatomistas, mistos de tratados de medicina, genética [...]” (2003, p. 110).

Mediante isto, destacamos que os naturalistas passaram a retratar os fatos e o espírito humano a partir das teorias científicas emergentes naquele período, tais como o determinismo, o evolucionismo e a hereditariedade. Diante deste cenário, a sexualidade, sobretudo a sexualidade feminina, passou a ser um tema recorrente nas obras naturalistas, quer seja sob o prisma da “fatalidade hereditária”, que poderia levar à própria degeneração da espécie, quer seja pela ótica dos determinismos sociais, que apresentaria o Ser Humano como produto do meio social ao qual estava inserido. Nesta perspectiva, o sujeito passou a ser entendido como resultado imediato de condições exteriores a si, na qual a vontade e o livre-arbítrio não eram fatores determinantes na composição do indivíduo, que passaria a ser considerado como uma espécie de máquina, conduzida por meio da ação de leis físicas e químicas, pela hereditariedade e pelo meio físico e social (SODRÉ, 1992).

Em decorrência disto, constatamos que o modo como os autores naturalistas representaram a sexualidade feminina em suas obras acabou por chamara atenção dos mais variados setores sociais daquela época, causando-lhes espanto e estranheza, o que acabaria por reforçar não somente os tradicionais mecanismos abstratos de controle que visavam instaurar a ordem e a repressão de comportamentos considerados anormais, mas também, os novos saberes e discursos especializados sobre o fisiologismo e a sexualidade feminina.

Vimos ainda que apesar do clima positivista e cientificista das décadas finais do século XIX, a recepção em torno desses novos discursos não foi homogênea, havendo muitas divergências de opiniões a respeito da estética naturalista, sobretudo, quando se tratava de temas mais controversos narrados por tais autores, que, não raramente, retravam o advento da pulsão sexual, transpondo as vicissitudes sexuais das mulheres.

Escandalizados pelo teor erótico das prosas naturalistas, verificamos em fontes primárias que tanto críticos literários quanto o público mais conservador não hesitaram em manifestar suas opiniões de repúdio e acusação às obras naturalistas por apresentar “criaturas governadas por instintos depravados” (MIGUEL-PEREIRA, 1957, p. 131). Sobre esta vertente, Marcelo Bulhões (2003) explica que o conteúdo erótico presente nos romances naturalistas foi delineado por múltiplos contornos do corpo, que se apresentam de maneira a:

desvelar, desnudar e provocar pelo ato de exibição da nudez. Esse corpo que se desnuda é, em geral, um corpo feminino, ou seja, aquele corpo que ocupa a posição de objeto de contemplação e observação, sendo indício de que na história da representação erótica ocidental o corpo masculino esteve mais ausente, enquanto a voz masculina ocupa o discurso como sujeito do “conhecimento” do corpo feminino (BULHÕES, 2003, p. 163).

Nesta perspectiva, a cientificidade demarcada nas obras naturalistas acabaria por situar tanto as personagens quanto o público leitor em relação às novas discussões sobre a sexualidade, sobretudo feminina, no contexto da emergência de novos saberes que buscavam legitimar-se enquanto ciência. Com efeito, pudemos observar através da análise de algumas obras naturalistas, que as suas personagens principais, via de regra, vivenciaram circunstâncias que provocaram embates entre a pulsão do desejo sexual e os tradicionais discursos que visaram ocultar e reprimir a sua sexualidade. Não obstante, longe de significar uma libertação dos seus corpos, o Naturalismo representou uma manifestação dos vários discursos que buscaram não apenas compreender, mas também determinar e controlar o comportamento feminino, desta vez pautado em saberes especializados e institucionalizados, que significariam uma nova fonte de legitimação para se estabelecer diferenças e hierarquias entre os sexos.

## REFERÊNCIAS

- ALEXANDRIAN. **História da literatura erótica**. Trad. Ana Maria Scheer. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- ALVES, José Carlos Moreira. **Direito Romano II**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- ARENDT, Hannah. **Origem do totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Trad. A. P. de Carvalho. Introdução e notas J. Voilquin e J. Capelle. Estudo introdutivo G. Telles Jr. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, [s/d].
- \_\_\_\_\_. **Les parties des animaux**. Texte établi et traduit par Pierre Louis. Paris: Les Belles Lettres, 1957.
- ARÓSTEGUI, Júlio. **A Pesquisa Histórica: teoria e método**. Trad. Andréa Dore. Bauru/SP: Edusc, 2006.
- AZEVEDO, Aluizio de. **O homem**. 3 ed. Rio de Janeiro: Imp. Typ. de Adolpho de Castro Silva e Comp. 1887.
- BACZKO, Bronislaw. *A imaginação social*. In.: LEACH, Edmund et Alii. **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BALZAC, de Honoré. *A mulher de trinta anos. A comédia humana*. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2011.
- BARTHES, Roland. **Aula**. Aula Inaugural Da cadeira de Semiologia Literária do Colégio de Franca. Trad. Leyla Perrone-Moises. São Paulo: Cultrix, 2004.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Vol. I. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970a.
- \_\_\_\_\_. **O segundo sexo: a experiência vivida** Vol. I. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970b.
- BEZERRA, Carlos Eduardo. *Bom-crioulo: um romance da literatura gay made in Brazil*. In.: **Bagoas: estudos gays - gêneros e sexualidades**. V. 1, n. 1. jul./dez. 2007. – Natal : EDUFRN, 2007.
- BOCCACCIO, Giovanni. **Decameron**. Trad. de Maurício Santana Dias. São Paulo: Cosac Naif, 2013.
- BOMENY, Helena. *Encontro Suspeito: História e Ficção*. In.: **Revista Dados – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol. 33, n. 1, 1990.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1976.

BOSI, Alfredo. *Cultura*. In: CARVALHO, José Murilo de Carvalho (Coord.). **A construção nacional 1830-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **Terra e céu de nostalgia**: tradição e identidades em São Luís do Maranhão. São Luís: Café & Lápis; FAPEMA, 2011.

BOROSSA, Júlia. **Conceitos da psicanálise**: Histeria. Trad. Carlos Mendes Rosa. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

BULHÕES, Marcelo. **Leituras do Desejo**: o erotismo no romance naturalista brasileiro. São Paulo: Edusp, 2003.

\_\_\_\_\_. *Histeria, sedução e frustração: o erotismo em romances naturalistas brasileiros*. In.: **Revista Cadernos Neolatinos**. Rio de Janeiro: abr. de 2005.

BURDESE, Alberto. **Manuale di diritto privato romano**. 4. ed. Turim: Utet, 2003.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismos e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. *Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado**: pedagogias da sexualidade 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001

\_\_\_\_\_. *Críticamente subversiva*. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. **Sexualidades transgressoras**: uma antologia de estudios queer. Barcelona: Icària editorial, 2002.

CANDIDO, Antônio; CASTELLO, José Aderaldo. **Presença da literatura brasileira**: história e antologia. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

CARPEAUX, Otto Maria. **História da literatura ocidental**. vol. único. São Paulo: Leya, 2011.

CARONI, Ítalo. *A Utopia Naturalista. Introdução*. In: ZOLA, Émile. **Do Romance**: Stendhal, Flaubert e os Goncourt. Trad. de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Edusp, 1995.

CARVALHO, Ronald de. **Pequena história da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: F. Briguiet e Cia., 1955.

CHARTIER, Roger. Figuras retóricas e representações históricas. In.: \_\_\_\_\_. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. **História Cultural entre Práticas e Representações**. Lisboa: Ed. Difel, 1990. Coleção Memória e Sociedade.

\_\_\_\_\_. *O Mundo como Representação*. In.: **Revista Estudos Avançados**. vol. 5, nº11. São Paulo, 1991.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia: natureza e cultura**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2004.

CONDORCET, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat, Marquis de. **Cinco memórias sobre a instrução pública**. Trad. Maria das Graças de Souza. São Paulo: UNESP, 2008.

\_\_\_\_\_. **Fragment sur L'Atlantide**. Paris: Flammarion, 1988.

COSTA, Emília Viotti da. *Concepção do amor e idealização da mulher no Romantismo*. - *Considerações a propósito de uma obra de Michelet*. In: **Revista Alfa**. n° 4, set. 1963. p. 38.

COSTA, Jurandir Freire. *Homens e Mulheres*. In: **Ordem Médica e Norma Familiar**. São Paulo: Graal, 1979.

COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil: Realismo, Naturalismo e Parnasianismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1969.

CRAMPE-CASNABET, Michèle. *A mulher no pensamento filosófico do século XVIII*. In: DAVIS, Natalie Zemon; FARGE, Arlette. **História das mulheres no Ocidente**. Do Renascimento à Idade Moderna. Porto: Afrontamento, 1994.

CULLER, Jonathan. **Teoria Literária: uma introdução**. Trad. Sandra Vasconcelos. São Paulo: Becca, 1999.

DANTAS, Luiz. *As armadilhas do paraíso*. In.: NOVAES, Adauto (Org.). **O desejo**. São Paulo: Companhia das Letras, 195, p. 457-470.

DERRIDA, Jacques. **Posições**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2001.

DIDEROT, Denis de. *Sobre as mulheres*. In.: BADINTER, E. **O que é uma mulher?** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

FACINA, A. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FALCON, Francisco J. C. **Iluminismo**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

FARIA, João Roberto. *A recepção de Zola e do Naturalismo nos palcos brasileiros*. In.: **Instituto de estudos avançados da Universidade de São Paulo**. Disponível em: <www.iea.usp.br/artigos>. Acesso em: 11 de jan. de 2015.

FERREIRA, Antônio Celso. *A fonte fecunda*. In.: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: contexto, 2012.

FLAUBERT, G. **Madame Bovary**. Trad. de Araújo Nabuco. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. **Tecnologia e estética do racismo: ciência e arte na política da beleza**. Santa Catarina/Chapecó: Argos, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciado em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de A. Sampaio. ed. 21. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

\_\_\_\_\_. **Dits et écrits.** 1954-1988. Vol. 4. Édition de Daniel Defert, François Ewald e Jacques Lagrange. Paris: Gallimard, 1994.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade:** Curso no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Ética, Sexualidade, Política.** Trad. Elisa Monteiro; Inês Autran D. Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade I:** a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 2012.

\_\_\_\_\_. *O que é um autor?* In.: \_\_\_\_\_. **Ditos e escrita:** Estética - literatura e pintura, música e cinema. Trad. Inês Autran Dourado. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREUD, Sigmund. **Histeria:** Primeiros artigos I. Trad. José Luís Meurer. Rio de Janeiro: Imago, 1986a.

\_\_\_\_\_. **Histeria:** Primeiros artigos II. Trad. José Luís Meurer. Rio de Janeiro: Imago, 1986b.

GELBART, Nina Rattner. *As mulheres jornalistas e a imprensa nos séculos XVII e XVIII.* In: DAVIS, Natalie Zemon; FARGE, Arlette. **História das mulheres no Ocidente:** Do Renascimento à Idade Moderna. Vol. 3. Porto: Afrontamento, 1994.

GOETHE, Johann Wolfgang. **Fausto:** uma tragédia: segunda parte. Trad. Jenny Klabin Segall. São Paulo: 34, 2011.

\_\_\_\_\_. **Os sofrimentos do jovem Werther.** Trad. Marcelo Backes. Porto Alegre: L&PM, 2008.

GRUBBS, Judith Evans. **Women and the law in the Roman Empire:** a sourcebook on marriage, divorce and widowhood. Londres: Routledge, 2002.

GUINSBURG, J.; ROSENFELD, A. *Romantismo e classicismo.* In: GUINSBURG, J. (Org.). **O romantismo.** São Paulo: Perspectiva, 2008. p. 262-273.

HAMON, Philippe. **Imageries;** littérature et image au XIX e siècle. Edition revue et augmentée. Paris: Librairie José Corti, 2001.

HAUSER, Arnold. **História social da arte e da literatura.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

IANNONE, Carlos Alberto. *Prefácio*. In.: RIBEIRO, Júlio. **A carne**. Rio de Janeiro: Editora Três, 1972.

KEHL, M. R. **Deslocamentos do feminino**: a mulher freudiana na passagem para a modernidade. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

KONDER, Leandro. **Introdução ao Fascismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LAPLANTINE, F. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra. Jatahy (Orgs.). **Discurso histórico e narrativa literária**. Campinas: Unicamp, 1998.

LINS, Álvaro. **Os mortos de sobrecasaca (1940-1960)**: obras, autores e problemas da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

MACEDO, Helder. **Vícios e virtudes**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

MACEDO, José Rivair. **A mulher na Idade Média**. São Paulo: Contexto, 2013.

MACHADO, Roberto. *Por uma genealogia do poder*. In.: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

MALLARD, L. et. al. **História Literatura** – ensaios. Campinas: Unicamp: 1995.

MARTINS, Manoel de Jesus Barros. **Operários da saúde**: os Novos Atenienses e a invenção do Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Lisboa: Editora Presença, 1979.

MAURANO, Denise. **A histeria**: ontem, hoje e sempre. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

MAZZARI, Marcus Vinícius. Apresentação, comentários e notas. **Fausto**: uma tragédia: segunda parte. Jenny Klabin Segall. São Paulo: 34, 2011.

MÉRIAN, Jean-Yves. **Aluísio Azevedo**: vida e obra (1857-1913). Trad. Cláudia Poncioni. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional: Garamond, 2013.

MIGUEL-PEREIRA, Lucia. **Prosa de Ficção** (de 1870 a 1920). Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1957.

MURIBECA, Maria das Mercês Maia. *Da problemática sedução da histeria à enigmática sedução do feminino em Freud*. In.: **Estudos de psicanálise**. Belo Horizonte, n. 39, jul. 2013.

NEEDELL, J.D. **Belle Époque tropical** – Sociedade e cultura da elite no rio de Janeiro na virada do século. Trad. Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NERI, Regina. **A psicanálise e o feminino**: um horizonte da modernidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

OSTERKAMP, Ernst. *Amor e violência: a natureza de Fausto*. Trad. Daniel Bonomo. In: KESTLER, Izabela; MOURA, Magali dos Santos (Orgs.). **Fausto de Goethe no século XXI**: questões fáusticas na contemporaneidade. Rio de Janeiro: Apa Rio de Letras, 2012.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **Prosa de Ficção (de 1870 a 1920)**: História da Literatura Brasileira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. ed. 2. Trad. Ângela M. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2012.

PESAVENTO, Sandra J. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

\_\_\_\_\_. *Relação entre História e Literatura e Representação das Identidades Urbanas no Brasil (século XIX e XX)*. In.: **Revista Anos 90**. Porto Alegre, n. 4, dezembro de 1995.

PLATÃO. *Le Timée*. In.: TRILLAT, Etienne. **História da histeria**. São Paulo: Escuta, 1991.

POSTER, M. **Teoria Crítica da Família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PRIORE, Mary Del. **Histórias Íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Editora Planeta, 2011.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**: do Romantismo até nossos dias. vol. 3. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

RIBEIRO, Júlio. **A carne**. Rio de Janeiro: Editora Três, 1972.

RINTELEN, Fritz-Joachim Von. **Goethe e vida**. São Paulo: Melhoramentos, 1949.

RONAI, Paulo. *Nota Introdutória*. In: BALZAC, Honoré de. **A Comédia Humana**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1954,

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Emílio; ou, Da Educação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SAFFIOTI, Heleith. **A mulher na sociedade de classe**: mito e a realidade. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia do Século XXI**. São Paulo, Editora Record, 2009.

SANTOS, Cristian J. Oliveira. *Religião, patologia e feminilidade: uma análise da saudade em O homem (1887), de Aluísio Azevedo*. In.: **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, dez. 2007.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. *A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio*. In.: NOVAIS, Fernando; SEVCENKO, Nicolau (Orgs.). **História da vida privada no Brasil**. República: da Belle Époque à era do rádio. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Trad. Christine Rufino. Recife: SOS Corpo, 1991.

\_\_\_\_\_. *El problema da invisibilidade*. In.: ESCANDON, Carmem R. (org.). **Gênero e história: la historiografia sobre la mujer**. México: Instituto Mora, 1992.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Mônica Back B. da. **O Naturalismo em O Cortiço de Aluísio Azevedo e Maggie de Stephen Crane**. 1981. 184 f.. Dissertação (Mestrado em Literaturas da Língua Inglesa) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

SILVA, Sergio. *As representações sociais e o campo simbólico da política: um estudo da política e da identidade na vida cotidiana*. In.: **Revista Estudos de sociologia** – UFPE, Recife, v.4, n.1, p.14-27, jan.-jun.,1998.

SIQUEIRA, Silvia Márcia Alves. *A efervescência discursiva sobre as mulheres nos movimentos marginais do cristianismo primitivo e as respostas da Patrística*. In.: FUNARI, Pedro Paulo; FEITOSA, Lourdes Conde F.; SILVA, Gláydson José da. (Orgs.). **Amor, desejo e poder na Antiguidade: relações de gênero e representações do feminino**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 375-390.

SISSA, Giulia. *Filosofias do gênero: Platão, Aristóteles e a diferença dos sexos*. In.: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs.). **História das mulheres no Ocidente: A antiguidade**. Vol. 1. Porto: Edições Afrontamento, 1990, p. 80-123.

SODRÉ, Nelson Weneck. **O Naturalismo no Brasil**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

SOIHET, R. *Violência simbólica. Saberes masculinos e representações femininas*. In.: **Revista Estudos Feministas**. Vol. 5, n. 1, 1º Semestre de 1997. Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/UFRJ. p. 7–29.

SÜSSEKIND, Flora. **Tal Brasil, qual romance?** Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

TEDESCHI, Losandro Antônio. **História das Mulheres e as Representações do feminino**. Campinas, SP: Editora Curt Nimendajú, 2008.

TROUSSON, Raymond. *Romance e Libertinagem no Século XVIII na França*. In: **Libertinos Libertários**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VASCONCELOS, Sandra Guardini T. *Construções do feminino no romance inglês do século XVIII*. In.: **Polifonia**. Nº. 2. Cuiabá: EdUFMT, 1995.

VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira**. 4. ed. Brasília/DF: Editora Universidade de Brasília, 1963.

WATT, Ian. **A ascensão do romance**. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso: Ensaios sobre a Crítica da Cultura**. Trad. de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. *Teoria Literária e Escrita da História*. In.: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1991.

ZOLA, Emile. **Do Romance: Stendhal, Flaubert e os Goncourt**. São Paulo: EDUSP, 1995.

\_\_\_\_\_. **Germinal**. Trad. Francisco Bittencourt. São Paulo: Martin Claret, 2007.

\_\_\_\_\_. **O romance experimental e o naturalismo no teatro**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

\_\_\_\_\_. **Thérèse Raquin**. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

## JORNAIS

A FAMÍLIA. São Paulo, 18 de nov. 1888.

A MAI DE FAMÍLIA. Rio de Janeiro, jan. 1879.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, abr. 1879.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, out. de 1882.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, nov. 1882.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, dez. 1882.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, jan./fev. 1883.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 15 de jul. 1885.

CIDADE DO RIO. Rio de Janeiro, 3 de set. 1888.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 26 de set. 1888.

CORREIO DO POVO. Rio de Janeiro, 18 de mai. de 1890.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 13 de jan. 1888.

FON-FON, Rio de Janeiro, 10 de abr. 1909.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 05 de dez. 1914.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 22 de jan. 1916.

GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, 25 de jul. 1887.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 17 de out. 1887.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 23 de out. 1887.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 16 de dez. 1889.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 30 de set. 1887.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 2 de out. 1887.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 29 de out. 1887.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 5 de nov. 1887.

NOVIDADES. Rio de Janeiro, 3 de out. 1887.

O BRAZIL MÉDICO, Rio de Janeiro, 01 de jun. 1989.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 4 de dez. 1887.

O PENSADOR, São Luís do Maranhão, 20 de mai. 1880.

\_\_\_\_\_. São Luís do Maranhão, 23 de mai. 1880.

\_\_\_\_\_. São Luís do Maranhão, 20 de out. 1880.

\_\_\_\_\_. São Luís do Maranhão, 30 de out. 1880.

PACOTILHA. São Luís do Maranhão, 12 de dez. 1880.

\_\_\_\_\_. São Luís do Maranhão, 26 de dez. 1880.

\_\_\_\_\_. São Luís do Maranhão, 30 de jun. 1881.

\_\_\_\_\_. São Luís do Maranhão, 27 de set. 1881.

\_\_\_\_\_. São Luís do Maranhão, 14 de dez. 1881.

\_\_\_\_\_. São Luís do Maranhão, 26 de fev. 1883.

\_\_\_\_\_. São Luís do Maranhão, 26 de mai. 1883.

\_\_\_\_\_. São Luís do Maranhão, 18 de nov. 1884.

## **ANEXOS**

## ANEXO 1

Quadro sinóptico das atividades (físicas, morais e intellectuais) a serem desenvolvidas pelos homens desde a infância à vida adulta.

| QUADRO SYNOPTICO                                                                                                 |                                                                                                                                      |                                                                                                                         |       |                                                                                                                                                                                      |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| DE                                                                                                               |                                                                                                                                      |                                                                                                                         |       |                                                                                                                                                                                      |
| EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO COMPLETAS ACOMPANHANDO O HOMEM DESDE A INFANCIA ATÉ O EXERCÍCIO DE UMA PROFISSÃO DEFINITIVA |                                                                                                                                      |                                                                                                                         |       |                                                                                                                                                                                      |
| Anos de idade                                                                                                    |                                                                                                                                      | Objectos e materias da educação e instrução                                                                             |       |                                                                                                                                                                                      |
|                                                                                                                  |                                                                                                                                      | Physica                                                                                                                 | Moral | Intellectual                                                                                                                                                                         |
| 1º                                                                                                               | A criança passa o seu primeiro anno ao seio de sua mãe; rarissimo e excepcional deve ser o emprego de ama de leite.                  |                                                                                                                         |       | Educação progressiva dos sentidos, principalmente da vista, tacto e ouvido.                                                                                                          |
| 2º                                                                                                               | ANDAR: primeiros ensaios de locomoção livre. Banhos frios, roupa folgada.                                                            | Primeiro desenvolvimento moral. Fallar com doçura, não espantar, não deixar contrahir o habito dos gritos, choros, etc. |       | Desenvolver os sentidos, os órgãos, as faculdades. Ensinar a criança bom numero de palavras correctas, mostrar-lhe muitos objectos pronunciando bem o nome.                          |
| 3º                                                                                                               | Continuar os banhos frios; andar. Alimentação simples e a horas marcadas. Não dar vinho, nem chá ou café, (até a idade de 12 annos). | Accostumar a criança a não ter tudo o que deseja. Obediencia, polidez.                                                  |       | Fallar com a criança em duas linguas: a materna e a franceza. Augmentar o numero de objectos, conhecidos, o que augmenta o numero das idéas e das palavras. Cuidar da boa pronuncia. |
|                                                                                                                  |                                                                                                                                      | Emprego do tempo para cada dia.                                                                                         |       |                                                                                                                                                                                      |
|                                                                                                                  |                                                                                                                                      | 15 horas de somno no berço.<br>6 horas de alleitamento.<br>3 horas no ar livre, sobre uma esteira, tapete, etc.         |       |                                                                                                                                                                                      |
|                                                                                                                  |                                                                                                                                      | 14 horas de somno.<br>3 horas para refeições em horas variadas e regulares.<br>7 horas no ar livre.                     |       |                                                                                                                                                                                      |
|                                                                                                                  |                                                                                                                                      | 13 horas de somno.<br>3 horas para refeições.<br>8 horas a brincar, parte em casa, parte no ar livre.                   |       |                                                                                                                                                                                      |

Apezar de nos dirigirmos especialmente às mães de familia e sabermos que a educação de seus filhos ou de suas filhas não é e não pode ser, em todos os casos, levada até a idade de vinte e cinco annos, julgamos util reproduzir aqui o quadro geral de educação, organizado segundo o plano seguido pelas mais altas familias da Europa, e que abrange o homem todo, physico, moral e intellectual.

Quem pode mais, pode menos. Melhor é para as nossas leitoras ter de supprimir alguma cousa, do que se ver na contingencia de accrescentar. Não ha no conjuncto do que segue, traço algum que não possa ser aproveitado quer por um, quer por outro.

Este plano dispensa completamente os collegios e deve ser executado debaixo das vistas e direcção dos pais.

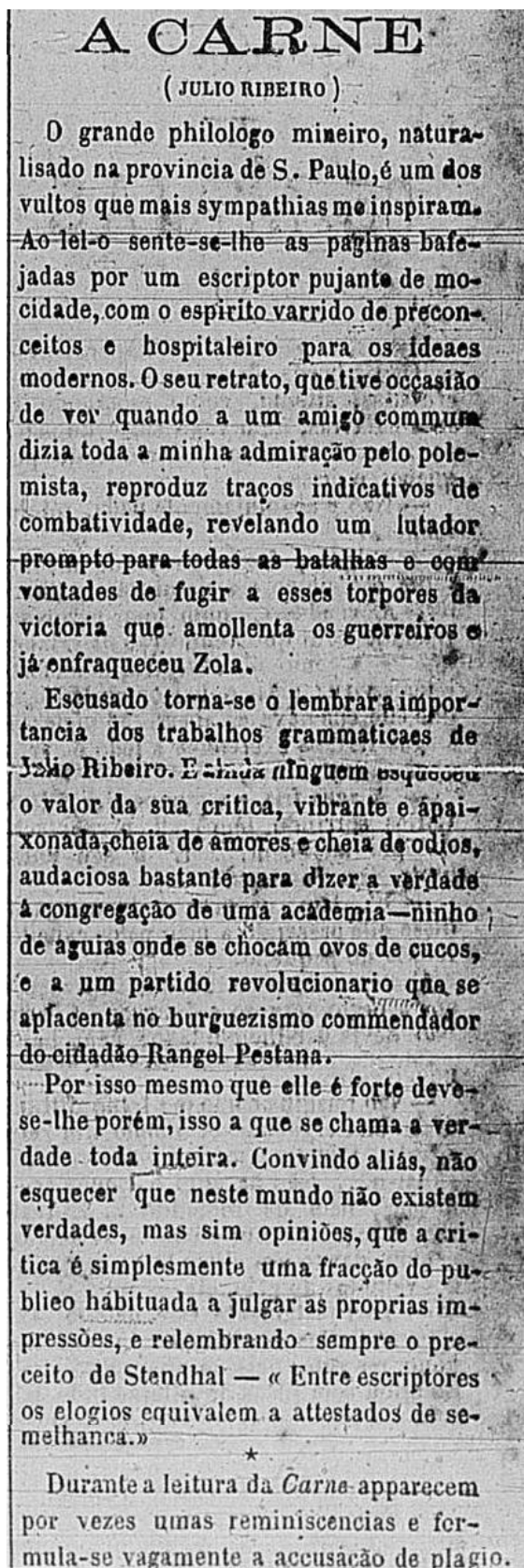
| Anos de idade | Objectos e materias da educação e instrução                                                                                         |                                                                                                                                                                |                                                                                                                                                                                                       | Emprego do tempo para cada dia.                                                                                                                                                                       |
|---------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|               | Physica                                                                                                                             | Moral                                                                                                                                                          | Intellectual                                                                                                                                                                                          |                                                                                                                                                                                                       |
| 4º            | Andar bastante, correr, pular, servir-se bem de ambas as mãos, isto é de cada uma conforme o seu destino natural.                   | Obrigar, com firmeza e doçura a um tempo, á completa obediencia; inculcar sentimentos de justiça e razão; igualdade de humor, bondade e benevolencia; polidez. | Ensinar a lêr brincando. Aperfeiçoar o fallar nas duas linguas: materna e franceza.                                                                                                                   | 12 horas de somno.<br>3 horas para refeições.<br>9 horas para correr, divertir-se, ler, etc.                                                                                                          |
| 5º            | Exercicios divertidos e uteis; primeiros ensaios de gymnastica, jogos instructivos, pular, correr, andar.                           | Os bons habitos provem dos bons exemplos. Narrações attractantes, d'onde se deve banir o sobrenatural.                                                         | Ler, escrever e contar brincando, mas já com regularidade; raciocinios facteis. Pelo fim do anno, calculo escripto.                                                                                   | 12 horas de somno.<br>3 horas para as refeições.<br>9 horas para os varios exercicios physicos e intellectuaes.                                                                                       |
| 6º            | Percorrer lugares ingremes, galgar muros, pular, correr; gymnastica elementar.                                                      | Mostrar as vantagens do espirito de ordem; obrigar a criança a recolher nos lugares determinados os brinquedos, livros, etc.                                   | Continuar a ler, escrever, contar,—ler com a maior facilidade, alto ou baixo, e sem movimento dos labios, nomes geographicos e outros. Ler a letra estranha. Principiar o desenho.                    | 12 horas de somno.<br>2 horas para as refeições.<br>10 horas para os exercicios physicos e trabalhos intellectuaes.                                                                                   |
| 10º           | Aos exercicios anteriores, acrescentar o manuejo das armas de fogo. Para as meninas, a musica de piano e os trabalhos de agulha.    | Humanidade; coragem educação moral em actos, mais do que em palavras. Visitar os pobres, os doentes, os hospitaes, etc.                                        | Elementos da lingua grega, noções de chimica, continuar a botanica e os outros estudos. Cuidar da orthographia nas varias linguas. E' ponto importantissimo. A boa orthographia prova a boa educação. | 11 horas de somno deitando-se as nove horas.<br>2 horas para refeições.<br>5 horas de exercicios physicos.<br>1 hora para limpeza e natção.<br>2 horas para geographia e desenho, calculo e leituras. |
| 11º           | Os mesmos exercicios, aos quaes para meninas acrescenta-se a dança, a musica e os trabalhos de bordado. Cosinha e arranjos de casa. | Limitar suas necessidades, conhecer o ridiculo da vaidade nos trajes. Polidez de coração e de maneiras.                                                        | Aperfeiçoar-se em latim e em grego, fallar tanto quanto for possivel em inglez. Estudar em francez, todas ou quasi todas as materias do estudo. Geometria e geodesia. Primeiras noções de artes e     | 11 horas de somno e refeição.<br>5 horas de exercicios gymnasticos, com dansa.<br>1 hora para toilette, limpeza e banho.<br>3 horas de passeio e conversa instru-                                     |

| Anos de idade | Objectos e materias da educação e instrucção                                                                                                                                                |                                                                                                                                                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                    | Emprego do tempo para cada dia.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|---------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|               | Physica                                                                                                                                                                                     | Moral                                                                                                                                               | Intellectual                                                                                                                                                                                                                                                                       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| 12º           | Mesmos exercicios. As meninas aperfeiçoam-se no piano. Os meninos aprendem um officio: torneiro, marceneiro, relojoeiro, etc.                                                               | Conhecimento da religião; provas do sentimento universal das duas grandes verdades: existencia de Deos, immortalidade da alma. Pensamento da morte. | Mathematicas; principia-se a algebra. Redacção de narrações, accostumar-se a fazer extractos, a tomar notas. Classificação das sciencias e das artes. Mnemonica.                                                                                                                   | 10 horas de somno e refeições.<br>4 horas de exercicios e trabalhos manuaes.<br>1 hora para toilette, limpeza e banho.<br>2 horas latim e grego.<br>7 horas aos outros estudos.                                                                                                                                                                                                  |
| 13º           | Alem dos exercicios e trabalhos manuaes do 12º anno, agricultura e jardinagem em certa escala para os meninos; cultura das flores, para as meninas; limpeza da casa, preparo dos alimentos. | Religião, moral, tolerancia, caridade, cortesia, conversas com os visitantes.                                                                       | Estudo das litteraturas comparadas; lêr os bons autores na lingua materna e depois em francez, inglez, traduzir latim e grego. Formar o gosto. Os varios ramos das mathematicas.                                                                                                   | 11 horas de somno e refeições.<br>2 horas de trabalho manual.<br>3 horas de exercicios do corpo e toilette.<br>1 hora de conversa.<br>2 horas de historia natural, astronomia.<br>2 horas de mathematicas.                                                                                                                                                                       |
| 14º           | Aos exercicios dos annos precedentes, accrescentar a equitação, e para as meninas, o governo da casa.                                                                                       | Vida moral em acção. Respeito á velhice e á infortuna. Ordem nas acções e nas despesas. Economia.                                                   | Visita ás officinas; conhecimentos geraes de hydraulica, mecanica, etc. Continuação das mathematicas e da litteratura. Lingua italiana para ambos os sexos. Composições de estylo nas varias linguas estudadas. Vigiar sempre na perfeição orthographica, é detalhe indispensavel. | 8 horas de somno, podendo deitar-se ás 10 horas.<br>2 horas para refeições.<br>3 horas para exercicios do corpo.<br>3 horas de passeios instructivos, visitas ás officinas, hospitaes, casas dos pobres, museos, etc.<br>1 hora para rever os estudos de geometria, astronomia.<br>2 horas de desenho e mathematicas.<br>2 horas de litteratura.<br>1 hora de italiano e musica. |
| 15º           | Praticam-se todos os ensinos da educação physica.                                                                                                                                           | Aperfeiçoa-se a educação moral, pondo em pratica seus ensinos. Polidez para com todos.                                                              | Continuação dos passeios instructivos, de italiano, da musica. Estuda-se historia antiga e mythologia. Conhecimento summarios das varias religiões.                                                                                                                                | 9 horas de somno e refeições.<br>3 horas de exercicios.<br>2 horas de conversas com as visitas ou na familia.<br>2 horas de litteratura e redacção para formar o estylo.<br>3 horas de historia antiga.<br>1 hora de italiano e musica.<br>2 horas para passeios instructivos.<br>2 horas para desenho, geographia, etc.                                                         |

| Anos de idade            | Objectos e materias da educação e instrucção                                                                                                         |                                                                                                                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | Emprego do tempo para cada dia.                                                                                                                                                                                                       |
|--------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                          | Physica                                                                                                                                              | Moral                                                                                                                     | Intellectual                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                                                                                                                                                                                                                                       |
| 16º                      | Todos os exercicios precedentes, e, para os moços accrescentar a esgrima. As moças devem aprender a talhar e preparar a roupa de seu uso.            | Relações moraes do homem com a sociedade. Deveres e responsabilidade. Sentimentos da perfectibilidade.                    | Alem dos passeios instructivos, estudar a historia da Idade media; fazer composições em prosa e em verso, nas varias linguas aprendidas. Rever toda a geographia.                                                                                                                                                                                                  | Mais ou menos como durante o 15º anno.                                                                                                                                                                                                |
| 17º                      | Caçada e pesca. Passeios a cavallo. As moças dirigem successivamente as varias occupações e arranjos da casa, iniciando-se com a economia domestica. | Conhecimento do mundo; prudencia, espirito de conduta. Deesjo de merecer a approvação, a consideração, a estima.          | Historia moderna, economia politica, influencia do commercio, das sciencias, artes, civilização, legislação e religião sobre cada povo em particular e sobre a humanidade em geral.                                                                                                                                                                                | Com poucas modificações, o emprego do tempo é distribuido como no anno anterior.                                                                                                                                                      |
| 18º                      | Serviço militar ou marítimo durante este anno. Aperfeiçoar-se nos exercicios physicos, estudar bem as manobras no mar ou os exercicios militares.    | Obediencia, disciplina; sciencia do mando. Preservativos contra os maos costume.                                          | Aperfeiçoamento nas mathematicas; estudar a theoria e a pratica do ataque e da defeza das praças; tomar noções exactas dos varios ramos da arte da guerra, lêr as memorias militares                                                                                                                                                                               | O emprego do tempo é subordinado aos deveres, mas o que resta deve ser utilizado conforme os principios dos annos precedentes.                                                                                                        |
| 21º                      | Continuação dos exercicios e trabalhos do anno precedente.                                                                                           | Como acima. Fugir dos ociosos, falladores, disputadores. Ter horas rigorosamente marcadas para cada acção da vida social. | Continuar e completar os estudos. Preparar-se ás viagens pela leitura das obras mais recentes, sobre os varios paizes que se pretende visitar. Aprofundar-se nas linguas franceza e ingleza, indispensaveis ao viajante.                                                                                                                                           | Como acima, com a differença de consagrar 2 horas pelo menos á leitura de obras estatisticas, geographicas e pittorescas, e 2 horas ás linguas. Pode-se poupar o tempo procurando relacionar-se com francezes ou inglezes instruidos. |
| 22º<br>23º<br>24º<br>25º | Hygiene do viajante e dos paizes que vão ser visitados.                                                                                              | Circumspecção. Observação dos homens e das sociedades. Comparações moraes.                                                | Visitas aos monumentos, usines, manufacturas, estabelecimentos de instrucção, parlamentos, jornaes, territorios de cultura ou de mineração, florestas, vias de comunicação, canaes, portos, museus, campos de batalha. Comparar as semelhanças e differenças entre os povos, as raças, os districtos de um mesmo paiz, os dialectos, os traços physionomicos, etc. | Modificado pelas necessidades da viagem. Consagrar pelo menos 3 horas diarias, á redacção ou pelo menos ás notas de viagem.                                                                                                           |

## ANEXO 2

Pequena matéria sobre o possível plágio cometido por Júlio Ribeiro em *A Carne*.



Havendo má vontade, poder-se-hia mesmo dizer que o novo romance fez-se com retalhos de outros romances aos quaes foram ajuntadas notas pessoais e a chamada côr local.

O principio do livro relembra muito o *Homem*, ha episodio que parece copiado da *Terra*, e outros em grande quantidade que fazem recordar a *Joie de vivre*.

★

Esta questão de plagio é muito difficil de tratar. A sua accusação não pôde ser levianamente formulada.

Classificação já vulgarisada divide a conformidade existente entre dous ou mais trabalhos, em plagios de idéas e plagio de palavras.

O primeiro é quasi impossivel de determinar. O espirito tem processos communs de raciocinio, a observação faz-se sobre identidade de factos e, por tudo isto, é facil de admittir que dous ou mais individuos cheguem simultaneamente ou quasi simultaneamente ás mesmas conclusões.

Innumeros para contar seriam os casos que em sciencias, lettras e artes vêm corroborar esta assersão.

Demais, principalmente para quem muito lê, existe no cerebro a permanencia de uma idéa alheia que apparece mais tarde como propria.

Admittida, pois, a criminalidade do plagio de idéas, é preciso não esquecer que o crime só existe com o conhecimento completo do mal e intenção directa de o praticar, e por consequente, torna-se de urgencia o restringir nos limites do possivel os casos em que faz força a acção accusadora da critica.

O encontro inconsciente de dous ou mais escriptores em semelhança de phrases é tambem muito commum. Esó é impossivel allegar innocencia, quando a conformidade ou quasi conformidade ultrapassa linhas, estende-se a periodos ou chega mesmo a paginas.

★

Na applicação, de tudo acima dito á *Carne* é desnecessario declarar que não existe semelhança de phrases com outro escriptor.

Julio Ribeiro tem uma linguagem pessoal, cheia de rythmos exquisitos, bella e attrahente, wagonando o leitor de pagina em pagina, até o desenlace final do livro.

O facto a notar é a semelhança de episodios com outros dos livros já citados e que tinha necessidade de referir porque a senti durante a leitura, porque já a ouvi como thema de conversa, porque ella devia necessariamente apparecer, formulada por mim ou formulada por outrem.

E como synthese, tenho a dizer que: — convencido da facilidade para dous ou mais espiritos de chegarem a resultados semelhantes, mórmente quando partindo de factos quasi identicos empregam os mesmos processos, convencido de que o plagio é uma infamia, convencido de que o homem que tem talento é incapaz de plagiar, porque o plagio é mais difficil do que a producção por conta propria, e sendo, de notoriedade incontestavel o talento e o caracter de Julio Ribeiro — chego á affirmacão de não existir plagio na *Carne*.

### ANEXO 3

Carta escrita pela presidenta em exercício na União dos Escritores Brasileiros.<sup>60</sup>

Ao Excelentíssimo Senhor Doutor Aldo de Assis Dias,  
Meritíssimo Juiz de Direito Titular da Vara Privativa de Menores da Comarca da Capital do  
Estado de São Paulo

M. Juiz:

Noticiam os jornais que o Juizado de Menores procedeu à apreensão de livros considerados pornográficos e perigosos à formação moral do adolescente, entre os quais o romance *A Carne*, de Júlio Ribeiro.

Não pode a União Brasileira dos Escritores deixar de passar sem o seu protesto a decisão de apreender um livro que, editado há 74 anos, jamais deixou de ser considerado um marco dum dos nossos mais fecundos períodos literários, o do naturalismo. Ao lado Aluísio Azevedo, Inglês de Sousa, Adolfo Caminha e outros, Júlio Ribeiro com o seu romance, reflete não a expressão de uma personalidade doentia, particularmente interessada em chocar a sociedade e em dar-se em espetáculo de desconsideração dos valores morais vigente; mas representa a atitude estética brasileira diante da concepção europeia (Émile Zola, Eça de Queiroz) do romance como experimento tanto sociológico como psico-patológico em relação e sob a influência das conquistas científicas da última metade do século XIX.

Merece, pois, maior consideração um romancista que está ao lado de tantas expressões elevadas da nossa e da literatura europeia, embora se reconheça que a leitura de *A Carne* pelo adolescente desavisado possa constituir um perigo para a sua formação pelo realismo cru de muitas de suas cenas. Júlio Ribeiro foi, é e será discutido sempre. Alguns críticos e historiadores literários consideram-no menos, e José Veríssimo disse do seu romance que é “um parto monstruoso de um cérebro artisticamente enfermo” e Álvaro Lins,

---

<sup>60</sup> Carta extraída do livro *Leituras do Desejo: o erotismo no romance naturalista brasileiro*, de Marcelo Bulhões.

em nossos dias, considera-o um autor fora da literatura; entretanto, Tilo Lívio Castro afirma “que o naturalismo estava vitorioso, e a vitória era assegurada pela Carne, e há pouco tempo, quando da sua posse na Academia Brasileira de Letras, Manuel Bandeira disse dela que é um livro que merece ficar ao lado de tantos outros do Naturalismo e do Romantismo.

Trata-se, M. Juiz, de um livro cujo valor pode ser discutido pelos especialistas em nossa literatura. Não, porém, de uma obra que possa estar sujeita à apreensão pura e simples, depois de ter sido livre o seu curso por mais de 70 anos e de ter estado sob os olhos de várias gerações, tão lido quanto *La Faute de l'Abbé Moiret*, *O Crime do Padre Amaro*, *O Cortiço* e *A Normalista*; senão mais lido.

Sem dúvida cabe ao Juizado de Menores preservar a adolescência de obras prejudiciais à formação do seu caráter, principalmente em razão de os jovens geralmente as lerem sem serem guiados por seus mestres da literatura. É preciso porém considerar que apreensão pura e simples dessas obras, sem a consulta aos especialistas e sem que se dê ao público explicações claras sobre o significado dessas defesa da adolescência, leva o leitor comum, o homem não prevenido pelo estudo literário, a julgá-la deletérias, nocivas, sem expressão artística, e a equipará-las à triste literatura obscena e pornográfica vendidas às escondidas, como são vendidos os tóxicos.

Protesta, pois, a União Brasileira de Escritores contra a apreensão abrupta e sem explicações, senão a de que se trata de obra obscena, de um livro que figura - e destacadamente, embora as opiniões divergentes sobre o valor de sua mensagem, não sobre o seu valor literário - nossa historia literária.

Agradecendo a Vossa Excelência pela sua atenção, valendo-nos do ensejo para expressar-lhe a nossa distinta consideração.

Atenciosamente,

---

Helena Silveira,  
Presidente em exercício.